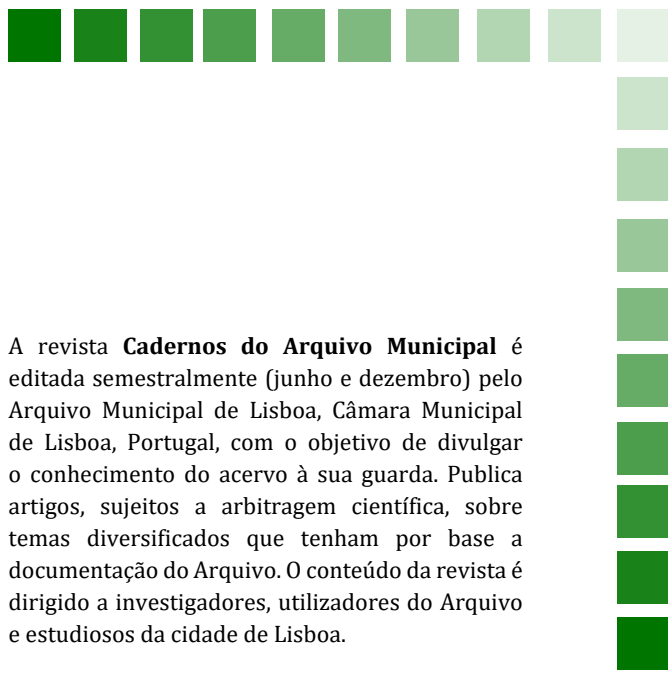


SÉRIE II
NÚMERO 12

cadernos do arquivo municipal

JULHO - DEZEMBRO 2019

BAIRROS DE LISBOA



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.

cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa

2ª série nº 12 julho - dezembro 2019

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Helena Neves

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Marta Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Campos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Gomes Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal; ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Apoio à edição

Denise Santos

Fernando Matos

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Comunicação

Pedro Cordeiro

Susana Santareno

Capa

O quotidiano no Largo do Salvador, Alfama, 1967.

9x12cm, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose.

Sid Kerner

PT/AMLSB/SID/000081



Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores; Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL-Faculdade de Letras, Porto, Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études, França)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (peer review) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases de dados internacionais:

CAPES

DOAJ

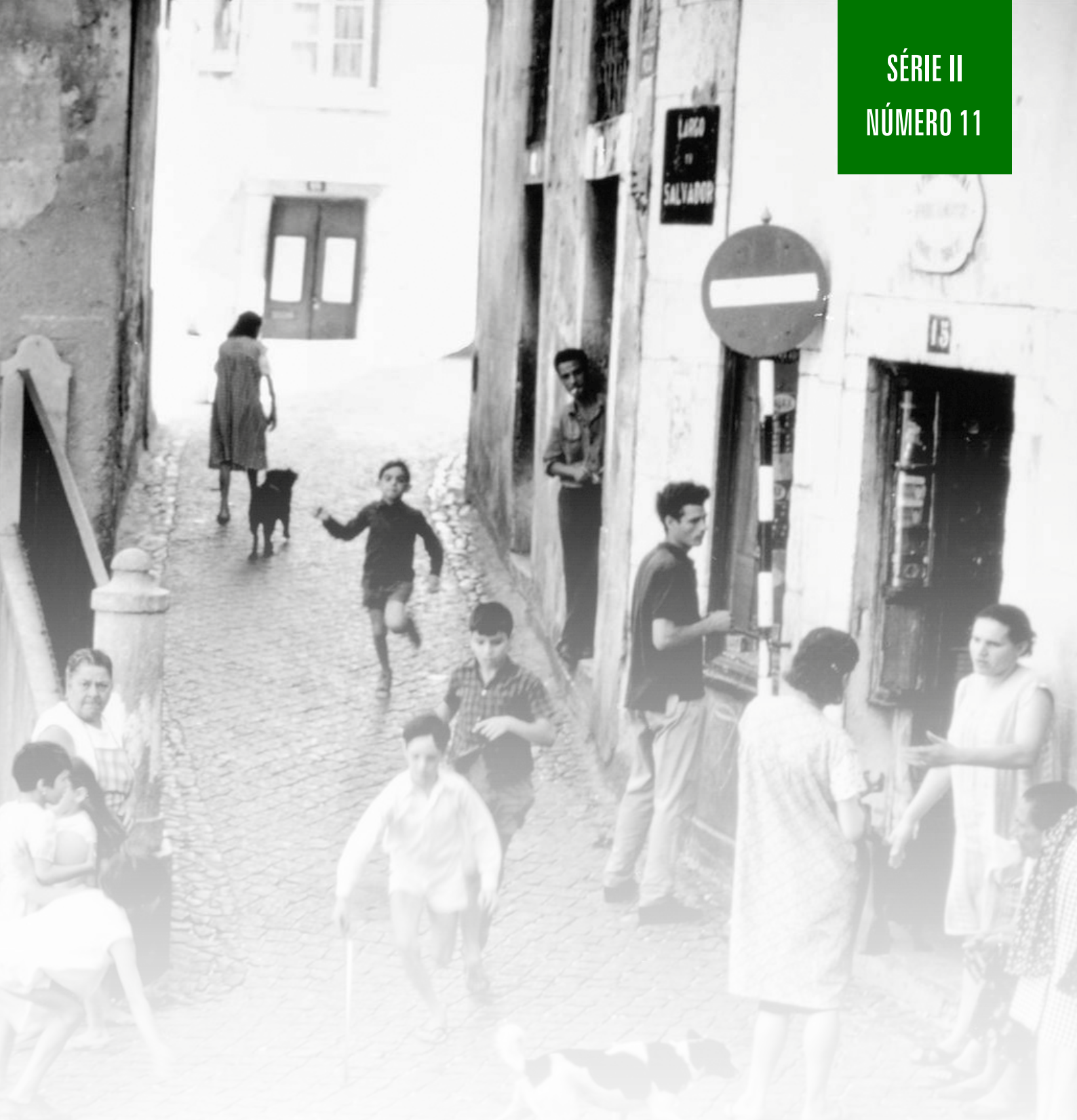
ERIH PLUS

Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SciELO

SHERPA/RoMEO

SÉRIE II
NÚMERO 11



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2019

O HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS: A SAÚDE E A CIDADE NA ÉPOCA MODERNA

Comissão Externa de Avaliadores

2.º semestre 2019

Amílcar de Gil e Pires (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal)

Ana Cardoso de Matos (CIDEHUS-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal)

António Henrique Rodrigues Miranda (DSPC-Divisão de Salvaguarda do Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal)

Deolinda Folgado (DGPC-Direção Geral do Património Cultural, Portugal, IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Helena Silva Barranha Gomes (IST-Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal, IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Isabel dos Guimarães Sá (CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal)

João Seixas (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, Observatório das Metrópoles, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

João Rosa Vieira Caldas (CERIS, Instituto Superior Técnico, Portugal)

José Maria Amado Mendes (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, Departamento de História, Artes e Humanidades, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Magda de Avelar Pinheiro (CIES-IUL, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Manuel Villaverde (Câmara Municipal de Loures, Portugal, IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Maria Helena Marcelo Ribeiro Santos (DPIMI-Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, DPC-Departamento dos Bens Culturais, DGPC-Direção-Geral do Património Cultural, Portugal)

Editorial	9
Helena Neves	
Introdução	
Bairros de Lisboa: perspetivas da história e desafios futuros	11
Raquel Henriques da Silva e Margarida Elias	
Destaque	
Bairro: reverberações de uma ideia numa Lisboa em movimento	15
Neighbourhood: reverberations of an idea in a moving Lisbon	
Marluci Menezes	
Artigos	
São José em Lisboa: um bairro tridentino	27
Saint Joseph of Lisbon: a counterreformation neighbourhood	
Miguel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de Barros	
<i>E por causa do grande terremoto que houve nesta Corte. O Bairro das Trinas, evolução urbanística e arquitetónica.</i>	43
<i>And due to the great earthquake that occurred in this Court. The Trinas Neighbourhood, urban and architectural evolution.</i>	
Edite Martins Alberto, Hélia Silva, Rita Mégre e Tiago Borges Lourenço	
Características e exigências sociotécnicas em confronto num bairro de origem pré-industrial: notas sobre o <i>Bairro das Trinas</i>	73
Characteristics vs. requirements on a preindustrial neighbourhood: notes about the <i>Trinas Neighbourhood</i>	
Joana Fazenda Mendes Mourão	
Entre o Desterro e Arroios. O desenvolvimento urbanístico dos bairros do primeiro troço da Avenida Almirante Reis (<i>Avenida dos Anjos</i>)	89
From Desterro to Arroios. The urban development of the neighbourhoods around the first section of Almirante Reis Avenue	
Tiago Borges Lourenço	
Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835	117
Where the industry led them: urban growth of the Marvila and Beato boroughs since 1835	
Margarida Reis e Silva	
Restelo como um laboratório urbanístico e arquitetónico	141
Restelo as an urban and architectural laboratory	
Patrícia Bento d'Almeida e Teresa Marat-Mendes	

A modernidade complexa dos bairros dos Olivais	161
The complex modernity of Olivais neighbourhoods	
Tiago Cardoso de Oliveira	
<i>Varia</i>	
Explorar a cidade: passo a passo pelos bairros de Lisboa	183
Ana Brites, Ana Loureiro, Filipa Ferreira e Vitória Pinheiro	
<i>Documenta</i>	
Bairro Social do Arco do Cego: imagens de uma utopia	189
Nuno Martins	
<i>Recensão</i>	
HESPANHA, António Manuel – <i>Uma monarquia tradicional: imagens e mecanismos da política no Portugal seiscentista.</i> [S.l.]: Edição do Autor; Kindle-Amazon, 2019;	
HESPANHA, António Manuel – <i>Uma monarquia constitucional: a Constituição monárquica oitocentista.</i> [S.l.]: Edição do Autor; Kindle-Amazon, 2019.	217
José Subtil	

Editorial

Helena Neves

■ Numa altura em que se reflete sobre o fenómeno da gentrificação, o Arquivo Municipal de Lisboa aceitou o desafio das coordenadoras científicas, Raquel Henriques da Silva e Margarida Elias, para publicar este número sobre os bairros de Lisboa, promovendo assim o conhecimento acerca desta temática.

■ Pensar os bairros de Lisboa não se esgota somente em aspetos urbanísticos, arquitetónicos ou históricos. Importa igualmente promover abordagens do ponto de vista sociológico, cultural ou económico. Afinal, a vivência de bairro, tão característica e apreciada, é parte integrante da identidade da cidade que tanto se valoriza.

Assim, os artigos aqui publicados convidam-nos a visitar e conhecer os mais diversos bairros, distribuídos entre o Desterro e Marvila, Arroios e Beato, Olivais e Restelo, S. José e Estrela.

Na *Varia*, a equipa do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa apresenta, pela primeira vez nesta segunda série da revista, um dos projetos educativos mais bem-sucedidos junto do público escolar (1.º Ciclo do Ensino Básico). Com um inacreditável volume anual de participação ativa, o projeto *Explorar a cidade* tem vindo a fortalecer a relação entre este público e o Arquivo. Através deste artigo, é possível refletir sobre o envolvimento da comunidade escolar na experiência de explorar e conhecer o bairro onde esta se insere.

Através de uma cuidadosa seleção de fotografias do valioso acervo do Arquivo Municipal de Lisboa apresentada na *Documenta*, é possível observar o Bairro Social do Arco do Cego desde a sua construção. Num dos edifícios deste bairro foi criado o que, na década de 1930, se designou de “arquivo administrativo da Câmara”, que recolheu e organizou muita documentação de produção municipal, até então dispersa. Por ali têm passado inúmeros investigadores cujo contributo para o desenvolvimento da Oisipografia tem sido de um valor inestimável.

À data da edição deste número, é já certo que o Arquivo do Arco do Cego sairá daquele espaço. Utilizado durante 90 anos apenas com o único propósito de arquivo do município, o edifício terá em breve outro fim, continuando ao serviço do bairro.

Com um futuro ainda incerto, o Arquivo Municipal de Lisboa continuará, através da sua documentação, a contribuir para a construção da memória da cidade e do país, permanecendo ao serviço de todos os que o procuram.

Impõe-se um reconhecido agradecimento à Professora Doutora Raquel Henriques da Silva e à Doutora Margarida Elias pelo desafio proposto. De igual modo, o valor que atribuem ao trabalho desenvolvido no Arquivo motiva-nos para continuarmos ao serviço da salvaguarda do património documental do município.

À equipa dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, pelo seu trabalho e entusiasmo, uma palavra de reconhecimento e de gratidão.

INTRODUÇÃO

Bairros de Lisboa: perspetivas da história e desafios futuros

Raquel Henriques da Silva
Margarida Elias

«Um bairro urbano, na sua definição mais simples, é uma área de carácter homogéneo, reconhecida por indicações que são contínuas dentro desta área e descontínuas num outro local».

Kevin Lynch - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 116.

É um lugar-comum falar-se sobre Lisboa como uma “cidade de Bairros”, designação usada mesmo em documentos técnicos como, por exemplo, na *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*, realizada em 2009. O tema foi ganhando tradição na historiografia lisiponense e alguns bairros têm sido objeto de estudos e publicações, com maior ou menor profundidade; à cabeça, há que citar o Bairro Alto, objeto da estreia olisipógrafa de Júlio de Castilho, ainda no século XIX, mas a lista é significativa, vindo do centro histórico para as extensões da cidade: Bica, Alfama, Avenidas Novas, Alvalade, Chelas ou Olivais. Mais recentemente, em 2013, foi publicado um dossiê temático resultante do projeto «Bairros em Lisboa», realizado numa parceria entre as universidades Autónoma e Nova de Lisboa e o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana). Nessa altura, foram escolhidos seis casos de estudo (Graça, Ajuda, Galinheiras, Campo de Ourique, Alvalade e Telheiras).

Porém, ainda há muito a aprofundar sobre esta temática que inscreve a olisipografia em diversos domínios científicos das Ciências Sociais e das Humanidades, desde a História e História da Arte, passando pela Arquitetura, Geografia, Urbanismo, Antropologia e Sociologia, além dos territórios de articulação, próprios das Ciências da Informação e Comunicação. Por isso, apesar dos trabalhos anteriormente desenvolvidos, o assunto está longe de estar esgotado, mesmo em termos académicos. Foi com o intuito de dar um novo contributo ao estudo desta temática que propusemos à direção editorial dos Cadernos do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa o número que agora se apresenta.

Aberto o *Call for Papers* foram recebidas várias propostas, das quais se publicam sete que foram submetidas a revisão científica, de acordo com as normas desta revista. Para além dos artigos do Dossiê Científico, o volume abre com um artigo da antropóloga Marluci Menezes, especialmente convidada, que propõe uma abordagem teórica sobre a questão problematizada: “Bairro: reverberações de uma ideia numa Lisboa em movimento”. O seu artigo trabalha a noção de ‘bairro’ como recurso simbólico da construção do imaginário de Lisboa, mas sobre um chão físico determinante porque “nem a cidade persiste sem os seus bairros, nem tão pouco estes existem sem Lisboa”. Citando bibliografia internacional recente (por exemplo, Donzelot e Authier, Asher e Godard) mas também nacional (Gato e Ramalheira), aborda “alguns dos significados de bairro no âmbito de uma literatura mais vocacionada para as ciências sociais” que, na nossa opinião, enquadra e densifica a complexidade do tema. Vale a pena citá-la para estimular a indispensável leitura de todo o artigo:

“Mas vários outros significados e associações se manifestam, inundando o contentor de bairro com um sortido de significações, como por exemplo: aldeia urbana, micro sociedade, comunidade de vizinhos, espaço vivido em comunidade, área técnico-administrativa de gestão da cidade, território de sociabilidade e conviabilidade, parcela individualizada do espaço urbano, unidade territorial de vida coletiva, lugar urbano, escala apreciada para uma abordagem participativa e uma gestão de proximidade, território de democracia participativa, lugar entre a casa, a rua e a cidade. O contentor de ideias de bairro aglutina ainda um conjunto de qualificações, politizadas, popularizadas e mediatizadas, tais como: sensível, vulnerável, crítico, formal, informal, social, cultural, étnico, operário, popular, histórico, tradicional, degradado, bairro em dificuldade (...).”

Confessamos que teríamos gostado que este tipo de abordagem, partindo da “plasticidade” que cada bairro constitui na cidade, fosse uma linha condutora do Dossiê Científico. Mas as propostas que nos foram submetidas (e as selecionadas têm qualidade e novidade) situam-se quase exclusivamente no domínio da investigação histórica. Fica o repto para o desenvolvimento deste trabalho, talvez a partir de um conjunto de seminários interdisciplinares.

Avancemos então para o conjunto de artigos que compõem o Dossiê Científico. Demonstrando as origens recuadas dos bairros de Lisboa, temos o artigo de Miguel Monteiro de Barros, “São José em Lisboa: um bairro tridentino”, que analisa o aparecimento de um bairro então excêntrico ao coração da cidade, em profunda articulação com a Contrarreforma, ainda no final do século XVI.

Outro testemunho da origem remota dos bairros de Lisboa, ligados à determinante gestão do território por parte de comunidades religiosas, é o artigo de Tiago Lourenço, Hélia Silva, Edite Alberto e Ana Megre, “...e por causa do grande terremoto que houve nesta Corte. O Bairro das Trinas, evolução urbanística e arquitetónica”. Dando continuidade aos estudos pioneiros do saudoso José Sarmiento de Matos, os autores compulsam novas fontes e aprofundam outras, com uma tónica de sistematicidade assinalável, confirmando que o Bairro das Trinas tem origem no Convento para religiosas professoras na Ordem da Santíssima Trindade e na utilização, por parte das freiras, dos terrenos da cerca conventual para a edificação após o Terramoto de 1755. Nascia assim o que se pode designar por “uma nova Lisboa”, num caso que manifesta com clareza quanto o nascimento dos bairros renova a própria cidade, numa rede interligada em que as causas são também consequências.

O mesmo Bairro das Trinas é abordado, já sob outro ponto de vista, no artigo de Joana Mourão, sobre as “Características e exigências sociotécnicas em confronto num bairro de origem pré-industrial: notas sobre o Bairro das Trinas”. Neste texto, caracteriza-se o conjunto edificado de origem setecentista, cujas características lhe conferem integridade e eficiência construtiva, habitacional e urbanística.

Passamos depois para outro tipo de abordagem sobre os bairros de Lisboa, através dos que se desenvolveram sobretudo no século XIX, com a industrialização. É o caso de “Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835”, de Margarida Reis e Silva. Nesse artigo exemplifica-se quanto as profundas transformações técnicas e industriais da nova centúria se imprimem nos territórios fora de portas de Marvila e do Beato. Eram zonas agrícolas, na fronteira oriental de Lisboa, e tornaram-se complexos industriais onde

proliferou a habitação operária, legando à cidade contemporânea os desafios de fazer a sua gestão em tempos de pós-industrialização.

No âmbito de uma centralidade excêntrica ao eixo central de Lisboa, definido pela Avenida da Liberdade, o artigo de Tiago Lourenço aborda “Entre o Desterro e Arroios. O desenvolvimento urbanístico dos bairros do primeiro troço da Avenida Almirante Reis (Avenida dos Anjos)”, com base em documentação original sobre o nascimento dos bairros Andrade, Castelinhos, Braz Simões (ou Inglaterra) e Colónias. Há aqui duas questões interessantes que importa referir: o modo como estes bairros traduzem as dinâmicas edificatórias de Lisboa no final do século XIX, a partir da abertura (ainda que lentíssima e acidentada) da Avenida Almirante Reis; por outro lado, deixa-se em discussão de que modo estes quatro “bairros” o são de facto, definidos quase exclusivamente pelo seu território e respetivas fronteiras, recentes e urbanas.

Para os bairros do século XX, ficam dois artigos. Um deles, “Restelo como um laboratório urbanístico e arquitetónico”, de Patrícia Bento d’Almeida e Teresa Marat-Mendes. Este estudo mostra como o Bairro do Restelo funcionou como um “tubo de ensaio” de experiências arquitetónicas e inacabadas intervenções urbanísticas, relacionadas com a investigação científica em Arquitetura e Urbanismo produzida, ao longo de várias décadas, na Divisão de Construção e Habitação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. O tema tem plena atualidade e insere-se na valorização do trabalho urbanístico e arquitetónico que ocorre em Lisboa durante o Estado Novo, mas cujas problemáticas têm importante contexto internacional. Os técnicos portugueses destes setores não estavam isolados e defendem projetos que nada devem ao «português suave» ou a visões nostálgicas da retórica arquitetónica.

O outro texto trata “A modernidade complexa dos bairros dos Olivais” e é de Tiago Cardoso de Oliveira. São bairros que se desenvolveram a partir da década de 1960, considerados como a primeira afirmação plena e programática dos princípios da Carta de Atenas em Portugal. O artigo aborda as circunstâncias que presidiram à conceção do Bairro, destacando diferenças entre os planos de Olivais Norte e de Olivais Sul.

Para a *Varia*, fica o artigo de Ana Brites, Ana Loureiro, Filipa Ferreira e Vitória Pinheiro, tratando do projeto “Explorar a cidade: passo a passo pelos bairros de Lisboa”, da Equipa de Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa. Tem como objetivo valorizar o papel dos serviços educativos na divulgação do património histórico e cultural junto dos diversos públicos.

A secção *Documenta* apresenta um conjunto notável de fotografias sobre o “Bairro Social do Arco do Cego: imagens de uma utopia”, antecedido por uma introdução de Nuno Martins. Estas fotografias mostram a evolução deste bairro do centro de Lisboa, cuja construção se iniciou em 1919, testemunhando o crescimento ao longo dos anos, que lhe permitiu tornar-se uma “ilha residencial que contrasta com o bulício de uma cidade capital contemporânea”. Uma questão que fica aqui aberta, e a suscitar trabalho de investigação, é a caracterização social de um bairro que nasceu como bairro económico e se tornou, nos nossos dias, um bairro de elite.

Para o fim fica a Recensão de José Subtil sobre os dois derradeiros livros do historiador António Manuel Hespanha. Para nós, é uma honra podermos assim associarmo-nos à celebração desse notável historiador, no ano do seu falecimento. José Subtil valoriza criteriosamente a novidade, atualidade e prospetiva de um historiador heterodoxo que recentra temas fundamentais da História de Portugal.

Temos de agradecer a excelência do trabalho realizado pela equipa do Arquivo Municipal de Lisboa, cujo Conselho Editorial é brilhantemente coordenado por Marta Gomes, não esquecendo os restantes membros: Nuno Campos, Nuno Martins e Sandra Cunha Pires, bem como o apoio à edição de Denise Santos e Fernando Matos, o design gráfico de Joana Pinheiro e, por fim, a comunicação de Pedro Cordeiro e Susana Santareno. Agradecemos também o empenho dos autores e a generosidade dos vários revisores científicos.

Lisboa, 5 de Dezembro de 2019

Raquel Henriques da Silva, Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. raquelhs10@gmail.com

Margarida Elias, IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. elias.margarida@gmail.com

SILVA, Raquel Henriques da; ELIAS, Margarida, coord. – Bairros de Lisboa: perspetivas da história e desafios futuros. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 11-14.

DESTAQUE

**Bairro: reverberações de uma
ideia numa Lisboa em movimento****Neighbourhood: reverberations of an
idea in a moving Lisbon**

Marluci Menezes

RESUMO

O artigo aborda a noção de 'bairro' como um importante recurso simbólico da construção do imaginário de Lisboa na atualidade, não só confirmando a continuidade transformativa de que a cidade é "uma cidade de bairros", mas também influenciando a realidade quotidiana destes lugares-bairro. Para o efeito, realiza-se uma revisitação da noção de bairro na literatura. Seguidamente exemplifica-se, através de determinados casos, alguns recursos à noção de bairro e respetiva resignificação do conceito, procurando observar algumas das problemáticas contemporâneas da cidade e, como tal, dos seus bairros.

PALAVRAS-CHAVE

Bairro / Continuidade / Mudança / Resignificação / Cidade

ABSTRACT

The article addresses the notion of 'neighbourhood' as an important symbolic resource of the imaginary of Lisbon today, not only confirming the transformative continuity that the city is "a city of neighbourhoods", but also influencing the everyday reality of these neighbourhood places. For this purpose, a re-visitation of the notion of neighbourhood in literature is carried out. It is then exemplified, through certain cases, some resources to the neighbourhood notion and its re-signification of the concept, seeking to observe some of the contemporary problems of the city and, as such, its neighbourhoods.

KEYWORDS

Neighbourhood / Continuity / Change / Re-signification / City

DOS BAIRROS E DA CIDADE (LISBOA): PRETEXTO DE REFLEXÃO

A combinação dialético-reflexiva das palavras ‘bairro’ e ‘cidade’ expressa no incessante dito de que “Lisboa é uma cidade de bairros”, transparece a não presença de uma incisão clara entre o que pode ser uma e outra noção. Este princípio de entendimento representa uma continuidade híbrida, entretanto complexificada face ao sentido plural decorrente da singularidade com que cada bairro faz a cidade ser Lisboa. Esclareça-se, todavia, que a incontestável proeminência dos bairros típicos e tradicionais no delinear de um campo de significações imaginárias da cidade, não enfraquece o campo mais amplo abrangido pelo elo bairro-cidade. Presumivelmente, a par da construção ideológico-popular da cidade a partir destes bairros¹, este relevo atribuído aos bairros típicos procede da inscrição de uma expressividade ampliada das suas formas simbólico-culturais no mapa social da cidade e, como tal, do seu imaginário. De volta ao dito que introduz esta reflexão, este permite sugerir, à partida, que a ininterrupta combinação híbrida entre a cidade e seus bairros é indicativa de que nem a cidade persiste sem os seus bairros, nem tão pouco estes existem sem Lisboa.

Mas, numa sociedade urbana e identificada com o imperativo da comunicação, mobilidade e globalização, do fluxo espacial a conflitar com o lugar do bairro, da instantaneidade temporal a embater com o tempo vital do quotidiano, pode o bairro ser tomado como um referencial expressivo de entendimento do viver (n)a cidade?

Na sociologia francesa, por exemplo, destacam-se posições particularmente distintas relativamente à pertinência do bairro na sociedade contemporânea. Por exemplo, Donzelot e Authier consideram que o bairro, ainda que possa não ser central na vida das pessoas, mantém-se enquanto importante porto de abrigo do modo de vida dos seus moradores². Outros autores questionam o sentido nostálgico e purista desta perspetiva, observando que a proximidade inicialmente associada ao bairro perdeu interesse, na medida que as relações sociais entre vizinhos e atividades próximas espartilharam-se numa escala que se coloca entre a residência e a cidade³. Estas perspetivas podem, todavia, resultar num certo extremismo. Isto porque não só se observa que existem continuidades relacionadas com os bairros, ruturas e interrupções nessa constância; como se observa também o desenhar de novas e diferentes configurações socio-espaciais e simbólico-culturais de significação do conceito e da realidade dos bairros.

A par da complexidade do viver urbano dos nossos dias e que, com certeza, engloba Lisboa, parece-me, todavia, importante reter que a representação coletiva associada aos bairros da cidade “não estando refém de um património histórico, vai ganhando novos contornos ao longo dos tempos”⁴. É sobre alguns destes novos contornos que esta reflexão se debruça.

Portanto, assente que os bairros são um recurso simbólico significativo na construção do imaginário cidade, interrogo-me sobre como este recurso é, no presente urbano, acionado e significado, influenciando a realidade quotidiana. Na realização deste exercício reflexivo retenho-me, sobretudo, na área histórica de Lisboa, procurando inicialmente percorrer alguns dos significados de bairro no âmbito de uma literatura mais vocacionada para as ciências sociais.

¹ GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa – Bairros na Lisboa contemporânea. *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa* [Em Linha]. Nº 4 (2013). Disponível na Internet: <http://www.estudoprevio.net/artigos/30/dossier-bairros-filipa-ramalhete-maria-assuncao-gato-bairros-na-lisboa-contemporanea>.

² DONZELOT, Jacques – La nouvelle question urbaine. *Esprit*. Nº 258 (11) (Novembre 1999), p. 87-114 e AUTHIER, Jean-Yves; BACQUÉ, Marie-Hélène; GUÉRIN-PACE, France – *Le quartier: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*. Paris: La Découverte, 2006.

³ Ver, por exemplo: ASCHER, François – La fin des quartiers? In HAUMONT, D. Nicole, dir. – *L’urbain dans tous ses états: faire vivre, dire la ville*.

Paris: L’Harmattan, 1998. p. 183-201; ASCHER, François; GODARD, Francis – Vers une troisième solidarité. *Esprit*. Nº 258 (11) (Novembre 1999), p. 87-114.

⁴ GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa, *Op. Cit.*, 2013.

O QUE SE DIZ SOBRE O 'BAIRRO': BREVES CONSIDERAÇÕES

A natureza da palavra bairro, independente da língua em que é expressa, não só é reveladora da rica e arrojada aventura que é caminhar através da sua etimologia⁵, como desvela o sentido escorregadio e polissêmico que a expressão abrange e pode vir a abranger. Um possível caminho para o seu entendimento, muito provavelmente, pode traçar-se a partir da feliz associação que Gato estabelece entre o termo bairro e a ideia de “palavras-contentor” – conforme avançada por Bourdin⁶. Isto porque, como sublinhado por Gato, as “palavras-contentor” auxiliam a ultrapassar as incertezas subjacentes a determinados conceitos, sendo a comunicação viabilizada a partir de um contínuo ajustamento das apreciações realizadas.

Mas, não obstante a plasticidade inesperada com que a noção de bairro é, em modo contínuo, conotada, dir-se-ia que o contentor de significados que a salvaguardam permite considerar um sentido cumulativo no recurso feito a determinadas lógicas interpretativas. Isto é, a expressão bairro alude a uma constância relativamente ao conceber, demarcar, apropriar, particularizar, representar, imaginar, qualificar e significar um dado contexto socio-espacial, sem esquecer, claro, a influência da história e das temporalidades que enformam essas lógicas. Na verdade, a par da polémica natureza da palavra bairro e da sua multiplicidade de significados, um denominador comum sobressai: a relação entre bairro e a expressividade assumida pelo fenómeno urbano.

Transformada em categoria de análise da questão urbana, a palavra bairro engloba uma incessante aglutinação de entendimentos. Por exemplo, para a Escola de Chicago, nomeadamente através dos trabalhos de Robert Park, o bairro é abordado como algo que se encontra entre uma região natural e uma região moral⁷. Lynch considera que o bairro é uma área homogénea, reconhecida internamente pela sua continuidade e externamente como sendo descontínua⁸. Para Lefebvre, o bairro é o maior dos menores grupos sociais, a par de ser o menor dos grandes grupos sociais⁹.

Mas vários outros significados e associações se manifestam, inundando o contentor de bairro com um sortido de significações, como por exemplo: aldeia urbana, micro sociedade, comunidade de vizinhos, espaço vivido em comunidade, área técnico-administrativa de gestão da cidade, território de sociabilidade e conviabilidade, parcela individualizada do espaço urbano, unidade territorial de vida coletiva, lugar urbano, escala apreciada para uma abordagem participativa e uma gestão de proximidade, território de democracia participativa, lugar entre a casa, a rua e a cidade¹⁰. O contentor de ideias de bairro aglutina ainda um conjunto de qualificações politizadas,

⁵ TOPALOV, Christian [et al.] – *L'Aventure des mots de la villae à travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, 2010; TOPALOV, Christian [et al.] – *A aventura das palavras da cidade, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. *Estudo prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa* [Em Linha]. Nº 4 (2013). Disponível na Internet: <http://www.estudoprevio.net/artigos/29/dossier-bairros-margarida-tavares-da-conceicao--a-polissemia-da-palavra-bairro>.

⁶ BOURDIN, Alain – *O urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

⁷ JOSEPH, Isaac; GRAFMEYER, Yves – *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Flammarion, 2004.

⁸ LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2009.

⁹ LEFEBVRE, Henri – *Quartier et vie de quartier*. Paris: [s.n.], 1967. p. 9-12; LEFEBVRE, Henri – *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012.

¹⁰ Ver, por exemplo: WHYTE, William Foote – *Street Corner Society: la structure sociale d'un quartier italo-américain*. Paris: La Découverte, 1996; YOUNG, Michael; WILLMOTT, Peter – *Le village dans la ville*. Paris: Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle, 1983; WELLMAN, Barry; LEIGHTON, Barry – Networks, neighborhood and communities: approaches to the study of the community question. *Urban Affairs Quarterly*. Vol. 14 Nº 3 (March 1979), p. 363-390; NOSCHIS, Kaj – *Signification affective du quartier*. Paris: Méridiens, 1984; DI MÊO, Guy – Epistémologie des approches géographiques et socio-anthropologiques du quartier urbain. *Annales de Géographie*. T.103 Nº 577(1994), p. 255-275; VIEILLARD-BARON, Hervé – *Les Banlieues: des singularités françaises aux réalités mondiales*. Paris: Hachette, 2001; CORDEIRO, Graça Índias – Olhar a cidade. In CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da, org. – *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 9-30; ESTÈBE, Philippe – *L'usage des quartiers: action publique et géographie dans la politique de la ville (1982-1999)*. Paris: L'Harmattan, 2004; NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise – Le quartier des habitants des villes marocaines. In AUTHIER, Jean-Yves; BACQUÉ, Marie-Hélène; GUÉRIN-PACE, France – *Le quartier: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*. Paris: La Découverte, 2007. p. 163-173; TISSOT, Sylvie – *L'Etat et les quartiers: genèse d'une catégorie de l'action publique*. Paris: Seuil, 2007; MENDES, Manuela Maria [et al.] – *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012; MENEZES, Marlucci – Digital in action in a neighbourhood in transformation: notes from Mouraria in Lisbon. In MENEZES, Marlucci; SMANIOTTO, Carlos Costa, ed. – *Neighbourhood & city: between digital and analogue perspectives*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, 2019.

popularizadas e mediatizadas, tais como: sensível, vulnerável, crítico, formal, informal, social, cultural, étnico, operário, popular, histórico, tradicional, degradado, bairro em dificuldade (...). Nesta ótica, o bairro emerge como:

(...) símbolo em contextos onde se pretende destacar determinados valores considerados positivos, como as relações primárias, a tradicionalidade, a autenticidade, a pertença aos bairros populares, a solidariedade, a virilidade; ou negativos como a vulgaridade, a baixa categoria ou a promiscuidade informativa (a fofoca), entre outros. Também se considera o não ser do *bairro*, mais do que esse ou aquele bairro. Valores, crenças e identificações ao redor das quais se chega até a debater que bairro é mais bairro e quem é mais bairro.¹¹

Um outro qualificativo de bairro refere-se à sua transmutação em área residencial, de onde emerge a discussão se uma dada zona residencial é ou não é bairro¹². Na verdade, enquanto cenário de relações sociais, o bairro não é um conceito neutro, pois, enquanto entidade criada (e que se vai criando) no decorrer do processo socio-histórico, decorre de constituintes macroestruturais da urbanização que, entretanto, interferem na vida quotidiana. O que, por um lado, infere o interesse em observar como a reprodução dos elementos que definem a macroestrutura impactam e transformam a realidade expressa na microescala¹³; e, por outro lado, implica admitir que ao bairro associam-se lógicas de fragmentação, de segregação e desigualdade.

Para Gravano, o conceito de bairro reúne três dimensões: funcional, simbólica e cultural¹⁴. A dimensão funcional reporta sobretudo ao seu atributo de posição intermédia, entre a unidade doméstica, as instituições, o espaço público, o universo mais abrangente da cidade, o privado e o público. Já a dimensão simbólica respeita ao significado e à identidade, observando um processo de redobrimento simbólico entre significados internos e externos¹⁵. Nesta ótica, a identidade de bairro é construída a partir do sentimento de fazer parte do bairro, e não propriamente por frequentar um bairro. O que permite ao autor sugerir o interesse em se reaver os valores de significação simbólica, cultural e vivencial do bairro a partir das pessoas que nele ‘vivem’, e não apenas lá ‘residem’, conforme representada através da ótica de projeto arquitetónico-urbanístico e pensada do exterior. Na verdade, como observado por Gato, os bairros são feitos pelas pessoas¹⁶ e, como referido por Castells, “não são descobertos, tal como se vê um rio”, já que os bairros “são construídos”¹⁷.

De volta a Gravano, como dimensão cultural o autor assinala o prosseguimento histórico do que considera as tradições de quem vive nos bairros tidos como marginais, observando as consequências comportamentais e os recursos de adaptação que os seus moradores têm de recorrer para susterm-se. Neste sentido, o autor aponta os riscos de uma perspetiva culturalista, principalmente quando associada ao discurso da cultura ou subcultura da pobreza¹⁸.

Todavia, em trabalho anterior, Gravano considera três significantes de entendimento do conceito de bairro, nomeadamente: bairro social, bairro identitário e bairro cultural¹⁹. O bairro social refere-se à sociabilidade interpessoal ligada aos valores que sustentam a conviviabilidade. O bairro identitário realiza-se enquanto

¹¹ GRAVANO, Ariel – *Antropología de lo barrial: estudios sobre la producción simbólica de la vida urbana*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003. p. 3.

¹² Ver: MARTÍNEZ, Graciela – El barrio, un ser de otro planeta. *Bifurcaciones: Revista de Estudios Culturales Urbanos* [Em Linha]. Nº 1 (2004), p. 1-20. Disponível na Internet: http://www.bifurcaciones.cl/bifurcaciones/wp-content/uploads/2004/12/bifurcaciones_001_GMartinez.pdf; ABBADIE, Lucía [et al.] – Del barrio a las territorialidades barriales: revisitando categorías desde experiencias de trabajo en cuatro barrios de Montevideo. In AGUIAR, Sebastián, coord. – *Habitar Montevideo: 21 miradas sobre la ciudad*. Montevideo: La Diaria Editorial, 2019. p. 273-303. Disponível na Internet: https://www.fes-uruguay.org/fileadmin/user_upload/Habitar_Montevideo.pdf.

¹³ ABBADIE, Lucía [et al.], *Op. Cit.*, 2019.

¹⁴ GRAVANO, Ariel – *El barrio en la teoría social*. Buenos Aires: Espacio editorial, 2005.

¹⁵ Neste sentido, é particularmente profícua a reflexão que Firmino da Costa realiza sobre a dinâmica de construção de uma “sociedade de bairro” para o caso do Bairro de Alfama, em Lisboa. COSTA, António Firmino da – *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

¹⁶ GATO, Maria Assunção – São as pessoas que fazem o bairro. *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa* [Em Linha]. Nº 4 (2013). Lisboa. Disponível na Internet: <http://www.estudoprevio.net/artigos/28/dossier-bairros-maria-assuncao-gato--sao-as-pessoas-que-fazem-o-bairro>.

¹⁷ CASTELLS, Manuel – *La cuestión urbana*. Madrid: Siglo XXI, 1974. p. 128.

¹⁸ GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2005.

¹⁹ GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2003.

uma realidade que reciprocamente constrói identidades sociais e espaciais, onde “a identidade do bairro é construída, assumida pelo sujeito e por quem o observa, por quem a auto-atribui e por quem a adjudica”²⁰. Por bairro cultural, Gravano evoca a posição assumida enquanto símbolo e que, ideológica e vivencialmente constituída, alude a uma representação elaborada pelos atores sociais que, entretanto, adquire densidade a partir de determinados valores²¹.

Portanto, com o livro “El barrio en la teoria social” que constitui um importante compêndio analítico-reflexivo acerca de como o conceito bairro tem sido abordado na teoria social por uma variedade de disciplinas, Gravano sistematiza alguns aspetos centrais da ideia de bairro: (i) a recorrência com que esta noção é feita pelo senso comum; (ii) a sua centralidade no entendimento do parcelamento do território urbano e da cidade, (iii) a noção associada à construção de representações de autonomia, de homogeneidade e de simbologias; (iv) o amplo debate enquanto categoria de análise e fenómeno urbano promovido sobretudo pelas ciências sociais²².

Na complexidade multiforme e de geometria variável que vai cobrindo as perspetivas de abordagem contidas no conceito de bairro, é ainda de realçar o que Gato e Ramalhete consideram como ideias-chave associadas ao termo. Para as autoras, o conceito de bairro infere:

(i) “representações socialmente localizadas, tendencialmente homogéneas e com dimensões de quotidiano”; (ii) “territórios sem definição político-administrativa expressa, mas que correspondem a uma representação espacial com algum grau de consenso”; (iii) “unidades de observação e análise onde se cruzam escalas espaciais, vivenciais e identitárias, conferindo ao bairro uma ambiência própria (...)”²³.

Interessantemente, a prolífera, ambígua e diversa manifestação de interpretações de bairro, parece ter sido resolvida com a definição que se segue, conforme descrita na revista municipal “Lisboa” em número especial dedicado aos bairros da cidade. Vejamos:

A noção de bairro remete para uma área relativamente homogénea, em um ou mais dos seguintes aspetos materiais: configuração urbanística, características arquitetónicas, separação do restante tecido da cidade. Mas, também resulta do processo histórico da sua formação e desenvolvimento, da estrutura económica e das afinidades culturais e afetivas criadas nas relações entre vizinhos.²⁴

Porém, olhando ao caso de Lisboa por comparação a outras cidades, a par de verificar-se a “[...] produção de um *corpus* bibliográfico sobre si própria, auto identificado como olisipografia” e que estuda e valoriza a especificidade da cidade desde o século XIX²⁵, a maior parte da bibliografia produzida sobre os seus bairros realizou-se nas últimas três décadas²⁶. Observando-se ainda, tal como também notado por Gravano, o predomínio de uma bibliografia oriunda da área das ciências sociais²⁷. Gato e Ramalhete, neste sentido, realizam uma interessante e sintética sistematização das principais características subjacentes a esta literatura mais específica que, para a presente reflexão, interessa recuperar alguns dos seus aspetos-chave²⁸. Assim, de entre as abordagens ao tema do bairro, duas lógicas distintas entre si predominam: uma mais analítica e outra mais operativa (relacionada com os problemas socio-urbanísticos e a intervenção urbana)²⁹. Relativamente a uma linha mais analítica são

²⁰ ABBADIE, Lucía [et al.], *Op. Cit.*, 2019. p. 281.

²¹ GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2003.

²² GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2005.

²³ GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa, *Op. Cit.*, 2013.

²⁴ CARNEIRO, Luís Miguel – Bairros de Lisboa. *Lisboa: da cidade para os lisboetas* [Em linha]. Nº 26 (2019), p. 4-9. Disponível na Internet: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_lisboa_26, p. 8.

²⁵ CORDEIRO, Graça Índias – Entre a rua e a paisagem. *Ler História*. Nº 52 (2007), p. 57.

²⁶ GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa, *Op. Cit.*, 2013.

²⁷ GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2005.

²⁸ GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa, *Op. Cit.*, 2013.

²⁹ GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa, *Op. Cit.*, 2013, todavia, esclarecem que uma abordagem mais operativa, de modo algum significa desconsiderar a componente analítica em muitos destes estudos.

significativos os estudos ligados à temática da história da cidade e do urbanismo. Nesta temática encontram-se os de cunho socio-antropológico em que, a par da emergência (em crescendo) de novas abordagens, se observa a prevalência dos estudos sobre os bairros tidos como típicos e o que as autoras consideram como os “territórios multiculturais e de bairros camarários ou degradados”³⁰. Relativamente aos estudos mais centrados no que se convencionou designar como bairros típicos, são destacadas duas principais abordagens: os bairros como (i) “espaços de práticas sociais urbanas com especificidades próprias e forte cunho identitário”; (ii) “territórios que constituem repositórios de práticas sociais que se entrecruzam e constroem a imagem do bairro”.

Mas, presumivelmente, como um guia de abordagem do bairro, pelo menos enquanto perspectiva de uma antropologia do bairro, seja de reter o seguinte:

(...) o bairro aparece como realidade tangível e material e como parte do imaginário; como prática e como representação, como valor cultural, identidade coletiva, especificidade espacial, polo de disjunção ideológica e sede social das mais variadas relações e dinâmicas.³¹

O que, de acordo com Gravano, permite reunir três sentidos de compreensão do bairro: i) como constituinte da reprodução material da sociedade, o que infere à ideia de que faz parte da cidade e faz juz à sua dimensão como espaço físico; ii) como identidade social, diretamente associada aos atores sociais e por eles atribuída; iii) enquanto símbolo e um conjunto de valores socialmente enquadrados e compartilhados³².

Na verdade, no quadro de uma análise compreensiva, estou mais vocacionada para interrogar os significados simbólico-culturais e socio-espaciais que instigam a construção da ideia de ‘bairro’, do que ir ao encontro de uma definição³³. No entanto, é procedente admitir que uma aproximação ao ‘bairro’ implica sempre uma dada escala territorial, bem como de ação e representação. Como observado por Cordeiro e Figueiredo, a noção de bairro é indeterminada e variável, refletindo espaço, ubiquidade e ambiguidade. Mas, compreender o significado de bairro é como ir ao encontro de “espaços mais amplos (metrópole, cidade), mais reduzidos (ruas, largos, etc.), ou semelhantes (outros bairros)”³⁴.

O VIRTUOSO RECURSO AO BAIRRO NUMA LISBOA DO SÉCULO XXI

A intensidade da vida de rua tem sido, com alguma frequência, utilizada para retratar o ambiente social dos bairros típicos da cidade. Essa imagem é tão apelante que uma descrição de finais da década de 20 do século XX pode, circunstancialmente e com as devidas adaptações, servir aqui para retratar a Lisboa do século XXI. Veja-se:

Os bairros antigos onde o gentio pobre habita, população mais rica de côr e mais bizarra de costumes do que nenhuma outra, marcam na cidade uma nota de grande pitoresco. A criançada – porque a gente miserável é prolífica – vomitada para a rua pela estreiteza das casas (...). A rua é a sua varanda, o seu quintal e o seu terraço. Junte-se a isto o formigar dos vendilhões, o tráfego dos bairristas, a ingressia do mulherio, e ter-se-há a nota global do efeito da comparsaria e dos actores na comédia movimentada dos arruamentos velhos.³⁵

³⁰ A reflexão desenvolvida por GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa, *Op. Cit.*, 2013, enquadrou-se num projeto mais amplo – Bairro em Lisboa – em que, de entre as várias componentes e características de estudo desenvolvidas pela equipa de projeto, se salienta a relacionada com o trabalho de campo. Isto porque, interessantemente, o mesmo se desenvolveu em bairros que nem são os tidos como típicos, nem tão poucos sociais, o que, a nosso ver, enriquece o *corpus* da bibliografia olisipográfica relativamente à temática dos bairros da cidade.

³¹ GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2003. p. 43.

³² GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2003.

³³ Ver, por exemplo: PEREC, George – *Espéces d’espaces*. Paris: Galilée, 1974; GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2003; MENEZES, Marluci, *Op. Cit.*, 2019.

³⁴ CORDEIRO, Graça Índias; FIGUEIREDO, Tiago – Intersecções de um bairro online: reflexões partilhadas em torno do blogue Viver Lisboa. In MENDES, Maria Manuela, coord. – *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. p. 20.

³⁵ SEQUEIRA, Gustavo de Matos – Os bairros antigos e a comédia das ruas. In *Portugal – Lisboa: exposição portuguesa em Sevilha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1929. p. 19.

Portanto, mantendo-se a “comédia movimentada dos arruamentos” antigos da cidade, na Lisboa do século XXI, o ‘velho’ transforma-se, pouco a pouco, em ‘reabilitado’ através de um proliferar animado e incansável de obras. A ‘estreiteza das casas’ transforma-se, com as obras, em unidades hoteleiras e de alojamento de *charme*. O ‘formigar de vendilhões’ transfigura-se num enxamear de lojas, lojinhas e grandes lojas, mercados gastronómicos, restaurantes e esplanadas. Um ‘formigar’, entretanto agitado por um intenso tráfego de *tuk tuks* e patinetes que, a par de conviver com modos mais tradicionais de locomoção dos ‘bairristas’ de sempre, trafegam pelas ruas na qualidade de novos bairristas: turistas, moradores provisórios e mais nobilitados.

Lisboa acentua o seu carácter de cidade-rede global e, alguns dos bairros da área histórica, como que transformados em *commodities*, parecem apenas ser mais um dos pontos da cidade. Pontos da cidade que, entretanto, se entrecruzam numa ampla teia urbana, onde, através de uma economia criativa e imaterial, dos eventos e da arte, da comunicação e tecnologias digitais, da indústria turística, a vida quotidiana parece, cada vez mais, estetizada e culturalizada, sendo proficuamente virtualizada pelo *marketing urbano*. Paralelamente, acelerados e crescentes processos de recomposição sociodemográfica, gentrificação e turistificação sucedem-se nos bairros da cidade. Enfim, um conjunto de aspetos, entre outros, que colaboram para resignificar a ‘comédia dos arruamentos’ antigos e, como tal, o mundo social que nela se inscreve e a define como cidade.

Este animado cenário antes descrito repercute uma certa imagem da atualidade socio-simbólica e espacial da cidade e seus bairros, de modo algum expondo a complexidade de uma cidade em movimento³⁶. Todavia, colabora para aqui enquadrar algumas das atuais expressões que se associam aos bairros e ao recurso feito aos mesmos na agitada fábrica de fazer a cidade de Lisboa. Com este propósito, seguidamente discuto algumas aproximações ao bairro no presente da cidade. Para o efeito, recorro a um conjunto de casos exemplares. Saliente-se que os exemplos aqui discutidos são particularizados separadamente apenas por uma questão de sistematização analítico-compreensiva, pois os mesmos interagem entre si, bem como com uma variedade de outras condicionantes não abordadas no contexto desta reflexão. Portanto, na sequência destacam-se os seguintes casos exemplares:

O *bairro.com* relacionado com as múltiplas oportunidades de participação cívica, democrática e de ciber-vizinhança, entretanto criadas a partir de iniciativas cidadãs e associativas, bem como pela municipalidade³⁷. Ao *bairro online* liga-se ainda uma variedade de portais que informam sobre a história e urbanismo dos bairros, tal como sobre determinadas manifestações culturais locais. Não menos relevante é a importância destes portais digitais para a investigação, inclusivamente, tornando-se um essencial meio de pesquisa e divulgação sobre os bairros, também contribuindo para o contentor de significados de bairro.

Mas, paralelamente, observa-se uma tematização das formas culturais e simbólicas destes lugares, entretanto estilizadas e transformadas em marca dos lugares-bairro, onde, julgo que a citação abaixo reproduzida, muito embora se reporte mais diretamente ao Bairro da Mouraria, exemplifica a ideia subjacente à repercussão mais abrangente do bairro no universo digital:

(...) das ideias de bairro tradicional – repercutidas nas formas culturais e simbólicas ligadas ao fado, bairrismo, festas populares, procissão, pitoresco, etc. –, e de bairro multicultural e multiétnico – associadas à expressão local de formas culturais e simbólicas associadas às diferentes culturas imigrantes, ressoando em gastronomia, vestuário, festas, odores, etc. – fala-se, cada vez mais, no património local (imaterial e material, embora com mais destaque para o seu património intangível). Aprimoradas pelo design e as possibilidades do digital, estas formas simbólico-culturais respondem a determinadas modas e estilos, dinamizando o bairro numa ótica de economia criativa e/ou cultural.³⁸

³⁶ Neste sentido, ver: NEL·LO, Oriol – *A cidade em movimento: crise social e resposta cidadã*. Lisboa: Tigre de Papel, 2018.

³⁷ Ver: CORDEIRO, Graça Índias; FIGUEIREDO, Tiago, *Op. Cit.*, 2012; MENEZES, Marluci, *Op. Cit.*, 2019.

³⁸ MENEZES, Marluci, *Op. Cit.*, 2019. p. 30.

Refira-se ainda que esta tematização dos bairros em ambiente digital alia-se a uma crescente publicitação especulativa e imobiliária dos bairros.

O *bairro cultural*, diferentemente da abordagem de Gravano³⁹, associa-se aqui a uma cultura efémera de eventos artísticos, às vezes, com preocupações de intervenção urbana vocacionada para a participação e a revitalização através da arte⁴⁰. Todavia, é sobretudo relevante a reinvenção do ‘bairro’ como realidade “cool”, onde de entre os “bairros mais cool no mundo”, Lisboa aparece com o ‘Bairro de Arroios’⁴¹. Mas o sentido “time out” de bairro aparece ainda como “bairro pop-up”, entretanto relacionado com a zona de Santa Apolónia⁴². No entanto, o Príncipe Real, que já ficou no “5.º lugar como o bairro mais cool do mundo”⁴³, também tem vindo a ser descrito como “bairro do momento” e “bairro da moda”.

As áreas da cidade que se tornam ‘bairro’ e que, em geral, são áreas com proximidade a bairros (tradicionalmente assim reconhecidos) ou que, sendo zonas mais abrangentes e não necessariamente com uma identidade demarcada, podem integrar bairros há mais tempo socialmente identificados como tal. Nestas situações tenho vindo a observar que, de um ou outro modo, estas áreas têm sido afetadas por obras de reabilitação (ou somente no edificado ou de cariz mais urbano), pela gentrificação e pelo turismo. A título de exemplo, destacam-se as atuais resignificações da zona de Arroios, também nome de freguesia administrativa e que, de zona com ligação ao Bairro da Mouraria, Bairro das Olarias, Bairro das Colónias, mais recentemente é reivindicada como ‘Bairro de Arroios’; e na sua adjacência a invenção do B.I. (‘Bairro do Intendente’) que, na sequência de uma intervenção urbana ali protagonizada, de área problema da cidade também se transformou num ‘bairro da moda’. Um outro exemplo é a recém transformação do Príncipe Real em bairro, já que, à partida, é uma área englobada pelo Bairro Alto, mas sem um efetivo reconhecimento social como bairro. Um exemplo interessante é o caso da área em contiguidade próxima com o Convento das Trinas e de rua de igual designação que, de área ambígua, já que tanto podia fazer parte do Bairro da Madragoa como do Bairro da Lapa, mas não reconhecida como bairro⁴⁴, tem vindo a ser resignificada como ‘Bairro das Trinas’⁴⁵. Este último exemplo é particularmente curioso porque, embora julgue que essa alteração também esteja associada às dinâmicas associadas à economia cultural, ao turismo e à gentrificação, o que nutre esta resignificação da área em bairro tem a ver com a sensibilização para a conservação do património e das pessoas enquanto habitantes quotidianos do lugar, entretanto tornado ‘Bairro das Trinas’.

Estabelecimentos com a expressão bairro na sua designação é algo que muito recentemente me tem despertado a atenção, como se ao englobar a palavra ‘bairro’, certos valores positivados relativamente a esta expressão (por exemplo: tradição, proximidade, autenticidade, sociabilidade...) fossem instantaneamente integrados no serviço fornecido, qualificando-o. Tenho observado este fenómeno em cafés, restaurantes, mercearias, através da curiosa proliferação de ‘café de bairro nome do estabelecimento’, ‘pastelaria de bairro nome do estabelecimento’ (...).

³⁹ GRAVANO, Ariel, *Op. Cit.*, 2003, 2005.

⁴⁰ Ver, por exemplo: COSTA, Pedro; LOPES, Ricardo – Dos dois lados do espelho: diálogos com um bairro cultural através da intervenção urbana. *Etnografia*. Vol. 22 Nº 3 (2018).

⁴¹ Ver: (i) <https://www.timeout.com/coolest-neighbourhoods-in-the-world>; (ii) <https://www.publico.pt/2019/09/17/fugas/noticia/arroios-bairro-cool-mundo-top-internacional-time-out-1886917>.

⁴² Ver: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/em-outubro-santa-apolonia-transforma-se-num-bairro-pop-up-sustentavel-090619?fbclid=IwAR20b pKumAGJgkKLUnyCdY37K58jTMYCn1aKmVHgb-jjqsawLZLFRxBFbFo>.

⁴³ Ver: <https://viagemparalisboa.com/principe-real-em-lisboa/>

⁴⁴ Neste sentido, ver: MENEZES, Marluci, *Op. Cit.*, 2002.

⁴⁵ Ver: <https://aprupp.org/2019/02/07/visita-comentada-ao-bairro-das-trinas-lisboa-homenagem-a-jose-sarmento-de-matos-23-de-fevereiro/>

AFINAL LISBOA ESTÁ COM MAIS BAIROS!

As metáforas e as imagens do ‘bairro’ revelam diversidade, heterogeneidade, mas também revelam fenómenos de exclusão, segregação e de desigualdade, ecoando numa espécie de ‘polifonia de bairros’ integradora do conhecimento da cidade. Uma ‘cidade polifónica’ que se revela a partir da sua representação como “cidade de bairros”.

Numa cidade de bairros e, ao que parece, com cada vez mais ‘bairros’, colocam-se muitos desafios. Um deles é o necessário reconhecimento quotidiano das pessoas que nele habitam, de modo a garantir que Lisboa continue uma cidade de bairros e, reciprocamente, os bairros contribuam para que a cidade continue em movimento. Um outro desafio pode ser ir um pouco mais além das plataformas de bairro em muito associadas aos negócios e, neste sentido, criar uma verdadeira plataforma-rede de produção de conhecimento, registo, divulgação e interação, contribuindo para valorizar os bairros de Lisboa. Afinal, Lisboa vale a pena!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTUDOS

- ABBADIE, Lucía [et al.] – Del barrio a las territorialidades barriales: revisitando categorías desde experiencias de trabajo en cuatro barrios de Montevideo. In AGUIAR, Sebastián [et al.], coord. – *Habitar Montevideo: 21 miradas sobre la ciudad* [Em linha]. Montevideo: La Diaria Editorial, 2019. p. 273-303. Disponível na Internet: https://cerejas-do-uruguai/fileadmin/user_upload/Habitar_Montevideo.pdf.
- ASCHER, François – La fin des quartiers? In HAUMONT, D. Nicole, dir. – *L'urbain dans tous ses états: faire vivre, dire la ville*. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 183-201.
- ASCHER, François; GODARD, Francis – Vers une troisième solidarité. *Esprit*. Nº 258 (11) (Novembre 1999), p. 87-114.
- AUTHIER, Jean-Yves; BACQUÉ, Marie-Hélène; GUÉRIN-PACE, France – *Le quartier: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*. Paris: La Découverte, 2006.
- BOURDIN, Alain – *O urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.
- CARNEIRO, Luís Miguel – Bairros de Lisboa. *Lisboa: da Cidade para os Lisboaetas* [Em linha]. Nº 26 (2019), p. 4-9. Disponível na Internet: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_lisboa_26.
- CASTELLS, Manuel – *La cuestión urbana*. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa* [Em Linha]. Nº 4 (2013). Disponível na Internet: <http://www.estudoprevio.net/artigos/29/dossier-bairros-margarida-tavares-da-conceicao--a-polissemia-da-palavra-bairro>.
- CORDEIRO, Graça Índias – Olhar a cidade. In CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da, org. – *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 9-30.
- CORDEIRO, Graça Índias – Entre a rua e a paisagem. *Ler História*. Nº 52 (2007), p. 57-72.
- CORDEIRO, Graça Índias; FIGUEIREDO, Tiago – Intersecções de um bairro online: reflexões partilhadas em torno do blogue Viver Lisboa. In MENDES, Maria Manuela; FERREIRA [et al.], coord. – *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. p. 9-20.
- COSTA, Pedro; LOPES, Ricardo – Dos dois lados do espelho: diálogos com um bairro cultural através da intervenção urbana. *Etnografia*. Vol. 22 Nº 23 (2018).
- Di MÈO, Guy – Epistémologie des approches géographiques et socio-anthropologiques du quartier Urbain. *Annales de Géographie*. T. 103 Nº577 (1994), p. 255-275.
- DONZELOT, Jacques – La nouvelle question urbaine. *Esprit*. Nº 258 (11) (Novembre 1999), p. 87-114.
- ESTÈBE, Philippe – *L'usage des quartiers: action publique et géographie dans la politique de la ville (1982-1999)*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- COSTA, António Firmino da – *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- GATO, Maria Assunção – São as pessoas que fazem o bairro. *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa* [Em Linha]. Nº 4 (2013). Disponível na Internet: <http://www.estudoprevio.net/artigos/28/dossier-bairros-maria-assuncao-gato--sao-as-pessoas-que-fazem-o-bairro>.
- GATO, Maria Assunção; RAMALHETE, Filipa – Bairros na Lisboa contemporânea. *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa* [Em Linha]. Nº 4 (2013). Disponível na

- Internet: <http://www.estudoprevio.net/artigos/30/dossier-bairros-filipa-ramalhete-maria-assuncao-gato-bairros-na-lisboa-contemporanea>.
- JOSEPH, Isaac; GRAFMEYER, Yves – *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Flammarion, 2004.
- GRAVANO, Ariel – *Antropología de lo barrial: estudios sobre la producción simbólica de la vida urbana*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003.
- GRAVANO, Ariel – *El barrio en la teoría social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- LEFEBVRE, Henri – *Quartier et vie de quartier*. Paris: [s.n.], 1967. p. 9-12.
- LEFEBVRE, Henri – *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012.
- LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- MARTÍNEZ, Graciela – El barrio, un ser de otro planeta. *Bifurcaciones: Revista de Estudios Culturales Urbanos* [Em Linha]. Nº 1 (2004), p. 1-20. Disponível na Internet: http://www.bifurcaciones.cl/bifurcaciones/wp-content/uploads/2004/12/bifurcaciones_001_GMartinez.pdf.
- MENDES, Manuela Maria [et al.] – *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.
- MENEZES, Marluci – *Espaço: manutenção, mudança e representação na Madragoa: ITECS 34*. Lisboa: LNEC, 2002.
- MENEZES, Marluci – Digital in action in a neighbourhood in transformation: notes from Mouraria in Lisbon. In MENEZES, Marluci; SMANIOTTO, Carlos Costa, ed. – *Neighbourhood & city: between digital and analogue perspectives*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, 2019.
- NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise – Le quartier des habitants des villes marocaines. In AUTHIER, Jean-Yves; BACQUÉ, Marie-Hélène; GUÉRIN-PACE, France, dir. – *Le quartier: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*. Paris: La Découverte, 2007. p. 163-173.
- NOSCHIS, Kaj – *Signification affective du quartier*. Paris: Méridiens, 1984.
- NEL-LO, Oriol – *A cidade em movimento: crise social e resposta cidadã*. Lisboa: Tigre de Papel, 2018.
- PEREC, George – *Espèces d'espaces*. Paris: Galilée, 1974.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – Os bairros antigos e a comédia das ruas. In *Portugal – Lisboa: exposição portuguesa em Sevilha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1929.
- TISSOT, Sylvie – *L'Etat et les quartiers: genèse d'une catégorie de l'action publique*. Paris: Seuil, 2007.
- TOPALOV, Christian [et al.] – *L'Aventure des mots de la villae à travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Robert Laffont, 2010.
- TOPALOV, Christian [et al.] – *A aventura das palavras da cidade, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.
- VIEILLARD-BARON, Hervé – *Les banlieues: des singularités françaises aux réalités mondiales*. Paris: Hachette, 2001.
- WELLMAN, Barry; LEIGHTON, Barry – Networks, neighborhood and communities: approaches to the study of the community question. *Urban Affairs Quarterly*. Vol. 14 Nº3 (March 1979), p. 363-390.
- WHYTE, William Foote – *Street Corner Society: la structure sociale d'un quartier italo-américain*. Paris: La Découverte, 1996.

YOUNG, Michael; WILLMOTT, Peter – *Le village dans la ville*. Paris: Centre Georges Pompidou, Centre de Création Industrielle, 1983.

WEBGRAFIA

<https://www.timeout.com/coolest-neighbourhoods-in-the-world>

<https://www.publico.pt/2019/09/17/fugas/noticia/arroios-bairro-cool-mundo-top-internacional-time-out-1886917>

<https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/em-outubro-santa-apolonia-transforma-se-num-bairro-pop-up-sustentavel-090619?fbclid=IwAR20bpKumAGJgkKLUnyCdY37K58jTMYCn1aKmVHgb-jjqsawLZLFRxBfFo>

<https://viagemparalisboa.com/principe-real-em-lisboa/>

<https://aprupp.org/2019/02/07/visita-comentada-ao-bairro-das-trinas-lisboa-homenagem-a-jose-sarmento-de-matos-23-de-fevereiro/>

Marluci Menezes, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1700-066 Lisboa, Portugal. marluci@lnec.pt

MENEZES, Marluci – Bairro: reverberações de uma ideia numa Lisboa em movimento.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 15 – 26.

São José em Lisboa: um bairro tridentino

Saint Joseph of Lisbon: a counterreformation neighbourhood

Miguel Monteiro de Barros

RESUMO

Este artigo analisa o Bairro de São José de Lisboa e de como o seu aparecimento e desenvolvimento estiveram intimamente ligados à Contrarreforma. Em 1567, cerca de quatro anos após o encerramento oficial do Concílio de Trento, uma ermida dedicada a São José, situada junto a uma das principais vias terrestres de acesso à cidade, a menos de um quilómetro de distância das Portas de Santo Antão, foi transformada em sede paroquial de uma nova freguesia. A escolha de São José como patrono não foi fruto do acaso, tratando-se de uma medida deliberada levada a efeito pela Coroa e pela Igreja. Inseriu-se numa estratégia mais vasta de disseminação da ideologia contrarreformista fazendo uso da célula base da estrutura administrativa da Igreja Católica, a sede paroquial. A obrigatoriedade, então estabelecida, de existência de registos paroquiais e de participação em diversos atos religiosos por parte de todos os fregueses contribuiu decisivamente para a formação de vínculos comunitários de vizinhança entre os habitantes do Bairro de São José.

PALAVRAS-CHAVE

Bairro / São José / Associações de leigos / Contrarreforma

ABSTRACT

This article examines the development of the *São José* neighbourhood in Lisbon and how that development was closely connected with the Catholic Reformation. In 1567, in the aftermath of the Council of Trent, a hermitage dedicated to Saint Joseph, situated close by one of the main access roads into Lisbon, was transformed into the headquarters of a new parish. The choice of Saint Joseph as parish patron was not a mere coincidence. It made part of a deliberate strategy of dissemination of the Counter Reformation ideology, making use of the basic administrative cell of the Catholic Church, the parish. The compulsory requirement for parochial registers and for the participation of the faithful in the religious acts contributed decisively to the formation of community bonds among the neighbours of Bairro de São José.

KEYWORDS

Neighbourhood / Saint Joseph / Brotherhoods / Catholic Reformation

FUNDAÇÃO E CONTEXTO IDEOLÓGICO

A 15 de maio de 1545 teve lugar uma cerimónia de tomada de posse de um cardal situado junto à estrada pública que ia para Andaluz¹ – a futura rua Direita de São José/Santa Marta. Esse evento pode ser considerado como um dos dois momentos simbólicos que marcam a fundação do Bairro de São José de Lisboa. No caso específico, o da sua fundação física.

Nessa cerimónia intervieram os seus novos proprietários, os juízes, mordomos e escrivão da Confraria de São José dos Carpinteiros e Pedreiros. O chão tinha sido doado perpetuamente, destinando-se à construção de uma ermida que serviria como sede da Confraria de Carpinteiros e Pedreiros da cidade de Lisboa². Esta confraria teria sido “a pri.^{ra} deste reino”³. A tomada de posse foi efetuada

perante mij Notario e Testemunhas pacificamente, sem contradicções de pessoa alguma, e entraraõ nelle, e ho apegaram e tomaraõ em suas mãos terra e pedra, e andaraõ todos dentro nelle publicamente e se houveram por metidos; e emvestidos na ditta posse realmente e pijdijrom delle este Instrumento, testemunhas que foram presentes as Testemunhas contheudas na dita Carta⁴.

O requerimento para a edificação da ermida foi feito a 6 de julho de 1545, dois meses e onze dias depois da tomada de posse do chão, ao então arcebispo de Lisboa D. Fernando, usando-se como argumento o facto de a dita confraria ser uma associação de leigos relevante, composta por mais de trezentos oficiais de carpinteiro, de pedreiro e de outros officios anexos à Bandeira de São José. Nesse requerimento pode ler-se que

óra tinhaõ hum chaõ fora desta Cidade alem do Mosteiro que foy de Samto Antaõ, que agora hé Anunciada onde desejavaõ fazer huma Ermida do Orago de Sam Jozeph, e ali poer sua Confraria, e fazer seus ajuntamentos (...) a quall [confraria] elles queriaõ fazer aa sua custa, e a sustentar, e ornamentar de todo o necessário, e ainda manter hum Capellaõ, o que elles podem muito bem fazer por serem mais de trezentos Officiais os que entraõ nesta Irmandade⁵.

Regra geral as confrarias não dispunham de templo privativo. Ficavam sediadas nas igrejas paroquiais onde se situavam os arruamentos dos officios, aí dispondo de capelas onde ficavam expostas as imagens dos patronos⁶. A edificação de uma ermida para sede própria de uma confraria de officios constitui um caso raro no contexto lisboeta, ficando-se a dever à elevada capacidade financeira dos seus membros que assumiram todos os custos da edificação.

Tendo a autorização sido concedida, as obras decorreram com alguma celeridade – em 25 de abril de 1546 estaria já parcialmente edificada como atestam a trasladação da confraria e da imagem do patrono para a sua nova residência⁷. Parcialmente, porque sabemos que os confrades se continuaram a reunir no

¹ Esta referência à sua localização surge no documento em que o cardal em questão é doado por Gonçalo Pires Telheiro e por sua mulher, Margarida Antunes, à Confraria de São José de Carpinteiros e Pedreiros. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. N.º 51.

² O regimento e compromisso da Bandeira dos carpinteiros e pedreiros datam de 24 de agosto de 1501. A sede da Confraria de Carpinteiros e Pedreiros situou-se originalmente no Hospital de Santa Maria, à Caldeiraria. Passou, provavelmente em 1502, para o Hospital Real de Todos-os-Santos, onde se manteve até 1532. Nesse ano, transitou para a Igreja de Santa Justa, mas os cabidos continuaram a realizar-se no Hospital Real de Todos-os-Santos devido à falta de espaço para acolher os seus oficiais. Em 1546, mudou-se para a Ermida de São José *d'Entre as Hortas*, a qual veio a dar origem à atual Igreja de São José dos Carpinteiros. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos officios mecânicos, subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I, p. 258.

³ Arquivo da Anunciada, Creação da Confraria e freg.^a de S. Joseph, 1640, Ms. 37 [treslado de documento, sem data, com a seguinte referência: Ms. N.º 139 – f.177 – Biblioteca Nacional de Lisboa] (nova organização: Pasta de arquivo n.º 2).

⁴ Arquivo da Anunciada, Compilação de vários documentos, 1571-1848, Ms. 1, f. 1 e 1v (nova organização: Pasta 107).

⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro do tombo das escrituras, sentenças, provisões e outros títulos pertencentes à irmandade do patriarca S. José, 1776. Livro 38, f. 8v.

⁶ CAETANO, Marcelo – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In *As corporações dos officios mecânicos, subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I, p. XLl.

⁷ CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1936. vol. IV, p. 262.

Hospital Real de Todos os Santos, datando de 15 de janeiro de 1574 a primeira referência a uma assembleia na Casa do Cabido da Confraria de São José⁸. A atual Casa do Cabido, adossada à igreja e com entrada a efetuar-se pela rua da Fé, o arruamento mais antigo do bairro, é uma construção posterior a essa data. Resulta de obras de ampliação da ermida, de forma a transformá-la em sede paroquial⁹. Na provisão de criação da nova freguesia de São José, datada de 1567, estabelece-se que a Casa do Cabido original “com seu quintal e chaõs ficaraõ aos ditos Irmaõs com declaração, q[ue] tomando se a dita caza e chaõs para a Igreja se fazer mayor, se lhe dará por isso satisfação, ou outra caza Equivalente”¹⁰.

Refletindo a expansão marítima dos séculos XV e XVI, Lisboa cresceu em número de habitantes e em área. Como consequência desse crescimento ocorreu, na segunda metade do século XVI, uma reestruturação paroquial, aumentando-se o número de paróquias de 23 para 35. A freguesia de São José Entre as Hortas formou-se a partir de territórios desanexados da freguesia de Santa Justa e Rufina, por provisão emanada pelo Cardeal Infante D. Henrique, em 20 de novembro de 1567. Este era então arcebispo de Lisboa, inquisidor-mor do reino e principal promotor da Contrarreforma em Lisboa e em Portugal¹¹. Nesse documento justificava-se a fundação da nova freguesia com o crescimento populacional verificado na freguesia de Santa Justa e Rufina¹². Mas essa fundação não se esgotou em questões de ordem prática, verificando-se a existência de um forte componente ideológico a enquadrar a decisão. Em ambiente contrarreformista – comparem-se as balizas temporais de Trento (1545-1563) com as do início da implantação do bairro e da freguesia de São José (1545 e 1567) – assumia-se como prioridade uma reforma geral dos costumes e das práticas religiosas.

É neste contexto que deve ser entendida a escolha de São José como patrono da nova freguesia. A partir do Concílio de Trento, num contexto em que a família alargada da época medieval ia cedendo lugar à família nuclear, o pai terreno de Cristo passou a ser ativamente promovido pela Igreja Católica¹³. Esta transformou-o em santo universal¹⁴, associado a novas noções de família, de paternidade, de sexualidade e de género, passando a sua atuação como *paterfamilias* a ser vista como exemplar¹⁵. A representação mais antiga da Sagrada Família existente na Igreja de São José dos Carpinteiros, provavelmente obra escultórica espanhola do século XVII, atualmente no altar-mor da igreja, insere-se nesta tendência (Figura 1).

⁸ AML, Livro do regimento e compromisso da bandeira do bem aventurado S. José dos officios dos carpinteiros e pedreiros, 1684-1813. Livro 112, f. 17v a 20v.

⁹ Sabemos pelas fontes que estas obras foram executadas nas últimas décadas do século XVI, mas não encontramos registos com as datas exatas.

¹⁰ ANTT, Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. nº 51.

¹¹ POLÓNIA, Amélia – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FREI GERALDO COELHO DIAS, Porto, 2005 – *Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos: actas*. Porto: FLUP, Instituto de História Moderna, 2005.

¹² “[A] capela de São Jozé situada na mesma freguezia está em lugar conveniente pera em ella se poder bem curar, e Sacramentar parte dos ditos freguezes, e per esta prezente Authoritate ordinaria mandamos digo, separamos, e dividimos a dita Capella de San Jozé da dita Igreja Matriz de Santa Justa com os moradores dos limites abaixo declarados, e os applicamos à dita Capela, a qual erigimos em Igreja Curada”. ANTT, *Documentos relativos à igreja e freguesia de São José*. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. nº 51.

¹³ BLACK, Charlene Villaseñor – *Creating the cult of St. Joseph, art and gender in the Spanish Empire*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006. p. 78-79.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 85.

¹⁵ “In fact, a fertile cache of primary source texts demonstrates that the Church was actively promoting the importance of St. Joseph as *paterfamilias*”. *Idem, ibidem*, p. 69.



Figura 1 Sagrada Família, Altar-mor da Igreja de São José dos Carpinteiros. Fotografia do autor.

Se 15 de maio de 1545, momento de apropriação do chão onde seria edificada a ermida dedicada a São José, constituiu o momento simbólico da fundação física do bairro, 20 de novembro de 1567 constituiu o seu momento fundacional de um ponto de vista ideológico. A ermida, de carácter privado, transformava-se em sede paroquial de uma nova freguesia, um novo ponto difusor ao serviço da propaganda contrarreformista¹⁶. A escolha de São José como patrono da nova freguesia não se tratou, portanto, de uma coincidência, já que as designações atribuídas a lugares são muito raramente aleatórias¹⁷.

O surgimento e desenvolvimento do Bairro de São José ocorreu em tempos de profundas mudanças que foram impulsionadas pela disseminação da ideologia contrarreformista a todos os setores da sociedade e por novas regras urbanísticas. Estas vinham sendo maturadas desde as primeiras experiências medievais de urbanismo programado, emprestando ao bairro a sua característica identidade visual, visível no terreno e em imagens e cartas¹⁸.

¹⁶ Essencialmente o que distinguia uma igreja paroquial/matriz de outro tipo de templos era a existência de pia batismal e de cartório, este último compreendendo os livros de assentos (batismos, casamentos, óbitos, perfilhações) e os róis de confessados.

¹⁷ Os topónimos constituem mnemónicas “when names are assigned to places, those who do the naming are often particularly aware of the memories they wish to impose”. CONNERTON, Peter – *How modernity forgets*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 11, 13.

¹⁸ A primeira representação cartográfica do bairro data de 1756. Museu da Cidade (MC). I. De Reverend – *Planta geometrica do Bairro de Andalus com seus confinas*, 1756. MC. DES.983.

Em 1575 iniciava-se em Lisboa a construção da Igreja de São Roque na zona mais tarde conhecida como Bairro Alto. Este templo tornou-se a principal igreja jesuíta portuguesa nos duzentos anos seguintes e um dos principais centros da propaganda contrarreformista europeia¹⁹. Influenciou grandemente a arquitetura, o urbanismo e, num plano menos tangível, o comportamento social do bairro e da cidade onde se localizava.

Em 1536, o rei D. João III solicitara a instalação formal da Inquisição em Portugal. Em 1540, os jesuítas estabeleciam-se em Portugal e, em 1542, inauguravam em Coimbra a sua primeira escola, seguindo-se outra em Lisboa, em 1553. Tornaram-se uma força dominante através da sua ação pastoral, que levaram às ruas, praças e púlpitos da capital, reunindo multidões para os ver e ouvir²⁰.

A transformação, em 1567, da Ermida de São José em sede paroquial ocorreu numa capital em pleno modo contrarreformista, com a recusa de culto aos santos por parte das igrejas reformadas a explicar a estratégia católica de promoção de devoções mais teocêntricas como a de São José²¹. A relação íntima de São José com Jesus tornava-o um candidato ideal a patrono de uma nova freguesia onde se difundissem os valores contrarreformistas *ab initio*, nomeadamente “bem curar, e Sacramentar”²². Numa sociedade em que a esmagadora maioria da população era iletrada e onde as novidades levavam tempo a disseminar-se, os poderes aproveitaram as células base da rede administrativa religiosa, as paróquias, como meios difusores privilegiados da propaganda contrarreformista.

A criação da paróquia de São José inseriu-se assim numa estratégia mais vasta, que implicou a moralização das práticas individuais e coletivas e a luta contra as heresias, num ambiente de centralização política e de homogeneização ideológica e cultural. De acordo com o padre José de Castro, Portugal foi o primeiro estado católico a demonstrar o seu apoio total às disposições tridentinas²³, ao contrário de Espanha e de França, que apresentaram reservas de diversa índole²⁴. Em 12 de setembro de 1564, a menos de um ano do encerramento do Concílio de Trento, sendo regente do reino o Cardeal Infante D. Henrique, foi promulgado um alvará régio que estabelecia a total observância aos decretos de Trento.

Entre 1545-1563 e as primeiras décadas do século XIX, a vida quotidiana passou a ser fortemente regulamentada pela Igreja Católica – os comportamentos, os detalhes administrativos das existências individuais e coletivas, assim como a relação estabelecida entre as populações e os territórios que estas habitavam²⁵. A aliança com a Igreja interessava particularmente à Coroa, devido ao papel de harmonização e de controlo social que aquela conseguia exercer. O poder de penetração da Igreja Católica no território nacional era muito mais relevante do que o da Coroa, pois assentava numa rede bem integrada e eficiente que se iniciava no Vaticano, passava pelas dioceses e terminava nas paróquias²⁶.

¹⁹ Lisboa tornou-se o perfeito ambiente urbano moderno para a Companhia de Jesus ‘to emerge as one of the leading forces of the Catholic Reform movement of the late sixteenth century’. Tal foi possível graças a uma série de fatores: tratava-se de uma cidade ‘where political, religious and economic power converged’; era uma das maiores cidades da Europa, uma metrópole com mais de 100000 habitantes; graças ao seu império, possuía um alcance global. BROCKEY, Liam Matthew – Jesuit pastoral theater on an urban stage: Lisbon, 1588-1593. *Journal of Early Modern History*. Leiden: Brill. Vol. 9 Nº 1 (2005), p. 5.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 26.

²¹ PENTEADO, Pedro – Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. p. 24-25.

²² ANTT, Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. nº 51.

²³ CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica, 1944. vol. VI, p. 140-141.

²⁴ *Histoire de la réception du Concile de Trente Dans les différents Etats Catholique ; Avec les Pièces justificatives, servant A prouver que les Décrets & Réglemens Ecclésiastiques ne peuvent & ne doivent être exécutés sans l'autorité des Souverains*. Amsterdam: [s.n.], 1766. tome I, p. 64-65.

²⁵ CARVALHO, Joaquim Ramos de – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2011. p. 33.

²⁶ LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes – Visitas pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série Vol. 23 (2011), p. 170.

Diversos meios foram utilizados pela hierarquia católica para impor as disposições tridentinas. Para a paróquia e Bairro de São José destacamos o papel exercido pelas associações de leigos, a Confraria de São José e a Irmandade do Santíssimo, na doutrinação e assistência aos fiéis e na fiel guarda dos registos paroquiais, tornados obrigatórios²⁷. Quer a Confraria de São José quer a Irmandade do Santíssimo Sacramento foram ambas, em épocas distintas, administradoras da freguesia, tendo por obrigação guardar e manter os livros paroquiais, único registo então existente das gerações passadas e dos laços criados entre vizinhos²⁸.

Outro meio relevante de controlo foram as visitas²⁹, que tinham como um dos seus objetivos principais constituir-se como um mecanismo disciplinador dos comportamentos de religiosos e de leigos, tendo estas sido muito mais utilizadas em Portugal do que nos restantes países católicos³⁰. Evitar a participação nos variados atos religiosos que marcavam a vida quotidiana tornou-se difícil devido à generalização de registos escritos. O ato da confissão, apesar de obrigatório desde o IV Concílio de Latrão (1215), passou a ficar registado por escrito nos róis de confessados. Estes arrolavam, por agregado familiar, todos os paroquianos com idade considerada adequada para se confessarem e comungarem. A realização destas listas foi imposta aos párocos pelas constituições sinodais, que adaptavam as disposições tridentinas às realidades locais. Constar do rol era condição *sine qua non* para se poder ser considerado freguês.

DESENVOLVIMENTO IDENTITÁRIO E URBANÍSTICO

Todas estas medidas contribuíram para o desenvolvimento de sentimentos de pertença dos fregueses às suas paróquias e aos bairros que lhes estavam associadas. No caso do Bairro de São José, periférico e único núcleo urbano da freguesia em que se inseria entre os finais do século XVI e os inícios do século XVIII – tempo que corresponde à aplicação, expansão e normalização das disposições tridentinas –, o processo de construção identitária entre os seus habitantes, com o desenvolvimento de representações coletivas e de noções de interior e de exterior, teria sido igualmente facilitado por estas circunstâncias específicas³¹.

Os laços emocionais que se estabeleciam ajudaram a construir memórias coletivas relacionadas com os espaços de uso comum, de entre os quais se destaca a igreja paroquial devido ao papel central que assumiu nas vivências dos fregueses. O calendário religioso, das celebrações quotidianas aos diversos rituais de iniciação e de passagem como os batismos, comunhões, casamentos e funerais, teve um papel importante no processo de socialização e na construção da identidade bairrista. O desenvolvimento daqueles laços encontrava-se relacionado com os registos

²⁷ As irmandades e culto do Santíssimo Sacramento tornaram-se importantes instrumentos ao serviço da Contrarreforma. O Concílio de Trento fundamentou “com argumentos teológicos nítidos todo um conjunto de práticas piedosas que há muito faziam parte dos costumes dos fiéis cristãos, nomeadamente a adoração de Cristo presente no sacrário e as procissões do Santíssimo, assim como a reunião de homens e mulheres em confrarias sob a invocação do Santíssimo Sacramento. Costumes piedosos arreigados na tradição cristã, mas que recebem novo impulso nos alvares do século XVII, correspondendo a uma renovação das práticas de adoração comunitária.” VENTURA, Margarida Garcez – *Reflexões sobre a majestade: o culto do Santíssimo Sacramento nos livros de visitas e pastorais da igreja de São Pedro da Ericeira*. Lisboa: Didaskalia, 1998. p. 174.

²⁸ AML, Livro do tomo das escrituras, sentenças, provisões e outros títulos pertencentes à irmandade do patriarca S. José, 1776. Livro 38, f. 287, 287v.

²⁹ PAIVA, José Pedro – As visitas pastorais. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. II, p. 251. Para a paróquia de São José, a primeira inquirição religiosa deste tipo data de 1601. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, 1601, Ms. 104.

³⁰ CARVALHO, Joaquim Ramos de – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 40.

³¹ O Bairro de São José constituiu-se como único núcleo urbano da freguesia do mesmo nome entre os finais do século XVI e as primeiras décadas do século XVIII, altura em que se começa a desenvolver a urbanização na encosta nascente da colina de São Roque. Essa realidade encontra-se patente num documento de 1737 onde, a propósito da limpeza do bairro (administrativo) da Mouraria que compreendia então cinco freguesias, entre as quais a de São José, se descreve sucintamente o bairro. Este é aí assumido como o único núcleo urbano da freguesia digno de menção: “a quarta [freguesia] a do S. José que tem a rua Direita que começa ás portas de Santo Antão e acaba a Santa Martha, com todas as travessas de uma e outra parte e dois conventos de freiras [Anunciada e Santa Marta]”, Liv.º XIII de cons. e dec. d’el-rei D. João V, do sen. Ori., 1737. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1903. vol. XIII, p. 341-342.

paroquiais, considerando que a verificação das identidades individuais constituía um processo comunitário dependente dos demais membros da comunidade e do pároco. Esta realidade contribuiu para estreitar ainda mais os laços de interdependência entre os vizinhos e a sua paróquia³².

Outros elementos que também contribuíram para a construção da identidade do Bairro de São José foram as casas religiosas que marcavam os seus limites³³. A implantação do Mosteiro de Santo Antão entre dois caminhos, ocorrida nos inícios do século XV e substituído, em 1538-39, pelo da Anunciada, pode ter-se constituído como elemento potenciador da implantação da ermida dedicada a São José em 1545³⁴. Todavia, o impacto do Mosteiro de Santo Antão na urbanização da zona, no decorrer do século XV, não deve ter sido significativo devido ao pouco interesse despertado pela mesma, periférica e pouco salubre, junto a uma cidade de povoamento concentrado mas com espaços vazios no seu interior. Um maior dinamismo verificou-se com a refundação do Mosteiro da Anunciada nas instalações do de Santo Antão em 1538-39 e com a fundação da Ermida de São José dos Carpinteiros na rua Direita em 1545.

As dinâmicas criadas pela promoção da ermida a sede paroquial em 1567 espoletaram a instalação, em 1569³⁵, de um recolhimento dedicado a Santa Marta, posteriormente (1583) elevado à categoria de convento, assim como a fundação do Convento dos Capuchos em 1570³⁶. É aliás sem surpresa que constatamos que, por detrás da fundação do Convento dos Capuchos³⁷ e da freguesia de São José, encontramos a mesma personalidade, o Cardeal Infante D. Henrique. Estas casas religiosas tiveram um papel relevante nas dinâmicas do bairro. Apesar de, com Trento, se terem estabelecido normas rígidas de conduta para as casas religiosas femininas, a realidade era bem mais fluida. Verificava-se um certo grau de convivialidade com os vizinhos³⁸ que sentiam estas instituições como «suas», situação que contribuía para a construção das memórias sociais dos espaços em que essas casas se inseriam.

A urbanização do Bairro de São José, lenta nas duas décadas que se seguiram à instalação da ermida, sofreu um impulso com a oficialização da sede paroquial da nova freguesia em 1567. As evidências apontam nesse sentido, nomeadamente com o aparecimento na documentação, logo em 1570, da primeira referência a um arruamento do bairro, a rua da Fé³⁹. A urbanização do bairro ocorreu a partir de dois núcleos difusores: um mais antigo situado nas imediações da igreja paroquial e um outro mais recente situado nas imediações do Convento de Santa Marta. Quanto ao primeiro núcleo, além da rua da Fé, surgiu em 1586 a rua do Telhal⁴⁰, em 1607 a rua do Carrião⁴¹, em

³² VIDAL, Frédéric – A organização do registo civil em Portugal: para uma história social das práticas administrativas. In SERRÃO, José Vicente; SÁ, Maria de Fátima; PINHEIRO, Magda de Avelar – *Desenvolvimento económico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 522.

³³ “Os núcleos de edificações, que se aninhavam em volta das casas religiosas, eram os principais factores da formação de bairros que por sua vez determinavam a criação dos templos paroquiais.” SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. vol. I, p. 16.

³⁴ “Está a gente a vêr, na bárbara descrição [escritura datada de 1400, em latim, em que João de São Vicente e Lourença Joane, sua mulher, mercadores abastados de Lisboa, doam terrenos seus para a edificação do Mosteiro de Santo Antão-o-Velho], a actual igreja da Anunciada posta entre os dois caminhos; o que ia para Bemfica, que é a correnteza das modernas ruas de S. José, Santa Marta e S. Sebastião da Pedreira, etc., e o que ia para a Cotovia, o qual começando naquele trôço de rua que liga o largo à Avenida, se empinava, encaracolando naturalmente pelo oiteiro fronteiriço, até ganhar as eminências do Moinho de Vento.” *Idem, ibidem*, p. 57.

³⁵ ANTT, ex-AHMF, Relações dos documentos do Convento..., 1583. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Marta de Jesus, cx. 149, IV/F/1(2), SM 2-6.

³⁶ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950/1952. tomo II, p. 339.

³⁷ ANTT, Memórias sobre a fundação e edificação do convento de Santo António de Lisboa. Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, Província. Liv. 7, 1673.

³⁸ CONDE, Antónia Fialho – O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento. In BRAGA, Isabel Drumond; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita, org. – *As mulheres perante os tribunais do antigo regime na Península Ibérica*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2015. p. 236-237.

³⁹ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950/1952. tomo II, p. 339.

⁴⁰ Arquivo da Anunciada, Livro da Confraria e Irmandade de Jesus, 1584-1624, Ms. 2, f. 185 (nova organização: Pasta 138).

⁴¹ Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita ao termo de Lisboa, 1607, Ms. 102, f. 196.

1607 a travessa das Pretas⁴² e em 1621 a rua da Praga⁴³. O segundo núcleo desenvolveu-se junto ao Convento de Santa Marta. A primeira referência relacionada com este reporta-se à travessa dos Melros e data de 1601⁴⁴. Já as primeiras referências específicas às ruas de São José e de Santa Marta datam de 1613 e de 1615⁴⁵, o que indicia que ambos os núcleos se tinham tornado suficientemente relevantes para passarem a designar secções da antiga estrada pública que ia para o Andaluz.

Apesar do impulso dado à urbanização do bairro a partir das últimas décadas do século XVI, este só aparece reconhecido como tal, em documentos oficiais, a partir de 1682⁴⁶. O aparecimento da designação bairro nos anos oitenta do século XVII, referente ao único núcleo com características urbanas existente na freguesia de São José, significa provavelmente duas coisas. Uma, que essa designação, atribuída a uma área residencial com uma identidade própria, apenas se teria desenvolvido plenamente em Lisboa por meados do século XVII, facto que as fontes parecem confirmar. A primeira referência a um bairro residencial que encontramos nas fontes consultadas reporta-se ao Bairro de São Roque, como era então conhecido o Bairro Alto, e data de 1605⁴⁷. Essa referência coincide no tempo com a divisão de Lisboa em dez bairros criminais⁴⁸, o que aponta para a disseminação da noção de bairro, fosse este uma realidade administrativa ou residencial. Outra, que entre meados e finais do século XVII o aglomerado urbano situado na vertente poente da colina de Santana alcançara um grau de desenvolvimento e uma identidade suficientemente fortes para que os seus contemporâneos o considerassem como bairro. Ou seja, só por finais do século XVII o espaço em análise estaria suficientemente consolidado para que aí se pudessem desenvolver as dinâmicas ideológicas, sociais e económicas imprescindíveis ao aparecimento da noção de bairro, no sentido de um espaço com uma identidade própria vivida pelos que nele habitavam e trabalhavam e reconhecida por forasteiros.

A partir de 1682, a designação Bairro de São José surge-nos com alguma frequência (1712, 1741, 1742, 1826-1833, 1832, 1833, 1997, 2014). Desaparece das fontes a partir de 1833, voltando a ressurgir muito mais recentemente. Também este quase desaparecimento a partir da década de trinta do século XIX não nos parece ser fruto do acaso já que corresponde temporalmente à aplicação da legislação de Mouzinho da Silveira que, ao assentar as bases legais do liberalismo, abalou os pressupostos ideológicos que tinham estado por detrás do aparecimento e do desenvolvimento do Bairro de São José.

Mas os pressupostos ideológicos não explicam por si sós o seu desenvolvimento. Este não teria ocorrido se a área em questão não estivesse estrategicamente situada junto a uma das principais estradas de acesso a Lisboa, a estrada para Benfica, também conhecida por estrada do Andaluz (Figura 2).

⁴² *Idem, Ibidem*, f. 194v.

⁴³ Esta rua, denominada originalmente da Praga, denomina-se atualmente do Cardal de São José. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, 1621, Ms. 669, f. 123.

⁴⁴ Denominada do Despacho a partir de meados do século XVII. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, 1601, Ms. 104, f. 91v.

⁴⁵ ANTT. Batismos.

⁴⁶ AML, Livro da receita da irmandade do patriarca S. José. Caixa nº 94, Livro nº 33, 1672-6, f. 34v, 35v, 37v, 38v e 39.

⁴⁷ AML, Livro de registo da eleição dos irmãos da irmandade do patriarca de São José, 1580-1632. Caixa nº 91, livro nº 26, f. 104, f. 91v.

⁴⁸ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1899. vol. XI, p. 491-492.

⁴⁹ VASCONCELLOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa*. Diálogo apud CURTO, Diogo Ramada – *Descrições e representações de Lisboa (1600-50)*. In COLÓQUIO SOBRE O IMAGINÁRIO DA CIDADE, Lisboa, 1989 – *O imaginário da cidade: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ACARTE, 1989. p. 134.

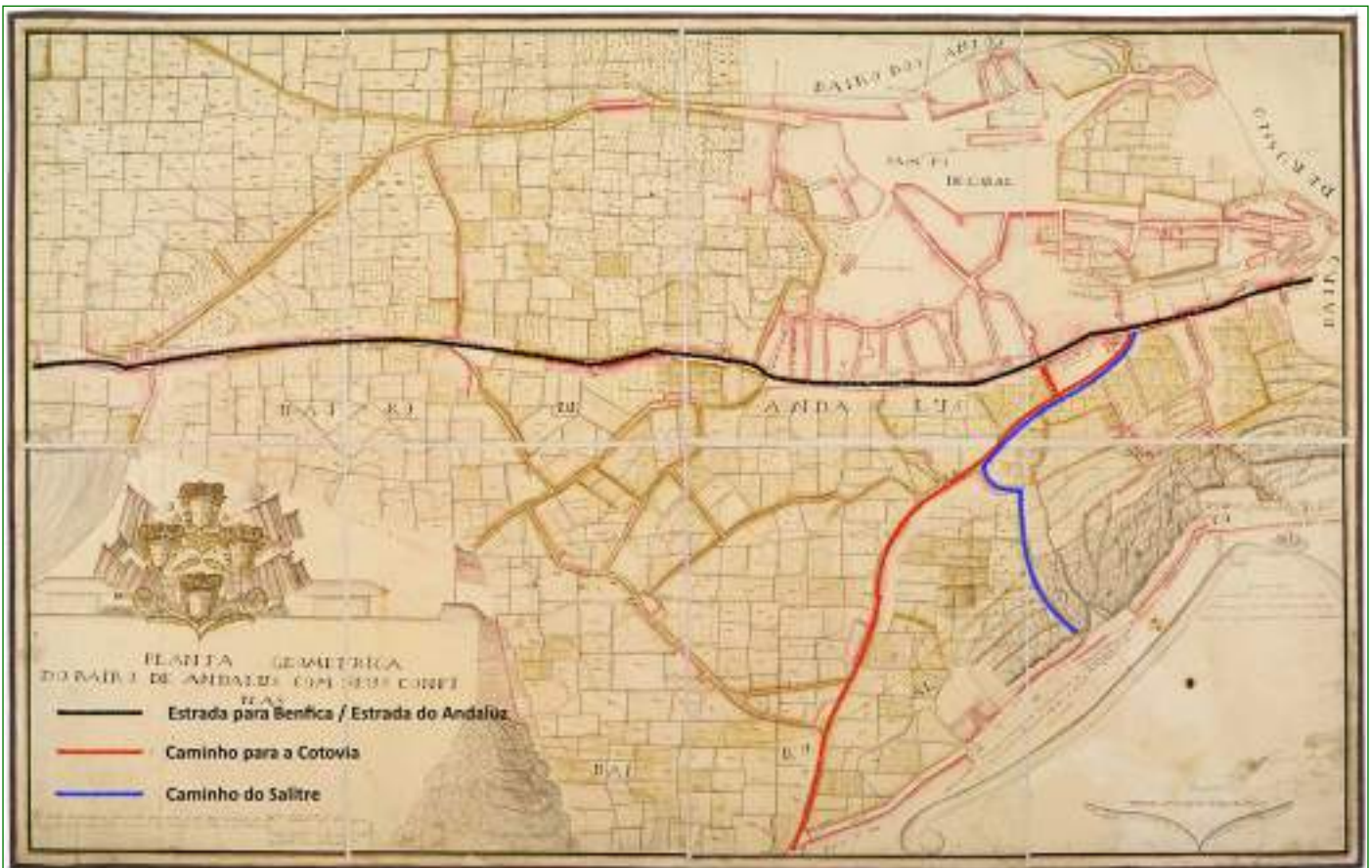


Figura 2 Caminhos para Benfica, para a Cotovia e do Salitre, assinalados na planta de Reverend, 1756. Carlos Ignacio de Reverend, *Planta Geometrica do Bairro de Andalus com seus confinas*, MC. DES.983.

Nos períodos medieval e moderno Lisboa possuía três círculos de abastecimento – o primeiro, correspondente ao termo, supria a cidade de «cousas de pouco preço e de cotidiana necessidade»⁴⁹; o segundo, reportando-se a regiões mais distantes, supria a cidade com cereais, carne, madeira e panos; o terceiro, o mais importante, era o das vias de comércio externo⁵⁰. A rua Direita de São José/Santa Marta, à ilharga da qual se desenvolveria o Bairro de São José, constituía uma peça fundamental do sistema primário de vias da cidade, do qual dependiam os primeiro e segundo círculos de abastecimento⁵¹. Coincidentemente, existia uma relação óbvia entre este sistema primário de vias e a localização da rede paroquial lisboeta, dentro e fora das muralhas⁵².

Constitui exemplo do movimento económico verificado o facto de existirem dois despachos no bairro pelo menos desde 1667, um da fruta e outro dos vinhos⁵³, que sobreviveram na designação de um dos arruamentos do bairro, a travessa do Despacho. Acrescente-se a existência, pelo menos desde 1721, de um açougue⁵⁴.

Partindo deste quadro, é lógico inferir que o impulso inicial para urbanizar os terrenos situados junto à rua Direita de São José/Santa Marta teria sido dado pelo facto de esta constituir uma via primordial de entrada e saída de pessoas e de abastecimento da cidade⁵⁵. Evidências da sua importância económica são a quantidade de

⁵⁰ CURTO, Diogo Ramada – Descrições e representações de Lisboa (1600-50). In COLÓQUIO SOBRE O IMAGINÁRIO DA CIDADE, Lisboa, 1989 – *O imaginário da cidade: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ACARTE, 1989. p. 134.

⁵¹ SILVA, Manuel Fialho – O sistema viário da Lisboa medieval. In SENNA-MARTINEZ, João Carlos [et al.], coord. – *Meios vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2018. p. 136.

⁵² *Idem*, *Ibidem*, p. 141.

⁵³ ANTT. Óbitos.

⁵⁴ ANTT. Óbitos.

⁵⁵ VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, etc. Diálogos de Luiz Mendes de Vasconcellos reimpressos conforme edição de 1608. Novamente correctos e emendados*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1803. p. 191-192.

tráfico que aí se registava – em 1620 afirmava-se que “entrão hum dia por outro pella porta de Santo Antão o menos mil e quinhentas cavalgadas”⁵⁶.

Outro fator decisivo terá sido a melhoria da salubridade da área. No decurso do século XV teria aumentado a pressão poluente exercida sobre a ribeira que corria pelo Valverde, principalmente devida às descargas com origem nas inúmeras hortas, quintas e explorações pecuárias que ocupavam toda a zona do Valverde. Conhecendo-se as práticas da época, este curso de água deveria constituir, principalmente nos meses de estio, um foco de maus-cheiros e pestilências várias. Estaria também, em épocas de chuvas intensas, sujeito a inundações. A atestar esta realidade o facto de a ribeira de Valverde ser, pelo menos até aos inícios do século XVI, denominada de “rego das imundícies”⁵⁷.

Nos séculos XV e XVI procedeu-se ao seu encanamento, assim como ao das descargas de águas que se lhe juntavam, passando a ribeira a correr integrada na denominada Rede do Cano Real⁵⁸. Apesar do encanamento ter disciplinado o corrimento das águas, este deve ter continuado a ser efetuado a céu aberto em grande parte do seu percurso⁵⁹. De qualquer forma, esse encanamento terá decerto contribuído para reduzir a disseminação de agentes patogénicos e, ao reduzir as infiltrações, levado a uma consolidação dos terrenos limítrofes, abrindo caminho à edificação. A consolidação definitiva dos terrenos do Valverde com a correspondente urbanização de toda a área a poente da rua Direita de São José/Santa Marta só aconteceria com a deposição de entulho proveniente dos escombros do terramoto de 1755 no vale, no espaço designado genericamente por Hortas da Cera. Aí seriam posteriormente instalados o Passeio Público e a avenida da Liberdade.

Considerando que a proximidade da água, seja para consumo doméstico ou para ser utilizada para outros fins, é um dos fatores que potenciam a urbanização de uma determinada área⁶⁰, não surpreende que o Bairro de São José se tenha implantado nas imediações de uma ribeira, enquadrado por dois chafarizes importantes, um a norte e outro a sul: o chafariz de Andaluz, datado do reinado de Afonso IV e o de Neptuno ou do Rossio, construído em 1606⁶¹. Todavia, os chafarizes não supririam todas as necessidades de água potável, pois as fontes referem a existência de vários poços, cisternas e fontes, no bairro e nas suas imediações⁶².

⁵⁶ OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804. p. 114-115.

⁵⁷ MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. vol. I, p. 268.

⁵⁸ BARROS, António Augusto Salgado de – Os canos de drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 1 (janeiro – junho 2014), p. 88-93.

⁵⁹ “Outro cano real que começa a S. Sebastião da Pedreira, que toma as aguas de todas aquellas ruas do chafariz de Andaluz, e Santa Martha, e vem por entre as hortas da Annunciada meter-se por baixo da Inquisição [palácio dos Estaus], (...) E aquellas aguas que se juntam ás portas de Santo Antão, ás casas da marquiza de Castello Melhor, é obrigação da cidade mandar-lhe dar correnteza até o cano real, e d’ahi para cima são obrigados os hortelões a trazel-o limpo cada um a sua testada que a elles lhes correm; porque em chovendo, se o não tem corrente, alagam-se-lhes as hortas”. *Livro dos canos antigos da cidade apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1885. vol. I, p. 12-17.

⁶⁰ PEREIRA, Cristóvão Valente – Chafarizes de Lisboa: monumento e função prática. A importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidades do espaço público [Em linha]. [S.l.]: [s.n.], [20--?]. [Consult. 22/10/2019]. MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. vol. I, p. 268.

⁶¹ ANTT, ex-AHMF – *Livro primeiro da receita e despesa ordenado pela madre soror Mariana do Presépio fundadora e primeira abadessa do mosteiro de Santa Marta de Jesus no ano de 1583, 1583-1608*. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Marta de Jesus, liv. 160, f. 3; ANTT, ex-AHMF – *Relação das fazendas próprias e prazos em vidas dos conventos da Anunciada, Salvador e Rosa unidos no real convento de Santa Joana, 1527*. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Joana, liv. 107-A, f. 1v; Arquivo da Anunciada – *Livro das Instituições Das missas, e officios...*, 1614..., Ms. 10 (nova organização: 108), f. 28v; ANTT. Óbitos.

⁶² No ano de 1584, no livro de receitas e despesas do Mosteiro de Santa Marta encontramos a referência a “poços”, depreendendo-se que este mosteiro possuiria mais de um na sua cerca. ANTT, ex-AHMF – *Livro primeiro da receita e despesa ordenado pela madre soror Mariana do Presépio fundadora e primeira abadessa do mosteiro de Santa Marta de Jesus no ano de 1583, 1583-1608*. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Marta de Jesus, liv. 160, f. 3; Umás casas, com quintal e poço, foram adquiridas, em 1594, na rua do Lavra pelo Convento da Anunciada. ANTT, ex-AHMF *Relação das fazendas próprias e prazos em vidas dos conventos da Anunciada, Salvador e Rosa unidos no real convento de Santa Joana, 1527*. Cartórios dos conventos, Convento de Santa Joana, liv. 107-A, f. 1v. Em 1608, foram comprados na rua das Pretas, por Pedro Gonçalves a Luísa Esteves, meio quintal e meio poço. Arquivo da Anunciada – *Livro das Instituições Das missas, e officios...*, 1614..., Ms. 10 (nova organização: 108), f. 28v. Em 10 de setembro de 1729 Páscoa da Silva morreu ao cair num poço, cuja localização exata não é referida. ANTT. Óbitos. Em 5 de dezembro de 1730, aconteceu o mesmo a José Caro, num poço situado na rua da Fé. ANTT. Óbitos.

LINHAS CONCLUSIVAS

O uso da palavra *bayrro*, enquanto referência inequívoca a uma parte constituinte de uma cidade surgiu pela primeira vez na língua portuguesa nos inícios do século XVII⁶³. Surgem nas fontes, para épocas anteriores (desde 968), formas arcaicas da palavra, mas sem o significado acima referido⁶⁴. Entre os séculos XIV e XVI aparecem diversas referências a bairros coutados com o sentido de espaços de jurisdição privada, situação combatida pelos poderes concelhios já que prejudicava a administração urbana⁶⁵.

Defendemos neste artigo que se a palavra bairro é de uso antigo na língua portuguesa, a sua definição moderna e contemporânea – uma área residencial com uma identidade própria, inserida numa realidade urbana mais vasta com a qual se relaciona e interage, reconhecida pelos seus habitantes e por forasteiros – muito ficou a dever à ideologia contrarreformista. Esta assumiu um papel primordial na criação e estruturação de bairros residenciais, espaços onde novas fórmulas morais, comportamentais e urbanísticas se puderam desenvolver. Estas fórmulas tiveram um impacto social considerável – ao introduzirem mudanças relevantes na forma como a população interagia entre si influenciaram a formação de laços identitários. Tal foi particularmente evidente para o Bairro de São José. Este foi, durante cerca de duzentos anos e até meados do século XVIII, o único espaço com características urbanas na freguesia em que se encontrava inserido.



⁶³ O dicionário Houaiss aponta o ano de 1611 como data de entrada de *bayrro*, com esta aceção, na língua portuguesa. *Apud* CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. Compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEACTION-UAL. N.º4 (2014). Encontrámos nas fontes por nós consultadas uma referência mais antiga, datada de 1605, para a aceção referida. É relativa ao Bairro de São Roque, como era então designado o Bairro Alto. Arquivo Municipal de Lisboa. – *Livro de registo da eleição dos irmãos da irmandade do patriarca de São José*, 1580-1632. Caixa n.º 91, livro n.º 26, f.º de apresentação e índice, letras B, F, I, M.

⁶⁴ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. Compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEACTION-UAL. N.º4 (2014).

⁶⁵ “Defendemos que nenhum Senhor de Terras, Prelado, nem Fidalgo, nem outra pessoa de qualquer estado e condição que seja não faça novamente coutos, nem bairros coutados, nem acolha, nem coute nelles nem em outros antigos e honras, posto que approvados pelos Reis antigos, nenhuns malfeitores, nem degredados.” *Ordenações Manuelinas*, 1521. Liv. V, tit. 90 *apud* CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. Compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. In *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEACTION-UAL. N.º4 (2014). Eduardo Freire de Oliveira já abordara esta problemática, chamando a atenção para a antiguidade da palavra usada em várias aceções em diversas fontes antigas em *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1885. vol. I, p. 492.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo da Anunciada (Igreja Paroquial de São José da Anunciada)⁶⁶

Compilação de vários documentos, Ms. 1, f. 1 e 1v (nova organização: Pasta 107), 1571-1848.

Creação da Confraria e freg^a. de S. Joseph, Ms. 37 [treslado de documento, sem data, com a seguinte referência: Ms. N^o 139 – fl.177 – Biblioteca Nacional de Lisboa] (nova organização: Pasta de arquivo n^o 2), 1640.

Livro da Confraria e Irmandade de Jesus, Ms. 2, f. 185 (nova organização: Pasta 138), 1584-1624.

Livro das Instituiçõe^s Das missas, e officios, q[ue] esta Irmanda.^e do Smõ Sacram.^{to} da Freg.^a de S. Iozè tem obrigação mandar dizer em cada hu anno pel.^{las} Almas de Affonso Gonsalues; Franc.^{co} Pires; M.^a Martis; Mariana da Pena, Fran.^{co} Pires, e sua mulher M.^a Gonlz, Ioanna Franc.^{ca}, e seu marido Fran.^{co} Ribr.^o, o P.^e Belchior Gracias do Rego Biliago, Uicencia de Oliueyra, e Maria Fiall. E dos titulos das propriedades em que estam impostas algumas destas obrigações, Ms. 10 (nova organização: 108), 1614...

Arquivo do Patriarcado de Lisboa

Livro de fianças matrimoniais, U.I. 1753, 1663/64/65/66.

Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, Ms. 104, 1601.

Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, Ms. 669, 1621.

Livro dos termos da devassa da visita ao termo de Lisboa, Ms. 102, 1607.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro da receita da irmandade do patriarca S. José, Caixa n^o 94, Livro n^o 33, 1672-6.

Livro de registo da eleição dos irmãos da irmandade do patriarca de São José, Caixa n^o 91, livro n^o 26, 1580-1632.

Livro do regimento e compromisso da bandeira do bem aventurado S. José dos ofícios dos carpinteiros e pedreiros, Livro 112, 1684-1813.

Livro do tombo das escrituras, sentenças, provisões e outros títulos pertencentes à irmandade do patriarca S. José, Livro 38, 1776.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Digitarq, Registos paroquiais de batismos das freguesias de São José e do Coração de Jesus.

Digitarq, Registos paroquiais de óbitos das freguesias de São José e do Coração de Jesus.

Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. n^o 51.

⁶⁶ Fontes não tratadas arquivisticamente. A numeração dos manuscritos e a sua organização foram realizadas por nós.

Livro primeiro da receita e despesa ordenado pela madre soror Mariana do Presépio fundadora e primeira abadessa do mosteiro de Santa Marta de Jesus no ano de 1583. Ex-AHMF, Cartórios dos conventos, Convento de Santa Marta de Jesus, liv. 160, 1583-1608.

Memórias sobre a fundação e edificação do convento de Santo António de Lisboa. Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, Província. Liv. 7, 1673.

Relação das fazendas próprias e prazos em vidas dos conventos da Anunciada, Salvador e Rosa unidos no real convento de Santa Joana. Ex-AHMF, Cartórios dos conventos, Convento de Santa Joana, liv. 107-A, 1527.

Relações dos documentos do Convento, catálogo das escrituras de reconhecimento dos foreiros, inventário de que o padre confessor Manuel Lopes Monteiro achou em casa do reverendo padre José António Pereira falecido em 3 de maio de 1835, breves e autos e despachos eclesiásticos. Cartórios dos conventos, Convento de Santa Marta de Jesus, cx. 149, 1583.

Museu de Lisboa – Palácio Pimenta

Carlos Ignacio de Reverend, Planta Geometrica do Bairro de Andalus com seus confinias, MC. DES.983.

IMPRESSAS

História dos mosteiros e conventos e casas religiosas de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-1952.

Histoire de la réception du Concile de Trente Dans les différents Etats Catholique; Avec les Pièces justificatives, servant A prouver que les Décrets & Réglements Ecclésiastiques ne peuvent & ne doivent être exécutés sans l'autorité des Souverains. Amsterdam: [s.n.], 1766.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa.* Lisboa: Na Impressão Régia, 1804.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, etc. Diálogos de Luiz Mendes de Vasconcellos reimpressos conforme edição de 1608. Novamente correctos e emendados.* Lisboa: Na Impressão Régia, 1803.

ESTUDOS

BARROS, António Augusto Salgado de – Os canos de drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. *Cadernos do Arquivo Municipal.* 2ª Série Nº 1 (janeiro – junho 2014), p. 85-105.

BARROS, Miguel Monteiro de – *São José, bairro tridentino.* Lisboa: [s.n.], 2017. Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BLACK, Charlene Villaseñor – *Creating the cult of St. Joseph: art and gender in the Spanish Empire.* Princeton: Princeton University Press, 2006.

BROCKEY, Liam Matthew – Jesuit pastoral theater on an urban stage: Lisbon, 1588-1593. *Journal of Early Modern History.* Leiden: Brill. Vol. 9 Nº 1 (2005).

CAETANO, Marcello – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In LANGHANS, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história.* Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I.

CARITA, Hélder – *Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna 1495-1521.* Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

- CARVALHO, Joaquim Ramos de – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2011.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da CML, 1936. vol. IV.
- CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica, 1944. vol. VI.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro: compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEAUT-UAL. Nº4 (2014).
- CONDE, Antónia Fialho – O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento. In BRAGA, Isabel Drumond; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita, org. – *As mulheres perante os tribunais do antigo regime na Península Ibérica*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2015.
- CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- CONNERTON, Paul – *How modernity forgets*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- COSTA, Susana Goulart – A reforma tridentina em Portugal: balanço historiográfico. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série Nº 21 (2009).
- CURTO, Diogo Ramada – Descrições e representações de Lisboa (1600-50). In COLÓQUIO SOBRE O IMAGINÁRIO DA CIDADE, Lisboa, 1989 – *O imaginário da cidade: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: ACARTE, 1989. p. 131-145.
- ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira – *Reforma tridentina e religião vivida: os Açores na época moderna*. Ponta Delgada: Signo, 1991.
- FERREIRA, Olegário A. Vieira – A introdução dos registos paroquiais em Portugal. *O Estudo da História*. Lisboa: Associação de Professores de História. (1994).
- LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vols. I e II.
- LEAL, Joana Cunha – *Arquitetura privada, política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de Doutoramento em História de Arte Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LIBERATO, Marco – Trento, a mulher e controlo social: o recolhimento de S. Manços. In ABREU, Laurinda - *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes – Visitas pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série, 23 (2011).
- MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. vol. I.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1885, 1899, 1903.
- PAIVA, José Pedro – As visitas pastorais. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 2º vol.
- PENTEADO, Pedro – Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

POLÓNIA, Amélia – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FREI GERALDO COELHO DIAS, Porto, 2005 – *Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos: actas*. Porto: FLUP, Instituto de História Moderna, 2005.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. vol. I.

SILVA, Augusto Vieira da – *Os bairros de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.^a, 1930. Separata da Arqueologia e História.

SILVA, Manuel Fialho – O sistema viário da lisboa medieval. In SENNA-MARTINEZ, João Carlos [et al.], coord. – *Meios, vias e trajetos...entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2018. p. 133-145.

VENTURA, Margarida Garcez – *Reflexões sobre a majestade: o culto do Santíssimo Sacramento nos livros de visitas e pastorais da igreja de São Pedro da Ericeira*. Lisboa: Didaskalia, 1998.

VIDAL, Frédéric – A organização do registo civil em Portugal: para uma história social das práticas administrativas. In SERRÃO, José Vicente; SÁ, Maria de Fátima; PINHEIRO, Magda de Avelar – *Desenvolvimento económico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

SITOGRAFIA

Agnus Dei – *Concílio Ecumênico de Trento. Sessão XXIV* [Em linha]. [Consult. 22/10/2019] Disponível na Internet: <http://agnusdei.50webs.com/trento29.htm>.

BRAGA, Isabel – *Bairro Alto: uma história concentrada* [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 2013. [Consult. 22/10/2019] Disponível na Internet: <https://ocorvo.pt/bairro-alto-uma-historia-concentrada/>

PEREIRA, Cristovão Valente – *Chafarizes de Lisboa: monumento e função prática: a importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidades do espaço público* [Em linha]. [S.l.]: [s.n.], [20--?]. [Consult. 22/10/2019] Disponível na Internet: https://www.academia.edu/895036/CHAFARIZES_DE_LISBOA_MONUMENTO_E_FUN%C3%87%C3%83O_PR%C3%81TICA

Submissão/submission: 04/11/2019

Aceitação/approval: 15/11/2019

Miguel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de Barros, IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1070-312 Lisboa, Portugal. Presidente da Associação de Professores de História, 1300-003 Lisboa, Portugal. mmonteirob@gmail.com.

BARROS, Miguel Monteiro de – São José em Lisboa: um bairro tridentino. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 27 – 41.

E por cauza do grande terremoto que houve nesta Corte.
**O Bairro das Trinas, evolução urbanística
e arquitetónica**

And due to the great earthquake that occurred in this Court.
**The Trinas Neighbourhood, urban and architectural
evolution**

Edite Martins Alberto
Hélia Silva
Rita Mégre
Tiago Borges Lourenço

RESUMO

O Terramoto de 1 de novembro de 1755 foi determinante para que Lisboa se expandisse para zonas da cidade até então pouco consolidadas. Uma das maiores e mais relevantes operações privadas de loteamento deste período, desenvolveu-se por iniciativa das religiosas do Convento de Nossa Senhora da Soledade (vulgo Trinas) nos terrenos agrícolas contíguos ao seu convento. O presente estudo analisa o Bairro das Trinas de um modo abrangente no tempo, ao traçar a sua evolução urbanística, construtiva e arquitetónica, desde a sua origem à atualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Urbanismo / Arquitetura / Trinas / Bairro / Lapa

ABSTRACT

The Earthquake of November 1st of 1755 was essential for Lisbon to expand to areas of the city still poorly consolidated. One of the largest and most relevant private allotment operations of this period, was developed by the initiative of the religious nuns of the Convento de Nossa Senhora da Soledade (also known as Trinas) on the farmlands nearby the convent. The present study analyses the Trinas neighbourhood in a comprehensive way, tracing back to its urban, constructive and architectural evolution, from its origins to the present day.

KEYWORDS

Urbanism / Architecture / Trinas Nuns / Urban Neighbourhood / Lapa

Contava esta Freguezia [de Santos] antes do terremoto de mil e oitocentos fôgos, e pessoas de comunhão oito mil cento e cinquenta. Presentemente se tem augmentado muito com a construcção de novos edificios, e propriedades, que formão largas, e espaçosas ruas, das quaes a mayor parte ainda não tem nome.¹

NOTAS INTRODUTÓRIAS. COMO OS CONVENTOS MOLDARAM LISBOA²

Desde cedo a iniciativa e ação das comunidades religiosas revelou-se decisiva para o desenvolvimento de novas urbanizações dentro do núcleo muralhado de Lisboa e para o seu respetivo povoamento.

Os Reis, as Donas de S. Tiago, a Trindade e outtros senhorios directos, acompanham o Concelho na sua empreza urbanizadora. Os aforamentos sucedem-se. Os Trinos, [...] já em 1391 emprazavam courelas fóra dos muros [...]. O declive da Pedreira povôa-se ano a ano, ligando-se aos casarios da rua direita³.

Ao longo dos séculos XV e XVI este papel ficou mais vincado, nomeadamente no aparecimento de novas áreas consolidadas, como a Vila Nova da Oliveira e o Bairro Alto, cujo desenvolvimento foi acelerado com a instalação dos Jesuítas em São Roque em 1553 e com os diversos aforamentos iniciados pelos frades da Trindade na área envolvente ao seu convento.

A partir do século XVI assiste-se a uma progressiva mudança de paradigma com a fundação de um crescente número de cenóbios em zonas mais periféricas da cidade, sobretudo ao longo e em torno das grandes vias de acesso. Ato contínuo, a expansão urbana seguiu-os, começando a estender-se para áreas até então periféricas, compostas por quintas e suas dependências. Tal aconteceu sobretudo devido à habitual prática de aforamento de franjas de terreno nas orlas das cercas conventuais, uma importante fonte de rendimento para as comunidades religiosas. Esta ação foi fundamental para consolidar os núcleos habitacionais em torno dos conventos, muitas vezes transformando-os num contínuo urbano (a exemplo das ruas das Janelas Verdes e São Francisco de Paula ou dos núcleos de Carnide e Luz), numa evolução que se verifica até ao final de Setecentos.

O Terramoto de 1755 abriu novas possibilidades de expansão urbanística para zonas da cidade até então pouco povoadas. A diversa cartografia de finais do século XVIII⁴ permite observar o aparecimento de novas áreas, sobretudo a norte e poente da cidade muralhada, resultado de iniciativas privadas, régias ou religiosas. Neste último particular, um conjunto inovador de planos de aforamento levou à formação de pequenos núcleos junto a arruamentos pré-existentes ou abertos para o efeito: à rua do Sol ao Rato (Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Campolide), à rua das Janelas Verdes (Convento de Nossa Senhora dos Remédios), à rua do Salitre (Noviciado da Cotovia e Hospício de São Bruno) e na cerca do Convento de São Bento da Saúde.⁵ No entanto, a maior e mais relevante operação privada de loteamento feita neste contexto, desenvolveu-se por iniciativa das religiosas do Convento de Nossa Senhora da Soledade (vulgo Trinas) nos terrenos agrícolas contíguos ao seu convento. O tema foi profundamente trabalhado em 1994 por José Sarmiento de Matos na obra *Uma Casa na*

¹ CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763. tomo terceiro, parte V, p. 429.

² A investigação para o presente artigo foi realizada no contexto do projeto LxConventos – *Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* [Em linha]. (PTDC/CPC-HAT/4703/2012). Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/>.

³ SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do Terramoto: subsidios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. vol. IV, p. 109-110.

⁴ SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

⁵ Corresponderá a uma versão posterior e de menores dimensões do projeto inicial. Cf. SILVA, Raquel Henriques da – Práticas urbanísticas dos monges de S. Bento no final do século XVIII em Lisboa: entre a tradição e inovação. In *O Mosteiro de São Bento da Saúde: de casa religiosa a sede do Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República. No prelo.

Lapa⁶, onde são abordadas as diferentes operações urbanísticas ocorridas logo após o Terramoto de 1755 nesta zona. Embora o ponto de partida seja o mesmo, o presente estudo distancia-se deste ao analisar o Bairro das Trinas de um modo bastante mais abrangente no tempo, procurando traçar, ao longo dos quase três séculos de existência, a sua evolução urbanística, construtiva e arquitetónica.

O (NOVO) BAIRRO DAS (FREIRAS) TRINAS

Agradavel, e não menos aprasivel he o sitio, em que se acha fundado este Edificio [Convento de Nossa Senhora da Soledade]. Faz frente pela parte do Sul, a nossa dilatada, e espaçosa Marinha de Lisboa, aonde commumente se achão ancoradas imensidade de Náos, assim Nacionaes, como de diversas Nações Estrangeiras. Em distancia muito proporcionada logra igualmente a deliciosa vista do celebrado Tejo, o qual comunicado, e unindo com as aguas do Oceano, forma os seus repetidos passeios pela famosa Barra, servindo-lhe de fortíssima muralha, e de defensivo propugnáculo a parte de Além, em que na sua grande eminencia se descobrem a Villa de Almada, Caparica, e outros muitos lugares populosos, que com quintas, pomares, fontes, e arvoredos coroão os seus montes de verdes bosques, divertindo em forma de alegres paizes incomparavelmente os olhos. Ao Norte lhe fica o Valle de S. Bento, que sobindo insensivelmente faz terminar a vista em dilatados campos, e engraçados horizontes, cercados de bellissimas casas, ruas, do magnifico Convento do Santissimo Coração de Jesus, de Carmelitas Descalças, edificado no anno de 1789 pela nossa Augustissima Rainha D. Maria I, e das terras da coutada Real de Buenos Aires, a cujo sitio concorrem os curiosos a vêr as Armadas, e Frotas, que entrão, ou sahem pela dita Barra, com descanso e sem o menor trabalho possuídas.⁷

O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE: A GÊNESE DE UMA NOVA CASA RELIGIOSA.

Nas últimas décadas de Setecentos, Frei Jerónimo de São José, cronista da Ordem da Santíssima Trindade, descreve deste modo o local onde se edificara o convento dedicado a Nossa Senhora da Soledade para o ramo feminino da ordem trinitária. Este cenóbio, localizado nos arredores da cidade, teve como patronos Cornelio Vandely e Marta de Boz, um casal de flamengos que residia em Lisboa⁸. Embora vivessem numa área central, defronte da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, possuíam uma quinta no Bairro do Mocambo (atual Madragoa), onde edificaram uma ermida que dedicaram a Nossa Senhora da Soledade⁹.

Durante o século XVII foi frequente a compra e beneficiação de propriedades rústicas nos arredores da cidade por parte de mercadores flamengos. Seguiam esta estratégia

quer por razões de comodidade e prestígio, quer de exploração económica, quer ainda, no caso dos mercadores que já não regressam à sua pátria e estabelecem vínculos familiares em Lisboa, pela necessidade de construir um património legável aos seus herdeiros, [...] garantindo assim a perenidade de parte dos capitais resultantes dos rendimentos alcançados com a actividade mercantil, que por esta via ficavam melhor defendidos de seus credores¹⁰.

⁶ MATOS, José Sarmiento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento: Quetzal Editores, 1994.

⁷ SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de - *Historia chronologica da esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal* [...]. Lisboa. Officina de Simão Thaddeo Fereira, 1794. vol. II, p. 210.

⁸ Sobre a comunidade flamenga em Lisboa ver o artigo de MENDES, Rui Manuel Mesquita – Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais. In *AMMENTU: Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*. Villacidro: Centro Studi SEA di Villacidro e Casa Editrice Aipsa di Cagliari. Nº 7 (luglio-dicembre 2015), p. 57- 90.

⁹ A preferência pelo título de Soledade é justificada pelo cronista trinitário Frei Manuel de Santa Luzia como advir da “especial devoção que tivessem a tão misterioso titulo, ou pela solidão do sitio o pedir assim”. SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *Nobiliarquia trinitária: catalogo de varões illustres em letras, virtudes e nascimento, filhos por profissão da Ordem da Santíssima Trindade da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1766. p. 215.

¹⁰ Ver levantamento de propriedades e extensas referências documentais e bibliográficas em MENDES, Rui Manuel Mesquita – *op. cit.*, p. 75-82 e notas.

Na ausência de descendentes, e com abastados proveitos, em 1658 Cornelio Vandely e Marta de Boz resolveram doar os seus bens para “obras de caridade, socorrendo pobres, casando órfãs, e amparando viúvas”¹¹, entre as quais a fundação, nas suas casas do Mocambo, de um convento para religiosas professoras da Ordem da Santíssima Trindade¹². Conforme cláusula testamentária Vandely reservava para si um jazigo na capela-mor, com uma missa quotidiana pela sua alma. Quanto a Marta de Boz “querendo ela viver fora do dito [convento], reserva as casas místicas e caindo em pobreza as mesmas lhe darão ração e será ela administradora das ditas religiosas”¹³. Para além das casas junto à Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, doavam também os rendimentos de uma quinta que possuíam em Povos, Vila Franca de Xira¹⁴.

Sob supervisão da viúva, as obras de engrandecimento da pequena ermida iniciaram-se em 1657, numa altura pouco propícia à fundação de novos conventos por favorecimento régio, devido à turbulência vivida após a Restauração¹⁵. Assim, foi fundamental a intervenção da rainha D. Luísa de Gusmão, na altura regente em nome do príncipe seu filho, futuro D. Afonso VI, para que se obtivesse autorização régia para a criação deste cenóbio, que ocorreria a 24 de março de 1660¹⁶. Pela bula *In bis auctoritatis nostrae partes* do Papa Alexandre VII, de 29 de outubro desse ano, foi dada licença para a clausura e saída de duas religiosas trinitárias do Convento do Calvário da Ordem de Santa Clara, onde até então assistiam aguardando a fundação da nova casa¹⁷.



Figura 1 Marcação da área inicial do Convento. Pormenor da Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro. Finais do séc. XVI. Biblioteca Nacional do Brasil, Cartografia.

¹¹ SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *op. cit.*, p. 214.

¹² Sobre o ramo feminino da Ordem da Santíssima Trindade, fundado por Frei António da Conceição ver SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de – *op. cit.*, p. 211 e segs.

¹³ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT), Hospital de São José, Registo de instituição de capelas, liv. 180, f. 72-81v. Escritura de doação da quinta do Mocambo de 29 de janeiro de 1659 e testamento de 31 de dezembro de 1658.

¹⁴ ANTT, Hospital de São José, Registo de instituição de capelas, liv. 180, f. 72-81v. e liv. 241, f. 811-811v.

¹⁵ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1972. vol. II, p. 454.

¹⁶ SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de – *op. cit.*, vol. II, p. 211-212.

¹⁷ SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de – *op. cit.*, vol. II, p. 211.

A passagem para o novo edifício ocorreu a 21 de agosto de 1661 com a *entrega* por parte de Frei Manuel da Esperança, provincial da Sagrada Ordem do Seráfico Patriarca São Francisco da Província de Portugal, a Frei Gaspar de Nogueira, provincial da Ordem da Santíssima Trindade, das duas religiosas destinadas à fundação da nova casa: Madre Catarina de Santo António, sobrinha da padroeira Marta de Boz, e Soror Ana de São Francisco¹⁸. A 18 de setembro, dia do Santíssimo Nome de Maria, a procissão habitualmente realizada na área do Convento da Santíssima Trindade foi realizada entre esta casa e o novo convento,

acompanhando-o toda a nobreza da Corte. Com muitos, e festivos instrumentos, acto, a que concorreo tanta multidão do povo, que não obstante ser tão extensa, e dilatada a distancia, que medeia entre hum Convento, e outro, mal se podia passar por entre a gente, que devotamente ocupava todo o campo¹⁹.

Como as doações de Cornelio Vandely e Marta de Boz não eram suficientes para financiar a construção de um edifício conventual de maior dimensão, foi fundamental a doação testamentária de Dona Maria Magdalena de Távora, Condessa do Redondo, que no final da vida se recolhera no convento

e por elle não ter bastantes commodos, mandou fazer no interior delle humas casas para sua habitação, as quaes falecida que foi esta Senhora, ficarão servindo de dormitório, com cuja grandeza ficou tendo maiores commodos, ainda que sempre sem aquella regularidade precisa para a vida religiosa²⁰.

Assim esteve até 1745, altura em que o principal dormitório ameaçava tanta ruína que ficou inabitável. Iniciou-se então a construção de um novo edifício, para o qual se lançou a primeira pedra no dia 8 de março de 1745, quando era provincial da Ordem da Santíssima Trindade Frei João da Cruz e Priora Madre Soror Maria Josefa de Jesus. Em três anos se terminou o dormitório grande com todas as suas oficinas. As religiosas ocuparam o novo espaço a 11 de junho de 1748. Aqui permaneceram até ao dia 1 de novembro de 1755, altura em que, devido à destruição ocasionada pelo Terramoto e na impossibilidade de construção de um edifício provisório devido ao grande declive das terras da cerca, habitaram durante 14 meses as casas de Francisco Silva Lima, na Portela²¹.

Eram vastas as terras das religiosas Trinas do Convento de Nossa Senhora da Soledade. Compunham-se de dois casais contíguos – Boa Vista e Buenos Aires – divididos pelo eixo constituído pelas ruas das Trinas e de Santa Ana. Tinham-lhes sido doados pelo Duque de Cadaval em 1662, pouco depois do início das obras de adaptação da pequena ermida²².

As habitações doadas pelos Vandely possuíam um *largo quintal*, embora reduzido para as necessidades de uma casa conventual com a dimensão que se pretendia. Assim, e de modo a

no futuro ter mais largueza e evitar qualquer devassidão e prejuizo que podia resultar do Casal abacho nomeado vir a poder e dominio de qualquer outro possuidor[,] pedirão as ditas Relligiosas [...] [aos duques de Cadaval] lhe quizessem largar e fazer Graça e Mercê ao dito Convento do dito Casal que chamão da Boa Vista que pella banda do Nascente está junto e contíguo ao dito Convento com quem parte²³.

¹⁸ SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *op. cit.*, p. 218-219. Para a história do Convento de Nossa Senhora da Soledade ver ALBERTO, Edite – Convento de Nossa Senhora da Soledade. In *LXCONVENTOS – Da cidade santa à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* [Em linha]. 2014. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/>

¹⁹ SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *op. cit.*, p. 220.

²⁰ SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *op. cit.*, p. 221.

²¹ SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *op. cit.*, p. 223-230.

²² ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade, cx. 1965, fts 701-775.

²³ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade, cx. 1965, f. 705.

Dom Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º duque de Cadaval, acede ao pedido e, por escritura de 4 de julho de 1662,

faz pura e irrevogavel doação dia para todo o sempre [...] ao dito Convento [...], Abbadeça e Relligiozas delle presentes e futuras do dito Casal da Boa Vista com todas as terras e propriedades e o mais a elle anexo tocante e pertecente [...] com todas suas entradas sahidas direitas [...] e o mais a elle tocante. [Em troca, os duques e/ou seus sucessores poderiam] apresentar dois Lugares de Rellegiozas de veo preto no dito Convento²⁴. [...] [Assim] se obrigam ella Madre Abbadeça e vigaria a que para sempre e em quanto o mundo durar que este Direito da apresentação dos ditos dois Lugares fique perpetuado e nella não haja denuncia de huma nem outra parte e sempre seja firme²⁵.

O duque de Cadaval “defendendo valores senhoriais, como cavaleiro protector, fazia da caridade lei. Exercia-a com vontade por isso dava muito, sobretudo a instituições religiosas”²⁶. Doaria ainda o *Casal de Buenos Aires*²⁷, contíguo ao da Boa Vista. As propriedades das religiosas trinas passavam então a ser formadas por um enorme



Figura 2 Zona das Trinas/Madragoa, painel de Azulejos [Em linha]. Atrib. Gabriel del Barco, 1699. Museu do Azulejo, [Consult. 29/10/2019]. Disponível na Internet: <http://lisboamazulejo.fcsh.unl.pt/>

²⁴ Em compensação da remissão do foro de 40 móios de trigo que aqueles casais pagavam à Misericórdia de Lisboa, os duques poderiam também apresentar uma freira professa de véu branco “por huma vez somente”. ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade, cx. 1965, f. 716-717.

²⁵ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade, cx. 1965, f. 706, 710, 712.

²⁶ Como podemos avaliar pela folha de esmolos do ano de 1719, segundo a qual doou 15 moios e 54 alqueires de trigo”. Dos quais, um moio reverteu para as Trinas do Mocambo. ANTUNES, Ana Maria Pessoa de Oliveira – *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1638-1727)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997. vol. I, p. 174. Dissertação de mestrado em História Moderna. A autora refere-se à *Folha das esmolos que o Duque que Deos guarde tem dado este anno de 1719*, f. 94-94v. do códice 834 do Arquivo Casa Cadaval.

²⁷ Por indisponibilidade do Arquivo Casa Cadaval, não foi possível aos autores consultar a documentação referente a estes, onde certamente se encontrará referência à sua doação.

terreno com cerca 14 hectares que confrontava a sul com a rua da Santíssima Trindade (atual rua Garcia de Orta) e com a cerca do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, estendendo-se a poente até à rua de São Domingos, a nascente até à rua da Bela Vista (atual rua dos Navegantes) e a norte até à rua de São Ciro.

COMO AS TRINAS MOLDARAM A LAPA. O NASCIMENTO DE UM NOVO BAIRRO

Entre 1756 e 1757, a Casa do Risco das Obras Públicas traçou um ambicioso plano de expansão urbana cuja intenção é ainda atualmente discutida (megalomania exequível ou pura utopia?). Estudando e dividindo a nova cidade em quatro áreas²⁸, deveria reger o urbanismo e, conseqüentemente, a arquitetura para ele pretendida:

El Rei meu Senhor tem mandado delinear plano para cada hum dos Bairros de Lisboa, os quaes se publicarão com brevidade, assignando-se nelles a largura, e a direcção das ruas; a estrutura exterior, e elevação dos Edifícios, os quaes devem ser uniformes, tudo quanto commodamente poder observar-se²⁹.

Uma leitura das plantas que se conhecem permite constatar a inclusão de alguns projetos de desenvolvimento urbanístico de iniciativa privada. Um desses casos é justamente o da urbanização feita pelas religiosas do Convento de Nossa Senhora da Soledade (as *Trinas*), cujo traçado é possível distinguir num dos desenhos régios, identificando-se também o Recolhimento da Lapa e a cerca do Convento de Nossa Senhora dos Remédios. Nessa área do desenho, uma subtil alteração de aguada diferencia o grande plano de traço real e o mais modesto projeto de iniciativa religiosa, ambos perfeitamente cosidos entre si. Por parte da Casa do Risco existiu, portanto, um assumir da plena integração do empreendimento das Trinas na nova Lisboa que se pretendia construir.

Com o pressuposto do respeito pelas futuras diretrizes deste grande plano em estudo, logo a 30 de dezembro de 1755, D. José ordena “que nenhuma pessoa de qualquer estado, ou condição [...] edefique propriedade alguma de casas nos Bairros desta Cidade”³⁰, determinação reforçada em vários decretos lavrados nos anos seguintes.

Neste contexto, a operação de delineamento, abertura de ruas e empraçamento feita pelas freiras Trinas parece constituir um desafio a estas normas régias. A sua iniciativa decorre direta e inequivocamente do Terramoto de 1 de novembro de 1755, em consequência do qual um elevado número de pessoas se viu obrigado a abarracar-se nos seus terrenos, muitas das quais mostraram intenção de aí construir a sua habitação. Na verdade, trata-se de um projeto elaborado à distância e num período de grande conturbação para a comunidade, uma vez que, como anteriormente referido, os estragos no edifício conventual obrigaram à retirada das freiras para a Portela, onde se alojaram na quinta e casas nobres de Francisco da Silva Lima. Aí ficaram enquanto durou a reparação do convento, ao qual retornaram a 8 de janeiro de 1757.

É justamente a partir da Portela que as religiosas dão início ao processo de urbanização de grande parte das suas terras. José Sarmiento de Matos alude a um contrato de desistência, cessão e quitação de um pedaço de terra, a Buenos Aires, celebrado a 1 de janeiro de 1756 entre as freiras e Nicolau Possolo, que até então o trazia aforado³¹. Nesse mesmo documento é mencionada a pretensão das primeiras de “fazer naquele sítio vários aforamentos de chãos de terras que lhes pertenciam em que forçosamente haviam de abrir ruas”, o que data ainda de 1755

²⁸ Ocidental: área entre Alcântara e São João dos Bemcasados; Central: *Baixa Pombalina*; Norte: freguesias de S. Mamede e de S. José, na zona do Valverde (atual avenida da Liberdade); Oriental: área da Graça e Penha de França.

Embora não se conheça qualquer desenho ou referência, o facto de toda a Colina de Santana surgir estranhamente ausente poderá indicar a existência de um estudo específico para a zona.

²⁹ Edital de 10 de fevereiro de 1756. *Collecção da Legislação Portuguesa...*, 1830, p. 412.

³⁰ Edital de 30 de dezembro de 1755. *Collecção da Legislação Portuguesa...*, 1830, p. 406.

³¹ MATOS, José Sarmiento de – *op. cit.*, p. 33-36.



Figura 3 Planta que compreende os Terrenos das partes contiguas de Lisboa [...] na zona do loteamento das Trinas. Philippe Rodrigues de Oliveira, 1756. Museu de Lisboa, MC. DES. 0982.

a intenção em urbanizar os seus dois casais. A 2 de fevereiro de 1756 as religiosas passaram uma procuração a Frei Caetano de Santa Inês para que “em [seus] nomes[,] p[udesse] repartir em ruas e devedir em chaons as [suas] terras [...] contiguas ao [seu] convento chamadas de Boa Vista e de Buenos Aires e dar os ditos chaons de emprazamento [...] ás pessoas que lhe parecer”³². À exceção de dois pequenos pedaços junto ao convento conservados para cerca, os terrenos são divididos em talhões de diferentes dimensões que se espalhavam por mais de uma dezena de ruas rasgadas para o efeito, a maioria batizadas com nomes relacionados com a Ordem da Santíssima Trindade³³. De modo a cumprir as determinações do Decreto de 3 de dezembro de 1755, as religiosas requereram a avaliação dos seus terrenos pelos mestres da cidade, que determinam o valor de

cada vara de cinco palmos de frente com cem palmos de fundo [em] quinhentos e cincoenta reis; que Vem a ser cada palmo de frente com cem de fundo a cento e dez reis: e que Querendo os enfiteutas algum chão mais para o interior dos ditos cem palmos dariam por cada vara quatrocentos reis, fazendo-se a conta pelos palmos de fundo³⁴.

Os principais elementos para compreender as características destes emprazamentos vêm das escrituras celebradas pelas freiras nas notas do tabelião António da Silva Freire³⁵. Encabeçadas pelos pressupostos desta iniciativa, desenvolvem-se num *texto-tipo* de teor semelhante ao dos contratos das operações do género coevas:

As ditas Religiosas sam senhoras e possuidoras de humas grandes terras contiguas ao dito seu Convento chamadas da Boa vista, e de Buenos aires. E que Por cauza do grande terremoto, e incendio que Houve nesta Corte em o principio do mez de Novembro do anno proximo passado, havia muitas pessoas, que Pertendiam tomar de aforamento varios chaons nas ditas terras para nelles edificarem cazas; no que as ditas Religiosas convinham por entenderem ser assim mais util ao dito seu Convento formando-se nas ditas terras com as cazas dos Enfiteutas diversas ruas³⁶.

Nestas escrituras discrimina-se um conjunto de cláusulas que os futuros emprazadores deveriam cumprir, nomeadamente a obrigatoriedade de iniciarem as obras de construção dos edifícios no “prezente anno” e sua conclusão no espaço de três anos; construção dos edifícios “á face da rua na forma das mais da mesma rua de sorte que esta fique uniforme”; obrigatoriedade de colocar sobre a porta principal do edifício “huma pedra com seu leteiro, que diga = Trinas nº [do prazo]”; obrigatoriedade da reparação dos edifícios em caso de ruína por “cauza de fogo, terramotos, ou por qualquer outro motivo que seja”; “que nem elles enfiteutas, nem seus sucessores po[ssa]m em tempo algum impedir aos mais Enfiteutas o levantamento das suas propriedades com o pretexto de vista do mar, nem com outro algum por ser esta hũa das principaes condiçoens deste, e mais emprazamentos”³⁷, confirmando assim o desaparecimento de “privilégios antigos [...] [dos quais justamente] os das leis «zenonianas», de carácter consuetudinário, que asseguravam desafoço de vistas”³⁸.

A maioria das escrituras de emprazamento dos 519 talhões realizou-se entre 16 de fevereiro de 1756 e 20 de abril de 1757³⁹, por valores ligeiramente inferiores aos da avaliação. Percebe-se uma ordem rigorosa na definição sequencial do número dos lotes, que se iniciavam na rua de Buenos Aires percorrendo as vias de norte para sul e de nascente para poente. Dentro dos quarteirões a lógica é parcialmente invertida, com a numeração a ser atribuída de poente para nascente. O rigor com que são marcados os lotes até ao nº 383 é estranhamente abandonado na marcação dos derradeiros, localizados na rua das Praças, nos dois quarteirões a nascente da rua

³² ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa – Offício B. Livro de Notas (Cx. 1, Lv. 1, f. 100).

³³ A invocação do próprio nome da ordem trinitária na rua da Santíssima Trindade (atual rua Garcia de Orta). As ruas de São João da Mata e de São Félix (de Valois), referentes aos dois santos fundadores desta regra, em França no ano de 1198. A rua de Nossa Senhora dos Remédios (atual rua dos Remédios à Lapa), dedicada à padroeira da Ordem. E a rua de São Ciro, uma das principais devoções da Igreja do Convento de Nossa Senhora da Soledade, em imagem e corpo, cuja relíquia fora trazida de Roma nos incícios de Setecentos.

³⁴ ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa – Offício B. Livro de Notas (Cx. 1, Lv. 1, f. 53v).

³⁵ No contexto do presente estudo foi feito o levantamento de quase 700 escrituras de emprazamento celebradas pelas religiosas trinas entre fevereiro de 1756 e agosto de 1764.

³⁶ ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa – Offício B. Livro de Notas (Cx. 1, Lv. 1, f. 53v).

³⁷ ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa – Offício B. Livro de Notas (Cx. 1, Lv. 1, f. 69v).

³⁸ FRANÇA, José Augusto – *A Reconstrução de Lisboa e a Architectura Pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1989. p. 31.

³⁹ ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa – Offício B. Livro de Notas (Lvs. 1 a 10).



Figura 4 Planta do loteamento das Trinas e do Casal d'El Rei da Casa do Infatado (em construção). Ana Filipa Leite, Câmara Municipal de Lisboa (CML) / DMC / DPC, 2019.

das Trinas e nos extremos noroeste do loteamento (na rua de São Ciro e extremo norte da rua da Bela Vista, atual eixo formado pelas ruas do Quelhas e dos Navegantes). Embora não tenha sido possível compreender o motivo para esta súbita alteração, parece refletir um desenvolvimento a dois tempos da planta do loteamento⁴⁰.

Contrariamente ao que a sua rapidez possa indiciar, o processo de empraçamento não foi linear. Com efeito, um elevado número de contratos (mais de 20% dos talhões) foi cancelado nos meses ou anos seguintes, ainda que substituídos por outros pouco depois.

A celebração de contratos de empraçamento por *três vidas*⁴¹ (ocasionalmente transformados em *fatiozins perpétuos* ao longo das décadas seguintes) levou a que os domínios passassem de pais para filhos. Na primeira metade do século XIX, e conforme as *terceiras vidas* dos empraçamentos originais se foram aproximando do fim, assiste-se a um elevado número de vendas de domínios a proprietários já sem ligação aos originais. E se numa fase inicial este enorme empreendimento retirou às religiosas o usufruto de mais de 95% das suas terras agrícolas, em compensação deu-lhes um avultadíssimo rendimento anual de quase um conto e quinhentos mil réis. No entanto, o facto de estes valores serem apenas atualizados com a celebração de contratos com novos aforadores após da extinção dos empraçamentos originais, tornou estas quantias cada vez mais residuais para o quotidiano do convento⁴².

⁴⁰ Em última análise, poderá sugerir uma intenção inicial das religiosas em manter, para cerca, o terreno a nascente do seu convento. No entanto, o mapa encontrava-se já completo em fevereiro de 1756, uma vez que logo nesse mês foram empraçados terrenos dispersos por todas as ruas do bairro, à exceção da de São Ciro.

⁴¹ A única escritura de aforamento (perpétua) ocorreu no lote onde foi construída a Capela do Senhor Jesus dos Navegantes.

⁴² No entanto, este facto era compensado em parte pelo recebimento de 10% do valor de cada venda de domínio (o chamado *laudémio de décima* previsto nos primeiros contratos de empraçamento).

Embora se assuma que edifícios de *pedra e cal* estivessem em construção nas semanas que se seguiram ao início da operação de aforamento, a primeira vistoria camarária ocorreu apenas a 1 de julho de 1756, na sequência dos embargos feitos às obras que António José de Carvalho e José Rodrigues Teixeira estavam a fazer nas suas propriedades, as do primeiro no gaveto das ruas São João da Mata e das Praças (lotes n.º 172-175) e as do segundo apenas com frente para a última (lotes n.º 396-397). Emitido no “sabado [anterior (26 de junho)] pellas 5 Oras da tarde [...] [o embargo deveu-se ao facto de] não ha[ver] ainda ruas de passagem publica”⁴³ no local, o que demonstra que quando o bairro se começou a desenvolver as ruas estariam apenas marcadas e não abertas. O alinhamento definido deveria servir para

adoçar [mitigar] a sobida que faz a dita rua [das Praças] para a parte da rua direita das Trinas [e assim servir] de ponto para as mais que se forem edeficando com o preceito não somente de não por degraus nas ruas, mas de entulhar esta ate as couceiras [soleiras das portas] das ditas cazas fazendo as janelas destas em altura de dezasseis palmos, e não levantando mais que dous andares de sobrados, sendo obrigado a calcar a testada das ditas casas até o meio das ditas ruas⁴⁴.

Estes dados permitem compreender a precariedade do sistema original de marcação das ruas e, principalmente, da realidade vivida no Bairro das Trinas no decorrer dos primeiros meses, altura em que seria pouco mais do um terreno no qual se havia demarcado o traçado das ruas com recurso a estacas e cordas. Assim, a vistoria realizada por alguns dos principais técnicos do Senado (de entre os quais o próprio Eugénio dos Santos) constituía o garante da legalidade e conformidade com as boas práticas arquitetónicas e urbanísticas, ainda que se tenha limitado apenas a assegurar uma aparente retilinearidade do traçado das ruas.



Figura 5 Rua do Meio à Lapa, 16, placa de foro e edifício. José Vicente, CML / DMC / DPC, 2018.

⁴³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro de Cordeamentos de 1756*, f. 176.

⁴⁴ AML, *Livro de Cordeamentos de 1756*, f. 178.

Como visto, a iniciativa das freiras Trinas esbarrava com as pretensões régias de impedir, até à publicação dos planos gerais de expansão da cidade, toda e qualquer nova construção de *paredes de pedra, e cal, frontaes, ou tabiques* nas áreas arruinadas. No entanto, verificou-se uma estranha complacência e cumplicidade das autoridades competentes, desde logo na forma como o Senado da Câmara foi sucessivamente vistoriando, cordeando e aprovando a construção de novas casas no bairro a partir de julho de 1756. O expedito processo de empraçamento e edificação terá decorrido com naturalidade até ao momento em que as religiosas apresentaram junto do rei uma petição solicitando ao Senado a substituição da prática de vistoria por edifício por uma única para todo o bairro (conseguindo assim reduzir os custos dos empraçadores, que pagavam mais de 11 mil réis para o efeito). Como resposta, a 16 de setembro seguinte, D. José ordena que não se permita “a execução do Mappa, que as ditas Religiosas mandarão ordenar para o seu terreno [e que o Senado não possa] intrometer-se em fazer vistorias nas casas, que se intentarem fabricar”⁴⁵. Com essa decisão, o monarca procurou travar o desenvolvimento de um dos principais núcleos habitacionais em construção sem o seu aval e, simultaneamente, acabar com o beneplácito camarário de autorizar a legalização de construções proibidas por decreto régio⁴⁶. Por essa altura, as religiosas Trinas tinham já celebrado mais de 400 contratos de empraçamento, estando certamente em construção um elevado número de edifícios. O caráter ilegal da urbanização não foi suficiente para impedir novos contratos nem para parar a edificação nos chãos empraçados, principalmente porque o Procurador da Cidade, António Pereira Viveiros, se recusou a acatar a resolução régia⁴⁷. Por entre esta indefinição, o loteamento continuou a ser desenvolvido e a área foi-se consolidando. O levantamento da proibição ocorreu a 12 de maio de 1758, altura em que, por Alvará com força de Lei, o Rei tornou a permitir a construção assim “querendo os Donos dos respectivos solos edificar na conformidade do sobredito Plano”⁴⁸.

Esta decisão também terá influído positivamente no normal desenrolar das operações de loteamento e aforamento que então se desenvolviam em terras contíguas ou próximas às das Trinas⁴⁹. Logo no início de dezembro de 1755, Francisco Xavier Pedro de Souza encontrava-se a aforar chãos da sua Quinta da Bela Vista, situada entre a face nascente da rua com o mesmo nome (atual rua dos Navegantes) e a calçada da Estrela⁵⁰. Ainda no mesmo ano, começaram-se a construir barracas nos terrenos da Casa do Infantado⁵¹, encravados entre os dois casais das Trinas, de que adiante se falará mais em detalhe. A poente do loteamento das religiosas, em maio de 1756 o conde de Redondo solicita aos mestres da cidade a avaliação dos seus terrenos foreiros ao Mosteiro de Santos-o-Novo para poder “aforar e arrendar as ditas terras em partes separadas”⁵². Por seu turno, a 11 de dezembro de 1757, Rodrigo António de Noronha e Menezes passa a Frei Caetano de Santa Inês (também procurador das Trinas) uma procuração para que

possa ajustar os preços, e constituir foro fatuezens nas terras da Cotovia⁵³, e na cerca do palacio dos Mariannos para se fazerem cazas na conformidade da medição, e mappa, que para isso se fez, e aos novos foreiros poderá fazer escripturas com as clausulas de Direito⁵⁴.

⁴⁵ AML, [Decreto com orientações para a reconstrução de Lisboa]. Chancelaria Régia, Livro 10.º de consultas, decretos e avisos de D. José I, f. 14-14v.

⁴⁶ No Livro de Cordeamentos de 1756 existe um total de 18 documentos alusivos às vistorias, cordeamentos e aprovação de projetos de construção feitos pelo Senado da Câmara no Bairro das Trinas entre 1 de julho e 20 de setembro.

⁴⁷ Apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1910. tomo XVI, p. 330-339.

⁴⁸ Caso dos seis lotes na rua da Praças (chãos n.º 390-395) que José Taveira Botelho empraça a 14 de maio de 1756 (ANTT, 12.º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B, Cx. 1, Lv. 3, f. 83). Tendo construído a sua habitação num dos extremos do terreno, a área do jardim só começou a ser edificada em 1937 (rua das Praças, 13-17).

⁴⁹ Embora este tema tenha já sido abordado por diversos autores (nomeadamente José Sarmento de Matos, Walter Rossa e, para um período posterior, Raquel Henriques da Silva), urge um maior aprofundamento da forma como se desenvolveu o urbanismo da zona da Lapa.

⁵⁰ SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa Romântica: Urbanismo e Arquitectura, 1777-1784*. Lisboa: [s.n.], 1997. vol. I, p. 602. Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

⁵¹ QUEIROZ, Mónica Ribas - *O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento Belas-Artes (Ciências da Arte) apresentada à Universidade de Lisboa. p. 184.

⁵² MATOS, José Sarmento de - *op. cit.*, p. 48-55, 216-220.

⁵³ Situado na antiga quinta dos Soares de Noronha, na encosta sul da Cotovia, o Bairro Pombal ou da Cotovia foi começado a urbanizar ainda antes do terramoto pela *Companhia Edificadora*.

⁵⁴ ANTT, 3.º Cartório Notarial de Lisboa, Documentos de Livros de Notas, Mç. 26, Cx.18.

Deste último empreendimento surgiria um pequeno núcleo habitacional composto por algumas dezenas de chãos à rua de São João da Mata e travessa Nova de Santos, confinante a sueste com os terrenos e Convento das Trinas.

O FIM DE UMA ERA: A EXTINÇÃO DO CONVENTO⁵⁵

No decorrer de uma política de verificação, inventariação e análise dos bens das Ordens Religiosas, entre 22 de dezembro de 1858 e 19 de janeiro de 1859 procedeu-se à elaboração do inventário dos bens do Convento de Nossa Senhora da Soledade, pelo secretário da Comissão da Extinção das Ordens Religiosas, Miguel Augusto Pacheco. Neste âmbito foram descritos e avaliados os prédios rústicos e urbanos “com declaração da sua situação, qualidade e natureza, nome dos enfiteutas, importância dos foros e datas dos títulos de empraçamento, com indicação dos cartórios em que foram lavrados”⁵⁶. A informação recolhida encontra-se apresentada num quadro com 22 folhas e 341 registos de foros, discriminando, em colunas sucessivas, a “qualidade e natureza dos foros”, o “nome dos enfiteutas”, o montante dos “foros”, “datas de pagamento”, “datas das escrituras ou títulos de empraçamento”, “cartórios em que foram lavradas”, “valor dos prazos” e “situação dos prazos” e, por último, uma coluna “observações”⁵⁷. Até ao registo número 318 todos os prazos se situam na freguesia da Lapa, então bairro de Alcântara. A partir do registo 319, os foros são referentes a prazos situados em Arruda, Oeiras, Vila Franca de Xira, Barreiro, Sintra, Cadaval, Mercês e Ourique. A importância dos foros pagos entre 1725 e 1859 era de 1996\$698 e o valor total dos prazos correspondia ao montante de 39 939\$370.

No dia 28 de janeiro de 1859 procedeu-se à descrição e avaliação do edifício e cerca do convento, na presença da Vigária Soror Maria Bárbara do Carmo, do comissionado eclesiástico Joaquim José Tomás, de duas testemunhas nomeadas pelo administrador do bairro (Guilherme António Costa e Manuel Ferreira da Silva) e de Miguel Augusto Pacheco, secretário da Comissão. O convento foi avaliado em 10.000\$000 e a cerca em 672\$000. Esta compunha-se “de dois bocados de terra de sementeira, um taboleiro de orta, com um poço sem engenho, parreiras sobre esteiros de madeira, algumas oliveiras, e umas barracas anexas, e sendo a sua renda importante em 38\$400”⁵⁸.

Da avaliação resulta notório que o rendimento principal do convento provinha dos aforamentos dos prazos que detinha no espaço envolvente, correspondente aos terrenos da primitiva cerca.

O convento é suprimido a 14 de janeiro de 1878 na sequência da morte da última religiosa⁵⁹, tomando a Fazenda Pública posse do edifício e da cerca quatro dias mais tarde⁶⁰. Nesse mesmo ano as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição instalaram-se no edifício conventual, onde ficariam até 1910, altura em que saíram por determinação do governo republicano.

Pouco tempo após a passagem da propriedade para o Estado iniciou-se uma longa batalha legal entre a Casa Cadaval e o Estado Português, na qual a primeira reclamava a posse dos direitos sobre as propriedades construídas nos antigos casais de Buenos Aires e da Boa Vista. Justificava-o com base na interpretação de que a

⁵⁵ A investigação para este ponto decorre do estudo iniciado para a comunicação apresentada por Edite Alberto no Colóquio Internacional “Da cidade sacra à cidade laica: dinâmicas urbanas e novas memórias”, 4 a 6 de novembro de 2015, intitulada “Trinas do Mocambo e Trinas de Campolide: aforamentos urbanos nas cercas conventuais após o Terramoto de 1755”.

⁵⁶ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, f. 9.

⁵⁷ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, f. 10-32.

⁵⁸ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, fts. 4-5. Cf. ALBERTO, Edite – Convento de Nossa Senhora da Soledade. In *LXCONVENTOS – Da cidade santa à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* [Em linha]. 2014. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/>

⁵⁹ Ao contrário do habitualmente afirmado, não existiu nenhuma lei que, de forma efetiva, tenha suprimido as casas religiosas femininas por morte da última religiosa. Ao invés, tal é afirmado apenas indiretamente no decreto de 9 de agosto de 1833, ao impedir a admissão de noviças.

⁶⁰ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, f. 318-319.

impossibilidade de apresentar as duas freiras de véu preto prevista pelo contrato de doação de 1662 constituía motivo para a devolução dos bens aos descendentes do doador⁶¹. Os requerimentos dos descendentes da Casa Cadaval continuaram pelos anos seguintes. Em 1886, a Casa é acusada de receber indevidamente foros do casal de Buenos Aires⁶². Dez anos mais tarde a situação mantinha-se, levando o Conselheiro Delegado do Tesouro a remeter ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, cópia da escritura de doação do casal da Boa Vista, datada de 4 de julho de 1662, feita pelos duques de Cadaval Dom Nuno Álvares Pereira e Dona Maria de Faro, juntamente com outros documentos referentes aos bens do convento⁶³. A disputa continua até aos primeiros anos do século XX, sabendo-se que em outubro de 1904 o assunto havia subido em apelação ao tribunal⁶⁴.

O processo arrastar-se-ia por várias décadas, ao longo das quais os emprazadores foram pagando e remindo os respetivos foros à Casa Cadaval, não sendo claro o seu desfecho. Sabe-se, no entanto, que na década de 80 do século passado, o Instituto Hidrográfico instalado no edifício conventual compra a denominada “Cerca Grande”⁶⁵. Na altura, o espaço era ocupado por algumas famílias que habitavam em casas humildes e os terrenos encontravam-se na sua maior parte incultos e, as poucas árvores de frutos ali existentes resumiam-se a algumas vinhas e figueiras⁶⁶. A “Cerca Grande” foi adquirida pelo Instituto Hidrográfico à Casa Cadaval para construção de dois novos edifícios para ampliação das instalações existentes e parque de estacionamento⁶⁷.

CARATERIZAÇÃO URBANÍSTICA E EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA E ARQUITETÓNICA DE UM BAIRRO COM MUITOS TEMPOS

O Bairro das Trinas nasceu da urbanização dos antigos casais de Buenos Aires e da Boa Vista. Implantados a meia encosta, em terrenos de elevada pendente, formavam um território com cerca de 14 hectares no qual delineadas várias ruas com cerca de 50 palmos de largura (11 metros). Este dado constitui a mais importante marca identitária do desenho urbanístico do bairro, visto que contemporaneamente apenas as seis ruas principais do plano da Baixa foram rasgadas com maior envergadura⁶⁸. Assim, os arruamentos do Bairro das Trinas são mais largos do que a maioria dos que foram abertos em empreendimentos privados até às primeiras décadas do

⁶¹ Pela escritura de 4 de julho de 1662, entre Dom Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º duque de Cadaval e as religiosas Trinas, ficara acordado que “se obrigam ella Madre Abbadeça e vigaria a que para sempre e em quanto o mundo durar que este Direito da apresentação dos ditos dois Lugares fique perpetuado e nella não haja denuncia de huma nem outra parte e sempre seja firme”. ANTT, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx.1965, f. 706-712.

⁶² ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, f. 687-692.

⁶³ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, f. 701-775.

⁶⁴ ANTT, Ministério das Finanças, Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, f. 54-64 e 799-827.

⁶⁵ Após a morte da última religiosa trinitária o edifício conventual foi ocupado pelas Irmãs Hospitaleiras até à implantação da República. A partir desta data teve inúmeras utilizações: tribunal, posto médico-cirúrgico e farmácia da Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, extensão provisória do Hospital de São José aquando do surto de febre tifoide, Arquivo Central de Identificação e Estatística Criminal, Arquivo da Direção-Geral das Obras Públicas, Escola Elementar de Comércio Ferreira Borges, Escola Preparatória Rodrigues Sampaio, Museu de Escultura Comparada, depósito de livros da Imprensa Nacional, depósito de azulejos antes da fundação do Museu Nacional de Azulejo, entre outras.

Devido ao incêndio ocorrido a 18 de fevereiro de 1969 no Arsenal da Marinha, o edifício é colocado à disposição do Ministério da Marinha para instalação provisória do Instituto Hidrográfico. Com a descolonização pós-1974 e consequente redução da área de atuação do Instituto, foi posta de parte a passagem para um novo edifício em Paço de Arcos, e os serviços mantiveram-se no espaço do antigo convento. ALBERTO, Edite – *op. cit.*

⁶⁶ GOMES, Carlos – Há vinte anos ... Instituto adquire “Cerca Grande”. *HIDROMAR* [Em linha]. Lisboa: Instituto Hidrográfico-Marinha. Nº 96 (janeiro 2007), p. 21. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: https://www.hidrografico.pt/recursos/files/revistas_publicacoes/20070101_Hidromar_96.pdf.

⁶⁷ Portaria nº 1094/81 D.R. I Série, 295 (81-12-24), 3351-3352.

Para as sucessivas ocupações do edifício do Convento das Trinas ver GOMES, Carlos – O Convento das Trinas do Mocambo: da Capela de Nossa Senhora da Soledade a sede do Instituto Hidrográfico. *HIDROMAR* [Em linha]. Lisboa: Instituto Hidrográfico-Marinha, Nº 113 (abril 2012), p. 29-33. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: https://www.hidrografico.pt/recursos/files/revistas_publicacoes/20120401_Hidromar_113.pdf

⁶⁸ Os planos da Casa do Risco elaborados no pós-Terramoto previam três tipos de arruamentos: ruas *principais* com 60 palmos de largura (13,2 metros), *médias* com 40 palmos (8,8 metros) e *traveças* com 30 palmos (6,6 metros) (Museu de Lisboa - OLIVEIRA, Philipe Rodrigues de - *Planta que compreende os Terrenos das partes contiguas de Lisboa* [...], 1756. MC. DES. 0982).

século XX⁶⁹, facto importante para a salubridade do local mas estranhamente pouco de acordo com os interesses subjacentes a um loteamento privado, cuja principal preocupação tende a ser a maximização do espaço a lotear.

Embora os respetivos limites se tocassem, entre os dois casais havia uma propriedade de médias dimensões pertencente à Casa do Infantado que acabou por influir na forma como se deu o desenvolvimento urbanístico do loteamento, dividindo-o em duas zonas de características distintas, fisicamente unidas no extremo nascente pela antiga rua da Bela Vista.

Assim, na parte norte do terreno das Trinas foram rasgadas as ruas de Buenos Aires e de São Ciro, paralelas entre si e unidas pela rua de Feliciano Velho [Oldemberg], fidalgo da Casa Real, que aí tinha uma grande propriedade. O facto de não haver outras ruas de ligação entre as duas primeiras propiciou a criação do maior quarteirão do Bairro das Trinas, do qual as religiosas possuíam apenas 80% da área⁷⁰, que dividiram em 30 lotes (do nº 23 ao 52), a maioria com frente para ambas as ruas. A grande dimensão destes lotes (com 30 palmos de frente por mais de 400 de fundo, cerca de 6,6x50 metros) seria potencialmente aliciante para atrair emprazadores de grandes posses que procurassem terrenos suficientemente grandes para conter edificação e jardim. No entanto, a quase totalidade destes chãos acabaria por ser tomada de emprazamento por José Rodrigues Lisboa, que neles construiu uma propriedade de casas nobres com jardim de aparato e horta, onde passou a morar. Ao longo dos tempos, a sua residência distinguiu-se das demais do bairro, constituindo-se como uma das mais importantes e faustosas de toda a Lapa⁷¹.

Na rua de Nossa Senhora da Lapa (atual rua da Lapa) e a sul desta, a configuração urbanística é diferente, pois a ortogonalidade do traçado dos arruamentos possibilitou a divisão em quarteirões e lotes mais regulares⁷². Assim, os chãos com frente para as ruas de São Félix, São João da Mata e Nossa Senhora dos Remédios (atual rua dos Remédios à Lapa) possuem dimensões semelhantes (30x109 palmos, cerca de 6,6x24 metros), detetando-se igualmente uma métrica regular na face sul da rua da Lapa (30x150 palmos, cerca de 6,6x33 metros). Por seu turno, os quarteirões implantados entre as ruas das Trinas e do Meio eram compostos sobretudo por lotes com frentes para ambas. Contrariamente ao que muitas vezes ocorreu em empreendimentos do género em Lisboa, foram raros os casos de fragmentação de lotes para incorporação de parte da sua área em chãos vizinhos.



Figura 6 Divisão dos talhões nos quarteirões formados pelas ruas da Lapa, dos Remédios, das Praças, de São Félix e de São Domingos. Ana Filipa Leite, CML / DMC / DPC, 2019.

⁶⁹ A título de exemplo, as ruas do Bairro da Cotovia, construído contemporaneamente, têm apenas cerca de 20 palmos de largura. Somente com a postura de 12 de dezembro de 1913, os promotores de bairros privados passaram a ser obrigados a abrir as novas ruas com uma largura maior (pelo menos 12 metros, cerca de 54,5 palmos), e apenas se não fossem abertas em continuação de outras pré-existentes com largura menor.

⁷⁰ Com aproximadamente 183x104 metros. Os restantes 20% pertenceriam à casa do Conde de São Lourenço e a António Esteves Ribeiro.

⁷¹ O edifício sofreu uma grande campanha de obras cerca de 1860 quando foi adaptado para residência de António Teófilo de Araújo, Visconde dos Olivais. No início do século XXI foi transformado em habitação plurifamiliar.

⁷² Ao contrário dos existentes na área junto à rua de Buenos Aires, os quarteirões tinham aqui um formato retangular com orientação norte-sul, o que incrementou a dimensão cénica do bairro em direção ao Tejo.

A ampliação de um terreno implicaria necessariamente a compra integral de um ou mais talhões contíguos, o que permitiu manter a integridade da métrica construtiva destes quarteirões, ainda hoje assente em módulos de 30 palmos de largura.

Nem tudo o que atualmente se entende como *Bairro das Trinas* se implanta nas propriedades das religiosas ou foi por elas emprazado. Na verdade, a forma como toda a área da Lapa se desenvolveu massivamente a partir de 1756 consolidou-a de um modo que tornou difícil traçar os limites rigorosos do bairro. Se a sul (rua da Santíssima Trindade), nascente (eixo formando pelas ruas do Quelhas e dos Navegantes) e poente (rua de São Domingos) a delimitação não levanta grandes dúvidas, traçar o limite norte é mais complicado devido à irregularidade das extremas dos terrenos das freiras (ver Figura 4).

Como visto, nos dias seguintes ao terramoto, parte do *Casal d'El Rei* ou *Casal da Estrela* da Casa do Infantado foi ocupado por diversas habitações abarracadas, “uma delas dedica[da] ao culto de Nossa Senhora da Lapa, devido a uma imagem da Senhora, que escapou milagrosamente da catástrofe”, e que esteve na origem do Recolhimento da Lapa⁷³, o maior edifício de todo o bairro. Concretizada pela Casa do Infantado, uma operação de emprazamento semelhante e contemporânea à das freiras Trinas ocorreu na face sul da atual travessa do Combro e na rua de Santana à Lapa, um caminho pré-existente de traçado sinuoso, cuja manutenção justifica a forma precária como esta propriedade foi consolidada. Logo em 1756, no contexto do grande plano da Casa do Risco para a zona ocidental da cidade, houve uma primeira tentativa de regularização desta área. Procurando coser o bairro com outras zonas da cidade, projetou-se o prolongamento de algumas das ruas do loteamento das Trinas através do terreno da Casa do Infantado, nomeadamente a de São Félix que, entroncando na de Santana, providenciaria uma ligação direta ao Senhor Jesus da Boa Morte. No entanto, muito provavelmente devido à elevada pendente do terreno, o plano foi abandonado, obrigando, em alternativa, ao prolongamento para norte da rua de São Domingos, que originalmente terminava na rua da Lapa. Com ele caiu também a proposta de abertura de um novo arruamento entre as ruas de Buenos Aires e de São Ciro.

A intenção de regularizar o terreno da Casa da Infantado acabaria por se manter. No final do século XVIII, Francisco António Ferreira (*Cangalhas*) elaborou um *mapa topográfico*⁷⁴ que incluía uma proposta de reestruturação de toda a área central do bairro, aproveitando a ideia do projeto de 1756 de rasgar um arruamento paralelo à rua da Lapa e de prolongar a das Trinas. Uma vez mais, nada foi concretizado. Em 1781, a reconfiguração da rua de São Ciro marca a derradeira transformação urbanística do bairro, em consequência do início da construção do Convento do Santíssimo Coração de Jesus (cuja igreja ficou conhecida como Basílica da Estrela) que se implantou justamente em parte do seu traçado. Perdendo o estatuto de uma das principais saídas do bairro⁷⁵ e grande parte da sua extensão, este arruamento absorveu o pequeno troço da antiga rua de Feliciano Velho, assim tomando a configuração em L que ainda hoje mantém.

⁷³ O Terramoto de 1755 “fez com que Sua Magestade não resistisse aquelas clandestinas edificações [construídas no seu casal] antes fechando a ellas os seus Reaes olhos [...] [af] mand[ando] fabricar no mesmo Terreno hum Recolhimento para orfãos [...] [onde] se colocou a Imagem de Nossa Senhora da Lapa onde no dia de Natal do mesmo anno se dice a primeira Missa. [...] Arruinando se porem com o tempo a Barraca, que servia de Igreja [...] Sua Magestade [...] ordenou logo ao Architecto Matheus Vicente fizesse risco para nova igreja” no ano de 1764. [ANTT, “Sentença do Padroado da Igreja da Lapa”, Casa do Infantado, Livro n.º 127, f.150. *Apud* QUEIROZ, Mónica Ribas – *O architecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*. Lisboa: [s.n.], 2013. p.184-185. Tese de doutoramento Belas-Artes (Ciências da Arte) apresentada à Universidade de Lisboa.].

⁷⁴ FERREIRA, Antonio Francisco – *Mapa topográfico dos Terrenos que medeião entre a Pampulha e a Calçada da Estrela / Feito Geometricamente pelo Architecto da Inspeção da Cidade de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], entre 1789-1808. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <http://purl.pt/18565>.

⁷⁵ Formava então um eixo com a travessa dos Ladrões (atual rua da Estrela).



Figura 7 Rua de São Felix, 18 a 22 (antigos talhões 288, 289 e 290) Machado & Souza, 1898-1908. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000143.

Contrariamente ao que a rapidez da operação de urbanização e celebração dos contratos de aforamento poderia indiciar, o desenvolvimento do Bairro das Trinas foi lento, prolongando-se por mais de dois séculos. Em rigor, continua ainda.

Nos livros de arruamentos e propriedades da Décima da Cidade da freguesia de Santos do princípio da década de 1760⁷⁶, há menção a diversos chãos *devolutos* ou *por edificar*, o que prefigura, possivelmente com a complacência das freiras, uma quebra reiterada da cláusula de obrigatoriedade da edificação dos lotes no espaço de três anos, a mais importante nos contratos de aforamento do género na Lisboa de então. Este dado é também confirmado pela cartografia, na qual é possível distinguir um elevado número de chãos por construir, mesmo em épocas mais recentes. Neste particular importa distinguir duas realidades: embora fossem raros, houve lotes que se mantiveram vazios durante largos períodos, como o terreno formado pelos n.º 105 e 106 (atual rua da Lapa, 42), que só foi ocupado em 1945 por um edifício projetado por Raul Tojal.

Mais comuns eram os casos em que o mesmo emprazador tomava para si vários lotes contíguos, construindo nuns e transformando outros em jardins formais, quintais ou hortas, separados fisicamente da rua por muros. Embora existam contratos iniciais de emprazamento de mais do que um talhão por parte do mesmo outorgante, na maioria das vezes estes conjuntos resultaram do aproveitamento dos diversos contratos cancelados. Tomando

⁷⁶ Os livros de arruamentos e propriedades da Décima da Cidade para a freguesia de Santos existem para o período entre 1762 e 1833 (Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Livros de Arruamentos entre 1762 e 1833, AR1022 a AR1087).

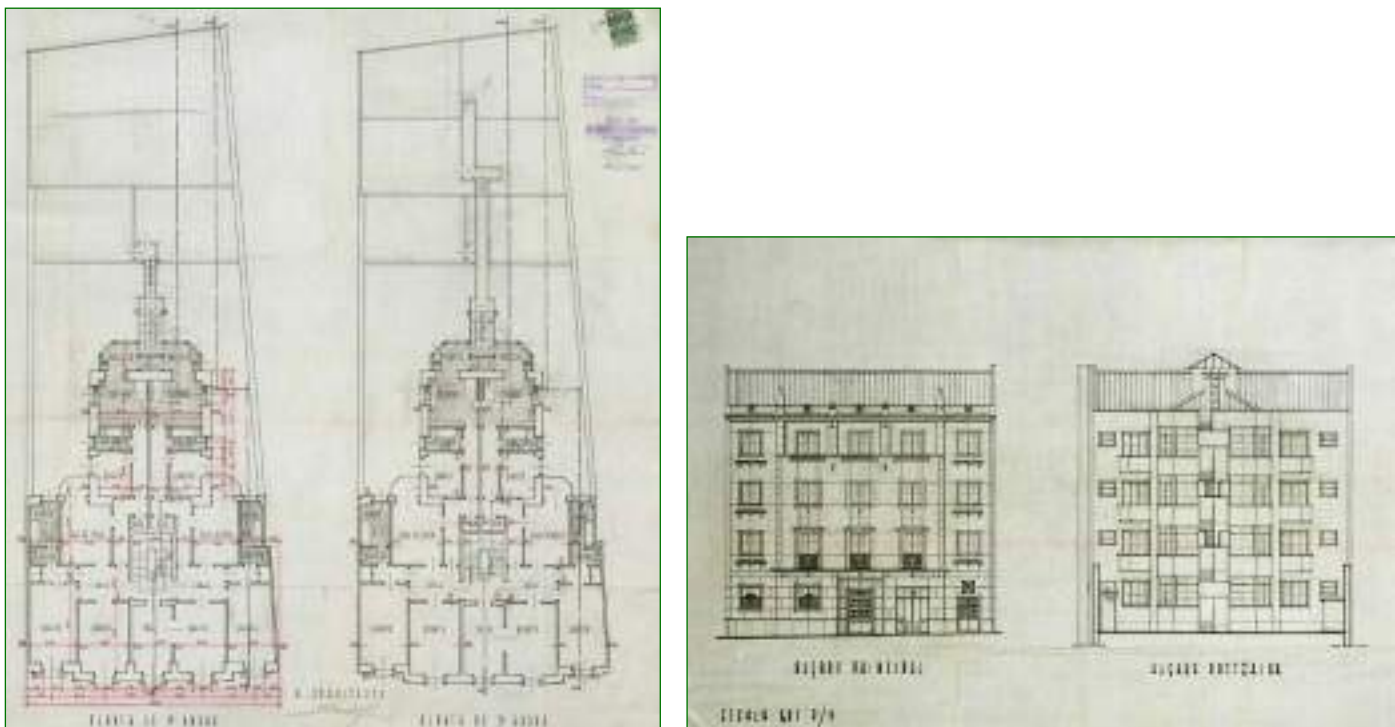


Figura 8 Rua da Lapa, 42, planta e alçado. Raul Tojal, 1945. AML, Obra: 9140, proc. 2632/DAG/PG/1946, p. 3 e 5.

conhecimento de que um ou mais lotes confinantes se encontravam de novo livres, muitos emprazadores tiveram a iniciativa de os tomar para si de modo a aumentar a área do seu terreno. Esta realidade tornou-se de tal forma vinculada que alterou a morfologia do Bairro das Trinas, originalmente pensado para ser constituído por pequenas construções com quintal.

Assim, o bairro foi-se compondo de forma lenta e quase anárquica. Para o efeito contribuiu a falta de uma cláusula a obrigar os proprietários a construir *segundo prospetos*, conforme ocorria em algumas das urbanizações então em desenvolvimento na cidade. Nos primeiros anos, em pelo menos metade dos lotes edificaram-se *barracas*, termo que à época não se encontrava estabilizado mas que apontaria para uma construção em materiais menos nobres e duradouros, de carácter tendencialmente provisório⁷⁷. Era possível encontrar este tipo de construções em todas as ruas do bairro, o que pode indiciar uma estratégia para cumprir a já referida cláusula de obrigatoriedade de edificação ou para responder à premência das necessidades habitacionais no pós-terramoto, espelhada também no modo como, desde cedo, um elevado número de propriedades (de pedra ou abarracadas) foram total ou parcialmente arrendadas. A descrição dos primeiros edifícios de *pedra e cal* aponta para uma tipologia corrente, geralmente com uma ou duas *loges* e outros tantos andares, raramente com águas-furtadas. No entanto, em diversas localizações, desde cedo surgiram propriedades de casas ou quartos nobres, que serviam quase sempre de habitação para os seus proprietários.

Esta heterogeneidade construtiva reflete uma heterogeneidade social. Inicialmente, a maioria dos emprazadores residia em zonas próximas (Mocambo e sítio do Senhor Jesus da Boa Morte, mas também nas Janelas Verdes, Pampulha ou São Bento), sendo raros os que habitavam noutras áreas da cidade ou em construções abarracadas nas cercas de conventos, nomeadamente na de São Bento da Saúde. Esta situação altera-se a partir do final da década

⁷⁷ Em 1712, Rafael Bluteau define *Barraca* como “pequena tenda armada no campo” (BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário portuguez e latino [...]*. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 53). No entanto, não parece ser esse o caso, visto que em diversa documentação sobre o Bairro das Trinas surgem menções a “barracas de frontal [madeira]” ou de “frontal e barro”.

de 1750, altura em que a quase totalidade dos emprazadores morava no Bairro das Trinas, e, como se referiu, procuravam essencialmente lotes contíguos aos seus. Identificam-se também diferentes tipologias profissionais conforme as zonas de implantação: mais a norte (rua de Buenos Aires) e oeste (rua de São Domingos) fixam-se membros de classes elevadas (desembargadores e oficiais de diversas casas do reino, homens de negócio, capitães de mar e guerra...) que aí emprazavam terrenos compostos por vários lotes. Nas áreas mais baixas (a sul da rua da Lapa) há uma maior diversidade, encontrando-se emprazadores de lotes únicos com profissões liberais / populares (mestres pedreiros, carpinteiros e azulejadores, alfaiates, pintores, sapateiros, marinheiros, calafates...) mas também outros, mais abastados, que tomavam vários lotes. Pelo tipo de proprietário, dimensão dos lotes e características dos edifícios construídos, a área mais a norte apresenta uma imagem urbana diferenciada, mais próxima da que, a poente desta, se desenvolve na mesma altura, a *Lapa aristocrática*⁷⁸, onde predominam os palácios e palacetes implantados em lotes de grandes dimensões⁷⁹.

Até ao final do século XVIII assistiu-se a uma progressiva consolidação construtiva do Bairro das Trinas. Em 1780, as *propriedades de casas* são cada vez menos modestas e o número de barracas torna-se residual, acantonando-se quase em exclusivo na parte sudoeste, nomeadamente nas ruas das Trinas e do Meio, que desde o início eram as áreas mais humildes do bairro. São já vários os casos de arrendamentos de casas nobres a estrangeiros, seguindo a lógica vigente na área composta pela *Lapa Aristocrática*, Janelas Verdes e rua de São Francisco de Paula⁸⁰.

Na transição para o século XIX, nos livros da Décima da Cidade são já escassas as menções a terrenos por construir ou a construções abarracadas. A quase totalidade do edificado é então formada por um número variável de lojas, um a três andares e águas-furtadas, numa tipologia que se desenvolveu no bairro a partir da segunda metade de Setecentos e que estabilizou ao longo do século seguinte. O facto de a consolidação construtiva ter por base um modelo de edifício progressivamente maior permitiu que mais cómodos fosse arrendados⁸¹, o que se refletiu num crescente número de residentes, na ordem dos milhares em 1800. No entanto, esta realidade alterar-se-ia nas décadas seguintes, a ponto de já se encontrarem diversos edifícios integralmente devolutos em 1833.

Do ponto de vista construtivo, o século XIX foi um tempo particularmente ativo no bairro. Além de se acentuar a construção de edifícios de dimensões cada vez maiores, foi comum a ampliação de construções setecentistas. Trata-se de uma prática profundamente enraizada na arquitetura deste período, que recorria à adição de pisos e/ou de volumes no interior dos lotes acompanhada pela alteração dos vãos⁸². O trabalho era feito com tal rigor que estas intervenções só eram perceptíveis pela diferente aplicação de materiais e elementos ao novo gosto (nomeadamente azulejos, platibandas e elementos decorativos) ou por diferentes níveis de desgaste nas cantarias. Na atualidade subsistem ainda diversas frentes consolidadas com edifícios oitocentistas, por vezes formadas por construções de raiz e ampliações, como é o caso dos edifícios implantados nos antigos lotes n.º 120 e 121 (atual rua da Lapa, 107-111) e 122 (atual rua da Lapa, 103). O primeiro resulta do projeto de construção nova de um edifício de dois pisos que Francisco José Pereira Soares apresentou à Câmara Municipal de Lisboa em março de 1860; o segundo da ampliação de mais um piso e aproveitamento do sótão pelo proprietário Augusto Simões de Abreu em 1885 (Figuras 9 e 10).

Este período é marcado pelo alargamento da rua da Santíssima Trindade (atual rua Garcia de Orta) em 1883,

⁷⁸ Correspondendo à zona a poente do Bairro das Trinas e a este contígua.

⁷⁹ Informação retirada dos diversos contratos de emprazamentos existentes na ANTT.

⁸⁰ Casos do arrendamento que Luis Cadot faz “de casas nobres arrendadas [sitas na rua da Santíssima Trindade] em duzentos, e oitenta mil rs ao Ministro da Dinamarca” (correspondendo aos lotes n.º 380 a 384) ou das casas nobres que José Inácio Rodrigues Santa Maria arrenda ao Cônsul de Inglaterra por 512 mil reais (Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Livro de Arruamentos, 1780, AR1039, f. 211 e 224v.).

⁸¹ A estreiteza dos lotes levou a que os andares fossem integralmente arrendados à mesma pessoa.

⁸² Embora a métrica fosse tendencialmente mantida, muitas das vezes assistia-se à substituição de portas por janelas (e vice-versa).

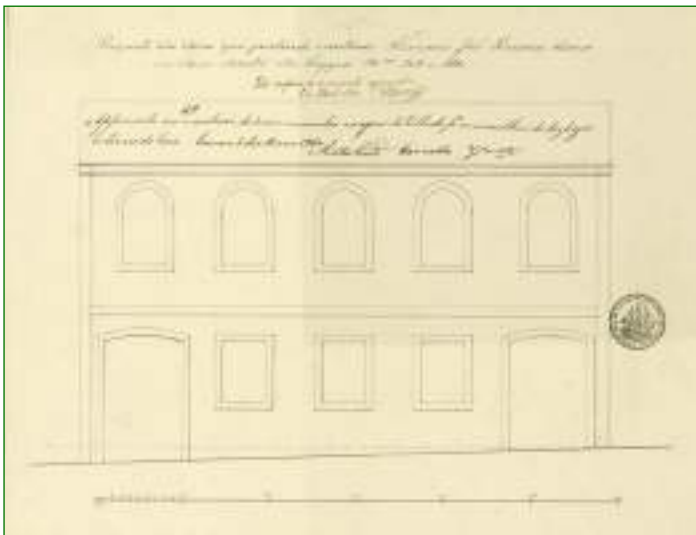


Figura 9 Rua da Lapa, n.º 109 e 111, prospeto do prédio que Francisco José Pereira Soares pretende construir, 1860. AML, Alçado, n.º 746, PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0605.

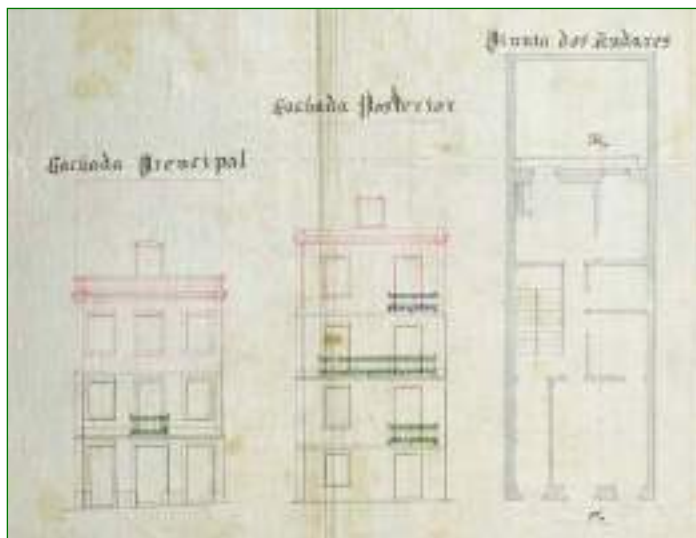


Figura 10 Rua da Lapa, 103, planta e alçado da ampliação, 1885. AML, Obra:17840, proc. 2785/1.ª Rep./PG/1885, p. 2.

levando a um processo de expropriação que culminou no quase total arrasamento das construções da face sul da rua, parcialmente edificadas nos terrenos das religiosas.

Chegado ao início do século XX, o Bairro das Trinas era então um espaço onde coexistiam várias tipologias, lógicas de ocupação e arquiteturas. É neste período que, ao consolidar as frentes de rua, o preenchimento dos vazios construtivos concretiza a lógica inicial da urbanização. Para além da substituição de edificado mais antigo⁸³, desaparecem muitos dos jardins de origem setecentista⁸⁴. Denota-se um importante incremento da atividade

⁸³ Destacando-se neste contexto o projeto de 1924 de Álvaro Machado para o n.º 51 da rua dos Navegantes no lote n.º 502 (AML, Obra n.º 12268).

⁸⁴ Caso do edifício da atual rua dos Remédios à Lapa, 24. Resulta do aforamento de 4 lotes contíguos [2 voltados à rua de São João da Mata (n.º 209-210) e dois à rua dos Remédios (n.º 239-240)], onde em 1760 foi construída uma habitação unifamiliar de dois pisos e mirante, tendo os dois outros lotes sido utilizados para jardim formal com poço. Assim se manteve até 1926, altura em que o arquiteto Tertuliano Lacerda Marques desenvolve um projeto para garagens, posteriormente alterado para ateliers (nos quais trabalham alguns dos mais relevantes arquitetos do seu tempo). Em 1945 foi ampliado para habitação unifamiliar pelo arquiteto Vasco Pereira Lacerda Marques, seu filho.

⁸⁵ Os edifícios contíguos foram sendo construídos até à década de 1960, destacando-se os números 56 e 65, respetivamente da autoria de João Simões (1944) e de Cassiano Branco (1956).

⁸⁶ Rua de São Ciro, 40 a 52.

construtiva a partir da década de 1920, quando começam a ser consolidadas largas áreas até então por construir. Entre 1922 e 1935 é totalmente edificada a frente sudoeste da rua de Santana à Lapa, em antigas terras da Casa do Infantado que até então pertenciam ao Recolhimento da Lapa. É também neste período que se inicia a consolidação da parte sueste da rua de São Ciro⁸⁵, com o conjunto de cinco edifícios que, entre 1928 e 1930, o construtor civil Álvaro António Prazeres edifica para João Rodrigues de Carvalho⁸⁶.

Até meados da década de 1930, a maioria dos novos edifícios apresentam métricas e ritmos muito semelhantes aos dos que se haviam construído até então. No entanto, destacam-se pontuais mas importantes exceções, nomeadamente as de três construções que quebraram com os preceitos pós-pombalinos que o bairro sempre havia tido desde o seu início, todos assinados por arquitetos com obra reconhecida, numa tendência que se viria a enraizar até meados do século⁸⁷.

Em 1901, o negociante José Lino da Silva dá entrada nos serviços camarários de um projeto para uma habitação unifamiliar de grandes dimensões para um terreno na face sul da rua da Santíssima Trindade⁸⁸. Embora o desenho não esteja assinado, o nome de Raul Lino, seu filho, surge como construtor civil responsável da obra⁸⁹.

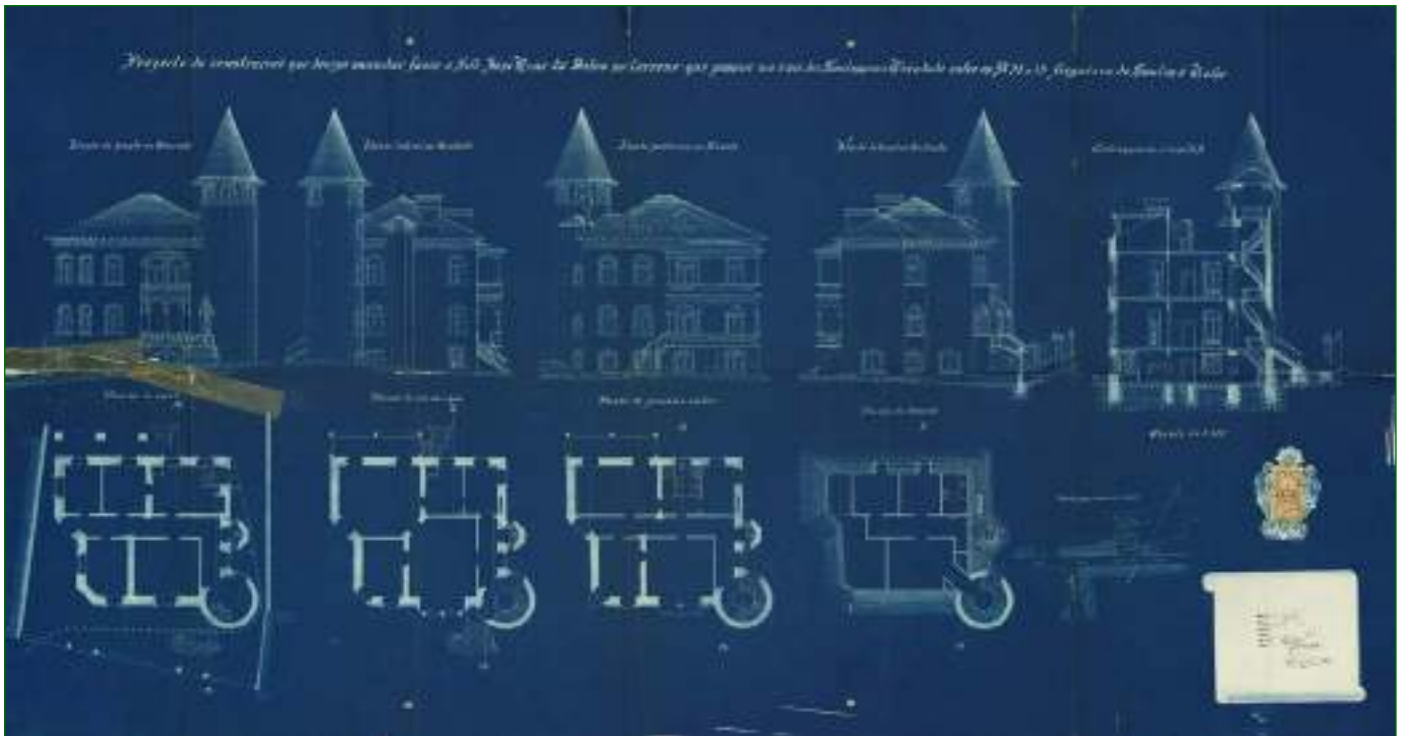


Figura 11 Rua Garcia de Horta, 63, projeto. Raul Lino (atrib.), 1901. AML, Obra: 16725, proc. 116/1.º Rep./PG/1901, p. 3.

⁸⁷ Assiste-se à multiplicação de projetos assinados por arquitetos. Para além dos casos adiante abordados, assinaram projetos no Bairro das Trinas os arquitetos Alberto Cruz (rua da Lapa, 79, 1963), Álvaro Machado (rua dos Navegantes 51, 1924), António Lino (rua de São Ciro 38, 1943), Carlos Franco (rua de São Félix 37 e rua das Praças 100, 1961), Carlos Ramos (rua Garcia de Horta 32, 1937), Cassiano Branco (rua de São Ciro, 65, 1956), Francisco Caetano de Carvalho (rua das Trinas 38, 1934 e rua de São Domingos 68, 1941), João Simões (rua de São Ciro, 56, 1944), Luiz Benavente (rua da Lapa 120, 1951), Raul Tojal (rua de S. Félix 29, 1949) e Veloso Reis Camelo (rua das Praças 15A-B, 1938).

No bairro existem também projetos de arquitetura assinados por engenheiros de renome, nomeadamente Jacinto Bettencourt (rua de São Domingos, 34, 1939) Jacinto Robalo (rua de São Ciro, 58, 1953) e Manuel Conceição Gomes (rua das Trinas 59, 1936).

⁸⁸ Em 1879 José Lino da Silva encomendou à Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa a construção de um palacete à rua de São Domingos, 2 (AML, Obra n.º 16725), num terreno em forma de L que também tinha frente para a rua da Santíssima Trindade (correspondendo parcialmente ao lote n.º 383).

⁸⁹ Não sendo possível afirmar com total certeza que o projeto de arquitetura é da sua autoria, Lino, por não ser arquiteto de formação, sempre assinou os seus trabalhos na cidade como o construtor civil n.º 134 inscrito na Câmara Municipal de Lisboa, o que parece indicar que seja efetivamente o autor da construção. A confirmar-se a autoria, é inequívoco o afastamento deste projeto com a restante obra de Raul Lino, o que se poderá justificar como uma experiência inicial ou ao gosto do encomendador.

⁹⁰ COTA, António Fevereiro – Álvaro Augusto Machado, José António Jorge Pinto e o movimento arte nova em Portugal. Lisboa: [s.n.], 2011. p. 514. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

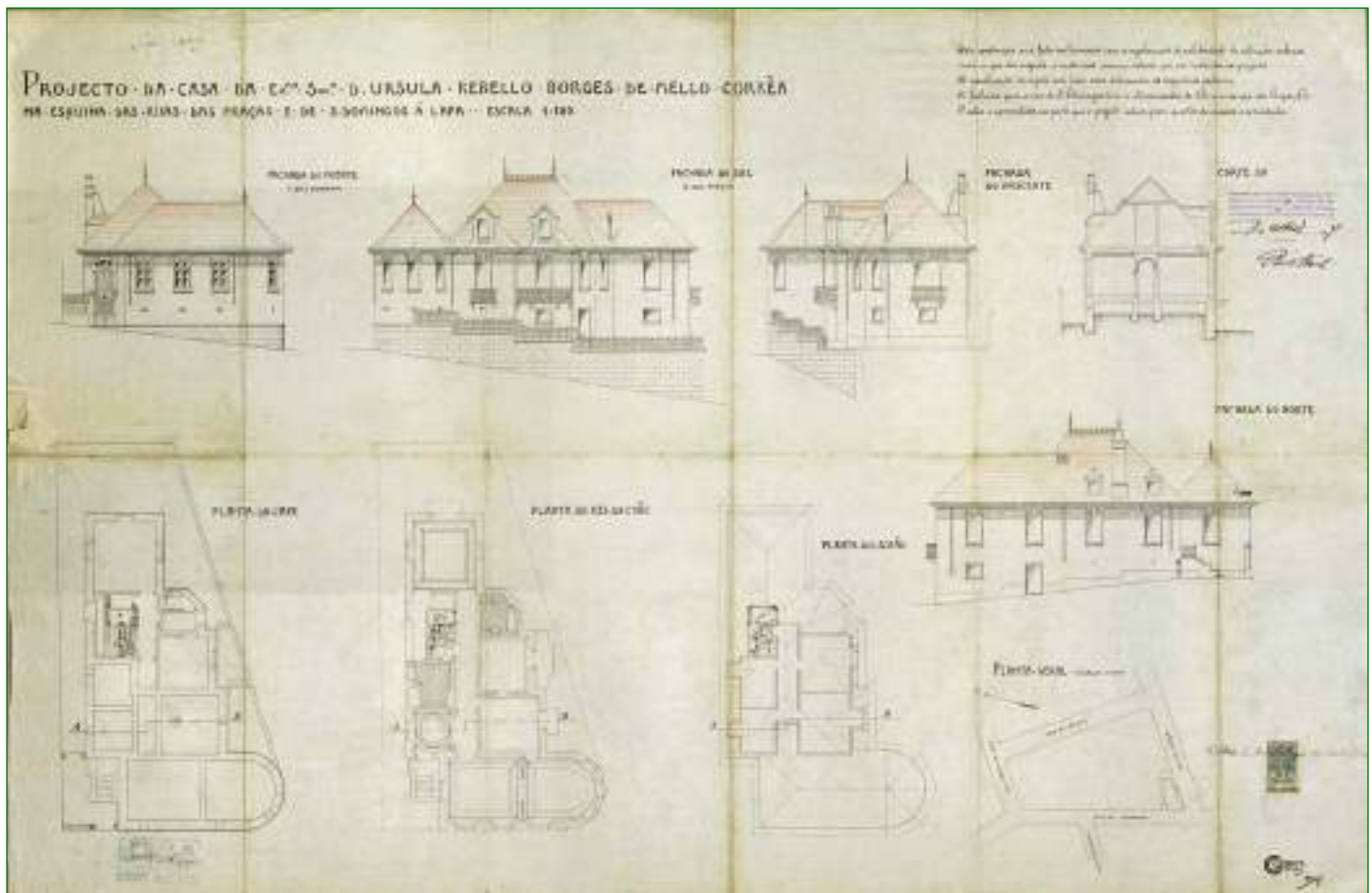


Figura 12 Rua de São Domingos, 60, projeto da Casa da Ex^{ma} Snr^a D. Ursula Rebello Borges de Mello Corrêa. Guilherme Gomes, 1907. AML, Obra: 11707, proc. 816/1.ª Rep./PG/1907, p. 4.

Assemelhando-se “a um pequeno e gracioso *petit château*”⁹⁰ de linguagem romântica, integralmente revestido a pedra e com uma torre circular que incorpora a caixa de escada, é um edifício mais enquadrado na arquitetura sua contemporânea projetada para os Estoris, do que para qualquer bairro residencial da cidade. Para além da total rutura da linguagem arquitetónica, a sua implantação oblíqua e recuada face à frente de rua quebra com um princípio plasmado nos contratos setecentistas celebrados pelas freiras trinas e até então integralmente cumprido.

Em 1907, Úrsula Rebello Borges encomenda a Guilherme Gomes, habitual colaborador de Raul Lino, uma casa unifamiliar para o lote n.º 350, de gaveto entre as ruas de São Domingos e das Praças, que nunca havia sido construído. Tratando-se de um terreno triangular, de difícil concretização, o arquiteto acompanha inteligentemente a sua configuração através de sucessivos recuos da volumetria e cobertura de grande inclinação.

Mais recentemente, em 1921, Miguel Nogueira Júnior assina aquele que é porventura o mais emblemático edifício do século XX em todo o bairro, atualmente conhecido como a *Casa dos Açores*, nome do organismo aí instalado desde 1970. Encomendado por José Manuel Perestrelo d’Orey, é um edifício de 4 pisos com uma planta triangular que acompanha a morfologia do lote⁹¹. A sua modernidade reflete-se na forma como se constitui como o primeiro prédio no bairro a romper com o preceito clássico de fachada de vãos regulares ao optar por volumes salientes e fenestração de diferentes formatos e dimensões que se vão reduzindo progressivamente nos andares mais elevados, bem como pela cobertura em terraço, possivelmente a primeira na cidade⁹².

⁹¹ Correspondendo a parte do lote n.º 88 da urbanização das trinas e o restante a terrenos originalmente da Casa do Infantado.

⁹² O seu “caracter artistico [...] obedece ao partido de obter o maximo efeito dentro das linhas mais simples fugindo a ornamentações e detalhes custosos, procurando apenas efeitos de claro escuro pelo emprego de uma justa distribuição de grandes massas bem formadas.” (AML, Obra n.º 14503, Processo 10205/SEC/PG/1921, p. 2).

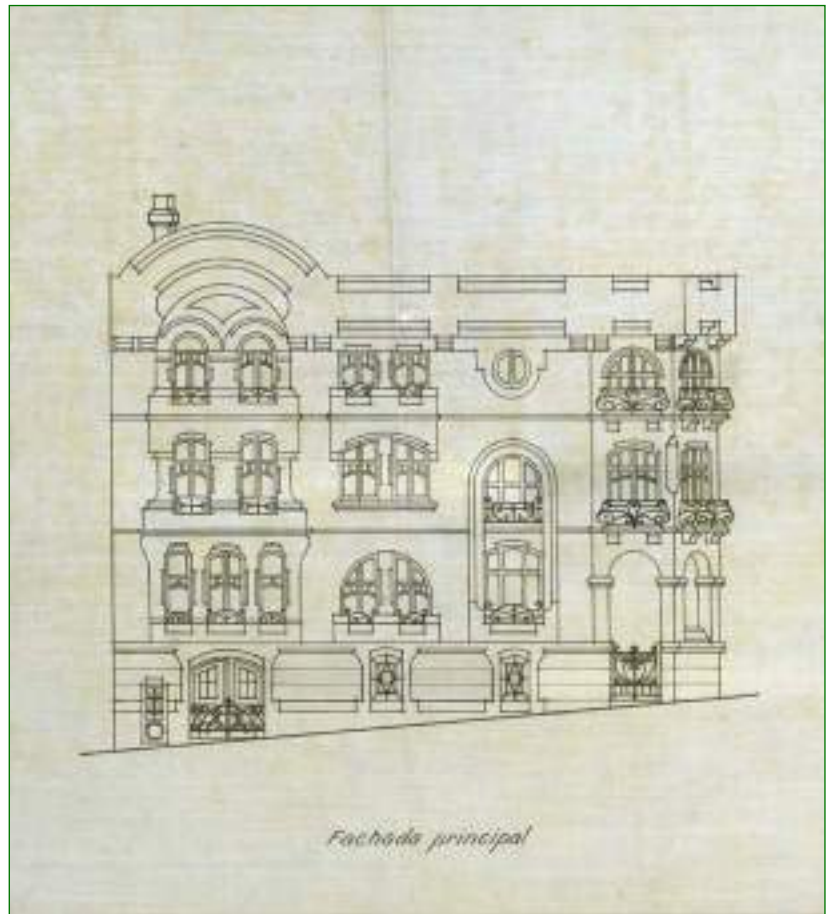


Figura 13 Rua dos Navegantes, 21, Projecto de uma casa de habitação que o Exmo Snr. José Manoel Perestrelo d'Orey pretende construir. Miguel Nogueira Júnior, 1921. AML, Obra: 14503, proc. 10205/SEC/PG/1921, p. 6.

A década de 1930 representa um ponto de charneira na arquitetura do Bairro das Trinas. Pela primeira vez são construídos, de forma sistemática, edifícios plurifamiliares de betão armado que, cumprindo já os novos regulamentos de edificação, são abertamente dissonantes dos demais do bairro em métricas e proporções, materiais e desenho de planta, o que se refletiu num novo modo de habitar. Dos vários exemplares, salientam-se aqueles que, ocupando maioritária ou integralmente frentes de rua, se constituem como uma secção uniforme deste novo tempo. São disso caso, os dois edifícios da autoria de Raul Tojal que ocupam um quarteirão à rua de Buenos Aires⁹³ (1937) e o conjunto de três edifícios construídos na rua de São Félix entre 1938 e 1941 (dois da autoria do arquiteto Carlos Santos Dias e um de Rodrigues Lima, implantados nos lotes das n.º 313 a 318 do loteamento original).

Duas habitações unifamiliares construídas no final desta década merecem menção pela raridade da tipologia neste período, sua autoria e pela forma como se integram no bairro. Num terreno contíguo à Casa dos Açores, originalmente da Casa do Infantado (travessa do Combro 1), Raul Rodrigues Cohen encomenda em 1938 a Raul Lino um edifício de pequenas dimensões. O arquiteto utiliza uma linguagem que se afasta da *Casa Portuguesa* mas que se integra em pleno na que utiliza nas suas “construções urbanas”, caso das casas Ribeiro Ferreira ou Elisa Vaz. A Casa Rodrigues Cohen é, assim, marcada por um elevado número de fenestraçãoes e subtis volumes, destacando-se na fachada uma *bow window*. No plano oposto, encontra-se a casa que, entre 1939 e 1940, Tertuliano de Lacerda Marques projeta para Pedro de Queiroz Gaivão para a face sul da rua da Lapa (atual n.º 73), uma das maiores habitações unifamiliares construídas em Lisboa no decorrer do século XX. Edifício com 4 andares e cobertura plana, apresenta uma fachada que se apropria de vários referenciais (modernos e tradicionais) em uso na arquitetura da primeira metade do século XX, nomeadamente beirados e grelhas de ventilação em cimento.

⁹³ Correspondendo aos lotes n.º 1 e 492 a 499 dos emprazamentos das trinas, fecham o quarteirão formado pelas ruas de Buenos Aires, Santana à Lapa e travessa dos Ferreiros à Lapa.

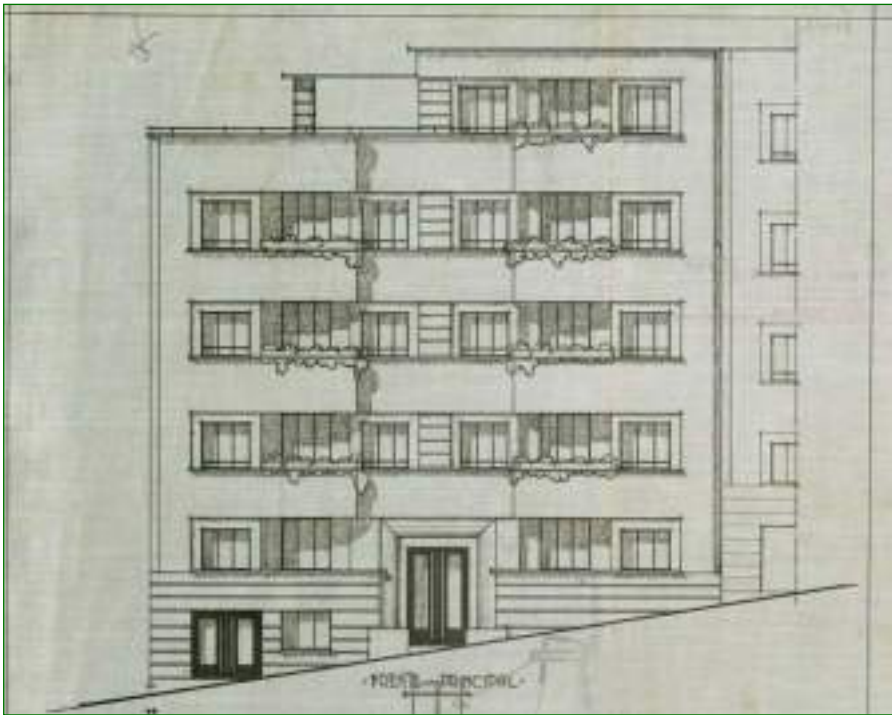


Figura 14 Rua de São Félix, 39-39A, alçado. Carlos Santos Dias, 1938. AML, Obra: 52476, proc. 39032/DSC/PG/1938, p. 10.

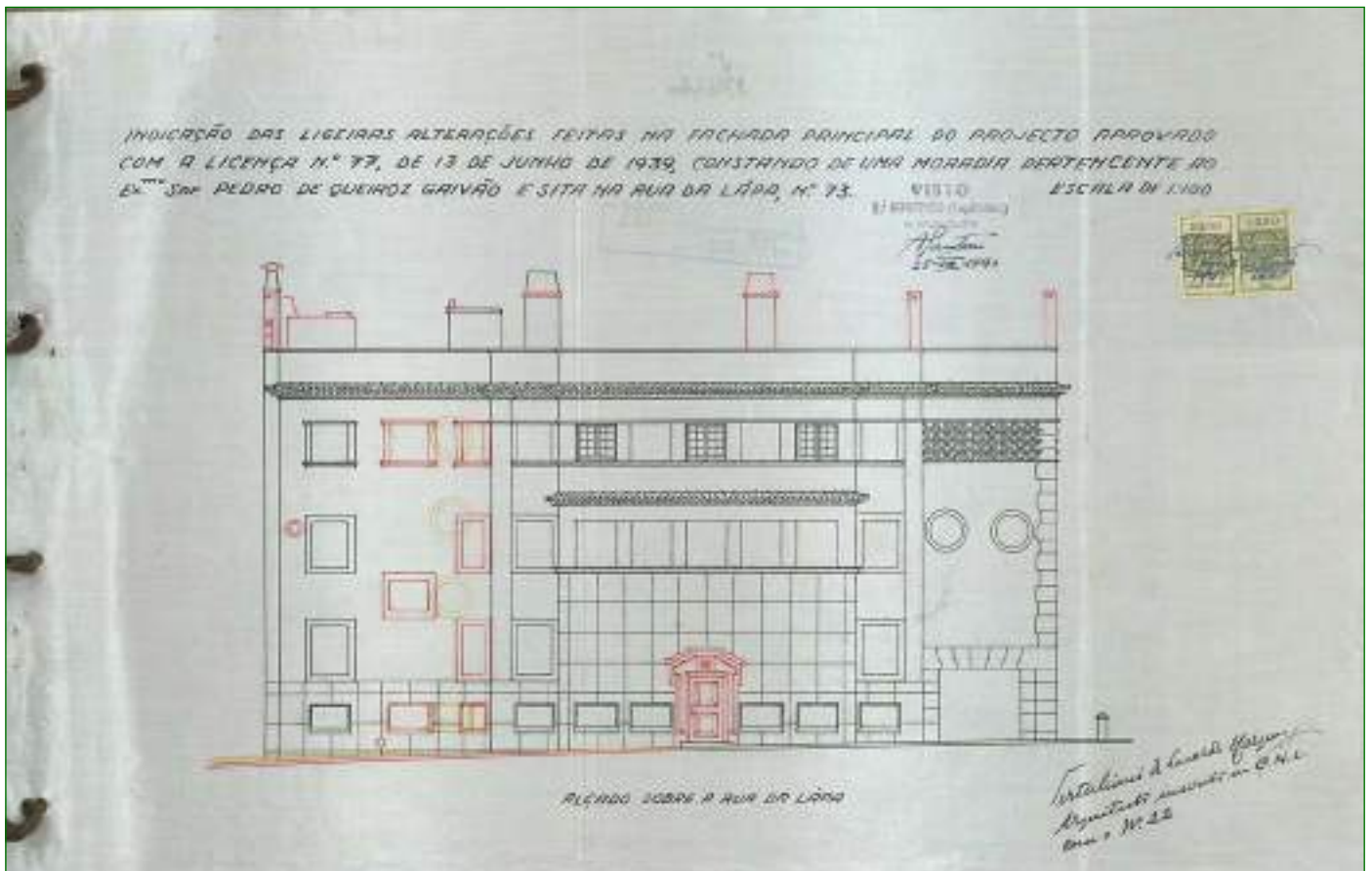


Figura 15 Rua da Lapa, 73, alçado. Tertuliano de Lacerda Marques, 1940. AML, Obra n.º 50236, Proc. 37866/DAG/PG/1940.

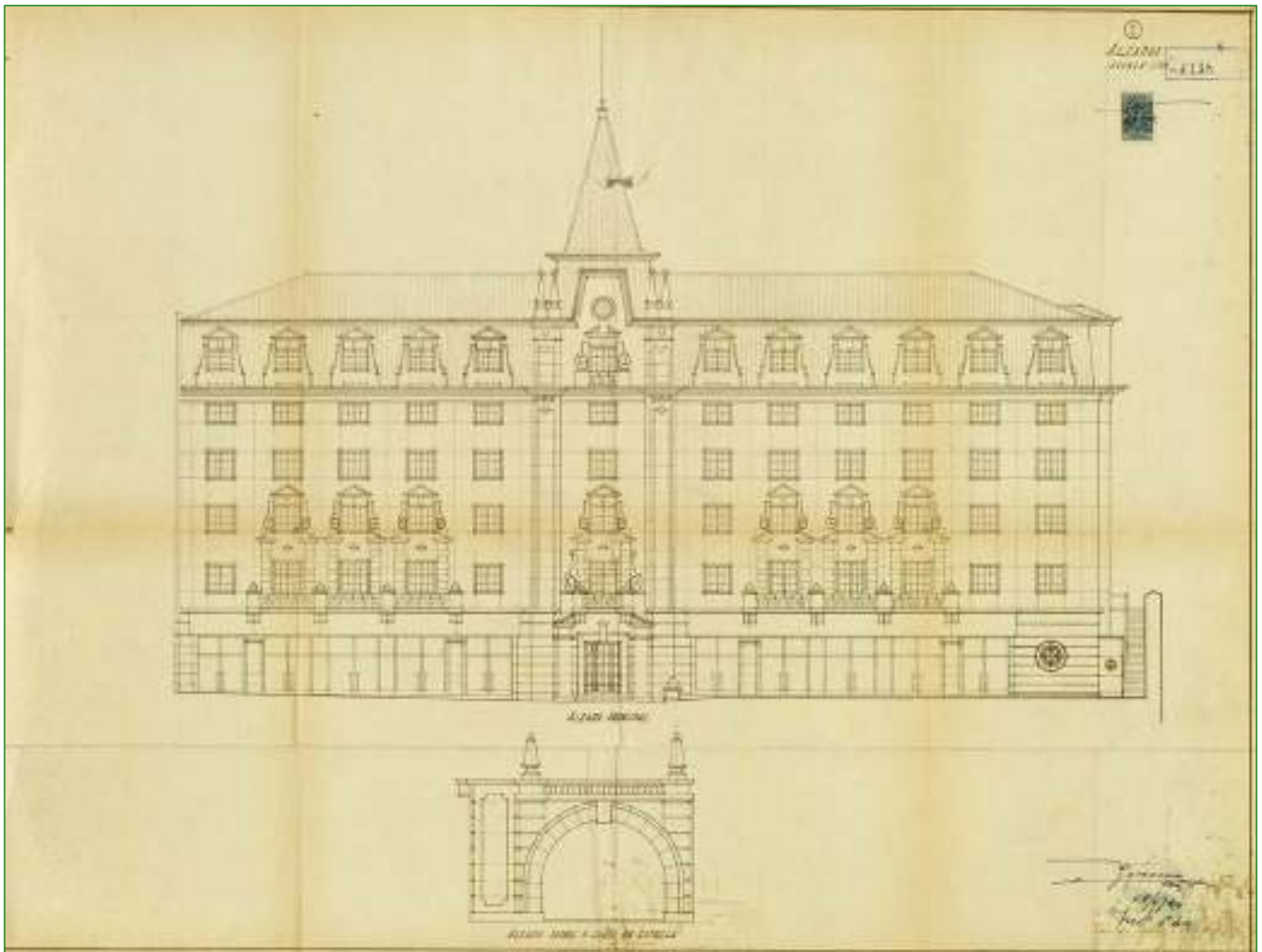


Figura 16 Rua dos Navegantes, 53, alçado. Cassiano Branco, 1949. AML, Obra: 4204, proc. 6138/DAG/PG/1949, p. 8.

É, ainda hoje, um exemplar de características únicas na cidade, profundamente disruptivo e dissonante, que tal como o projeto da Casa dos Açores pode ser entendido como uma experiência.

Terminada a década de 1930, a tendência de construção de edifícios assinados por arquitetos conceituados diminui progressivamente, sendo incontornável o edifício de grandes dimensões que Cassiano Branco (1949) projeta para um terreno com duas frentes situado no extremo noroeste do loteamento original das freiras (rua dos Navegantes, 53 / rua de São Ciro, 65)⁹⁴, com localização privilegiada para a Basílica da Estrela. Apesar da volumetria, tem uma presença discreta na envolvente, o que não diminui a enorme qualidade do tratamento dos volumes da sua fachada ou da forma como se implanta no terreno, constituindo-se como um dos melhores exemplares da Lisboa do seu tempo.

Do ponto de vista urbanístico, neste período, destaca-se o plano de urbanização da Lapa (não executado) elaborado pelos serviços camarários em 1957 que previa um realinhamento dos traçados das algumas das ruas⁹⁵ e a consequente demolição de grande parte do edificado.

⁹⁴ AML, Obra n.º 4204.

⁹⁵ Garcia de Orta, Buenos Aires, Navegantes, Santana à Lapa e São Ciro.

NOTAS FINAIS

Espraiando-se sobranceiro ao Tejo, o Bairro das Trinas foi, a par com o da Cotovia, um dos maiores loteamentos privados delineados no pós-Terramoto de 1755, tendo de imediato sido incorporado nos planos oficiais da Casa do Risco. A forma como foi sendo progressivamente diluído na cidade levou a que hoje se insira num núcleo urbano mais alargado, a Lapa. Não obstante, este espaço manteve uma identidade própria conferida pelo seu urbanismo diferenciador, pela toponímia das suas ruas relacionada com a Ordem da Santíssima Trindade e pela forma como, desde a sua implantação, o termo *Bairro das Trinas*⁹⁶ tem sido empregado para o designar. A conjugação quase perfeita da pendente do seu terreno com a largura e orientação das ruas em direção ao rio (e consequente luminosidade), resultam num espaço urbano com uma vincada imagem na cidade.

Urbanisticamente consolidado desde a sua construção, foi revelando distintos ritmos construtivos e dinâmicas de ocupação do seu território, num processo que se prolongou por mais de dois séculos. Com o progressivo preenchimento dos lotes vazios, as edificações mais recentes resultam da substituição de pré-existências de pequena e média dimensão, a maioria setecentista e devoluta. Em rigor, o século XXI limita-se a acompanhar a tendência dos anteriores, perpetuando o caráter de constante mutação de um bairro que, mantendo intacta a sua matriz urbanística original, sempre recebeu as tendências arquitetónicas e construtivas dos diferentes tempos.



Figura 17 Quarteirões delimitados pelas Ruas da Lapa, dos Remédios, das Praças e de S. Domingos sobre a cartografia de 1856, 1878-9, 1911, 1950, 2015. Lxi - <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>



⁹⁶ Logo a partir de 1756, em diversas escrituras de empraçamento celebradas entre as religiosas e futuros empraçadores que já residiam no local, o termo *Bairro das Trinas* é utilizado para designar a morada dos últimos. ANTT, 12.^o Cartório Notarial de Lisboa, *Ofício B. Livro de Notas* (Cx. 2, Lv. 7, f. 3-4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Chancelaria Régia, Livro 10º de consultas, decretos e avisos de D. José I, f. 14-14v.

Livro de Cordeamentos de 1756

Obra nº 4204, Processo 6138/DAG/PG/1949

Obra nº 9140, Processo 22632/DAG/PG/1946

Obra nº 11707, Processo 816/1.ª Rep./PG/1907

Obra nº 12268, Processo 1638/SEC/PG/1924

Obra nº 14503, Processo 10205/SEC/PG/1921

Obra nº 16725, Processo 116/1.ª Rep./PG/1901

Obra nº 17840, Processo 2785/1.ª Rep./PG/1885

Obra nº 50236, Processo 37866/DAG/PG/1940

Obra nº 52476, Processo 39032/DSC/PG/1938

Prospeto do prédio que Francisco José Pereira Soares pretende construir na rua Direita da Lapa, n.º 109 e 111, 1860, alçado, nº 746, PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/023/0605.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade, Livros de Arruamentos entre 1762 e 1833, AR1022 a AR1087.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

3.º Cartório Notarial de Lisboa, Documentos de Livros de Notas, Mç 26, Cx.18

12.º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B. Livro de Notas

Casa do Infantado, Livro n.º 127

Hospital de S. José, Registo de instituição de capelas, liv. 180

Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Soledade, Cx. 1965

Biblioteca Nacional do Brasil

Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amar [Em linha]. [Consult. 29/10/2019]. Disponível na Internet: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.jpg.

Biblioteca Nacional de Portugal

FERREIRA, Antonio Francisco – *Mapa topográfico dos Terrenos que medeião entre a Pampulha e a Calçada da Estrella / Feito Geometricamente pelo Architecto da Inspeção da Cidade de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], entre 1789-1808 [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <http://purl.pt/18565>.

Museu da Cidade

OLIVEIRA, Philipe Rodrigues de – *Planta que compreende os Terrenos das partes contiguas de Lisboa* [...], 1756. MC. DES. 0982.

IMPRESSAS

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino* [...]. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

Collecção da Legislação Portuguesa [...]. Lisboa: Typografia Maignense, 1830. Editais de 30 de dezembro de 1755 e de 10 de fevereiro de 1756.

Portaria nº 1094/81 D.R. I Série, 295 (81-12-24), 3351-3352.

SANTA LUZIA, Frei Manuel de – *Nobiliarquia trinitária: catalogo de varões illustres em letras, virtudes e nascimento, filhos por profissão da Ordem da Santíssima Trindade da Provincia de Portugal*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1766.

SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de - *Historia chronologica da esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal* [...]. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Fereira, 1794. vol. II, p. 210-264.

SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

ESTUDOS

ANTUNES, Ana Maria Pessoa de Oliveira – *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1638-1727)*. Lisboa: [s.n.], 1997. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763. tomo terceiro, parte V, p. 420-430.

COTA, António Fevereiro – *Álvaro Augusto Machado, José António Jorge Pinto e o movimento Arte Nova em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

ESCHOLIER, Marc Marie – Cornelius Otto Jansen. Flemish Theologian. In *Encyclopaedia Britannica* [Em linha]. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <https://www.britannica.com/biography/Cornelius-Otto-Jansen>.

FRANÇA, José Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1989.

GOMES, Carlos – Há vinte anos ... Instituto adquire “Cerca Grande”. *HIDROMAR*. [Em linha]. Lisboa: Instituto Hidrográfico-Marinha. N.º 96 (janeiro 2007), p. 20-21. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: https://www.hidrografico.pt/recursos/files/revistas_publicacoes/20070101_Hidromar_96.pdf.

História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1972. vol. II, p. 451-458.

MATOS, José Sarmento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento: Quetzal Editores, 1994.

MENDES, Rui Manuel Mesquita – Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais. *AMMENTU: Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*. Villacidro: Centro Studi SEA di Villacidro e Casa Editrice Aipsa di Cagliari. N.º 7 (luglio-dicembre 2015), p. 57-90.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1910. tomo XVI.

QUEIROZ, Mónica Ribas – *O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento Belas-Artes (Ciências da Arte) apresentada à Universidade de Lisboa.

ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: IPPAR, 1998.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terramoto: subsidios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. vol. IV.

SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa romântica: Urbanismo e Arquitectura, 1777-1784*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de doutoramento em Historia da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Raquel Henriques da – Práticas urbanísticas dos monges de S. Bento no final do século XVIII em Lisboa: entre a tradição e inovação. In *O Mosteiro de São Bento da Saúde: de casa religiosa a sede do Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República. No prelo.

SILVA, João – Mosteiro de Nossa Senhora da Soledade / Convento das Trinas de Mocambo / Instituto Hidrográfico da Marinha. In *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* [Em linha]. [Lisboa]: DGPC, 1992. [Consult. 30/10/2019] Disponível na Internet: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3151.

SIMÕES, João Miguel – *O Convento das Trinas do Mocambo: estudo histórico-artístico*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2004.

TEIXEIRA, Maria Francisca Assis – *O Convento das Trinas*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1990.

RECURSOS ONLINE

Lisboa em Azulejo [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. [Consult. 29/10/2019]. Disponível na Internet: <http://lisboaemazulejo.fcsh.unl.pt/>

Lisboa Interativa [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa [201-]. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>

LXCONVENTOS: da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2013-2019. [Consult. 30/10/2019]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/>

Submissão/submission: 03/11/2019

Aceitação/approval: 12/12/2019

Ana Rita de Almeida Fernandes Pignatelli Mégre, Departamento Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, 1200-066 Lisboa, Portugal. ana.megre@cm-lisboa.pt

Edite Maria da Conceição Martins Alberto, Departamento Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, 1200-066 Lisboa, Portugal; CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. edite.alberto@cm-lisboa.pt

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, Departamento Património Cultural, Câmara Municipal de Lisboa, 1200-066 Lisboa, Portugal; Instituto de Historia da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. helia.silva@cm-lisboa.pt

Tiago Borges Lourenço, Instituto de Historia da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. tborgeslourenco@gmail.com

ALBERTO, Edite Martins [et al.] – *E por cauza do grande terremoto que houve nesta Corte: o Bairro das Trinas, evolução urbanística e arquitetónica. Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 43 – 72.*

Características e exigências sociotécnicas em confronto num bairro de origem pré-industrial: notas sobre o *Bairro das Trinas*

Characteristics vs. requirements on a preindustrial
neighbourhood: notes about the *Trinas Neighbourhood*

Joana Fazenda Mendes Mourão

RESUMO

Após mais de 250 anos, o aforamento dos terrenos adjacentes ao Convento das Trinas do Mocambo pode ainda ser visto como uma operação de desenvolvimento urbano de sucesso, perpetuada pela adaptabilidade e durabilidade dos edifícios do “*Bairro das Trinas*”. Estes edifícios de origem setecentista, que se podem integrar no panorama da arquitetura habitacional corrente em Lisboa da época, apresentam um conjunto de características que permaneceram íntegras ao longo do tempo.

O presente artigo procura destacar algumas características deste conjunto edificado que lhe conferem integridade e eficiência construtiva, habitacional e urbanística. Procura também descrever algumas transformações recentes e as respetivas motivações, evidenciando os impactes a que este património se encontra sujeito e analisando a forma como determinados requisitos podem influenciar a reabilitação deste património arquitetónico e urbanístico de origem pré-industrial.

PALAVRAS-CHAVE

História Urbana / Património Edificado / Habitação / Reabilitação / Sustentabilidade

ABSTRACT

After more than 250 years the urbanization of the *Trinas do Mocambo* Convent land can still be seen as a successful urban development operation, showing adaptability over time, due to the high durability of the buildings that make up the “*Trinas Neighbourhood*”. These eighteenth-century buildings, which could fit into the landscape of current housing architecture in Lisbon at the time, have a set of features that have remained over time.

This article seeks to identify some features and values of this neighbourhood that justify its integrity and efficiency. It also describes some recent transformations, identifying drivers and highlighting impacts to which this heritage is submitted, while analysing how certain technical and social requirements may influence the rehabilitation of this pre-industrial historical, architectural and urban heritage.

KEYWORDS

Urban History / Housing / Built Heritage / Sustainability / Refurbishment

INTRODUÇÃO

“Reabilitação urbana” é hoje um conceito amplo que compreende diferentes processos de intervenção no tecido urbano, reutilizando edifícios ou lotes existentes e dando prioridade a objetivos variáveis. O regime jurídico aplicável apresenta como definição de reabilitação urbana «a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras»¹. Este é um regime de carácter estratégico que preconiza o princípio da proteção do existente. Porém, a sua aplicação é reduzida, uma vez que a reabilitação de edifícios, salvo raras exceções, tem ocorrido nas cidades portuguesas sem esse carácter estratégico.

O nível de preservação a assegurar nos edifícios existentes não classificados, de acordo com as orientações deste regime, é determinado no âmbito de plano ou programa estratégico de reabilitação urbana a estabelecer, sendo em geral por via de planos de pormenor de reabilitação urbana que se estabelecem essas orientações. Contudo, quando estes instrumentos de planeamento não existem, quando são insuficientemente detalhados ou quando não são efetivamente implementados, o nível de preservação do edificado que ocorre nas obras de reabilitação não se encontra relacionado com a *significância, autenticidade* ou *integridade* de cada edifício².

Neste contexto, as alterações programáticas e os requisitos técnicos e sociais aplicáveis à habitação urbana podem originar obras avulso onde a preservação do edificado é reduzida e aleatória, não seguindo critérios reconhecíveis. Assim, em áreas urbanas como o *Bairro das Trinas* (entendido como o bairro existente dentro dos terrenos do Convento das Trinas do Mocambo, urbanizado a partir de 1757), o património edificado não classificado, de origem pré-industrial, constitui um recurso que importa conhecer, documentar e divulgar, para que possa ser reconhecido como um valor – e para melhor se definir em que medida cada um dos seus elementos característicos merecem preservação nos processos de reabilitação urbana e de edifícios.

O facto de este *património* ter sido construído com base numa cultura construtiva e urbanística normalizada, modular, eficiente e durável, incorporando recursos de elevada qualidade, é razão suficiente para que não deva ser transformado sem escrutínio. A esta razão outras acrescem, em particular face aos objetivos legitimados de maior eficiência no uso de recursos naturais e de manutenção do capital natural a longo prazo (vulgo *sustentabilidade ambiental*). Assim, no sentido de aumentar o escrutínio sobre os processos de transformação deste património, com valor histórico, urbanístico e arquitetónico, interessa analisar os impactes da intervenção em edifícios que têm ocorrido no *Bairro das Trinas*. Para esse fim, pretende-se destacar alguns dos valores em presença, evidenciar impactes das intervenções em curso e abordar algumas razões para compreendermos as atuais transformações no *Bairro das Trinas*. Procura-se, ainda, evidenciar que as intervenções de demolição parcial ou total de edifícios, embora possam ser justificadas por objetivos de requalificação do edificado urbano e por requisitos sociotécnicos legítimos, contradizem objetivos de sustentabilidade cultural e ambiental cujo reconhecimento público é crescente.

OS VALORES EM PRESENÇA NO BAIRRO E SUA GÉNESE

O *Bairro das Trinas*, decorrente do aforamento dos terrenos do Convento das Trinas do Mocambo iniciado em 1757³, situa-se atualmente na freguesia da Estrela, uma freguesia constituída em 2012 agrupando as freguesias

¹ Decreto-Lei nº 307/2009. *Diário da República (D.R.) I Série*. 206/2009 (2009-10-23) 7956-7975.

² Critérios geralmente utilizados pela UNESCO e ICOMOS com vista à salvaguarda do património em sítios classificados e definidos em várias cartas publicadas por estas instituições (ICOMOS, 1998).

³ MATOS, José Sarmiento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Quetzal Editores, 1994.

da Lapa e Santos-o-Velho. Em 2011 este Bairro compreendia 1185 alojamentos, divididos homogeneamente pela Rua das Praças que divide longitudinalmente o bairro⁴.

O Bairro comporta hoje 283 edifícios, dos quais 173 podem ser considerados de época de construção anterior a 1919, de acordo com levantamento *in loco* (em 2017) cruzado com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2011⁵. O Bairro concentra, numa pequena área (11ha), uma comunidade habitacional significativa (1438 habitantes em 2011) que usufrui de equipamentos coletivos partilhados na sua contiguidade e de condições para a mobilidade pedonal.

A densidade do *Bairro das Trinas* foi variando ao longo do tempo, embora não de forma linear. Ao período de maior degradação e abandono do edificado, correspondente ao pico de deslocação da população lisboeta para os subúrbios de primeira coroa, sucedeu uma reocupação pela classe jovem ou média-alta, ainda antes da crise económica, em busca da centralidade do Bairro⁶. A vaga mais recente de gentrificação, ocorrida na última década, num momento de escassez de oferta de habitação urbana e de grande crescimento do turismo urbano, apresentou uma extensão e características substancialmente diferentes da primeira vaga de gentrificação, ocorrida de forma menos expressiva há mais de uma década.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO CONJUNTO EDIFICADO

O *Bairro das Trinas* não se encontra delimitado em nenhum instrumento urbanístico, sendo uma interpretação do produto urbanístico resultante do aforamento dos terrenos adjacentes ao Convento das Trinas do Mocambo, decorrido durante a década de 60 do século XVIII. Este aforamento encontra-se descrito de forma única no livro “Uma casa na Lapa”⁷ descrição que, pela sua qualidade, criou um *Bairro das Trinas*, pelo menos para os seus leitores ou habitantes.

Este bairro, resultante da urbanização de terrenos conventuais, como o foram muitos em Lisboa durante o século XVIII⁸, localiza-se nos antigos terrenos do Convento das Trinas do Mocambo – que se situam no trapézio entre as ruas da Lapa, do Quelhas, Garcia de Horta e São Domingos à Lapa, sendo atravessados pelas ruas do Meio à Lapa, das Trinas, São João da Mata, Remédios e São Félix e, longitudinalmente, pela Rua das Praças (Figura 1).

Como o olisipógrafo José Sarmiento de Matos (1946-2018) nos conta, de forma literariamente inigualável, logo depois do terramoto de 1755, o atraso da reconstrução pombalina da Baixa estimulou a rápida urbanização em zonas periféricas de Lisboa, tais como a encosta da Estrela. Recorria-se então a uma reconstrução espontânea e empírica da cidade, resultante num crescimento urbano significativo. A essa espontaneidade, porém, não correspondia uma ausência de regras, muito pelo contrário.

A urbanização e edificação no *Bairro das Trinas* seguem uma modularidade notável, atribuindo-se a sua regulação à própria Ordem Trinitária, possivelmente por via do procurador das freiras Trinas, frei Caetano de Santa Inês, que terá gerido o aforamento da encosta e definido as disposições dos contratos de foro⁹.

⁴ PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (INE) - *Censos; Alojamento e Edificado por subsecção, 2011* [Em linha]. Lisboa: INE, 2011. Disponível em: <https://censos.ine.pt/>

⁵ *Idem*.

⁶ *Idem*, 2001 e 2011.

⁷ MATOS, José Sarmiento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Quetzal Editores, 1994.

⁸ MATELA, Raquel Sofia de Pinto Lobo e – *O papel dos conventos no crescimento urbano: reflexões sobre monumentos e salvaguarda do património*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de mestrado em Arquitectura, apresentada ao Instituto Superior Técnico.

⁹ MATOS, José Sarmiento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Quetzal Editores, 1994. p. 36, p. 62.

O processo de urbanização tem então origem com o loteamento promovido pela Ordem das Trinas, em oposição às intenções urbanísticas do Marquês de Pombal de contenção e de regulação central e plena da reconstrução da cidade. A regulação urbanística, por iniciativa da Ordem, impunha-se por via das condições estipuladas para a urbanização e edificação do Bairro, definindo-se regras físicas e temporais para a implementação do “plano” (tais como iniciar a edificação no próprio ano do contrato, acabar dentro de três anos e edificar com 30 palmos de frente e 238 palmos de largo, ou edificar face à rua e «de forma a que esta fique uniforme»)¹⁰. Adicionalmente foram também estabelecidas pelas Trinas regras de carácter social, uma vez que não era permitido que os terrenos fossem vendidos «a pessoas poderosas»¹¹. As freiras da Lapa conseguiram assim lotear quinhentos lotes, em apenas dois anos, e apesar de um Aviso de 30 de dezembro de 1755, reiterado a 16 de setembro de 1756, o ter proibido¹², em 1762 estavam já identificadas todas as novas ruas do Bairro e muitos edifícios construídos¹³.

Este foi o acelerado início da transformação dos terrenos das Trinas, em que as ruas foram traçadas (como se pode observar na planta da freguesia da Lapa, de Monteiro de Carvalho, de 1770) seguindo a perpendicular à Rua da Lapa, onde estava acabada de construir a Igreja da Lapa, em frente à Rua dos Remédios, a meio do Bairro. Surgia assim a Lapa como contraponto à Baixa, complementando e antecipando a oferta de habitação tornada urgente pelo Grande Terramoto.

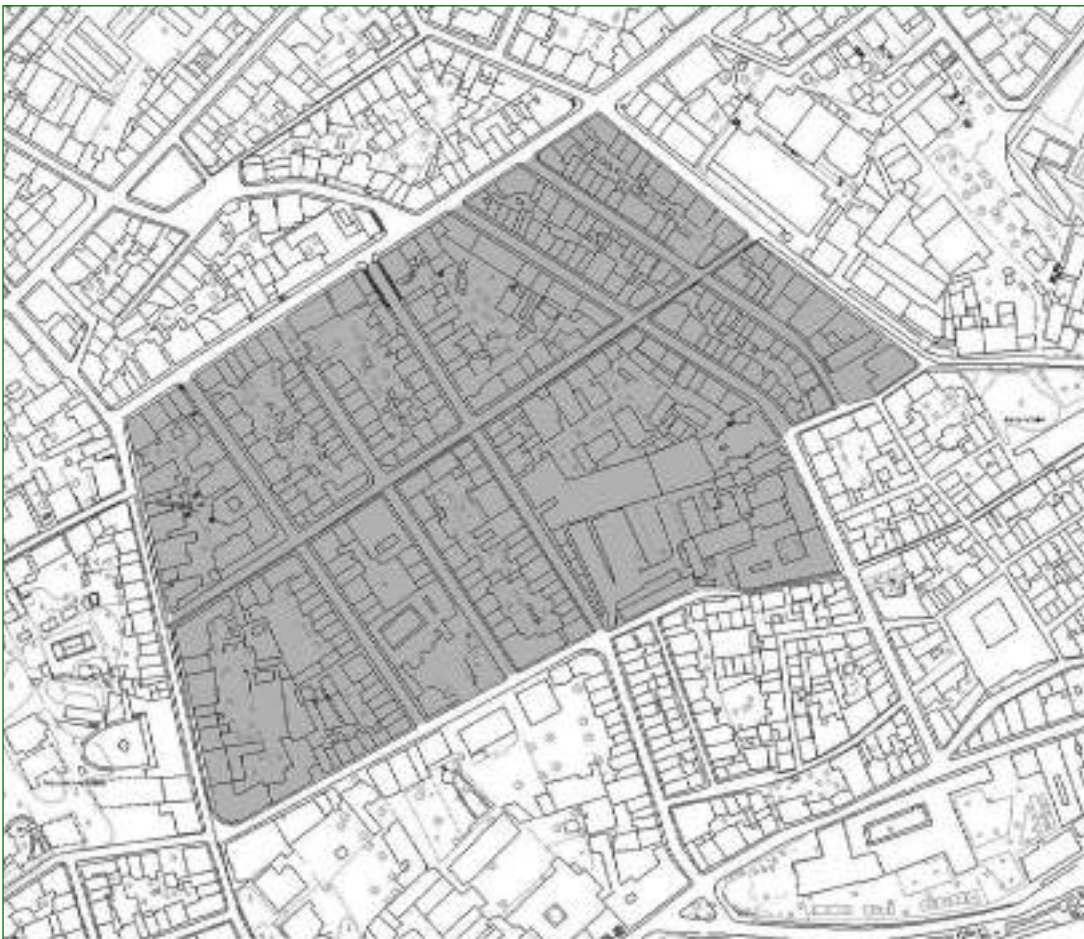


Figura 1 Planta atual do Bairro (área do aforamento Trino a cinza – notem-se os numerosos lotes pequenos e estreitos ainda identificáveis)

Fonte: Base cartográfica da Câmara Municipal de Lisboa. Representação sem escala.

¹⁰ *Idem*, p. 37.

¹¹ *Idem*, p. 54.

¹² *Idem* p. 38-39.

¹³ *Idem*, p. 4.

Assim surge o aqui designado *Bairro das Trinas*, constituído por doze quarteirões retangulares, dos quais um é ocupado em grande parte pelo próprio Convento das Trinas. Estes quarteirões constituem a designada *Lapa popular*, muito embora alguns palacetes e edifícios de escala significativa tenham sido construídos dentro desta malha urbana.

Esta zona, ao longo do tempo, tem-se inserido em áreas com diferentes denominações, tais como: Mocambo, Madragoa, Lapa, Santos-o-Velho, Trinas, tendo sido recentemente integrada na freguesia da Estrela e encontrando-se ao abrigo do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, que contém um diagnóstico e um levantamento do estado de conservação dos edifícios de 2014¹⁴.

Este *Bairro das Trinas*, para além do inegável valor histórico como testemunho de um processo relevante e reproduzido de “urbanização sem urbanistas”, comporta um conjunto de valores urbanísticos e arquitetónicos, aos quais estão também associados recursos materiais e energéticos consideráveis, escassamente reconhecidos pelos agentes envolvidos na intervenção nestes edifícios.

Estes valores “externalizados” estão para além da localização e acessibilidade urbanas, decorrendo das continuidades urbanísticas do conjunto edificado e da homogeneidade, adaptabilidade, qualidade e eficiência da arquitetura e construção habitacional que, certamente, contribuíram para a manutenção da coerência do Bairro ao longo da sua consolidação.



Figura 2 Pedra de Foro na Rua das Praças datada de 1759.
Fotografia da autora.



Figura 3 O mesmo edifício em 1969.
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/004107

¹⁴ Aviso nº 8302/2016. D.R. II Série. 125/2016 (2016-07-01) 20446-20461.



Figura 4 O mesmo edifício em demolição em 2017. Fotografia da autora.



Figura 5 Pedra de Foro recolocada em 2019. Fotografia da autora.



Figura 6 O edifício que substituiu o preexistente em 2019. Fotografia da autora.

VALORES URBANÍSTICOS

No *Bairro das Trinas*, em 2017, encontravam-se cinco pedras de foro datadas da segunda metade do século XVIII, sendo atribuíveis ao aforamento das Trinas, apresentando a sua cruz ou a designação *Trinas*. Em dezembro de 2017, uma destas pedras (Figura 2) foi removida no âmbito da demolição integral de um edifício (Figuras 3 e 4), tendo sido reintroduzida num novo edifício em 2019 (Figuras 5 e 6).

Estas pedras de foro, além do seu inegável valor histórico, ajudam-nos a fundamentar a existência do *Bairro das Trinas* e do seu processo de urbanização e edificação. Este, embora não se encontre reconhecido por nenhum instrumento de planeamento e salvaguarda e se inclua em geral, sem diferenciação, na Madragoa ou na Lapa¹⁵, é

¹⁵ Aviso n.º 8302/2016. D.R. II Série. 125/2016 (2016-07-01) 20446-20461.

parte significativa de um património urbanístico lisiponense que apresenta alguma homogeneidade e mereceria ser registado com detalhe nas suas partes e no seu conjunto «o processo urbano aqui desencadeado pouco inova na tradição lisboeta»¹⁶.

Um dos aspetos mais característicos deste Bairro é a modularidade e repetição dos lotes, cuja permanência o dota de uma integridade urbanística reconhecível (Figura 1), decorrente de um «urbanismo pombalino sem Pombal»¹⁷, desenvolvido à escala doméstica da *Lapa popular*.

Na cartografia atual (Figura 1) encontramos mais de uma centena de lotes com a dimensão mínima original (aproximadamente 7x14m), muitos dos quais ainda albergam pequenos edifícios setecentistas de três vãos, ainda que a maior parte tenha sido ampliada e transformada ao longo do tempo. Contudo, identificam-se também algumas variantes com lotes mais largos onde os edifícios apresentam já 4, 5, 6 ou 7 vãos, alguns dos quais albergando equipamentos. Assim, os edifícios que foram povoando o Bairro sobre esta matriz podiam ser unifamiliares ou multifamiliares, tipologias que conviviam neste bairro interclassista, e podiam albergar equipamentos, como escolas (Figura 8) ou hospitais.

VALORES ARQUITETÓNICOS

O edifício base do aforamento Trino, correspondendo ao lote mais pequeno, apresenta três vãos e geralmente é constituído por rés do chão, dois pisos e uma mansarda (Figura 7). Este lote mínimo mede entre 6,8 a 7,8 metros de largura (33 pés de largura) e a sua profundidade é variável, dada a geometria trapezoidal do cadastro então definido pelo traçado das vias, nem sempre paralelas, tendo a implantação dos edifícios, em média, 14 metros de profundidade (Figura 1). A compartimentação é, em geral, modular, executada com cruces de Santo André



Figura 7 Vista da R. dos Remédios, 1898-1908.
Arquivo Municipal de Lisboa,
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/000/FAN/000107.



Figura 8 Vista da R. S. João da Mata, 1898-1908.
Arquivo Municipal de Lisboa,
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000306.



Figura 9 Vista da R. de S. João da Mata, 1898-1908.
Arquivo Municipal de Lisboa,
PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000311.

¹⁶ MATOS, José Sarmento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Quetzal Editores, 1994. p. 30.

¹⁷ *Idem*. p. 48.

completas nas paredes interiores paralelas à fachada, geralmente três, e com tabique e fasquio nas paredes interiores, perpendiculares à fachada, geralmente para a criação do corredor (Figura 11).

No piso térreo dos edifícios mais antigos é ainda comum existirem duas portas, uma para acesso direto ao piso térreo e outra para acesso aos pisos superiores (Figura 7), em geral por escada de tiro (Figura 13). Devido à acentuada inclinação das vias, estas portas nem sempre apresentam a mesma cota de soleira. No decorrer da ampliação por agregação de frações habitacionais, algumas destas portas foram alteradas e por vezes convertidas em janelas (Figura 9).

Não obstante as variações, as tipologias arquitetónicas que encontramos no Bairro seguem as tipologias dos prédios de rendimento «entre o período joanino e o tardo-pombalino» que se caracterizam pela existência de alcovas, herdeiras da tradição setecentista, mas também – em alguns casos – por entradas e circulações duplas, provenientes já da tipologia pombalina¹⁸.

Dada a exiguidade do lote, em vez de escadas centrais de acesso a esquerdo direito – como é comum noutros bairros lisboetas contemporâneos e noutros edifícios deste mesmo Bairro, nos edifícios mais estreitos das *Trinas* as escadas existem junto à empena do prédio, distribuindo um fogo por piso. Nestes casos, quando as escadas são de lances opostos, os edifícios apresentam geralmente apenas uma porta (Figuras 10 a 12). Nos lotes mais largos, ou destinados a equipamentos, as escadas podem encontrar-se a meio do lote e não junto à empena (Figura 8 e 16).



Figura 10 – Rua de São Félix, 4, Alçado, 1898. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000178.

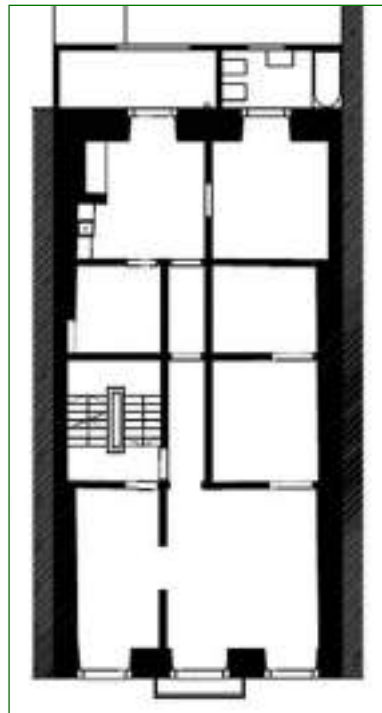


Figura 11 Rua de São Félix, 4, Planta do 1.º andar, 2008. Fotografia e desenho da autora.



Figura 12 Rua de São Félix em 2016. Fotografia da autora.

¹⁸ BARREIROS, Maria Helena – Prédios de rendimento entre o joanino e o tardo pombalino. In MANTAS, Helena Alexandra [et al.] - *Património arquitectónico Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, Museu de São Roque, 2010. vol. II, tomo 1, p. 16-39. CALDAS, João Vieira; PINTO, Maria Rocha; ROSADO, Ana – O prédio de rendimento Joanino. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série N.º 1 (janeiro – junho 2014), p. 130-156.



Figura 13 Rua do Quelhas em 2016. Fotografia da autora.

VALORES CONSTRUTIVOS, MATERIAIS E ENERGÉTICOS

O *Bairro das Trinas* mantém parte da sua integridade e dos seus materiais construtivos originais: madeira equivalente à utilizada na construção naval setecentista, alvenarias de pedra estruturais, aparelhadas com argamassas de cal e areia e reforços de tijolo de burro – algumas, erguidas nos anos logo depois do terramoto, ainda permanecem intactas.

Estes edifícios pré-industriais, caracterizados por um ciclo de vida longo, foram concebidos para tirar proveito das fontes de energia e dos materiais disponíveis e incorporaram mão de obra intensiva. Aqui, o uso de recursos no processo de edificação e no período posterior da sua consolidação e utilização constituem testemunhos específicos de uma cultura construtiva, cuja durabilidade decorre também da elevada energia que incorpora¹⁹.

Os edifícios tradicionais que constituem o *Bairro das Trinas*, em pedra, argamassas de cal e elementos estruturais secundários em madeira, funcionam também de forma específica ao nível do conforto ambiental interior dado pelo balanço da temperatura (possibilitados pela inércia térmica dos materiais) e balanço de humidade (possibilitados pela higroscopicidade dos materiais) do ambiente interior. Estes edifícios têm, em geral, um desempenho térmico muito melhor do que o indicado em simulações energéticas²⁰ e, em particular, do que o indicado na aplicação do nosso sistema de certificação energética corrente²¹.

A elevada inércia térmica, a permeabilidade e higroscopicidade da construção tradicional dotam-na de bons níveis de conforto (na maior parte dos dias do ano), se conjugadas com uma correta utilização, ventilação e proteção dos ganhos solares diretos, dados pela adequada dimensão das superfícies envidraçadas e respetivas portadas. O desconforto que ocorre em alguns dias de inverno nestes edifícios é passível de ser minimizado por sistemas de climatização pontuais (alguns edifícios denotam o acréscimo de pequenas chaminés para a colocação

¹⁹ JACKSON, Mike – Embodied energy and historic preservation: a needed reassessment. *APT Bulletin*. Nº 36 (2005), p. 47-52.

²⁰ WEBB, Amanda L. – Energy retrofits in historic and traditional buildings: a review of problems and methods. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. Nº 77 (2017), p. 748-759.

²¹ MOURÃO, Joana Fazenda [et al.] – Combining embodied and operational energy in buildings refurbishment life cycle energy assessment. *Energy & Buildings*. Nº 197 (15 Aug 2019), p. 34-46.

de salamandras – vd. Figura 12), de acordo com os regimes de climatização intermitentes e sazonalmente curtos, comuns nos edifícios do sul da Europa. O desconforto no verão, também pontual, pode por sua vez ser ultrapassado pela ventilação natural cruzada que estes edifícios permitem e cujas circulações duplas favorecem.

Assim, na preservação e reabilitação destes edifícios deveria considerar-se não só a conservação da *elevada energia incorporada* nos processos e nos materiais dos sistemas construtivos pré-industriais, mas também o recurso da *reduzida energia operacional*, ou seja, a possibilidade de minimizar o desconforto nos períodos que o justificam com poucos (ou nenhuns) recursos energéticos (para além do sol).

Porém, há uma escassa valorização deste desempenho ambiental positivo e as opiniões menos fundamentadas sobre o desempenho desta construção em geral não acompanham a produção científica e académica sobre o assunto²². A própria regulamentação térmica e energética de edifícios tem seguido pressupostos que não são totalmente adequados a este tipo de edificado, nem ao contexto socioeconómico dos que os habitam em permanência²³.

Assim, a sobrevalorização das necessidades de conforto térmico – que são intermitentes – tem legitimado a introdução de climatização ativa em edifícios habitacionais reabilitados, por vezes usada com um regime mais permanente, sendo desadequada a uma política energética sustentável e às necessidades de habitação de preço acessível. Deste modo, podem ser os edifícios reconstruídos com maiores demolições os que alcançam classes energéticas superiores: edifícios em que as compartimentações internas, horizontais e verticais, foram eliminadas para facilitar a introdução das tubagens de ar condicionado centralizado (Figura 17), ou em que as fachadas a tardoz foram substituídas por envidraçados viabilizados por uma climatização ativa permanente de elevada eficiência, mas ainda assim com consumos muito superiores aos do uso anterior (Figura 15).

AS VONTADES EM PRESENÇA NUM BAIRRO EM TRANSFORMAÇÃO

Os valores e os recursos em presença no *Bairro das Trinas*, embora duráveis, encontram-se vulneráveis face às dinâmicas socioeconómicas que motivam as transformações no património edificado e ditam as modas de “reabilitação” da construção em cada época.

Existe um conjunto de requisitos técnicos e sociais que os agentes (reguladores, investidores, proprietários, donos de obra e projetistas) impõem às intervenções em edifícios urbanos existentes, com vista a assegurar a sua rentabilidade e sucesso no mercado, em particular nas áreas da segurança, conforto e acessibilidade. Embora na sua maior parte legítimos, estes requisitos não se encontram compatibilizados com as características e valores do edificado pré-industrial.

Mesmo durante a vigência do já revogado²⁴ Regime Excecional e Transitório para a Reabilitação de Edifícios²⁵, que isentava as obras de reabilitação do cumprimento de grande parte dos requisitos técnicos, as intervenções nos centros urbanos valorizados ambicionaram os mais elevados níveis de acessibilidade e conforto na habitação, mesmo que desadequados ao edificado preexistente e ao seu uso sustentável.

²² FLORES, Joaquim – An investigation of the energy efficiency of traditional buildings in the Oporto World Heritage Site. In *Internacional Conference on Energy Efficiency and Comfort of Historic Buildings, 2*, Brussels, 2016 - *EECHB-2016: proceedings*. Bruxelas: Belgian Building Research Institute, 2016. p. 83-92. PRACCHI, Valeria – Historic buildings and energy efficiency. *Historic Environment: Policy & Practice*. V. 5 N° 2 (2014) p. 210-225; CURTIS, R. – Energy efficiency in traditional and historic buildings: keeping it simple. In *Internacional Conference on Energy Efficiency and Comfort of Historic Buildings, 2*, Brussels, 2016 - *EECHB-2016: proceedings*. Bruxelas: Belgian Building Research Institute, 2016. p. 174-180. MOURÃO, Joana Fazenda [et al.] – Combining embodied and operational energy in buildings refurbishment life cycle energy assessment. *Energy & Buildings*. N° 197 (15 Aug 2019), p. 34-46.

²³ O sistema de certificação energética atual não tem em conta a disponibilidade dos utilizadores dos edifícios para suportar uma fatura energética elevada para garantir o conforto que preconiza.

²⁴ Decreto-Lei nº 95/2019. *D.R. I Série*. 136/2019 (2019-07-18) 35-45.

²⁵ Decreto-Lei nº 53/2014. *D.R. I Série*. 169/2014 (2014-04-08) 2337-2340.

Não é difícil identificar algumas dinâmicas que justificam estas tendências: por um lado, os estilos de vida e mobilidade impuseram uma progressiva *despedonalização* dos bairros e uma forte presença do automóvel, aumentando a disputa pela acessibilidade viária, valorizada ao nível global pelos mercados financeiros, e requerendo estacionamento dentro dos edifícios. Alterou-se assim a utilização do espaço público, vocacionando muitos pisos térreos para garagens, por vezes também subterrâneas.

No processo de grande valorização financeira dos lotes urbanos alterou-se a composição social do Bairro, com a substituição de prédios populares, com muitas frações, por edifícios com apartamentos de grande dimensão ou mesmo unifamiliares. Mais recentemente, as obras mais pequenas destinaram-se ao arrendamento de curta duração, optando por criar apartamentos pequenos ou mais compartimentados, comprometendo irreversivelmente o desempenho e qualidade dos edifícios e frações originais.

Assim, na última década podemos identificar vários tipos de intervenções nos lotes do Bairro, incluindo: as de substituição total de edifícios (Figura 5), as de conservação autónoma da fachada – ou de *fachadismo* (Figura 14), as de ampliação e/ou reabilitação por edifício (Figura 18 e 20) ou por fração. Estes tipos de intervenção podem destinar-se a criar ou recriar habitação uni ou plurifamiliar de elevado *standard*, que multiplica as mais-valias da localização privilegiada do Bairro ou, mais pontualmente (geralmente na opção de “reabilitação à fração”), destinar-se à oferta de arrendamento de curta duração.

Algumas intervenções de *fachadismo* substituem edifícios multifamiliares por moradias unifamiliares, mantendo apenas a fachada principal, privada da sua função estrutural (Figura 14). Nestes casos, lotes onde poderiam viver mais de quatro famílias, destinam-se apenas a um habitante e o piso térreo é o acesso a garagem própria. Outras intervenções de *fachadismo*, por vezes ainda expectantes (Figura 16), mantêm a tipologia plurifamiliar, mas optam por introduzir vários pisos de cave para albergar as necessidades de estacionamento correspondentes a várias famílias, mantendo também a fachada desprovida da sua função estrutural, suspensa em estrutura de betão sobre as novas caves.



Figura 14 O mesmo edifício depois de 2015 – frente. Fotografia da autora.



Figura 15 O mesmo edifício depois de 2015 – tardoz. Fotografia da autora.



Figura 16 Fachadismo expectante na Rua do Meio à Lapa, 2018. Fotografia da autora.



Figura 17 Esventramento e reconstrução na Rua das Trinas, 2016. Fotografia da autora.

Figura 18 Ampliação na Rua de São Félix, 2016. Fotografia de Filipe Borges de Macedo.

Porém, algumas intervenções exemplares conjugam preservação com ampliação e validam a solução unifamiliar em lote pequeno, mantendo o piso térreo e prescindindo do estacionamento integrado (Figura 18). A dispensa de estacionamento em garagem também acontece nas obras mais recentes devido a uma maior adaptação da gestão urbanística ao contexto²⁶, ainda que procedendo neste caso a uma anexação cadastral com inegáveis interferências na morfologia urbana original (Figura 20).

²⁶ Aviso nº 8302/2016. D.R. II Série. 125/2016 (2016-07-01) 20446-20461.



Figura 19 Rua das Praças entre 1898 e 1908. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000135.



Figura 20 Ampliação na Rua das Praças em 2019. Fotografia da autora.

NOTAS CONCLUSIVAS

O *Bairro das Trinas*, como outros que lhe são contemporâneos, ilustra de forma muito expressiva a sobreposição das dimensões naturo-ambiental e técnico-cultural do património material²⁷. Porém, a eficiência urbanística, habitacional, construtiva e ambiental dos edifícios pré-industriais do *Bairro das Trinas* parece não ter um papel decisivo no tipo de intervenções de reabilitação ocorridas neste conjunto edificado.

Deste modo, as intervenções recentes resultam não raras vezes na perda de sistemas construtivos insubstituíveis, material e tecnicamente valiosos, de tipologias habitacionais com bom desempenho e qualidade arquitetónica assinalável, bem como de morfologias urbanas consolidadas e homogéneas, testemunhos de processos de urbanização relevantes.

As intervenções recentes nos edifícios do *Bairro das Trinas*, embora possam responder a requisitos técnicos e sociais de conforto ativo, funcionalidade e acessibilidade, nem sempre beneficiam este património habitacional urbano. Este tipo de “reabilitação de edifícios”, substituindo a maior parte das componentes originais, e prescindindo de elementos importantes do edifício, se tivermos em conta a energia e os materiais perdidos como recursos ambientais, resultará sempre num balanço penalizador, em que se consomem mais recursos sem por isso se obter melhor desempenho ou conforto real. Paralelamente, parece não entrar neste balanço o valor cultural inegável deste conjunto edificado como testemunho da História da habitação urbana, com níveis de integridade assinaláveis.

Parafraseando José Sarmento de Matos, «Lisboa não é apenas uma coisa que se estuda, é uma coisa que nos diz respeito»²⁸. É por isso mesmo que é necessário questionarmos e escrutinarmos publicamente estas intervenções,

²⁷ HARRISON, Rodney – Beyond “natural” and “cultural” heritage: toward an ontological politics of heritage in the age of anthropocene. *Heritage & Society*. Nº 8:1 (2015), p. 24-42.

²⁸ CENTRO NACIONAL DE CULTURA - *José Sarmento de Matos (1946-2018)* [Em linha]. Lisboa: CNC, 2018. Disponível na Internet: <https://www.cnc.pt/jose-sarmento-de-matos-1946-2018/>

em particular face aos objetivos de sustentabilidade cultural e ambiental, e notar que, na ausência de uma política efetiva de *conservação urbana integrada*, a aceitação e sobrevalorização de determinados requisitos da construção legítima a perda patrimonial e material.

Esta perda continuará a ocorrer, enquanto as exigências sociotécnicas para os edifícios de habitação e áreas residenciais urbanas forem estabelecidas pelos diferentes intervenientes na reabilitação urbana e de edifícios, sem considerar as limitações dos recursos disponíveis no *futuro* nem os recursos incorporados no *passado*.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

João Hermes Goulart, [Rua das Praças], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/004107.

Machado & Souza, [Rua dos Remédios, à Lapa], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000107.

Machado & Souza, [Rua dos Remédios, à Lapa], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000306.

Machado & Souza, [Rua de São Félix], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000311.

Machado & Souza, [Rua de São João da Mata], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000178.

Machado & Souza, [Rua de São João da Mata], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000135.

Instituto Nacional de Estatística

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (INE) - *Censos; Alojamento e Edificado por subsecção, 2011* [Em linha]. Lisboa: INE, 2011. Disponível em: <https://censos.ine.pt/>

Legislação

Decreto-Lei nº 307/2009. *D.R. I Série*. 206/2009 (2009-10-23) 7956-7975.

Decreto-Lei nº 53/2014. *D.R. I Série*. 169/2014 (2014-04-08) 2337-2340.

Decreto-Lei nº 95/2019. *D.R. I Série*. 136/2019 (2019-07-18) 35-45.

Aviso nº 8302/2016. *D.R. II Série*. 125/2016 (2016-07-01) 20446-20461.

ESTUDOS

BARREIROS, Maria Helena – Prédios de rendimento entre o joanino e o tardo pombalino. In MANTAS, Helena Alexandra [et al.] - *Património arquitectónico Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, Museu de São Roque, 2010. vol. II, tomo 1, p. 16-39.

CALDAS, João Vieira; PINTO, Maria Rocha; ROSADO, Ana – O prédio de rendimento Joanino. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 1 (janeiro – junho 2014), p. 130-156.

CENTRO NACIONAL DE CULTURA - *José Sarmento de Matos (1946-2018)* [Em linha]. Lisboa: CNC, 2018. Disponível na Internet: <https://www.cnc.pt/jose-sarmento-de-matos-1946-2018/>

CURTIS, R. – Energy efficiency in traditional and historic buildings: keeping it simple. In *Internacional Conference on Energy Efficiency and Comfort of Historic Buildings, 2, Brussels, 2016 - EECHB-2016: proceedings*. Bruxelas: Belgian Building Research Institute, 2016. p. 174-180.

FLORES, Joaquim – An investigation of the energy efficiency of traditional buildings in the Oporto World Heritage Site. In *Internacional Conference on Energy Efficiency and Comfort of Historic Buildings, 2, Brussels, 2016 - EECHB-2016: proceedings*. Bruxelas: Belgian Building Research Institute, 2016. p. 83-92.

HARRISON, Rodney – Beyond “natural” and “cultural” heritage: toward an ontological politics of heritage in the age of anthropocene. *Heritage & Society*. Nº 8:1 (2015), p. 24-42.

International Congress of Architects and Technicians of Historical Monuments, 2, Venice, 1964 – *International charters for conservation and restoration of monuments and sites*. Paris: ICOMOS, [20--?]. p. 2-4.

JACKSON, Mike – Embodied energy and historic preservation: a needed reassessment. *APT Bulletin*. Nº 36 (2005), p. 47-52.

MATELA, Raquel Sofia de Pinto Lobo e – *O papel dos conventos no crescimento urbano: reflexões sobre monumentos e salvaguarda do património*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de mestrado em Arquitectura, apresentada ao Instituto Superior Técnico.

MATOS, José Sarmento de – *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Quetzal Editores, 1994.

MOURÃO, Joana Fazenda – Regeneração urbana integrada, proteção do património cultural e eficiência ambiental como objetivos divergentes nas políticas urbanas em Portugal (2000-2020). *Cidades, Comunidades e Territórios*. Nº 38 (Jun/2019), p. 79-95.

MOURÃO, Joana Fazenda [et al.] – Combining embodied and operational energy in buildings refurbishment life cycle energy assessment. *Energy & Buildings*. Nº 197 (15 Aug 2019), p. 34-46.

MOURÃO, Joana Fazenda; PEDRO, João Branco – *Princípios de edificação sustentável*. Lisboa: EPUL; LNEC, 2012.

PRACCHI, Valeria – Historic buildings and energy efficiency. *Historic Environment: Policy & Practice*. V. 5, Nº 2 (2014), p. 210-225.

WEBB, Amanda L. – Energy retrofits in historic and traditional buildings: a review of problems and methods. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. Nº 77 (2017), p. 748-759.

Submissão/submission: 26/07/2019

Aceitação/approval: 06/12/2019

Joana Fazenda Mendes Mourão, IST-Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, 1049-001 Lisboa, Portugal.
joana.mourao@tecnico.ulisboa.pt

MOURÃO, Joana Fazenda Mendes – Características e exigências sociotécnicas em confronto num bairro de origem pré-industrial: notas sobre o Bairro das Trinas. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 73 - 87.

Entre o Desterro e Arroios. O desenvolvimento urbanístico dos bairros do primeiro troço da Avenida Almirante Reis (*Avenida dos Anjos*)

From Desterro to Arroios. The urban development of the neighbourhoods around the first section of Almirante Reis Avenue

Tiago Borges Lourenço

Para o meu filho Martim, nascido ao mesmo tempo que este artigo.

RESUMO

Estendendo-se entre o Desterro e Arroios, o primeiro troço da Avenida Almirante Reis corresponde à concretização do projeto de 1877 para a abertura da *Avenida dos Anjos*. Entre 1889 e 1928, surgiram nas suas orlas quatro novos bairros (Andrade, Castelinhos, Braz Simões ou Inglaterra e Colónias) com diferentes características que refletem o tempo em que foram desenvolvidos. É justamente o estudo do modo como a avenida foi crescendo e da génese destes bairros que o presente artigo pretende fazer.

PALAVRAS-CHAVE

Bairros / Avenida Almirante Reis / Lisboa / Urbanismo

ABSTRACT

Built between Desterro and Arroios, the first section of the Almirante Reis Avenue materialized the 1877 *Avenida dos Anjos* project. Between 1889 and 1928 four neighbourhoods (Andrade, Castelinhos, Braz Simões or Inglaterra and Colónias) took shape around it, with different features that reflect the moments they were built. This article attempts to trace the development of the Almirante Reis Avenue and these four neighborhoods.

KEYWORDS

Neighbourhoods / Almirante Reis Avenue / Lisbon / Urbanism

"O «espírito miúdo» de Lisboa rapidamente assimil[ou] estes bairros de acessos confusos e de dimensões restritas onde os emblemas de civilização não eram nem ostensivos nem destruidores das vivências tradicionais que permaneciam quase intactas sob a tímida modernização."

Raquel Henriques da Silva

NOTA PRÉVIA¹

No presente estudo pretende-se traçar o processo de evolução urbanística da Avenida Almirante Reis e estudar a génese e desenvolvimento dos bairros em torno do seu primeiro troço².

Com cerca de quilómetro e meio de comprimento, entre o extremo norte da Rua da Palma (ao Intendente) e a Praça do Chile (onde originalmente cruzava com a Estrada da Circunvalação, atual Rua Morais Soares), esta primeira fase corresponde integralmente à Avenida dos Anjos, idealizada em 1877 e projetada quinze anos mais tarde. Rebatizada Avenida Dona Amélia e posteriormente Avenida Almirante Reis, esta via cresceu em direção a Norte a partir do final da década de 1920. Por essa altura, a lógica de desenvolvimento dos bairros circundantes aos novos troços era já completamente diferente da do primeiro, sendo então concebidos, não como uma iniciativa privada desregrada, com pouca ou nenhuma preocupação com a sua integração na malha urbana circundante, mas como parte de planos gerais de urbanização delineados pelos serviços camarários. Trata-se, portanto, de uma avenida ampliada em várias etapas, que refletem a forma como o pensamento urbanístico evoluiu nas cerca de quatro décadas que durou o seu desenvolvimento.

Em estudos urbanos, o conceito de Bairro é um dos menos estabilizados, variando, conforme o autor, o contexto e as disciplinas que o estudam. Ao longo do tempo, os que sobre ele têm procurado refletir concluem invariavelmente não haver uma "definição unívoca e sistemática de bairro"³, devido à complexa realidade geográfica e sociológica do conceito. Ao incidir unicamente num determinado momento, limitado no tempo, de cada um dos objetos de estudo (a sua génese), no presente estudo não se pretende dissertar sobre o conceito de *bairro*, nem explorar a sua dimensão de espaço que reflete "mecanismos de diferenciação morfológica, económica e social"⁴. O termo será, assim, utilizado como maioritariamente era entendido e aplicado nos novos *bairros* surgidos na época e área em estudo: uma mera operação de urbanização e loteamento de determinada propriedade. Conceito desadequado na atualidade e de óbvia limitação, mas que, como adiante ser verá, levanta questões complexas que resultam do

¹ O presente artigo resulta do estudo, ainda em desenvolvimento, realizado no âmbito do projeto de doutoramento intitulado "Entre circular e habitar. Do projeto da Avenida dos Anjos e ruas adjacentes à abertura da Avenida Almirante Reis", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref^a SFRH/BD/110343/2015).

² No contexto da presente investigação foram consultados os processos de obra de todos os edifícios dos quatro bairros em estudo. No entanto, por questões relacionadas com a dimensão do texto, será apenas feita uma caracterização genérica da arquitetura de cada bairro.

³ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. *Estudo Prévio* [Em linha]. Nº 4 (inverno 2013). [Consult. 12/8/2019]. Disponível na Internet: www.estudoprevio.net.

⁴ FERREIRA, Carlos Henriques – Projectar a cidade entre bairros: Lisboa, um projecto de cidade em mudança. In MENDES, Maria Manuela [et al.], coord. – *A cidade entre bairros*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012. p. 49.



Figura 1 Lisboa 1900. Planta mostrando o traçado completo da Avenida dos Anjos [...]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/GE/GE/030/000717, p. 2.

facto de nem todos os bairros terem estado contidos numa única propriedade e de nem todas as propriedades loteadas terem sido consideradas bairros.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS NOVOS BAIRROS CONSTRUÍDOS EM LISBOA A PARTIR DE FINAIS DO SÉCULO XIX

Na segunda metade do século XIX, Lisboa experienciou um crescimento até então sem precedentes. Não só o justifica o importante aumento populacional que deveria ser acompanhado por um acréscimo do número de habitações, mas, principalmente, a forma como a supressão das casas religiosas⁵ propiciou a mais favorável conjuntura para uma renovação e expansão urbanística na cidade desde 1755. Se o grande terramoto foi uma necessidade transformada em oportunidade, neste caso deu-se a desocupação massiva de imponentes edifícios circundados por grandes cercas que, rapidamente, se tornaram nos principais terrenos urbanizáveis em áreas centrais da cidade. Derrubados os muros e profanadas as cercas, a cidade rasgou os antigos espaços conventuais, neles planeando e concretizando planos urbanísticos de diferentes escalas. Procurando evitar longos e custosos processos de expropriação⁶, era ali que se desenhava a cidade.

Esta prática teve especial relevância no contexto da ação da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (CML) que entendeu as cercas conventuais como peças fundamentais do esboço de uma *Lisboa que se queria moderna*. Os seus grandes obreiros foram Pierre-Joseph Pezerat (1801-1872) e, principalmente, Frederico Ressano Garcia (1847-1911) que, admitido como engenheiro camarário em 1874, encontrou uma cidade em lento desenvolvimento, “bairros novos nenhuns, e só prolongamentos ou ligações através de terras agrárias de «parcelares»⁷, improvisados que a circunvalação estava longe de fazer assimilar urbanisticamente”⁸. É neste contexto que surgiu um conjunto de diferentes formas de apropriação dos antigos terrenos religiosos para traçar um novo desenho urbano⁹, desde pontuais operações de regularização de traçados e antigos arruamentos, a *grandes planos* para novas urbanizações e ao rasgamento de avenidas que visavam essencialmente duplicar algumas das antigas vias de saída da cidade já muito congestionadas.

Estas novas avenidas tardo-oitocentistas tornaram-se polos de expansão viária, territorial e habitacional, legitimando um conjunto de novas construções que iam ao encontro das necessidades demográficas de Lisboa. Nas suas envolventes, onde outrora existiram quintas e terrenos de cultivo, projetaram-se muitos dos novos bairros de iniciativa pública/camarária e/ou de iniciativa privada¹⁰. Os empreendimentos privados, mais de duas dezenas na transição para o século XX, constituíram-se como um fenómeno tributário de uma empírica forma de fazer cidade que vinha desde o período medieval (altura em que os conventos mais abastados fizeram sucessivos loteamentos e aforamentos de parte dos seus terrenos) e que teve particular expressão nos anos

⁵ As casas religiosas masculinas foram suprimidas a partir do final de 1833, e as femininas na sequência da morte da última freira, o que, no caso de Lisboa, ocorreu entre 1864 e 1909.

⁶ Ainda que nem sempre o processo de cedência dos terrenos por parte da Fazenda Nacional fosse fácil ou rápido.

⁷ Embora as obras feitas na cidade ao longo das décadas anteriores tivessem sido pontuais, houve algumas importantes que importa destacar: o Aterro, as praças da Patriarcal Queimada (atual Príncipe Real) e do Camões e o aformoseamento do Passeio Público.

⁸ FRANÇA, José-Augusto – Preâmbulo. In SILVA, Raquel Henriques, dir. – *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1989. p. 13.

⁹ LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses. In SEIXAS, João, coord. – *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópico, 2018. p. 86-111.

A este propósito importa naturalmente referir que nem todas as operações urbanas de carácter público se desenvolveram em terrenos anteriormente ocupados por conventos ou posses religiosas, caso do processo de rasgamento da Avenida da Liberdade.

¹⁰ Pela dimensão, centralidade e importância no novo desenho da cidade merecem especial menção os bairros de Campo de Ourique (Silva Lopes e Companhia Lda., a partir de 1878) e Camões (Sociedade das Terras de Santa Marta, 1878/1880).

imediatamente a seguir ao terramoto de 1755. Em muitos dos que foram sendo desenvolvidos a partir do final do século XIX, o emprego fácil do termo *Bairro* não exigia qualquer ideal identitário (social, arquitetónico ou vivencial), vinculando-se logo na fase de projeto ou de abertura de ruas com um mero significado de operação de arruamento e loteamento de uma determinada propriedade, antes sequer de ser edificado ou habitado - um bairro era-o antes de o ser. Refletindo a forma como estas iniciativas eram altamente individualizadas na figura do seu promotor, geralmente uma entidade individual¹¹, até à década de 1930 foram cunhadas pelos seus apelidos. Assim surgiram os bairros Andrade (à Almirante Reis), Barata Salgueiro (à Avenida da Liberdade), Brandão (à Calçada da Estrela), Braz Simões (à Almirante Reis), Catarino (à Estefânia), Ermida (a Sapadores), Garrido (ao Alto do Pina), Grandela e Herédia (ambos à Estrada de Benfica), Lamosa (à Penha de França), Linhares (à Estefânia), Neves Piedade (ao Campo Pequeno), Santos (ao Rego), Serzedelo (a Campolide), Soares (a Algés) ou Tavares (ao Beato), entre outros¹².

Apesar de carecerem de aprovação camarária, a forma rápida e pouco ordeira como os primeiros projetos se foram desenrolando colocaram à cidade desafios nem sempre bem resolvidos. Desde logo, pela manifesta falta de cultura urbanística evidenciada pelos promotores, que tendencialmente se limitavam a delinear e a abrir as novas *ruas particulares*, não demonstrando qualquer preocupação em coser os seus empreendimentos com a cidade envolvente. Era frequente encontrar vias que terminavam abruptamente nos muros das propriedades vizinhas e assim ficavam durante várias décadas, à espera de que, do outro lado, diferente promotor retomasse o critério urbano interrompido. Embora legitimados e absorvidos pela cidade, estes bairros eram muitas vezes *ilhas*, dela apartados e precariamente vinculados. Por esse motivo, mais de um século depois, continua a ser relativamente fácil reconhecer os seus limites na malha urbana lisboeta. Após um importante decréscimo das iniciativas deste género ao longo da I República, a partir do final da década de 1920, assistiu-se ao seu ressurgimento, muitas vezes inseridas e enquadradas em grandes planos urbanísticos de traço camarário que lhe conferiam uma regularidade de desenho nunca evidenciada pelos bairros mais antigos.

A par das iniciativas privadas, com a implantação da República, concretizar-se-iam também ambições das políticas sociais de habitação, visando resolver o grave problema do alojamento da população que chegava a Lisboa. Em bom rigor, encontravam-se já em equação desde os derradeiros anos da Monarquia, altura em que foram

discutid[as] por diversas ocasiões no parlamento sem que se tenha passado do papel à prática¹³. Estas discussões foram muito importantes para densificar o problema da habitação em Portugal [...]. Na I República, foram criadas as primeiras políticas de habitação que reflectiam o debate entre a promoção directa e indirecta, que vinha de Oitocentos. [...] [No entanto, o] caos institucional em que a I República estava mergulhada [...] impossibilitou a estabilidade necessária para colocar em prática qualquer medida [...]. Depois do período de transição da Ditadura Militar, foi apenas no Estado Novo que o nosso país viria a conhecer uma «política de habitação» minimamente concertada¹⁴.

¹¹ Esta tendência inverteu-se nas primeiras décadas do século XX, altura em que se impuseram as empresas de promoção imobiliária.

¹² Simultaneamente grassaram também os bairros cujos nomes têm relação directa com territórios, caso dos bairros América (a Sapadores), da Bélgica (ao Rego), Europa (ao Campo Grande, nunca construído), Londres (à Avenida de Berna), de Residências França (antecessor do Bairro Azul, nunca construído), de Inglaterra ou das Colónias (ambos à Almirante Reis), maioritariamente surgindo ou sendo renomeados no rescaldo da I Guerra Mundial, que também se encontrava intrinsecamente ligada à escolha do nome do Bairro dos Aliados (ao Alto do Pina). Mais raramente encontram-se bairros cujos nomes têm ligação directa com os antigos proprietários dos terrenos onde são construídos, como os bairros Daupias (ao Calvário), Barbadinhos (a Santa Apolónia) e dos Castelinhos (à Almirante Reis).

¹³ Neste período existem naturalmente casos de sucesso, nomeadamente o Bairro dos Barbadinhos (desenvolvido a partir de 1891 pela Companhia Central Construtora).

¹⁴ ANTUNES, Gonçalo – *Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2017. p. 403. Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.



Figura 2 Bairro do Arco do Cego. Rua Fernando Pedroso. Augusto de Jesus Fernandes, 1967. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/003007.

Neste contexto, até à segunda década do século XX assistira-se quase em exclusivo à proliferação de pátios (que “de forma semi-espontânea [...], ocupa[ram] de modo excedentário o tecido urbano consolidado”¹⁵) e vilas operárias (“edificadas em terrenos desvalorizados [...] [e baseadas] na edificação de habitações pelo valor mais reduzido de acordo com os mínimos legislativos”¹⁶). Assiste-se depois a uma importante alteração de modelo, baseado na construção de bairros operários e de casas económicas, que inicialmente se constituíram como meros

¹⁵ ANTUNES, Gonçalo, *op. cit.*, p. 56.

¹⁶ *Idem*, p. 60.

¹⁷ Caso do Casal de Sete Rios e dos bairros do Casal Vistoso e da Quinta do Calado (à Penha de França), de entre os quais apenas o último foi construído.

loteamentos de propriedades¹⁷ e, posteriormente, evoluíram para células auto-suficientes com um desenho urbanístico cuidado, acompanhado de uma conceção arquitetónica de um ou vários modelos-tipo de casas e da dotação de equipamentos sociais¹⁸. Na I República são pontuais as promoções feitas por privados (Bairro Garrido) e pelo próprio Estado (casos dos bairros do Arco do Cego e da Boa-Hora), invariavelmente concretizados ou concluídos aquando da e/ou pela Ditadura Nacional ou pelo Estado Novo. É justamente a partir de 1926 que se efetiva o papel do Estado neste particular. Até à década de 1960, o número de novos bairros de casas económicas construídos em Lisboa acompanha o dos novos empreendimentos para classes mais abastadas, refletindo uma inflexão nas lógicas habitacionais da cidade¹⁹.

UMA LINHA URBANA DE PRIMEIRA CATEGORIA²⁰: DA AVENIDA DOS ANJOS À ALMIRANTE REIS O PROJETO (E ABERTURA) DA AVENIDA DOS ANJOS E RUAS ADJACENTES

É no contexto anteriormente descrito que é projetada a Avenida Almirante Reis, ainda como Avenida dos Anjos²¹. Desenvolvida entre duas antigas casas religiosas (Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro e do Convento de Nossa Senhora da Luz a Arroios) cujas cercas propunha rasgar, esta via concretiza uma intenção iniciada mais de três séculos antes que visava a duplicação do eixo Rua das Portas da Mouraria – Rua do Benfornoso – Rua Direita dos Anjos/Arroios – Estrada de Sacavém, uma das principais saídas em direção a Norte. Em traços gerais, corresponde a uma ampliação em linha reta da Rua Nova da Palma, aberta em 1554 e estendida até ao Largo do Intendente em 1859/60²². Não estando, em nenhum destes momentos, previsto o prolongamento que se constituiria na Avenida Almirante Reis, este acaba por seguir a lógica de duplicação de antigas vias de saída da cidade sobre a qual assentava o rasgamento de novas avenidas²³. Apesar dos “constrangimentos da topografia, mais interferentes do que acontecia no planalto relativamente estável a norte das Picoas [...] [terem obrigado à adoção de soluções] mais empíricas e bastante tradicionais”²⁴, o facto de o traçado da nova avenida ter sido desenhado quase integralmente em terrenos de cultivo evitou os habituais constrangimentos provocados pelas pré-existências viárias, que por isso se mantiveram intactas.

Depois de projetos iniciais (nunca concretizados) para regularização do traçado da Rua Direita de Arroios, o *Anteprojecto da Avenida dos Anjos e Ruas Adjacentes* é aprovado a 9 de março de 1877. Pressupunha a construção de três ruas longitudinais, ligando a Rua dos Anjos (ao Intendente) à estrada da Circunvalação (atual Rua Morais Soares),

separadas entre si d'eixo a eixo por 80.50m, tendo a central 25,0m de largura, e as laterais 16.00m, e oito ruas transversais de 16.00m de largo que se ligam pelo lado oriental com a calçada do Forno do Tijolo e Monte da Penha de França, e pelo lado ocidental com a rua direita dos Anjos, Largo de Santa Bárbara, rua direita de Arroios e estrada de Sacavém²⁵.

¹⁸ Posteriormente surge também o modelo de bairros de casas desmontáveis.

¹⁹ Esta questão é profundamente abordada por ANTUNES, Gonçalo, *op. cit.*

²⁰ “É uma linha urbana de primeira categoria, sem história, que começou a rasgar-se timidamente no final do século passado. Obedeceu a um plano, e por esta circunstância oferece o esplendoroso aspecto citadino que se lhe nota. Assim fôsse sempre em Lisboa” ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Vega, 1992. vol. IV, p. 73.

²¹ Este nome manteve-se desde o anteprojecto de 1877 até 1903, altura em que foi rebatizada Avenida Dona Amélia. Em 1910 é definitivamente renomeada Avenida Almirante Reis (em homenagem ao recém-falecido Cândido dos Reis), nomenclatura utilizada ao longo do presente texto.

²² LOURENÇO, Tiago Borges – A Mouraria da velha Rua da Palma. Quatro séculos no ciclo de vida de um arruamento (1554-1959). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 9 (janeiro-junho 2018), p. 15-41.

²³ Assentam neste pressuposto os planos das avenidas da Liberdade, António Augusto de Aguiar e Columbano Bordalo Pinheiro (este último já do final da década de 1920) que, a pouca distância, duplicam o traçado do secular eixo iniciado nas Portas de Santo Antão e que segue para norte, via Santa Marta, São Sebastião da Pedreira e antiga Estrada de Benfica (atual Rua Professor Lima Basto).

²⁴ SILVA, Raquel Henriques da – Os últimos anos da Monarquia: desenvolvimento urbanístico: os novos bairros. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 418.

²⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), [Projeto da avenida dos Anjos e ruas adjacentes], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/13/01108, f. 76-77.

Percebe-se onexo de plano integrado em que, a propósito da abertura de uma nova avenida, era também projetado um pequeno conjunto de arruamentos para fazer a ligação com as pré-existências viárias e permitir o crescimento das áreas residenciais. O montante global do custo do projeto ascendia a 360 contos de réis, já depois da dedução do valor da venda dos terrenos nas franjas dos novos arruamentos. Aproveitando grande parte destas considerações, o projeto da Avenida dos Anjos foi apresentado em 1892 e engrandecido em 1895. Comparativamente com o ante-projeto, acrescentava a ligação direta da nova avenida à Rua Direita da Palma²⁶, a construção de uma nova praça em substituição do Largo do Intendente (nunca concretizada) e o abandono da via nascente paralela à nova avenida²⁷. Afirmava também a intenção de um futuro prolongamento “em 665.0m com uma rampa uniforme de 0.02 a encontrar o trajecto da estrada de Sacavém ao Areeiro dando o comprimento total de 2:466.60m”²⁸, desembocando numa zona ligeiramente a sul da atual Praça João do Rio.

A área em torno do eixo Rua Direita dos Anjos/Arroios – Estrada de Sacavém havia sofrido um acentuado desenvolvimento habitacional no decorrer das últimas décadas do século XIX. Na encosta nascente do vale dos Anjos, fizeram-se loteamentos à Cruz do Tabuado, junto ao novo Hospital da Estefânia, uma zona que sendo relativamente periférica em relação ao dito eixo, o utilizava como principal acesso à Baixa. O projeto da nova avenida contemplou ligações diretas com estas novas áreas habitacionais, via Rua Pascoal de Melo²⁹, o que implicou a construção de um novo viaduto sobre a antiga Rua Direita de Arroios. Surge, assim, um singular ciclo vicioso: os primeiros bairros mais periféricos concorreram fortemente para a abertura da nova avenida, e, por sua vez, esta contribuiu para a criação de novos bairros nas suas imediações³⁰.

Assim, conforme o século XIX se foi aproximando do seu final e o projeto da nova avenida foi sendo concretizado, nas suas orlas um conjunto de antigas propriedades de grandes dimensões começou a ser adquirido e rentabilizado. Com a complacência da autarquia que, por questões orçamentais, se viu impedida de aqui tomar para si a concretização de uma operação de expropriação e urbanização semelhante à que, contemporaneamente, empreendia nas Avenidas Novas. Estas operações reduziam-se a iniciativas puramente capitalistas de venda de terrenos integralmente divididos em talhões de diferentes dimensões e formatos, invariavelmente mais pequenos (e baratos) do que os que então se alienavam nas Avenidas Novas. Aliado ao rasgamento de ruas pouco largas (com 12 ou menos metros), este facto condicionou *a priori* as características construtivas, direcionando a compra dos lotes para um pequena burguesia e a habitação para a classe média. Assim, um conjunto de *proprietários* e *comerciantes*³¹ foi adquirindo os talhões com intuitos meramente especulativos, contratando empreiteiros para os edificar, com vista ao arrendamento dos apartamentos ou à venda dos edifícios. Mais raramente, a aquisição era feita para construir habitação própria, como sucedeu nos bairros dos Castelinhos e Bairro Braz Simões onde, a partir de meados do século XX, estes edifícios foram maioritariamente demolidos ou descaracterizados por sucessivas ampliações.

²⁶ O ante-projeto previa o início da nova avenida apenas no local da antiga Igreja dos Anjos (demolida para o efeito), devendo a ligação com a Rua Nova da Palma ser feita através do Largo do Intendente.

²⁷ Provavelmente por colidir com o projeto do Bairro Andrade, cujas ruas já se encontravam rasgadas em 1892 e se encontrava parcialmente construído.

²⁸ AML, [Projeto da avenida dos Anjos...], f. 78.

²⁹ Correspondendo parcialmente à regularização da Travessa do Abarracamento da Cruz do Tabuado, numa primeira fase a Rua Pascoal de Melo foi a mais eficaz e importante via de ligação da Avenida dos Anjos com as Avenidas Novas e áreas contíguas.

³⁰ Segundo a memória descritiva do projeto da *Avenida dos Anjos e ruas adjacentes* (1892), “torna[va]-se urgente substituir quanto antes a Calçada e rua dos Anjos por uma Avenida e rua de fácil tracção para dar serventia aos populosos bairros de Estefânia, Santa Bárbara e ultimamente o de Andrade [então] em construção, além das comunicações ao norte que tend[ia]m a aumentar o movimento tanto de peões como de veículos, o que se torna[va] quase impossível [...], dando motivo a interrupções contínuas ao mais pequeno veículo” (AML, [Projeto da avenida dos Anjos...], f. 79).

³¹ Embora também houvesse aquisições de lotes de terreno por parte de construtores e mestres de obras, que construía para depois vender os edifícios.

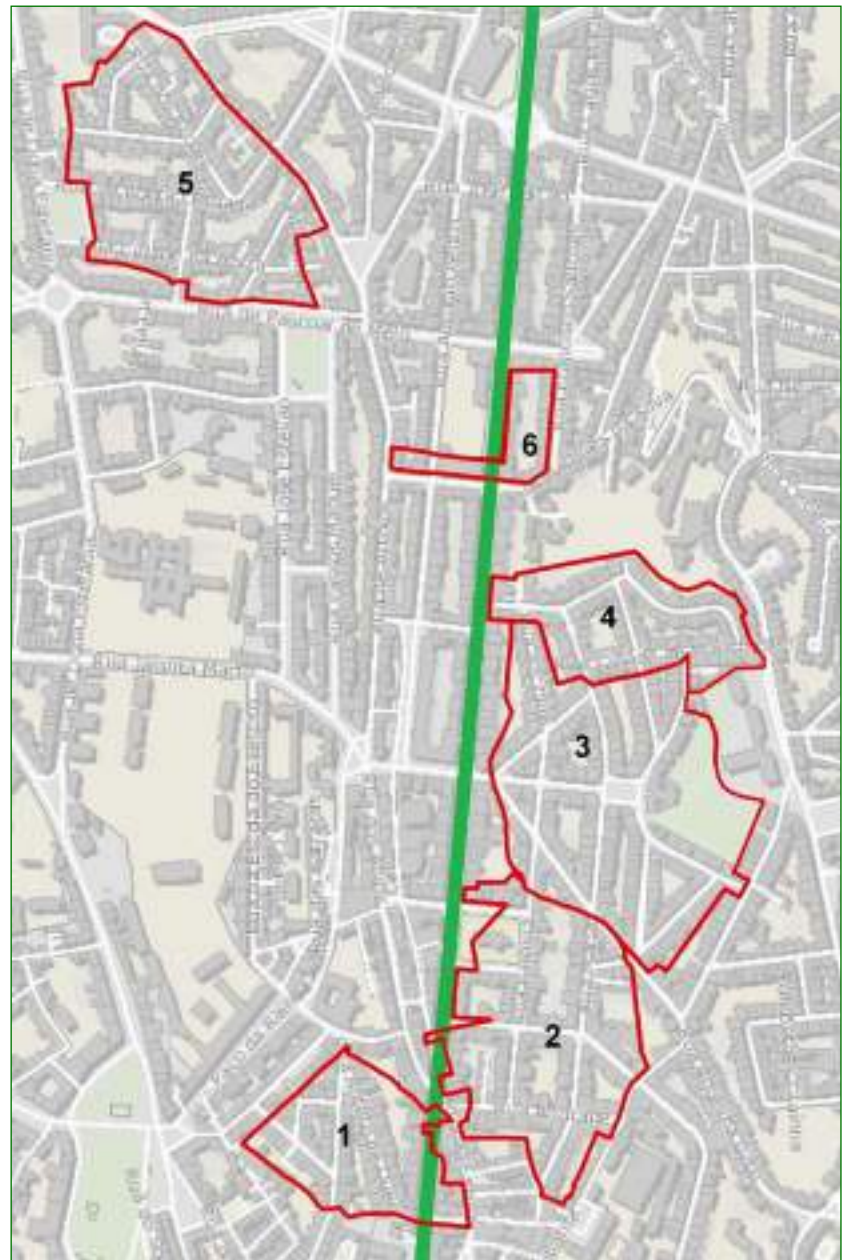


Figura 3 Marcação, sobre cartografia atual, dos limites aproximados dos diversos bairros em torno da Avenida Almirante Reis (marcada a verde).

- 1 – Bairro dos Castelinhos;
 - 2 – Bairro Andrade;
 - 3 – Bairro das Colónias;
 - 4 – Bairro Braz Simões ou de Inglaterra;
 - 5 – Bairro Linhares ou Açores;
 - 6 – Loteamento de Marques da Silva.
- Planta do autor. <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>.

OS PRIMEIROS BAIROS. BAIROS ANDRADE E DOS CASTELINHOS (1889-1897).

Ainda no século XIX e com a Avenida dos Anjos em projeto, começaram a surgir novos bairros que constituíram as primeiras experiências habitacionais de média dimensão na zona. Numa história que corre em simultâneo com a do próprio processo de abertura da avenida, foram construídos os bairros Andrade e dos Castelinhos³², próximos do Largo do Intendente e do extinto Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro, por essa altura já com função hospitalar.

Desenvolvido a partir de 1889, o Bairro Andrade resultou do loteamento que Manuel Gonçalves Pereira d'Andrade fez em duas grandes propriedades (Quinta da Romeira e Horta das Velhas) que adquirira entre 1879 e 1882 nas margens da Calçada do Forno do Tijolo e da Rua Direita dos Anjos. A escolha do momento para concretizar estas aquisições parece indiciar que Andrade, sabendo que estava a ser desenvolvido um projeto de uma nova avenida

³² A história do desenvolvimento urbanístico destes dois bairros foi mais aprofundada em LOURENÇO, Tiago Borges – Habitar à Almirante Reis: os bairros Andrade e dos Castelinhos. In *Atlas da Almirante Reis*. Lisboa: Universidade Autónoma. No prelo.

nos terrenos contíguos, o fez com o intuito de obter uma valorização futura³³. Esperou, pois, pelo momento certo para iniciar o empreendimento, antes de qualquer outro nas imediações, em vésperas da apresentação do aludido projeto. Depois de em julho de 1889 ter dado conhecimento à autarquia de que pretendia dividir a sua propriedade “em talhões por meio de ruas [de 12 metros de largura], e n’elle edificar”³⁴, em dezembro seguinte pediu “licença para abrir cavoucos para varias construcções e para venda de terrenos, respeitando o alinhamento da rua projectada pela camara [Avenida dos Anjos], sem prescindir dos seus direitos e posse sobre os terrenos da mesma rua; bem assim licença para abrir serventias provisórias no muro da dita propriedade para [...] tres vias publicas”³⁵.

A rapidez da venda (60 dos 90 lotes foram alienados entre 17 e 30 de junho de 1890) e o avultado valor por metro quadrado³⁶ que concorreu para um elevado montante global arrecadado com a operação (cerca de 87,5 contos de réis) demonstram cabalmente a visão e o poder negocial do proprietário, bem como o elevado interesse manifestado por uma parte da sociedade lisboeta num período social e económico profundamente conturbado.



Figura 4 Bairro Andrade, marcação de lotes. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), 9.º Cartório Notarial de Lisboa, Documentos de Livros de Notas, mc.33. Imagem cedida pela ANTT.

³³ Embora se desconheça se, por essa altura, já coagitaria a possibilidade de neles construir um bairro.

³⁴ LISBOA. Câmara Municipal – *Actas da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa do anno de 1889*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1889. p. 261.

³⁵ LISBOA. Câmara Municipal – *Op. Cit.*, p. 442.

³⁶ Entre 2000\$00 e os 5850\$00, muito superior ao verificado em qualquer outro empreendimento na área.

A construção iniciou-se pouco depois, estando grande parte concluída até ao final do século. Os novos edifícios, todos de habitação plurifamiliar, patenteavam uma qualidade desigual entre si, oscilando entre prédios modestos e exemplares de requinte construtivo e decorativo superior ao da maioria dos que se estavam a construir na própria Almirante Reis, embora nenhum seja assinado por arquiteto.

Por requerimento de 5 de julho de 1890, Andrade propôs à CML “doar o terreno das [...] ruas [do seu bairro] ao município, tomando este á sua conta o mandal-as canalisar, calçar e illuminar, para para o que offerece a quantia de dez contos de réis”³⁷, valor considerado escasso pela autarquia, que estimou os custos da operação em mais de quarenta e um contos de réis. No entanto, dado a construção do bairro concorrer para a salvaguarda dos interesses camarários (devido à recolha de impostos e taxas), optou por reduzir o valor da transação para trinta contos de réis³⁸. Aceite a cifra por Andrade, a municipalização do bairro efetivou-se na sessão camarária de 25 de setembro, comprometendo-se a CML a cumprir a instalação da canalização e da iluminação dos arruamentos até 25 de março de 1892.

Por se implantar num terreno parcialmente plano, foi possível traçar um desenho ortogonal em parte do empreendimento, não se observando nele o cariz *quase anárquico* de outros bairros seus contemporâneos. Andrade morreria em 1894, antes de ver todos os lotes do seu bairro vendidos e construídos, cabendo esse ónus aos seus herdeiros, que alienaram as derradeiras parcelas apenas em 1905, a um ritmo bastante mais lento e por valores inferiores aos da primeira fase. No entanto, parece inegável que o enorme sucesso desta operação terá influenciado o surgimento de outras nos anos seguintes.

Fronteiro ao anterior, o Bairro dos Castelinhos nasceria em 1897, já com as obras da avenida em curso. Foi desenvolvido por uma sociedade particular criada para o efeito, a *Empresa Promotora do Bairro dos Castelinhos*, constituída por seis sócios, para urbanizar um prédio urbano e rústico designado por Horta do Castelo ou Quinta dos Castelinhos³⁹, originalmente foreiro ao Convento de Santa Clara de Lisboa. Entre 1893 e 1894, os sócios da empresa adquiriram as três parcelas de terreno da quinta, tendo sido concebido em 1895 um primeiro estudo do bairro, contendo planta, orçamento e mapa de expropriações⁴⁰. Originalmente, a intenção era construir o bairro faseadamente, começando pela “rua [com 12 metros de largura] de comunicação entre o largo do Intendente, e a calçada do Conde Pombeiro”⁴¹ (atual Rua Antero de Quental), para cujo rasgamento pediram autorização camarária em junho de 1896.

A empresa tinha como finalidade a

explora[ção] [d]o referido predio [urbano], fazendo e consentindo que n’elle se constitua um bairro [...] semelhante ao «Bairro Andrade» para o que offerecerão á Camara Municipal ou a quaesquer entidades ou particulares os terrenos necessários para abertura de [quatro] ruas⁴² consoante um plano já entre si combinado e reduzido a planta já approvada pela Camara Municipal⁴³.

³⁷ LISBOA. Câmara Municipal – *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1890*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1890. p. 370.

³⁸ LISBOA. Câmara Municipal – *Actas das sessões da Comissão Administrativa do Município de Lisboa no Anno de 1891*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1891. p. 206-208.

³⁹ Deve o nome ao seu antigo proprietário Lucas da Silva Azevedo Coutinho Cardoso Castelo.

⁴⁰ AML, [Abertura de ruas no Bairro dos Castelinhos], 1895-1900, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/00662.

⁴¹ LISBOA. Câmara Municipal – *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1896*, Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1896. p. 231.

⁴² Antero de Quental, Capitão Renato Baptista, Rafael de Andrade e dos Castelinhos.

⁴³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), 11º Cartório Notarial de Lisboa - Offício B, Livro de Notas 423, Cx. 74.

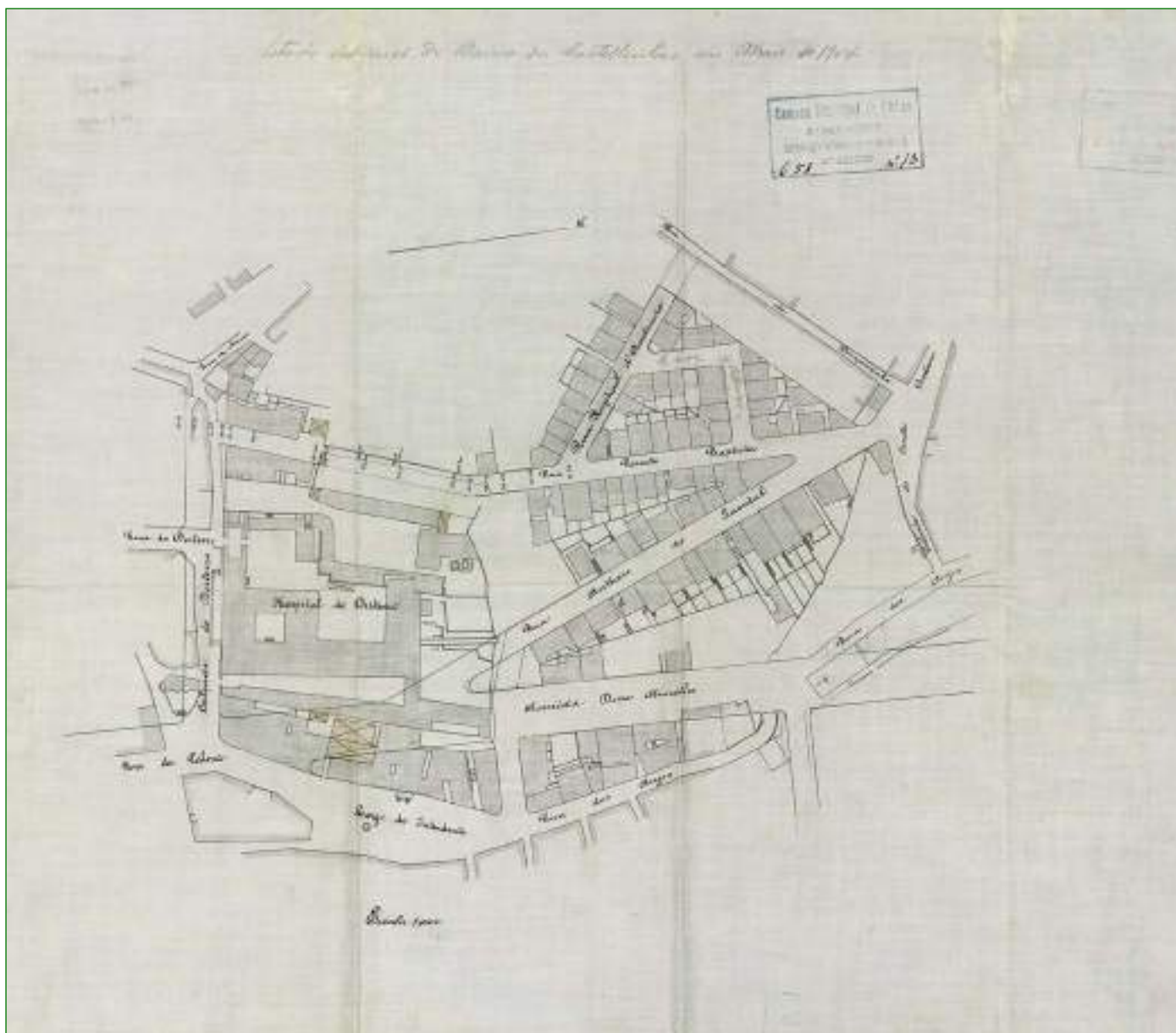


Figura 5 Bairro dos Castelinhos. Ligação do Bairro dos Castelinhos às ruas adjacentes. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSAH/PURB/002/00663, p. 3.

E assim o fizeram. Refletindo a atratividade da operação, a venda dos 60 talhões ocorreu de forma rápida e sequencial, a primeira das quais a 27 de dezembro de 1897, numa altura em que as ruas estariam apenas delineadas. A 25 de julho do ano seguinte é assinado o contrato de cedência dos arruamentos à autarquia, que apresenta algumas especificidades relativamente ao assinado para o Bairro Andrade, por envolver a cedência e permuta de parcelas de terreno entre as duas entidades e devido ao facto de a empresa se ter comprometido a abrir as ruas⁴⁴. Nesse sentido, apenas a 23 de janeiro de 1899, a *Empresa Promotora do Bairro dos Castelinhos* assinou com o pedreiro José dos Santos um contrato para a empreitada de construção de pavimentos das ruas do bairro, compreendendo

o fornecimento da mão d’obra e de todos os materiais e utensilios necessários para a sua execução. [...] [Nele é definido que] a largura das ruas é de 10,0m e por isso teem os passeios 1,70m de largura cada um, incluindo as bordaduras e terão a inclinação de 3% para o lado das valetas [que] terão de largura 0,70m incluindo a linha d’agua.

⁴⁴ Algo que já havia ocorrido em 1892, no Bairro Linhares.

A faixa de rodagem, em macadam, terá portanto a largura de 5,20m, e a sua secção transversal será uma curva com o seu ponto culminante d'altura da linha exterior dos passeios, junto dos predios [...] [, devendo] os trabalhos [...] ficar completamente acabados no praso de noventa dias⁴⁵.

As novas construções foram edificadas por mais de duas dezenas de construtores, maioritariamente entre 1898 e 1902. Contrariamente ao que se havia verificado no Bairro Andrade (onde uma área de implantação superior e uma maior largura das ruas permitiu a construção de edifícios mais altos e com dois fogos por piso), a maioria dos prédios construídos nos Castelinhos era de modestas dimensões, invariavelmente entre um e três andares e apenas com um fogo por piso⁴⁶, existindo também algumas construções unifamiliares. Por todo o bairro assiste-se a um muito interessante fenómeno de ampliação em altura, sendo frequente a transição de tipologia unifamiliar para plurifamiliar poucos anos depois da data de construção original.



Figura 6 Bairro dos Castelinhos. Rua Rafael de Andrade.
CML, DMC, DPC. José Vicente, 2016.

⁴⁵ ANTT, 11^o Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B, Livros de Notas (Lv. 429, Cx. 75).

⁴⁶ Com exceção para a Rua Antero de Quental, na qual os edifícios apresentavam características mais próximas às do Bairro Andrade.

No espaço e tempo em análise, merece também referência o loteamento iniciado em 1891, por João Marques da Silva, na antiga Quinta da Imagem⁴⁷ (ao Caracol da Penha de França), cuja parte rústica foi rasgada pelo projeto da nova avenida. Desta operação resultou a venda de 29 lotes entre fevereiro de 1892 e janeiro de 1897, voltados à Avenida Almirante Reis e às ruas Direita de Arroios, Marques da Silva⁴⁸ e Francisco Sanches, esta última parcialmente aberta no contexto do loteamento. Possivelmente pela exiguidade da área loteada e por se implantar maioritariamente em ruas pré-existentes ou previstas no projeto da *Avenida dos Anjos e ruas adjacentes*, este empreendimento nunca foi considerado ou apelidado de bairro, tendo desde cedo sido absorvido pela malha urbana envolvente⁴⁹.

Nos três empreendimentos ocorreram impasses viários. No loteamento de Marques da Silva, o intenso debate provocado pela forma abrupta como terminava a Rua Francisco Sanches obrigou à reformulação parcial do próprio projeto da Avenida dos Anjos, que assim ganhou uma inesperada versão final em 1895, contemplando o prolongamento da mencionada via até à Rua Morais Soares⁵⁰ e o rasgamento de uma nova artéria (Rua Cavaleiro de Oliveira). No caso do Bairro dos Castelinhos, a sua ligação com a Rua da Bempostinha foi resolvida com a compra e demolição de edifícios nela existentes, permitindo o prolongamento da Rua Rafael de Andrade. Por seu turno, foram necessárias quatro décadas para concluir todas as ruas do Bairro Andrade. Por ter sido construído antes da abertura da Avenida Almirante Reis, as suas ligações com a restante cidade foram inicialmente feitas pelo estreito e tortuoso Caminho do Forno do Tijolo e pela Rua Direita dos Anjos. Ultrapassada esta dificuldade, ficaram a faltar as ligações a norte, apenas colmatadas com a urbanização da vizinha Quinta da Charca, na qual foram construídos os bairros Braz Simões (ou de Inglaterra)⁵¹ e das Colónias, cujo desenvolvimento se abordará adiante.

Como referido na nota prévia, embora simplista, a aplicação do conceito de *bairro* para indicar uma operação de urbanização não é isenta de problemática. A atual noção dos limites do Bairro Andrade extrapola a área e a iniciativa do loteamento de Manuel Pereira Gonçalves d'Andrade, composta por cinco ruas, às quais o promotor atribuiu o nome das que lhe eram próximas⁵². Na senda da sua iniciativa, logo a partir de 1893 desenvolveram-se outras duas operações de loteamento privadas⁵³ em terrenos contíguos que prolongaram para Norte o espaço edificado da Rua Palmira e lhe acrescentaram dois novos arruamentos (ruas Álvaro Coutinho e Luís Pinto Moitinho), abertas em torno do quarteirão onde se implantou a nova Igreja dos Anjos. Por seu turno, no Bairro dos Castelinhos verifica-se a situação contrária: tendo a Quinta dos Castelinhos sido rasgada pela Avenida Almirante Reis, uma parcela do loteamento ficou separada do resto do bairro. Voltados à avenida e à Rua dos Anjos, os edifícios construídos em mais de uma dezena de lotes nunca foram entendidos como parte integrante do bairro. Conforme a cidade se foi consolidando, os limites destes bairros foram muitas vezes estendidos ou encurtados, mostrando a profunda desadequação do entendimento de *bairro* enquanto mero loteamento.

⁴⁷ Adquirida a 24 de agosto de 1887 a João Dolbeth (ANTT, 12^o Cartório Notarial de Lisboa – Ofício A, Livro de Notas n^o 165, f. 17)

⁴⁸ Ainda antes do início da venda dos lotes (edital de 5 de outubro de 1891), a Câmara Municipal de Lisboa deliberou renomear a Rua do Caracol da Penha em Rua Marques da Silva, caso único na zona de um proprietário a quem foi dado o nome a um arruamento pré-existente.

⁴⁹ Contemporaneamente, em 1892, à Estefânia é iniciada a construção do Bairro Linhares (hoje conhecido como Bairro Açores), iniciativa do Conde de Linhares e Theotónio de Ornellas Bruges.

⁵⁰ As ruas Pascoal de Melo e José Falcão foram também prolongadas para terrenos a poente da Avenida Almirante Reis.

⁵¹ Por uma questão de atualização e uniformização da nomenclatura, no presente texto o bairro será sempre chamado de Bairro de Inglaterra.

⁵² “Maria Antónia”, “Maria Andrade” (a esposa), “Maria” e “Palmira” (as duas filhas). À principal via do bairro, de ligação da Calçada do Forno de Tijolo à Rua Direita dos Anjos e à futura Avenida Almirante Reis deu o nome de “Andrade”.

⁵³ Desenvolvidas por Manuel de Castro Guimarães e Francisco Lourenço da Silva Almeida.

TEMPOS DE CONSOLIDAÇÃO. O BAIRRO BRAZ SIMÕES OU DE INGLATERRA (1903-1913)

A 20 de julho de 1903⁵⁴ é finalmente inaugurada a nova via de ligação da Rua da Palma à antiga Estrada da Circunvalação, que, poucos dias antes, havia sido rebatizada de Avenida Dona Amélia. À distância de mais de um século, parece de difícil compreensão o conceito de *inauguração* de uma via ainda incompleta. Devido à dificuldade em celebrar um acordo de cedência de uma parcela de terreno do Hospital do Desterro que incluía um bloco de enfermarias, o arranque da avenida a Sul (com 120 metros de extensão) continuava por concluir, obrigando a que parte do trajeto se fizesse pelo Largo do Intendente. Tão pouco se tinha resolvido eficazmente o cruzamento com a Rua Direita dos Anjos (figura 7) ou, sequer, dado início ao prolongamento da avenida para norte da Circunvalação.



Figura 7 Avenida Almirante Reis, n.ºs 22 e 34, lado nascente. Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JBN/001265.

Desse mesmo ano data o Plano Geral de Melhoramentos da Cidade, documento elaborado por Frederico Ressano Garcia, que idealizava a abertura de um conjunto de avenidas na zona norte da cidade. Embora não englobasse a área onde a Avenida Almirante Reis estava a ser rasgada, previa implicitamente o seu prolongamento para Norte, até ao sítio da Portela de Sacavém. Disso mesmo dá conta o estudo para construir uma das novas vias, descrita como

uma extensa avenida de 25,00m2 de largura e 4544m,66 de comprido, ligando a Luz com a Charneca [...] [que] atravessa[ria] a avenida designada sob o nº 3 [do plano] ao sul do Paço do Lumiar [...], devendo seguir, pela Portella [...] [onde] deverá comunicar com a [então] avenida D. Amélia, que é prolongada até esta povoação⁵⁵.

⁵⁴ A Inauguração da Avenida Dona Amélia. *O Século*. (21 de julho de 1903), p. 1.

⁵⁵ AML, Plano Geral de Melhoramentos da Capital. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/434.

Assim, enquanto se inaugurava o primeiro troço da Avenida Almirante Reis até à Estrada da Circunvalação, traçavam-se já novos planos para a prolongar mais três quilómetros para Norte, sempre ao correr da Estrada de Sacavém. Ainda que na prática não existisse qualquer vestígio de que, a curto prazo, a via se pudesse efetivamente estender para lá da antiga Circunvalação.

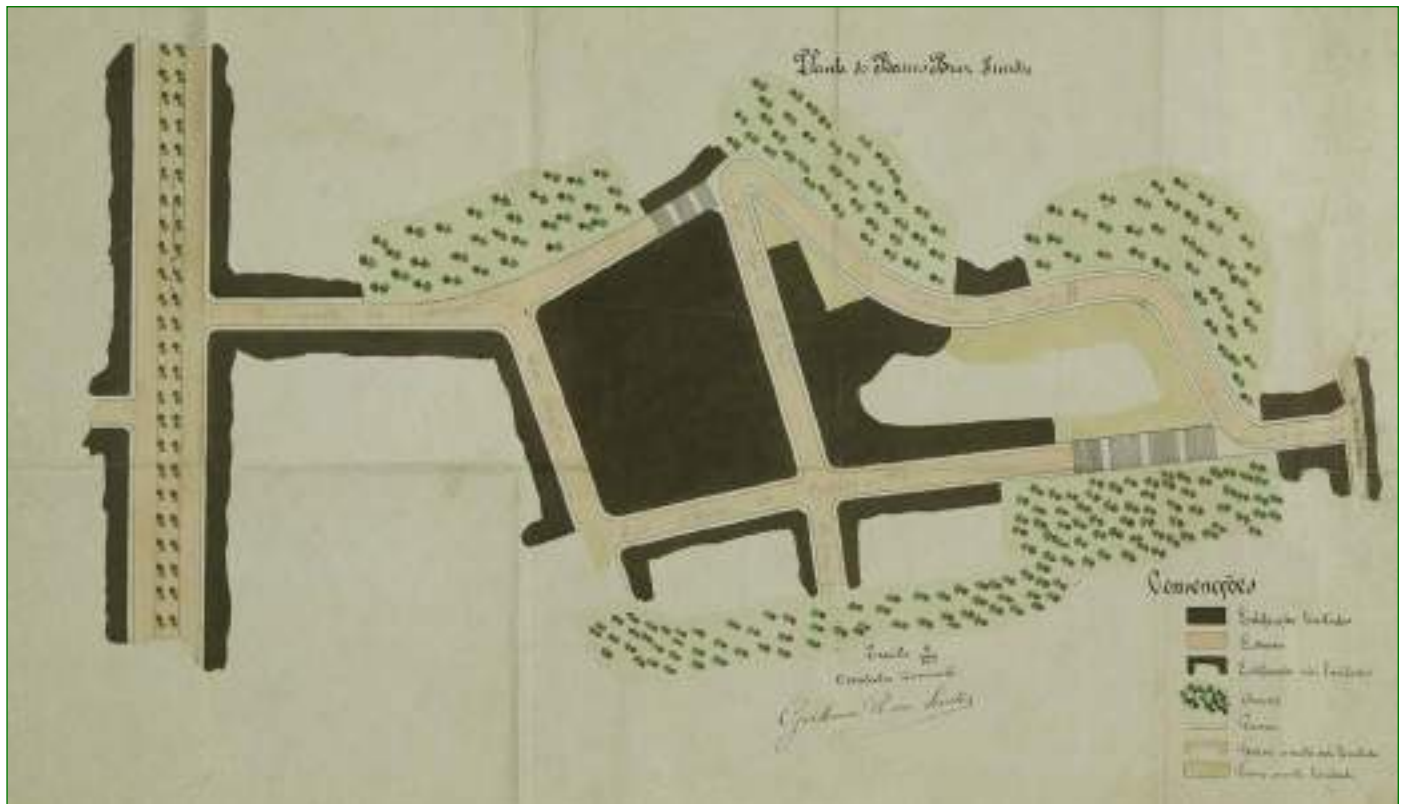


Figura 8 Planta do Bairro Braz Simões. Guilherme dos Santos, 19--. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/481.

O levantamento cartográfico da cidade de Lisboa executado por Silva Pinto nos primeiros anos do século XX permite observar a ocupação de grande parte dos lotes em ambas as frentes da avenida. No entanto, a ponte desta, demarca-se uma grande mancha vazia correspondente à área da Quinta da Charca (figura 9), uma propriedade a meia encosta que havia sido rasgada pela avenida mas que ainda mantinha o seu edifício principal e grande parte do terreno incólume⁵⁶. No final do século XIX havia sido dividida por diversos proprietários, de entre os quais José António Barbosa de Araújo Simões, que ficou com a parte norte. Depois da sua morte em 1895, a viúva Maria Libânia iniciou um processo de divisão e alienação da sua propriedade. Em março de 1903 vendeu o edifício da quinta a Manuel Joaquim Marques⁵⁷, celebrando também escrituras de venda de terrenos com José Braz Simões de Sousa, a 18 de fevereiro de 1905, 15 de maio de 1905 e 15 de abril de 1907⁵⁸. Ainda antes da última, a 2 de abril de 1907 Braz Simões submeteu à aprovação da CML um projeto “de um arruamento particular com a largura de dez metros, que pretend[ia] abrir n[este] terreno[,] situado na avenida Dona Amelia entre os numeros de policia setenta e seis e setenta e oito e a estrada da Penha de França numero cento vinte e nove, o qual e[ra] destinado á construcção de casas para habitação”⁵⁹. A aprovação na sessão camarária de 25 de julho seguinte

⁵⁶ A Norte, os seus limites eram estabelecidos pelo casario da rua Marques da Silva, a Sul pelo Bairro Andrade, a Ponte pela Estrada da Penha de França e propriedades do Conde de Soure e a Nascente pela Avenida Almirante Reis.

⁵⁷ ANTT, 9º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas nº 354, f. 21.

⁵⁸ ANTT, 9º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas nº 385, f. 55v e nº 389, f. 48.

⁵⁹ AML, Livro de Escrituras nº 59, f. 133-133v.

(e oficialização por escritura de 5 de agosto) permitiu a Braz Simões a abertura de um arruamento para o qual, contudo, a autarquia deixou claro “não conceder licença alguma para a construção de predios [...] em quanto não estive[sse] complet[o] com o pavimento e a competente canalização de esgoto ligada com o cano municipal”⁶⁰. O que terá ocorrido pouco depois, visto o primeiro dos mais de 70 lotes do empreendimento ter sido vendido a 6 de novembro seguinte.



Figura 9 Planta Topográfica de Lisboa, 11 l e J, 12 l e J.
Silva Pinto, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/
UROB-PU/05/03/117, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/116.

⁶⁰ AML, Livro de Escrituras n.º 59, f. 133v.



Figura 10 Rua Cidade de Liverpool. Augusto de Jesus Fernandes, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001400.

A elevada pendente do bairro e a sua área relativamente reduzida (3,6 hectares) obrigaram a que esta *rua particular* tivesse sido projetada e rasgada com a mesma “ondulação antiurbana”⁶¹ com que Raquel Henriques da Silva categorizou o vizinho Caracol da Penha de França⁶². A 18 de julho de 1913 e já depois de ter vendido mais de 50 talhões, o promotor é autorizado a “completar duas ruas já parcialmente construídas”⁶³ que aproveitavam parte do traçado serpenteante do arruamento primitivo para consolidar as ligações a Norte (com a Rua da Penha de França) e a Sul (com a Avenida Almirante Reis). Esta operação modifica por completo o traçado e a lógica urbana do bairro, ao fragmentar em cinco arruamentos a *rua particular* aberta seis anos antes.

Braz Simões procurou replicar o que Andrade havia feito no seu bairro duas décadas antes, atribuindo às suas ruas nomes de familiares. No entanto, em plena I Guerra Mundial, por deliberação camarária, a designação do seu bairro foi alterada para Bairro de Inglaterra e as ruas *José de Sousa*, *Maria Gouveia*, *Aurora*, *Margarida* e *Isabel Leal* foram respetivamente renomeadas *Cidade de Liverpool*, *Cidade de Cardiff*, *Newton* (depois do chumbo da proposta inicial para que se chamasse *Lord Byron*), *Cidade de Manchester* e *Poeta Milton*⁶⁴.

De novembro de 1907 a agosto de 1910, apenas 16 talhões foram vendidos, sendo os restantes alienados até 1916 a uma cadência inferior a uma dezena por ano. Comparativamente com a realidade dos Bairros Andrade e

⁶¹ SILVA, Raquel Henriques da – Os últimos anos da Monarquia: desenvolvimento urbanístico: os novos bairros. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 418.

⁶² Arruamento secular rasgado na cerca do Convento de Nossa Senhora da Penha de França e que deu origem à Rua Marques da Silva.

⁶³ AML, Livro de Escrituras nº 81, f. 99. Na prática, esta operação permitiu concretizar os troços superiores das atuais ruas de Liverpool e de Manchester, que terminam ambos em escadaria (Figuras 8 e 10).

⁶⁴ Edital de 29 de agosto de 1916.

dos Castelinhos, é notório o abrupto decréscimo da procura, forte motivo para justificar a quase total inexistência de empreendimentos deste tipo nos primeiros anos da República. Também a identidade do comprador se alterou, sendo já raros os pequenos capitalistas. A maioria é comprada por mestres de obra com o intuito de construir edifícios para depois os vender, uma tendência cada vez mais vincada ao longo das décadas seguintes nos novos bairros da cidade. O levantamento das operações de venda destas propriedades revela a total ausência de um padrão na avaliação dos lotes vendidos (variando entre os 537 e os 4000 escudos por metro quadrado), dado pouco habitual em operações do género.

É possível dividir o bairro em duas áreas distintas, conforme a tipologia dos edifícios. Na maioria dos talhões foram construídos edifícios de habitação plurifamiliar com três ou quatro andares, demarcando-se por oposição uma pequena área junto da entrada sul do bairro onde foi edificado um conjunto de moradias, algumas encomendadas pelo próprio Braz Simões. Embora sejam edifícios de modestas dimensões, apresentam uma elevada erudição de planta e desenho das fachadas, alguns de assumida inspiração Arte Nova. Destaca-se o número 16 da Rua de Liverpool (já demolido), da autoria do desenhador Rafael Duarte de Melo, galardoado em 1914 com uma menção honrosa do Prémio Valmor⁶⁵.

É também neste período que são edificados os terrenos nas orlas das ruas Francisco Sanches, Heróis de Quionga e José Falcão, entretanto abertas a noroeste da avenida, tornando cada vez mais notória a existência de uma cidade a dois ritmos simbolicamente destrinçados pela antiga Circunvalação, a norte da qual a Lisboa das quintas e azinhagas permanecia cristalizada.



Figura 11 Alçados, Rua Cidade Liverpool, 16. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 35023, proc. N.º 5703/1.ªREP/PG/1912, p. 3.

FORA DE TEMPO. O BAIRRO DAS COLÓNIAS (1928-1931)

O processo de prolongamento da Avenida Almirante Reis para norte da antiga Circunvalação foi, como visto, particularmente moroso. Mesmo sem um projeto formal para o terceiro troço, a intenção de a estender até à Estrada de Sacavém continuava a esbarrar no muro do antigo Convento de Nossa Senhora da Luz a Arroios. Apesar de ter ficado definido desde 1890 que a autarquia apossar-se-ia do terreno necessário para o prolongamento da avenida⁶⁶, este processo apenas ficou concluído em 1916. No entanto, numa primeira fase de pouco serviu visto a autarquia só ter conseguido chegar a acordo com o último dos proprietários das três quintas contíguas aos

⁶⁵ Trata-se do único edifício implantado num dos bairros da Avenida Almirante Reis que foi galardoado.

⁶⁶ No contexto do processo de supressão do convento e conseqüente refuncionalização do seu edifício em hospital.

terrenos do hospital em 1932. Esta demora acabaria por permitir aos serviços camarários integrar os projetos para os novos troços da avenida num plano mais abrangente, articulado com o novo Bairro do Arco do Cego, com o Instituto Superior Técnico e com a urbanização da área que a norte da antiga Circunvalação se equaciona. Trinta e cinco anos depois do *projeto da Avenida dos Anjos*, o eixo e os novos bairros deixavam de ser entendidos como elementos urbanos isolados. Assim surgiu o chamado Bairro dos Atores⁶⁷, a acompanhar a face nascente dos novos troços.

Mais a Sul, em torno do primeiro troço da avenida, a partir de 1928 começaram a ser desbloqueados diversos empreendimentos. Terrenos que se urbanizaram e pontas soltas que no complexo novelo da avenida foram finalmente atadas, nomeadamente o alargamento da Rua da Palma, que passou a contar com a mesma largura que a Avenida Almirante Reis. Sacrificando para o efeito os jardins do Palácio do Conde de Soure⁶⁸, surgiu uma nova frente de rua com a construção de mais de uma dezena de edifícios, de entre os quais se destaca o da Garagem Liz.

Também em 1928 são tomadas as primeiras providências para o loteamento do remanescente do terreno da Quinta da Charca, num empreendimento urbanística e arquitetonicamente alinhado com os princípios vigentes em torno dos novos troços da avenida⁶⁹. Com uma área de construção de mais de 9 hectares, o Bairro das Colónias foi o maior e o último dos bairros a ser construído em torno da primitiva Avenida dos Anjos. Implantado na área mais a sul da Quinta da Charca, entre os bairros Andrade e de Inglaterra, era formado por nove ruas e uma praça que, a meia encosta, foram desenhadas com o intuito de unirem os arruamentos interrompidos dos dois bairros. Desde o início da década de 1890, habitantes e transeuntes do Bairro Andrade esperavam pela conclusão das ruas Palmira e Maria que desembocavam provisoriamente no antigo, estreito e sinuoso Caminho do Forno do Tijolo. Por seu turno, no Bairro de Inglaterra as ruas Newton e Poeta Milton terminavam nos muros dos terrenos particulares contíguos. Assim, o Bairro das Colónias é o único de entre os objetos de estudo deste artigo cujo traçado é integralmente desenhado com a preocupação de consolidação urbanística da envolvente. Apesar de partilhar com o Bairro de Inglaterra os constrangimentos provocados pela grande pendente do terreno, consegue resolver os problemas daí advindos de forma mais eficaz, através de uma melhor ligação com a maioria dos arruamentos pré-existentes, nomeadamente a avenida⁷⁰ e o secular Caminho do Forno do Tijolo (atual Rua do Forno do Tijolo), cujo traçado foi, então, parcialmente redesenhado.

No contexto da presente investigação não foi possível aferir a forma como surgiu a iniciativa da criação deste novo bairro nem como foi definido o momento para o seu desenvolvimento.⁷¹ No entanto, salienta-se a coincidência cronológica do seu planeamento com o dos projetos de alargamento da Rua da Palma e de prolongamento da Avenida Almirante Reis. Coincide também com um período propício para o desenvolvimento de iniciativas do género, capitalizado no surgimento de novos bairros e pequenos loteamentos em diferentes áreas da cidade, a um ritmo que não se assistia na cidade desde os primeiros anos do século. Até meados da década de 1930 estariam em desenvolvimento os bairros dos Aliados (Sociedade Bairro dos Aliados, na antiga Quinta do Bacalhau, ao Alto do Pina), Azul (por Bernardino Lopes e Abílio Nunes Santos, à Palhavã), Lamosa (por Francisco Lamosa, na antiga Quinta do Ferrugento, à Estrada da Penha de França), Neves Piedade (na Quinta dos Conventos de Baixo, ao Campo Pequeno), Santos (por Joaquim José dos Santos, ao Rego), e as urbanizações em torno do segundo troço da Avenida Almirante Reis, do Alto Varejão e das quintas do Alperche (ao Alto do Pina), das Galveias (de iniciativa da firma Simões & Simões, ao Campo Pequeno) e dos Peixinhos (ao Monte Pedral).

⁶⁷ Na verdade, o chamado Bairro dos Atores não foi desenhado enquanto tal, mas tão simplesmente como um conjunto de ruas que se desenvolveram nas orlas da Avenida Almirante Reis, sem qualquer intenção identitária.

⁶⁸ Onde haviam estado instalados o Coliseu da Rua da Palma e o Paraíso de Lisboa.

⁶⁹ Também em consequência da regularização de traçados antigos, grande parte do edificado do Largo de Santa Bárbara foi demolido na década de 1930, no contexto de um projeto de requalificação urbanística que pressupunha a concretização do projeto tardo-oiocentista de alargamento da Rua de Santa Bárbara, de modo a providenciar um acesso mais direto entre os largos de Santa Bárbara e do Conde de Pombeiro/Bairro dos Castelinhos.

⁷⁰ Tal como no Bairro de Inglaterra, existe apenas uma ligação com a Avenida Almirante Reis, através da Rua de Angola. No entanto, a forma como a maioria das artérias do bairro foram planeadas para desembocar neste novo arruamento permite uma rápida ligação a partir de qualquer ponto do bairro.

⁷¹ O seu principal promotor, João Duarte, tornou-se proprietário do maioria do terreno em que o bairro se implantou logo em 1916. Tal como no caso do Bairro Andrade, parece ter esperado por um momento mais favorável para iniciar a urbanização.

O novo Bairro das Colónias implantou-se nos terrenos de três proprietários, João Duarte, Cecília Mendes Fernandes Brum da Silveira e Luzindra Fernandes Lamas. O início do desenvolvimento efetivo do bairro ocorre em 1928, quando o primeiro solicita

[à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de um projeto de delineamento de um bairro nos seus terrenos] [...] da Quinta da Mineira⁷² [...], referente a um plano de arruamentos, através daquela propriedade⁷³. [...] [Propunha-se] aproveita[r] os terrenos ainda livres das Quintas da Mineira e da Charca, os quais, pela sua situação a dois passos do coração da cidade, se prestam magnificamente para neles se edificarem casas, dando assim alojamento a muitas centenas de famílias⁷⁴.



Figura 12 Projeto de arruamentos ligando o Bairro Andrade com o Bairro de Inglaterra. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03848, p. 7.

⁷² Ao longo da presente investigação não foi possível compreender a forma como os nomes da(s) quinta(s) eram à época utilizados. Apesar de habitualmente o grande terreno onde se implantaram os bairros de Inglaterra e das Colónias ser designado como Quinta da Charca, por vezes o termo Quinta da Mineira surge como nome alternativo ou como designação para parte do terreno (na planta do projeto de 1929, os terrenos de João Duarte são designados por Quinta da Mineira e os restante como Quinta da Charca).

⁷³ Existe menção à existência de estudos prévios para o novo bairro, desconhecendo-se no entanto a atual existência ou localização dos mesmos. Conhece-se apenas a indicação de contemplarem escadarias, à semelhança do que por exemplo ocorreu nos vizinhos bairros de Inglaterra (Rua de Manchester) e Lamosa (Rua do Triângulo Vermelho): “apesar do acidentado do terreno, conseguimos evitar lanços de escadarias, como apresentavam todos os estudos anteriormente feitos para este local.” AML, [Projeto de arruamentos para ligar o bairro Andrade com o bairro de Inglaterra, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03848], p. 5.

⁷⁴ AML, [Projeto de arruamentos...], p. 2 e 4.

Datado de fevereiro de 1929 e da autoria do engenheiro camarário António Emídio Abrantes⁷⁵, o *Projecto de Arruamentos ligando o Bairro Andrade com o Bairro de Inglaterra* (figura 12) marca uma profunda inflexão no entendimento e conceção das urbanizações nesta zona, desde logo pela forma como os serviços camarários tomaram para si o ónus de o delinear. A distância cronológica para os bairros vizinhos acabou também por se refletir no cuidado com aspetos não prioritários na passagem do século:

Não deixámos também de aproveitar a parte mais acidentada, junto ao muro da cêrca do antigo Palacio do Conde de Soure, á Rua da Penha de França [onde atualmente se implanta a Escola Secundária de Dona Luísa de Gusmão], para projectarmos um jardim, do qual se pôssa disfructar a magnífica perspectiva que se gósa daquele local e com este intuito igualmente projectámos duas placas ajardinadas, em “tapis-vert” [...] e tambem indicámos uma serie de construções isoladas na parte superior da Rua -D- [eixo formado pelas atuais Ruas Ilha do Príncipe e de Cabo Verde], permitindo-se assim que esse local ficásse desafrontado de construções que pudessem impedir a vista de quem quizésse observar o panorama daquela parte da cidade⁷⁶.

A concretização seria menos ambiciosa, limitando-se apenas a uma encosta ajardinada, coroada por um pequeno jardim-miradouro com uma entrada por intermédio de uma escadaria junto do número 7 da Rua Ilha do Príncipe e outra, exterior ao bairro, pela Rua Heliodoro Salgado.

O projeto camarário de 1929 desenvolve um bairro com o “traçado [...] [que] mais racionalmente se podia fazer, dadas as ruas já existentes e a configuração topografica do terreno”⁷⁷. Previa apenas dois perfis de ruas, com 12 e 15 metros de largura, embora deixasse uma nota de preocupação com a transição destas com os arruamentos dos bairros contíguos, que apresentavam diferentes dimensões (10 metros no Bairro de Inglaterra e 12 no Bairro Andrade). São também, desde logo, propostos os nomes do bairro e das ruas, contrariando a prática comum de ser o promotor a fazê-lo.

Seja-nos permitido lembrar um nome a dar a este conjunto de arruamentos e que esse nome sirva para recordar o vasto império colonial que possuímos, e que até agora não tem sido devidamente lembrado nos vários bairros existentes em Lisboa. Havendo Bairro de Inglaterra, [...] da Bélgica, [...] etc, justo é que haja um Bairro das Colónias, onde cada rua tivesse o nome de uma cidade de cada colónia portuguesa⁷⁸.

Entre meados de 1929 e o início de 1930, a CML assinou com os proprietários dos terrenos contratos de expropriação para poder abrir os novos arruamentos⁷⁹. Não é claro o papel das irmãs Luzindra e Cecília em todo o processo. Embora seja inequívoco que, desde cedo, teriam tido conhecimento do projeto em curso nas suas propriedades, nenhum documento explicita o seu envolvimento ou intenção numa futura promoção imobiliária dos seus terrenos. Acabariam ambas por, em diferente fases do processo, vender as suas propriedades, às firmas Neves & Ribeiro, Lda. (10/10/1929)⁸⁰ e Roxo & Companhia, Lda. (04/03/1931)⁸¹, que pouco depois iniciaram a venda de lotes.

Este processo é detalhadamente explicado num artigo do *Diário de Notícias* de 1933, citado por Francisco Santana:

Termina-se [o artigo] com passagens de entrevista feita pelo jornalista ao engenheiro Pinto de Oliveira sócio da Havaneza do Socorro, Lda., promotora da venda dos terrenos: – Ora, diga-me V. Exa.: de quem partiu a ideia da

⁷⁵ Auxiliado pelo auxiliar de agente técnico Júlio da Silva Costa e pelo desenhador de 2ª classe João António de Aguiar. Com apenas 22 anos, foi um dos primeiros trabalhos deste último, que viria a ser um dos principais arquitetos a projetar para as antigas colónias portuguesas durante o Estado Novo.

⁷⁶ AML, [Projeto de arruamentos...], p. 4.

⁷⁷ AML, [Projeto de arruamentos...], p. 4.

⁷⁸ AML, [Projeto de arruamentos...], p. 4-5. A ideia original seria parcialmente abandonada, no que concerne à atribuição de nomes de cidade. Pelo Edital de 18 de julho de 1933, às novas ruas foram atribuídos o nomes de Angola, Cabo Verde, Guiné, Ilha do Príncipe, Macau, Moçambique, São Tomé e Zaire. A única praça do bairro foi designada de Praça das Colónias (atual Praça das Novas Nações).

⁷⁹ AML, Livros de Escrituras 7A, f. 91v-99v, 10A, f. 42v-52 e 16A, f. 115-124v.

⁸⁰ ANTT, 9º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas nº 59ª, f. 85-88.

⁸¹ ANTT, 4º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas nº 108, f. 42-45.

construção do Bairro das Colónias? Para lhe falar com a maior franqueza, não sei ao certo; mas presumo que tão esplêndido empreendimento partiu do sr. João Duarte, um dos proprietários da antiga quinta da Mineira, ou Charca, no que foi desde logo secundado pelas importantes firmas Roxo & C^a. e Neves & Ribeiro, que, numa colaboração digna de todos os elogios, conseguiram construir, rapidamente, os arruamentos, passeios e esgotos, de modo a permitir a construção das inúmeras casas que já compõem o Bairro⁸².”

O Bairro das Colónias é o maior na envolvente do primeiro troço da avenida, com uma área quase três vezes superior à da dos bairros de Inglaterra ou Castelinhos. Cerca de 60% do espaço de construção do bairro localizava-se nos terrenos de João Duarte, cabendo o restante (em partes iguais) às duas firmas, com exceção de dois pequenos talhões junto ao Caminho de Forno do Tijolo, propriedade da CML. A venda dos mais de 100 lotes é feita quase em simultâneo pelos três empreendedores, iniciando-se nos primeiros dias do verão de 1931 a preços entre os 30 e 40 escudos o metro quadrado. No final de 1935, quase todos se encontravam alienados, a maioria a *proprietários* ou *comerciantes*, o que revela uma procura significativa. A sua ocupação ter-se-á dado pouco depois das primeiras aquisições, registando-se uma atividade construtiva muito significativa, logo em 1932. Apesar disso, diversas áreas do bairro permaneceram por edificar até ao final da década seguinte, nomeadamente a face sul da Rua do Forno do Tijolo que se encontrava a poente da Rua Maria e toda a orla norte do eixo formado pelas ruas da Ilha do Príncipe e de Cabo Verde.

Por ter sido construído algumas décadas depois da maioria das demais construções da avenida e envolventes, o edificado do Bairro das Colónias impõe-se com particular dissonância. Unidos os pontos deixados nas margens dos terrenos dos bairros Andrade e de Inglaterra, os limites das propriedades de cada bairro distinguem-se sobretudo pela transição das suas arquiteturas.

O Bairro das Colónias apresenta-se como um conjunto modernista, em plena conformidade com o tempo em que a sua arquitetura foi desenhada e construída, heterogénea na qualidade e complexidade do seu desenho e na dimensão dos seus edifícios⁸³. Todos os lotes foram ocupados por prédios de 3 a 5 andares (diferindo radicalmente no número de vãos conforme as ruas onde são edificados), à exceção da face norte do eixo formado pelas ruas Ilha do Príncipe e Cabo Verde, para o qual próprio projeto do bairro pressupunha “uma série de construções isoladas”⁸⁴, que apenas foram construídas na primeira⁸⁵. No conjunto arquitetónico do bairro, merece especial destaque a encomenda, feita em 1936, por João Salvador, de cinco edifícios projetados como um plano único, embora com diferentes desenhos (figuras 13 e 14). A qualidade e o arrojo do seu risco tornam-no numa das referências da arquitetura modernista na cidade. Embora seja assinado pelo engenheiro civil Luís Cabeça Dutra, a um deles é atribuída a autoria de Cassiano Branco (Rua Palmira, 33), ficando por esclarecer o envolvimento do arquiteto nos restantes⁸⁶.

⁸² *Apud* SANTANA, Francisco – Bairro das Colónias. *Inforanjos*. Ano 20, n.º 2 (maio-agosto 2002).

⁸³ O que se justifica sobretudo com as diferentes características dos lotes. Em geral, os terrenos vendidos por João Duarte tinham frentes de rua mais largas, o que se refletiu em construções de maiores dimensões e tendencialmente de melhor qualidade (assinadas sobretudo por engenheiros), a norte da Rua de Angola e nos troços finais das ruas Palmira e Caminho do Forno do Tijolo. Por seu turno, as frentes das ruas de Moçambique e Timor foram divididas em lotes mais estreitos, nos quais foram construídos prédios de desenho mais simplificado e apenas três vãos, maioritariamente edificados por mestres de obra.

⁸⁴ AML, [Projeto de arruamentos...], p. 4.

⁸⁵ Nesse ponto do bairro, o projeto foi modificado, tendo sido construída entre ambas as ruas, no topo da Praça das Novas Nações, uma escola primária.

⁸⁶ “A obra de Cassiano Branco confunde-se com a dos engenheiros, sobretudo no caso dos prédios de rendimento que, dado o sistema construtivo em betão, muitas vezes eram concebidos na íntegra por estes especialistas. Em bastantes casos de prédios de rendimento que Cassiano Branco elaborou, aparece, não a sua assinatura como técnico responsável, mas a dos engenheiros, [...] [entre as quais a de] Luís Cabeça Dutra.” PINTO, Paulo Tormenta – *Cassiano Branco (1897-1970)*. Casal de Câmbra: Caleidoscópio, 2015. p. 179. No caso do número 33 da Rua Palmira, a assinatura de Cassiano surge num desenho de alterações, sendo-lhe por isso comumente atribuída a autoria. No entanto, visto resultar de uma encomenda concertada é possível que o mesmo tenha acontecido nos dois edifícios contíguos. Mais difícil parece ser o caso do número 73 da Rua do Forno do Tijolo, que resulta de uma alteração ao plano inicial, sendo já assinado em data posterior por outro engenheiro (Paulo de Almeida Freitas).



Figura 13 Bairro das Colónias. Rua Palmira gaveto com a Rua Forno do Tijolo. CML, DMC, DPC. José Vicente, 2013.

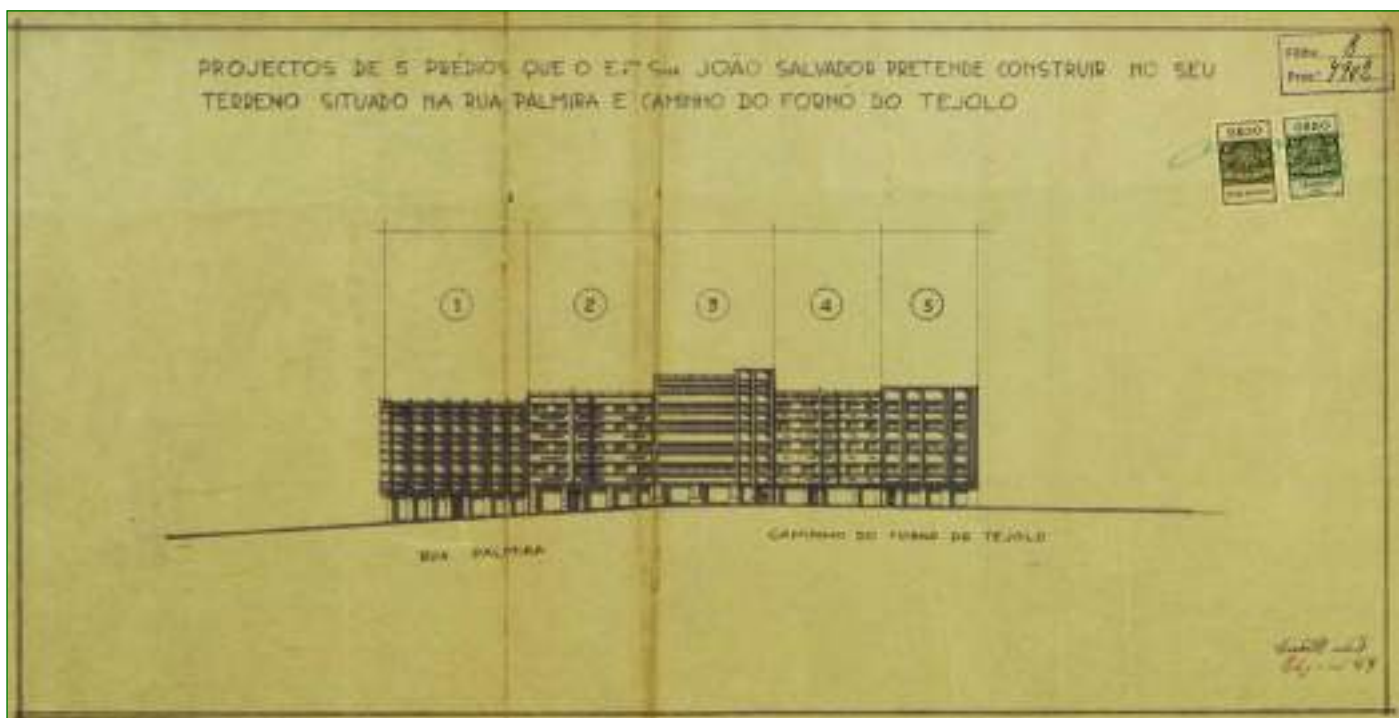


Figura 14 Extrato do Projecto de 5 prédios que o Exmo. Sr. João Salvador pretende construir no seu terreno situado na Rua Palmira e Caminho do Forno do Tijolo. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 50702, processo N.º 7902/DAG/PG/1936 – tomo 1, p. 8.

NOTAS FINAIS. UMA MÁQUINA DO TEMPO EM FORMA DE AVENIDA

João Guilherme Appleton define a Avenida Almirante Reis como uma

«Máquina do tempo» da construção do prédio de rendimento lisboeta da primeira metade do século XX, [que] [...] permite contar uma história do planeamento e das construções urbanas da capital ao longo de mais de cinquenta anos. [...] [considerando que] as metamorfoses que a Avenida [...] sofre no seu desenvolvimento e na sua construção na refletem apenas, de forma orgânica, o “espírito do tempo” ou o “espírito do lugar”⁸⁷.

Como em qualquer outra cidade, a história do urbanismo de Lisboa fez-se de planos nunca concretizados ou cronicamente adiados. No entanto, nunca como na Avenida Almirante Reis se assistiu a uma via planeada e construída em etapas que, não obstante terem produzido um coerente eixo viário, produziram também um heterogéneo parque habitacional. De Sul para Norte, percorrer os seus mais de dois quilómetros e penetrar nas ruas contíguas é quase como caminhar ao longo de uma tabela cronológica da evolução da cidade de Ressano Garcia em direção à de Duarte Pacheco, que neste texto ficou por explorar. Da Lisboa que se queria moderna, mas que era incapaz de reger o urbanismo dos novos bairros que grassavam em qualquer propriedade com dimensão para tal, para uma Lisboa regida a régua e esquadro, escudada por serviços camarários que para si tomavam o desenvolvimento dos novos espaços, cosendo projetos públicos e privados, numa malha reticular indistinta.

Os bairros, os não-bairros e os quase-bairros da Almirante Reis são assim reflexo (dos tempos) da Lisboa em que foram construídos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

[Arruamentos no bairro Andrade], 1891-1903, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/00588.

Augusto de Jesus Fernandes, Bairro do Arco do Cego. Rua Fernando Pedroso, 1967, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/003007.

Augusto de Jesus Fernandes, Rua Cidade de Liverpool, 1964, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001400.

Estado das ruas no Bairro dos Castelinhos em maio de 1904, 1895-1900, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/00663, p. 3.

Joshua Benoliel, Avenida Almirante Reis, n.ºs 22 e 34, lado nascente, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001265.

Lisboa 1900. Planta mostrando o traçado completo da Avenida dos Anjos [...], PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/030/000717.

⁸⁷ APPLETON, João Guilherme – *A Avenida Almirante Reis: uma história construída do prédio de rendimento em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2018. p. 144-145. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Lisboa.

Livros de Escrituras n.º 7A, 10A, 16A, 21, 59 e 81.

Obra N.º 35023, proc. N.º 5703/1.ªREP/PG/1912, p. 3.

Obra N.º 50702, processo N.º 7902/DAG/PG/1936, tomo 1, p. 8.

Plano Geral de Melhoramentos da Capital, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/434.

Planta do Bairro Braz Simões. Guilherme dos Santos, 19-- , PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/481.

Planta Topográfica de Lisboa, 11 I e J, 12 I e J. Silva Pinto, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/79, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/80, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/91, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/92.

[Projeto da avenida dos Anjos e ruas adjacentes], 1891-1892, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/13/01108.

[Projeto de arruamentos para ligar o bairro Andrade com o bairro de Inglaterra], p. 5, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03848.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

4.º Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas n.º 108.

9.º Cartório Notarial de Lisboa, Livros de Notas n.os 59A, 354, 385 e 389.

11.º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B, Livros de Notas n.º 423 e n.º 429.

12.º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício A, Livro de Notas n.º 165.

ESTUDOS

ANTUNES, Gonçalo – *Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2017. Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

APPLETON, João Guilherme – *A Avenida Almirante Reis: uma história construída do prédio de rendimento em Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2018. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Lisboa.

APPLETON, João Guilherme [et al.] – Almirante Reis: (como construir) uma avenida em seis etapas. In *Atlas da Almirante Reis*. Lisboa: Universidade Autónoma. No prelo.

ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Vega, 1992. vol. IV.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. *Estudo Prévio* [Em linha]. N.º 4 (inverno 2013). [Consult. 12 de agosto de 2019]. Disponível na Internet: <http://www.estudoprevio.net>.

FERREIRA, Carlos Henriques – Projectar a cidade entre bairros: Lisboa, um projecto de cidade em mudança. In MENDES, Maria Manuela [et al.], coord. – *A cidade entre bairros*. Lisboa: Caleidoscópio, 2012. p. 47-63.

Jornal *O Século*. Lisboa. (21 jul. 1903).

LISBOA. Câmara Municipal – *Actas da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa do anno de 1889*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1889.

LISBOA. Câmara Municipal – *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa no anno de 1890*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1890.

- LISBOA. Câmara Municipal – *Actas das sessões da Comissão Administrativa do Município de Lisboa no anno de 1891*. Lisboa: Imprensa Democrática, 1891.
- LISBOA. Câmara Municipal – *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa no anno de 1896*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1896.
- LOURENÇO, Tiago Borges – A Mouraria da velha Rua da Palma: quatro séculos no ciclo de vida de um arruamento (1554-1959). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 9 (janeiro-junho 2018), p. 15-41.
- LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses. In SEIXAS, João, coord. – *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 86-111.
- LOURENÇO, Tiago Borges – Habitar à Almirante Reis: os bairros Andrade e dos Castelinhos. In *Atlas da Almirante Reis*. Lisboa: Universidade Autónoma. No prelo.
- MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – Da rua da Palma à Estrada da Circunvalação: a abertura da Avenida dos Anjos (1877-1915). In *Atlas da Almirante Reis*. Lisboa: Universidade Autónoma. No prelo.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – *Evolução das formas de habitação plurifamiliar na cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 2017.
- PINTO, Paulo Tormenta – *Cassiano Branco (1897-1970)*. Casal de Câmbra: Caleidoscópio, 2015.
- RIBEIRO, Lurdes – O Projecto da Avenida dos Anjos: algumas considerações gerais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 1ª Série Nº 5 (2001), p. 65-106.
- SANTANA, Francisco – Bairro das Colónias. *Inforanjos*. Ano 20 Nº 2 (maio-agosto 2002).
- SILVA, Raquel Henriques da, dir. – *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Câmara Municipal de Lisboa, 1989.
- SILVA, Raquel Henriques da – Os últimos anos da Monarquia: desenvolvimento urbanístico: os novos bairros. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 405-420.

Submissão/submission: 04/11/2019

Aceitação/approval: 06/12/2019

Tiago Filipe Borges Lourenço, IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa. tborgeslourenco@gmail.com

LOURENÇO, Tiago Borges – Entre o Desterro e Arroios: o desenvolvimento urbanístico dos bairros do primeiro troço da Avenida Almirante Reis (Avenida dos Anjos). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 89 – 115.

Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835¹

Where the industry led them: urban growth of the Marvila and Beato boroughs since 1835

Margarida Reis e Silva*

RESUMO

Até ao segundo quartel do século XIX, Marvila e Beato eram zonas agrícolas na fronteira oriental de Lisboa, terreiros de lazer aristocrático e locais de reclusão monástica, com as suas cercas cultivadas. Chegada a indústria, inicia-se novo rumo para estas atuais freguesias: os velhos conventos, extintas as ordens religiosas, renascem como complexos industriais; multiplica-se a habitação operária. Com o avanço fabril e dos grandes armazéns, a paisagem densifica-se, em aterros ao rio que trazem uma nova escala. No final do século XX, a indústria perde o ímpeto e Marvila e Beato ribeirinhos desertificam-se. Atualmente, ensaia-se o retorno a estes bairros (quase) esquecidos de Lisboa. Neste trabalho, segue-se o crescimento desta região usando os seus velhos mapas, procurando perspetivar a revitalização a partir das marcas indeléveis de um crescimento feito ao ritmo da indústria.

PALAVRAS-CHAVE

Zona ribeirinha oriental de Lisboa / Marvila / Beato / Evolução urbana de Lisboa / Industrialização de Lisboa

ABSTRACT

Up to the second quarter of the 19th century, Marvila and Beato were farming districts at Lisbon's eastern border, courtyards for the leisure of the aristocratic classes and places of ecclesiastic seclusion, along with their lengthy cultivated properties. With the industry's arrival, a new path begins for these boroughs: the old convents, after the extinction in Portugal of all religious orders, are reborn as industrial sites; working-class housing multiplies. With increasing industrial growth and the settling of large warehouses in the region, the landscape thickened, with embankments which brought a whole new scale. At the end of the 20th century, the industry lost its pace, and the riverside Marvila and Beato became deserted. Presently, a return is on the way to this (almost) forgotten boroughs. This essay follows the region's urban development using its old cartography, attempting to foresee urban revitalization from the indelible marks of a growth led by the industry's pace.

KEYWORDS

Lisbon's oriental riverfront / Marvila / Beato / Lisbon's urban growth / Lisbon's industrialization

* Doutoranda em História no Programa Interuniversitário de Doutoramento (PIUDHist). Membro da comissão instaladora do Centro Interpretativo de Marvila e Beato: Câmara Municipal de Lisboa e ICS-UL. *This research was supported by the H2020 European funding on the project "ROCK: Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities", hosted by Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, under the Grant Agreement Number 730280.*

¹ Por definição editorial, irei escrever segundo o Acordo Ortográfico de 1990, com o qual não concordo.

INTRODUÇÃO

Este texto parte de uma investigação sobre os pátios e vilas da zona ribeirinha oriental de Lisboa². Para melhor enquadrar esses núcleos de habitação popular, identificou-se como necessário um conhecimento mais profundo do tecido urbano das atuais freguesias de Marvila e Beato³ (na sua zona ribeirinha), dois «burgos» industriais da cidade, abordando as suas fases de crescimento e transformação desde o nascimento na região de um universo fabril, até à desindustrialização de finais do século XX e chegando aos nossos dias.

Perdida a sua identidade industrial, despontam atualmente estes bairros como nova centralidade em Lisboa, com os seus grandes espaços obsoletos procurados agora pelas chamadas «indústrias criativas». Ainda assim, os antigos núcleos de habitação popular e os complexos fabris confundem-se na restante malha urbana, num processo de degradação que a nova vaga urbanística ainda não veio totalmente mitigar.

Será justamente com este renovado interesse por Marvila e Beato no horizonte que procuraremos caracterizar a materialidade destes que foram, em determinada altura, os principais bairros industriais de Lisboa e cuja identidade julgamos importante salvaguardar.

A região em estudo, na sua feição atual, é o resultado de transfigurações urbanas marcantes que a cidade também viveu na sua progressão, desde capital de um país maioritariamente agrícola, passando (tardiamente) por um período de industrialização e chegando, nos dias de hoje, às encruzilhadas da era pós-industrial. Torna-se, porém, nítido que, nos espaços onde a indústria foi o principal motor de crescimento, terá sido essa irrupção (e ocaso) particularmente determinante em todo o desenhar do espaço urbano atual.

Para melhor descrever as profundas alterações aqui vividas, iremos seguir esse percurso utilizando velhos mapas – as representações cartográficas produzidas ao longo dos últimos dois séculos e mantidas nos seus arquivos pela Câmara Municipal de Lisboa –, fontes primárias criadas sem intenção de compor a história da cidade, que nos permitirão não só olhar o território como um todo, como também criar uma cronologia das mudanças operadas no terreno, refletindo sobre esse trajeto à luz das insuficiências encontradas na atualidade. Procuraremos, sempre que possível, cruzar as informações aí obtidas com a bibliografia e as fontes conhecidas, incluindo-se nestas alguns testemunhos orais.

² Na sua redação inicial, constituiu uma parte da dissertação *Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: materialidade, memória e recuperação urbana* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao ISCTE-IUL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6967>.

³ Não obstante a população destes núcleos mais antigos parecer ter integrado Beato e Marvila como os seus «bairros» de origem, há que clarificar as designações toponímicas e legais destes territórios: em 1379, foi criada a grande freguesia limítrofe de Santa Maria dos Olivais (concelho entre 1852 e 1886) que compreendia os atuais territórios de Marvila e Beato. A freguesia do Beato – que inclui à beira-rio as zonas de Xabregas ou, menos conhecido, o Grilo – autonomizou-se legalmente em 1770 (com algumas alterações de «fronteiras» até aos nossos dias). Já Marvila, apesar de existir como topónimo lisboeta pelo menos desde o século XII, nasceu como freguesia apenas em 1959 – abaixo da Estrada/Rua de Marvila, na orla ribeirinha, inclui as zonas do Poço do Bispo, Vale Formoso, Braço de Prata ou da Matinha.

A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL NA CARTA DA LINHA DE DEFESA DE LISBOA (1835)



Figura 1 Carta topographica da linha de defesa da cidade de Lisboa (pormenor), 1835. Câmara Municipal de Lisboa (CML), Gabinete de Estudos Odisiponenses (GEO). Arm. 1, pasta 22, n.º 2246.

Na segunda metade do século XIX, a expansão de Lisboa passa a desenhar-se para norte, definindo-se novos eixos, com destaque para a atual Avenida da Liberdade. A oriente, a paisagem mantém-se pouco urbanizada, povoada de uma dúzia de manufaturas, mas permanecendo esta uma zona rural, destino de veraneio de alguma aristocracia lisboeta aqui proprietária desde (pelo menos) finais do século XV, lado-a-lado com os robustos edifícios das ordens religiosas, aqui instaladas desde os alvares da Idade Média.

Nesta representação da região em escala alargada, distinguem-se referentes existentes ainda hoje. A paisagem ribeirinha é cortada por algumas vias de circulação: a principal será a estrada marginal, que na época tomava os nomes de Rua Direita de Xabregas, Direita do Grilo ou Direita do Beato (atual Rua do Açúcar), no seu percurso entre a Madre de Deus e o Poço do Bispo⁴. Ao longo deste eixo – o *Caminho do Oriente*, como décadas mais tarde foi batizado, para que Lisboa reaprendesse a percorrê-lo⁵ – encontramos as principais edificações. Primeiro a Madre de Deus, em conjunto com o Palácio dos Marqueses de Nisa, desenhando-se em ziguezague frente ao rio. Seria este conjunto arquitetónico o centro do velho sonho de Francisco de Holanda para um palácio de veraneio de D. Sebastião, em terrenos já aqui comprados por seu avô, D. João III, em que o «Terreiro de Xabregas», ombreando com o ocidental Terreiro do Paço, fecharia, virando-se aos «bons ares do rio», o frondoso Vale de Chelas⁶.

⁴ Utilizou-se como referentes extremos da faixa ribeirinha, a sudoeste, o Convento da Madre de Deus (para lá da fronteira com a Penha de França, mas referente inalienável do espaço urbano do Beato) e, a nordeste, o Largo do Poço do Bispo (formalmente Largo David Leandro da Silva) ou, se possível, no extremo oriente da freguesia de Marvila, a Quinta da Matinha.

⁵ *Caminho do Oriente* foi o nome dado a esta antiga estrada marginal numa série de volumes sobre a zona ribeirinha oriental – do Jardim do Tabaco a Sacavém – publicados no âmbito da Expo 98 e citados neste artigo.

⁶ MATOS, José Sarmiento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. vol. 2, p. 17-18.

Seguia--se, nesta linha ribeirinha, o Convento de São Francisco, com os seus pátios e claustros e que, na sua configuração inicial, pré-terramoto, teria a fachada virada a sul, fechando porventura o idealizado Terreiro Real⁷. Seguem-se o Palácio de Xabregas, dos Marqueses de Olhão, e o Palacete da Quinta Leite de Sousa, quase a par do Palácio dos Senhores das Ilhas Desertas, herdeiros do nobre D. Gastão Coutinho, com propriedades de ambos os lados da marginal. Sucedem-se os conventos, destacando-se o do Beato António, no centro do território, e terminando no Palácio da Mitra, já na chegada ao Poço do Bispo. Ao longo do percurso, a proximidade constante do rio, que em alguns trechos, como do Palácio das Ilhas Desertas ao Convento das Freiras *Grilas*⁸, mal se distingue das casas, que parecem invadi-lo. Ao que se sabe, muitas propriedades da região teriam o seu próprio cais. Numa cota superior, vê-se a atual Rua Direita de Marvila (ao tempo a exótica «Rua Direita dos Ananases»), cortada por duas grandes calçadas transversais que ainda hoje permanecem. Subindo o Vale de Chelas, e a Estrada que vinha terminar a sueste da Madre de Deus, perto da «Quinta da Borda d'Água», surgem na Carta duas Estamparias de Chitas, das quais se encontra igualmente registo na bibliografia⁹.

No restante terreno, poucos mais núcleos habitacionais se distinguem: um pequeno núcleo encima S. Francisco – o Alto dos Toucinheiros –, mais à frente, vê-se um outro conjunto – o Grilo – semelhante ao que envolve o Convento do Beato e os palácios do Duque de Lafões e do Marquês de Marialva, ambos sobre a encosta. Maior concentração se distingue junto ao Poço do Bispo, nos quarteirões que envolvem o Convento de Marvila (de Freiras Brígidas) e se estendem até ao Palácio do Marquês de Abrantes, sendo estes aglomerados possivelmente as habitações dos que se encontravam ao serviço de tais casas nobres e eclesiásticas.

Nas vésperas da chegada do comboio, a Zona Ribeirinha Oriental era assim um território aberto, de terrenos rurais virados ao rio. Em 1939, evocava-a assim Norberto de Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa*:

Sem linha férrea nem passagem sôbre viadutos, sem edifícios fabris, armazéns e oficinas, sem cortinas de prédios a encobrir o rio – largo como o mar – Xabregas, «Enxobregas» dos séculos velhos, era arrabalde, tímido de póvoas ao acaso, luminoso e lavado. No século passado, aí por 1840, a transição estava feita. [...] Mutaçào assim em parte alguma de Lisboa se verificou¹⁰.

Em 1834, com a afirmação do Liberalismo, a extinção das ordens religiosas trouxera uma transfiguração urbana significativa, operada não só em Lisboa mas em todo o país, com o Estado subitamente a braços com centenas de espaços conventuais desocupados. Também a burguesia, em ascensão nesta conjuntura, começara a adquirir as quintas de alguma nobreza descapitalizada, transferindo para aqui as suas residências secundárias e, pouco a pouco, também as unidades industriais que vão fazendo a sua fortuna. É nesse momento histórico que a Zona Oriental encontra definitivamente a sua nova vocação e inicia a conversão numa das grandes bases industriais de Lisboa, a par com a Zona Ribeirinha Ocidental, em Alcântara.

Será em 1840 que se fixará em Xabregas a primeira grande unidade industrial: a Fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense. Para instalar este complexo movido a vapor, a sociedade proprietária requerera ao Estado ocupar o extinto Convento de S. Francisco, que aqui existira desde 1460¹¹. Após um incêndio, a Fiação abandona o Convento, aí se instalando, em 1844, a Fábrica de Tabacos de Xabregas¹², unidade que aqui permanecerá até 1965.

⁷ *Idem*, p. 26.

⁸ Assim conhecido pela sua localização na zona «do Grilo». Tanto este convento como o seu fronteiro congénere masculino albergavam Agostinhos Descalços.

⁹ CUSTÓDIO, Jorge – Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. In MOITA, Irivalva, coord. - *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 462.

¹⁰ ARAÚJO, Norberto – *Peregrinações em Lisboa*. 2.^a ed. Lisboa: Vega, 1993. vol. xv, p. 56.

¹¹ Sobre esta apropriação de espaços religiosos, tão frequente na Lisboa oitocentista, leia-se sobre as reações à época: «publicado em 1848 em língua inglesa, [...] um guia para visitantes estrangeiros mostrava-se particularmente indignado com o que acontecera ao convento de Xabregas, transformado primeiro numa fábrica de algodões [...], depois em fábrica de tabacos»: PINHEIRO, Magda de Avelar – *Biografia de Lisboa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011. p. 217.

¹² A Fábrica de Tabaco de Xabregas será mais tarde vista como uma unidade que «comandava o metabolismo do tecido industrial» nacional. LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. – *O século XX. In História Económica de Portugal: 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.vol 3, p. 268.

Em 28 de Outubro de 1856, no contexto do grande desenvolvimento das comunicações e transportes que pautou os anos da Regeneração, é inaugurada a primeira linha férrea nacional, a Linha do Norte, ligando Lisboa – e a ainda não concluída Estação de Santa Apolónia – à Estação do Carregado e cruzando nesse caminho as pacatas quintas da zona ribeirinha oriental. Precipitava-se o começo de uma nova etapa sem retorno no destino desta região.



Figura 2 Fábrica de Tabaco no antigo Convento de S. Francisco. Na imagem, a par da proximidade do rio, são já visíveis uma longa chaminé industrial e o comboio a vapor. *A antiga Fábrica de Tabacos de Xabregas*. Óleo s/ tela, João Pedrozo, 1270 mm x 835 mm, 1859. Museu de Lisboa, Palácio Pimenta, MC.PIN.316.



Figura 3 – Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (composição legendada das plantas 9, 15, 16, 22 e 23, zona ribeirinha da freguesia do Beato António), aguarela sobre papel, Filipe Folque, 1856-58. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/11, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/17, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/18, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/24 e PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/25.

1 Madreus / Marquês de Nisa
2 Ponte Ferroviária de Xabregas
3 Fábrica Samaritana

4 S. Francisco / Fábrica Tabacos
5 Palácio Olhão
6 Quinta Leite de Sousa

7 Palácio D. Gastão / Ilhas Desertas
8 Alto do Grilo
9 Convento dos Grilos

10 Convento das Grilas
11 Palácio Duque de Lafões
12 Convento do Beato

A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL NO LEVANTAMENTO DE FILIPE FOLQUE (1856-1858)

No contexto de um inédito desenvolvimento urbano, é feito um levantamento topográfico da cidade de Lisboa e seus termos. A nova Carta consistia em 65 plantas, à escala de 1/1000, elaboradas entre 1856 e 1858 sob direção de Filipe Folque, «Director dos Trabalhos Geodésicos, Chorographicos e Hydrographicos do Reino». Com esta representação do espaço urbano, encomenda do ministro Fontes Pereira de Melo, pretendia criar-se a base de trabalho para programar uma nova cidade.

Pela observação destas plantas, é-nos possível, sempre com apoio na bibliografia e fontes, caracterizar com mais pormenor a freguesia do Beato António de meados de oitocentos, situada para lá do limite oriental da cidade, demarcado pela Estrada da Circunvalação desde 1852¹³. Compreendendo terrenos das atuais Marvila e Beato, a freguesia pertencia então ao efémero concelho dos Olivais, vizinho de Lisboa pelo lado oriental.

Encontramos nestas plantas uma cidade que, para oriente, pouco mais se construía do que à beira-rio, numa paisagem essencialmente agrícola, desde a Madre de Deus ao Convento do Beato. Identificam-se os locais de veraneio da nobreza, com as suas quintas, como o Palácio Olhão ou o palacete da Quinta Leite de Sousa, na Calçada do Grilo, junto ao qual se adivinha um jardim de buxo com sebes recortadas, denunciando a natureza do edifício que o acompanha. Mas a mais sumptuosa propriedade da Zona Oriental é sem dúvida o Palácio do Duque de Lafões, junto à Rua Direita do Beato António, cujos riquíssimos jardins, pomares e alamedas não deixam dúvidas quanto ao lugar desta zona como recreio das classes abastadas. Esta propriedade serve ainda como paradigma do impacto profundo de outro elemento no panorama local: a já referida via férrea. O corte abrupto que o comboio imprimiu nesta quinta será a imagem viva do seu impacto na região, marcando um profundo sulco que corta a paisagem e a compartimenta e isola até hoje.

¹³ A Circunvalação delimitava o perímetro de Lisboa. Na Zona Oriental, correspondendo à atual Avenida Afonso III, descia do Alto de S. João, terminando no topo sul do Convento da Madre de Deus.

Da nova *camada* industrial que começa a inscrever-se no espaço vislumbram-se então poucos sinais. O convento dos frades *Grilos* surge ainda com essa designação, já que a sua utilização não teria ainda conhecido mudança relevante. O Convento do Beato teria sido vendido em hasta pública e viveria então os primeiros tempos como indústria de transformação de cereais; não obstante, nesta representação tal não é visível. O mesmo não sucede com S. Francisco de Xabregas, já designado como «Fábrica de Tabaco», a laborar há uma década. A noroeste desta unidade, um novo volume se distingue, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas, ou Fábrica da Samaritana, aqui construída entre 1854 e 1857¹⁴.

No contexto geral de um território pouco urbanizado, quanto a núcleos habitacionais distingue-se, à direita da Samaritana, no sopé do monte, o conjunto do Beco dos Toucinheiros. Entre o Convento do Beato o Palácio do Duque de Lafões, identificam-se as mesmas pequenas concentrações de casas. No alto do Grilo, outro antigo núcleo populacional, percebem-se algumas construções onde se lê a designação «Travessa da Ilha do Grilo»¹⁵.

Incontornável, na planta da região, é certamente o rio. Solares, conventos e azinhagas, todos partilhavam o azul do Tejo como pano de fundo. À «entrada» do Beato, o Largo Marquês de Nisa era ainda um terreiro fechado, virado ao rio, apesar de já parcialmente demolido pela construção da Ponte Ferroviária. As antigas casas de D. Gastão e o convento das freiras *Grilas* avançavam ainda pelas águas e a Rua Direita de Xabregas desenvolvia-se ainda como marginal, com os respetivos muros de suporte, interrompidos pelos ancoradouros de apoio às propriedades. A então freguesia do Beato António tinha do seu lado esta ligação ao tráfego fluvial, a que agora se acrescentava a chegada da linha do comboio, que a ligava rapidamente a outros destinos e lhe duplicava a atratividade. Por agora, em 1858, a passagem por aqui do caminho de ferro ditara com certeza a inscrição desta freguesia «do termo» no traçado de um mapa da capital.

Acrescente-se ainda um outro (pequeno) elemento, a respeito desta dúplice ligação entre a região e o comboio. Em 1856, o Convento da Madre de Deus e o vizinho Palácio Nisa viram-se praticamente «invadidos» pela Ponte Ferroviária de Xabregas, construída a centímetros das suas paredes centenárias. Em 1871, um dos artífices envolvidos na grande campanha de obras do antigo convento terá decidido «abraçar» definitivamente esta referência na vida do edifício e da região, esculpindo num dos capitéis das colunas do claustro a imagem de um comboio a vapor¹⁶.



Figuras 4 e 5 Exterior do Palácio dos Marqueses de Nisa e claustro do Convento da Madre de Deus, 2019. Fotografias da autora.

¹⁴ FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 78.

¹⁵ Sendo esta uma designação comum para habitações populares – que se manteve no Porto – chegou-nos uma descrição de 1896: «um duplo renque de casebres, de singela madeira e taipa, mal armados, imundos, quase sem beirais, sem forros, sem vidraças [...] Assim como era um, eram todos. Rés-do-chão e um andar: em baixo, alternadamente, uma janela e uma porta; em cima uma sucessão monótona de janelas»: Abel Botelho. *Amanhã*, citado em CONSIGLIERI, Carlos [et al.] – *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 77. Seria este um primeiro núcleo habitacional de trabalhadores de uma das manufaturas do Vale de Chelas? Outras hipóteses apontam para que «Ilha» se refira apenas à situação deste conjunto, isolado no alto de um pequeno monte.

¹⁶ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP - *Igreja da Madre de Deus/Mosteiro da Madre de Deus/Museu Nacional do Azulejo*: ficha PT031106410009 [Em linha]. [Consult. 13 jun. 2010]. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2547

A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL NO LEVANTAMENTO DE JÚLIO VIEIRA DA SILVA PINTO (1904-1911)



Figura 6 Levantamento da planta de Lisboa (composição legendada das plantas 14 I, 14 J, 14 K, 14 L, 15 J, 15 K e 15 L, zona ribeirinha da freguesia do Beato), aguarela sobre papel, Júlio Vieira da Silva Pinto, 1904-11. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/082, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/094, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/107, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/119, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/095, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/108, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/120

1 Asilo Maria Pia / Afonso Domingues	6 Túnel Concord. Xabregas	11 Palácio Olhão	16 Recolhimento do Grilo
2 Moagem a Vapor Aliança	7 Pátio do Black / Coop. A Xabreguense	12 Fiação e Tecidos Oriental	17 Igreja S. Bartolomeu
3 Fábrica Âncora	8 Vila Dias	13 Vila Zenha / M ^a Luísa/Escola 20	18 Manutenção Militar
4 Vila Flamiano	9 S. Francisco / Fábrica Tabacos	14 D. Gastão / Coop. Operária	19 Palácio Duque de Lafões
5 Fábrica Samaritana	10 Cozinha Económica de Xabregas	15 Ilhas Desertas / R. da Manutenção	20 Convento Beato / Nacional



Figura 7 [Levantamento da planta de Lisboa] (composição legendada das plantas 14 L, 14 M, 15 L, 15 M, 15 N e 15 O, zona ribeirinha da freguesia de Marvila), aguarela sobre papel, Júlio Vieira da Silva Pinto, 1904-11. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/119, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/132, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/120, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/133, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/146 e PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/159

21 Fábrica Fósforos	24 Prédio Santos Lima	27 José Domingos Barreiro	30 Cooperativa Braço de Prata
22 Quinta da Mitra	25 Asilo D. Luís	28 Fábrica Braço de Prata	31 Quinta da Matinha
23 Pátio do Colégio	26 Armazém Abel Pereira da Fonseca	29 Vila Lionilla	

Observamos agora uma planta feita cinco décadas mais tarde, sob direção do engenheiro Júlio Vieira da Silva Pinto.

Lisboa tinha nova divisão administrativa e atravessava um crescimento sem precedentes, com novos bairros, população duplicada e abraçando novas noções de planeamento urbano. O levantamento completo resultou então em 249 plantas, à escala de 1/1000. As atuais freguesias de Marvila e Beato encontravam-se reintegradas no espaço da cidade; desaparecido o concelho dos Olivais, em 1886, Lisboa ganhara uma silhueta mais próxima da atual. Na Zona Oriental, as mudanças que apenas se adivinhavam 50 anos antes tinham tomado agora outra dimensão. Apesar de, no interior, a paisagem apresentar ainda consideráveis extensões agrícolas, a frente ribeirinha, entre o rio e a linha do comboio, espelhava uma dinâmica totalmente nova – a indústria tinha-se instalado definitivamente.

Na linha litoral, poucos eram os vestígios de outrora: o Palácio Olhão e a grande propriedade do Duque de Lafões eram aparentemente uns dos poucos resistentes, na sua função residencial. Em volta, uma nova *camada* de vocação industrial e mercantil de grande escala viera acrescentar-se e, não arrasando integralmente o que a precedera, moldara-se e alojara-se nos espaços pré-existentes, a uma velocidade perturbadora, se comparado com o território em 1858.

O conjunto do Convento da Madre de Deus e Palácio Nisa, ambos entregues ao Estado, transformara-se, a partir de 1871, no Asilo D. Maria Pia, assim identificado nesta Carta. Sabe-se que, a par do ensino técnico ministrado no Asilo, desde 1884 que parte do edifício se destinava à Escola Afonso Domingues, dedicada a formar profissionais para a indústria¹⁷. Fronteira, no número 5 do mesmo Largo, funcionava desde 1882 a Fábrica de Licores Âncora¹⁸. Logo acima, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas (Samaritana) duplicara de tamanho e construía, num terreiro interior ligado ao seu parque industrial, a primeira vila operária da zona ribeirinha oriental – a Vila Flamiano. Subindo o Beco dos Toucinheiros, encontrava-se agora o Pátio do Black, conjunto adaptado a habitação operária, em finais de oitocentos, pela mesma firma¹⁹, seguido da extensa correnteza da Vila Dias, que terá chegado a albergar 300 famílias²⁰. Mais acima, são agora visíveis vários edifícios em banda, com pequenos módulos construtivos que se repetem, típicos da habitação popular, que passam a pontuar o traçado desta zona. É aqui, no epicentro dessa nova «colmeia» de trabalhadores, que se instalara em 1899, no Beco dos Toucinheiros, a Cooperativa de Crédito e Consumo A Xabreguense²¹, votada a ajudar os trabalhadores na sua vida financeira e dinamizando igualmente uma biblioteca operária²².



Figura 8 Bandeira da Cooperativa de Crédito e Consumo A Xabreguense, na sua sede, 2018.

Fotografia da autora.

¹⁷ MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico...*, vol. 2, p. 21.

¹⁸ FURTADO, Mário – *Do antigo sítio de Xabregas*. Lisboa: Vega, 1997. p. 17.

¹⁹ Segundo o *Inquérito Industrial 1881: inquérito directo, segunda parte, visita às fábricas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

²⁰ *Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território*. Lisboa: Ulmeiro. N.º 1 (1978), p. 28.

²¹ FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre – *Roteiros da memória urbana - Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Colibri, 2013. p. 82.

²² Informações de vários moradores entre 2018-2019.



Figura 9 Na sede da Cooperativa de Crédito e Consumo A Xabreguense, painel de azulejo com «As 12 Virtudes do Cooperativismo», 2018. Fotografia da autora.

Em S. Francisco, a «Fábrica de Tabacos» prosperava, identificando-se um novo edifício no seguimento da Rua de Xabregas. Logo em frente deste importante centro industrial encontrava-se já instalada, desde 1896, uma Cozinha Económica, a quarta em Lisboa, obra social que procurava dar apoio alimentar aos trabalhadores da região²³.

Mais à frente, os pomares da Quinta Leite de Sousa haviam dado lugar a uma enorme massa construída: a Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental, terminada em 1888²⁴. No antigo Palácio da Quinta e seu entorno, improvisava-se habitação para as classes mais pobres na então Vila Zenha (depois Vila Maria Luísa) e aqui se instalará, nos primeiros anos do século, a Escola Central nº 20, frequentada pelos filhos dos operários²⁵. O Palácio das Ilhas Desertas encontrava-se igualmente subdividido e alugado para diversos fins; em frente, na Calçada de D. Gastão, antigo terreiro do seu nobre palácio, funcionava então a Cooperativa Operária Oriental²⁶. O convento masculino do Grilo dera lugar ao Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo (ou do Grilo), mantendo-se a igreja como centro da paróquia de S. Bartolomeu. Na antiga cerca conventual e em toda a extensão da sua congénere feminina, erguia-se agora o complexo industrial da Manutenção Militar, adaptando alguns edifícios e tendo destruído outros, com as suas enormes alas de produção e a sua padaria industrial, garantindo o abastecimento de todo o Exército. Na antiga morada do Beato António, continuava em laboração a cerealífera Nacional.

Para Leste, onde se estende atualmente Marvila e onde o anterior levantamento não chegara, alongava-se, sem interrupções, a paisagem fabril. Na Rua do Açúcar, distingue-se o edifício da Companhia Portuguesa de

²³ Segundo investigação recente, a criação da Cozinha Económica de Xabregas ter-se-ia devido a uma petição assinada por 800 trabalhadores da região. No panorama das Cozinhas da cidade, seria, infelizmente, aquela em que se detetava maior carência económica da parte dos seus utilizadores que, no calor do dia 5 de Outubro de 1910, a terão invadido, pilhado e destruído: CORDEIRO, Ricardo Alexandre Forte – *Filantropia: as cozinhas económicas de Lisboa (1893-1911)* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao ISCTE-IUL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/5510>. Localização da Cozinha indicada por testemunhos de vários moradores entre 2018-2019.

²⁴ Em 1898, esta unidade industrial empregaria 425 operários: FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial...*, p. 103.

²⁵ MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico...*, vol. 2, p. 53.

²⁶ FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre – *Roteiros da memória urbana – Lisboa...*, p. 82.

Fósforos²⁷. Para oriente, a grande Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata. Junto a esta, identificam-se os armazéns vinícolas de José Domingos Barreiro ou da Sociedade Abel Pereira da Fonseca, esta última com cais de embarque para o Tejo nas traseiras do edifício. Também tinha armazéns no Poço do Bispo a companhia agrícola de Joaquim dos Santos Lima, que aqui construía um dos exemplos mais interessantes de habitação popular da capital – o Prédio Santos Lima – onde os trabalhadores habitavam os pisos superiores, sobre as tanoarias e armazéns da empresa. Num rápido desvio pela Rua do Vale Formoso, encontramos vestígios da nova vivência operária em edifícios como a Cooperativa de Braço de Prata. Também aqui se encontra o reticulado da pequena Vila Leonilla²⁸, com as suas casas térreas de fachadas repetidas, junto à antiga Quinta da Conceição. Mais à frente, na Quinta da Matinha, distinguem-se na cartografia os pavilhões de uma unidade corticeira que aqui laboraria desde 1887 e que terá pertencido à Companhia Geral da Cortiça²⁹.

Voltando ao Poço do Bispo e subindo a Rua Direita de Marvila, deparamos com o antigo Convento das Brígidas, também ele entretanto extinto e identificado já no mapa como «Asilo D. Luís». Cruzando a linha férrea, identifica-se o Palácio do Marquês de Abrantes, propriedade-charneira desta freguesia, desde finais do século XIX transformado no Pátio do Colégio. Mais à frente, fechando este percurso, a inscrição «Quinta dos Sabões» revela as primeiras marcas de uma indústria em desenvolvimento³⁰.

A feição fabril que viera envolver os terrenos das antigas quintas operara grandes transformações também noutra esfera da Zona Oriental. Desde 1887 e das Grandes Obras do Porto de Lisboa e, mais tarde, na 1ª República, sucederam-se as construções de «novos cais e docas por toda a orla oriental»³¹, numa espessa linha construída que iniciava um afastamento relativamente ao Rio Tejo. Frente à Madre de Deus e a S. Francisco, já *trespasados* pela Ponte Ferroviária e fronteira ao terreiro de onde outrora os Marqueses de Nisa olhavam o rio, erguia-se agora, em aterro, a grande Fábrica de Moagem a Vapor Aliança, dominando a paisagem com a sua construção em altura.



Figura 10 Largo do Marquês de Nisa, com o edifício da Fábrica de Moagem a Vapor Aliança ao fundo da imagem, Eduardo Portugal. 1939. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001360.

²⁷ Há também registos da corticeira *Fuertes e Comandita*, a funcionar na Quinta da Mitra, Rua do Açúcar, entre 1898 e 1919, não se sabendo, na cartografia, onde seriam os seus pavilhões: FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial...*, p. 148-151.

²⁸ Cf. testemunho de José Fonseca, 2019 e AML, Controlo de obras particulares, Processo de obra nº 51739/20013/1ªREP/PG/1920 - PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA/001/42771-00004.

²⁹ FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial...*, p. 186. Jorge Custódio identificou 12 unidades de transformação de cortiça a laborar na zona em finais do século XIX: CUSTÓDIO, Jorge – *Reflexos da Industrialização...*, p. 471 e 489.

³⁰ Também nos eixos da Rua de Marvila e Rua Direita de Marvila funcionaram várias organizações operárias, como as Associações de Classe dos Corticeiros e dos Manipuladores de Sabão, assim como a Cooperativa Operária do Beato e Poço do Bispo. FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre – *Roteiros da memória urbana – Lisboa...*, p. 84.

³¹ CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *O formoso sítio de Marvila*. Lisboa: Junta de Freguesia de Marvila, 2004. p. 30.



Figura 11 Vila Dias, Alberto Carlos Lima, década 1910. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883.

Também em terrenos ganhos ao rio se construía a Rua da Manutenção, que, ao mesmo tempo que permitia a expansão das indústrias e o melhoramento das comunicações fluviais, transformava a velha Rua de Xabregas ribeirinha num mero caminho interior³². Grande parte do complexo da Manutenção Militar se fizera em aterro e, junto ao Convento do Beato, fazem-se igualmente os primeiros avanços sobre o Tejo. Nesta zona, submerso no parque industrial da Nacional, escondia-se um afamado recanto romântico das freguesias ribeirinhas – a Alameda do Beato, estendendo-se frente ao convento – com um chão que a população embelezara num mosaico de pedrinhas a que chamavam "O Embrexado", estendendo-se frente à fachada do antigo edifício religioso: um Passeio Público virado ao rio³³. Em 1900, Angelina Vidal recordava este passeio, elogiando-lhe a vista e a paisagem:

O Embrexado, muito concorrido do povo de Lisboa e dos arredores, que ali costumava divertir-se dos aborrecimentos da vida. No tempo em que foram edificados o convento e o templo não havia em frente casarias. O largo formava uma linda alameda coberta de frondosos arvoredos, e o templo ostentava a sua bela fachada de cantaria, coroada com duas altas torres e várias pirâmides. Depois era o Tejo desafogado que se desdobrava longamente, em ondulações azuladas que vinham quebrar-se suavemente contra o areal da grande praia³⁴.

Onze anos volvidos, esta paisagem idílica encontrava-se totalmente transfigurada. A escala da zona ribeirinha oriental alterara-se.

No domínio das modificações estruturantes, há que referir ainda as comunicações ferroviárias. Entre o levantamento de Folque e o de 1911 terminara-se a Linha de Cintura de Lisboa, que se liga à Linha do Norte junto à estação de Braço de Prata. Esta nova linha rasgará mais um sulco no território, apartando durante décadas a Rua de Marvila do restante perímetro urbano. Também de assinalar o novo túnel da Concordância de Xabregas, que possibilita o acesso, a partir da zona ribeirinha oriental, a todas as linhas férreas que terminam em Lisboa, mas cujo papel de barreira arquitetónica acentuará ainda mais o isolamento do Beco dos Toucinheiros.

³² A Rua da Manutenção, agora na primeira linha ribeirinha, já não funcionava como um passeio marginal, visto num dos seus extremos ser um beco sem saída.

³³ CONSIGLIERI, Carlos [et al.] – *Pelas freguesias de Lisboa...*, p. 73.

³⁴ VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna*. 2.^a ed. Lisboa: Vega, 1994. p. 265.

Em inícios do século XX, já se encontrava assim construída uma parte significativa do património industrial das atuais Marvila e Beato, em particular a maioria das suas unidades fabris e armazéns, assim como uma parcela expressiva dos conjuntos de habitação operária: a par do crescimento industrial, aumentara obviamente a necessidade de mão de obra, ocasionando movimentos migratórios que trouxeram milhares de pessoas para a capital. É possível identificar nesta Planta as várias soluções encontradas para resolver a crise habitacional vivida, tanto nos velhos edifícios palacianos então subdivididos, como nas próprias construções de raiz, com maior ou melhor qualidade construtiva.

A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL NO LEVANTAMENTO DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL (1954-1958)



Figura 12 Planta da cidade (composição legendada das plantas 13J, 13K, 14I, 14J, 14K, 14L, 15J (1978), 15K e 15L – zona ribeirinha do Beato), tinta sobre chapa, Levantamento e desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-58 e 1978. CML, GEO, MP 4299 CMLEO, MP 4300 CMLEO, MP 4313 CMLEO, MP 4314 CMLEO, MP 4315 CMLEO, MP 4316 CMLEO, MP 4603 RES CMLEO, MP 4326 CMLEO e MP 4327 CMLEO

1 Asilo Maria Pia / Lg. Marquês de Nisa
2 Vila Flamiano
3 Fábrica Samaritana
4 Pátio do Black
5 Vila Dias
6 Vila Emília

7 S. Francisco / Fábrica de Tabacos
8 Palácio Olhão
9 Fiação e Tecidos Oriental
10 Vila M.^a Luísa
11 D. Gastão/Ilhas Desertas
12 Rec. Do Grilo / Igreja S. Bartolomeu

13 Ilha do Grilo
14 Bairro da Madre de Deus
15 Ateneu da Madre de Deus / Quinta das Pintoras
16 Manutenção Militar
17 Palácio Duque de Lafões

18 Lactário
19 Convento Beato/Nacional
20 Escola Afonso Domingues
21 Pátio da Quintinha



Figura 13 Planta da cidade (composição legendada das plantas 14L, 14M, 15L, 15M, 15N, 15O e 16O – zona ribeirinha de Marvila), tinta sobre chapa, Levantamento e desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-58. CML, GEO, MP 4316 CMLEO, MP 4317 CMLEO, MP 4327 CMLEO, MP 4328 CMLEO, MP 4329 CMLEO, MP 4330 CMLEO e MP 4337 CMLEO

22 – Sociedade Nacional Sabões	27 – Fábrica Borracha	32 – Prédio Santos Lima	37 – José Domingos Barreiro
23 – Pátio Marialva	28 – Fábrica Fósforos	33 – Pátio Beirão / Voz do Operário	38 – Fábrica Braço da Prata
24 – Mirante	29 – Pátio da Liberdade	34 – Sopa de Assistência	39 – Fraternidade Operária
25 – Pátio do Coelho / Pátio do Capelista	30 – Pátio do Colégio	35 – Clube Oriental de Lisboa	40 – Quinta / Pátio da Matinha
26 – Pátio do Israel	31 – Bairro Chinês	36 – Abel Pereira da Fonseca	

Olhamos agora a Zona Oriental num conjunto de plantas elaboradas para a Câmara Municipal de Lisboa (CML), com «levantamento e desenho» do então Instituto Geográfico e Cadastral (IGC). Para a região pretendida, este levantamento foi efetuado entre 1954 e 1958 (com aditamento em 1978), em plantas de 1/1000.

Nesta década, as modificações estruturais vividas na região haviam ganho uma escala tal que iremos enumerá-las à partida, para em seguida enquadrar as situações pontuais do edificado.

Se a Xabregas industrial do início de novecentos espelhava a mudança trazida pela fábrica oitocentista, a fábrica de meados do século XX, movida a energia elétrica e estendendo-se no território, encontrou ainda alguns espaços para se instalar nesta área industrial já bastante consolidada. A principal forma de conseguir esta implantação foram novos aterros ao rio, numa região agora planeada em conjunto com a restante cidade.

Em 1933, operara-se o início de uma mudança nas acessibilidades desta zona com a abertura da Rua Gualdim Pais, partindo do Largo Marquês de Nisa e subindo o Vale de Chelas, para aí se ligar à velha Estrada de Chelas e ao interior da cidade³⁵.

³⁵ Mais tarde, foi concluída esta ligação entre o interior e a Zona Ribeirinha, com a abertura da Rua Bispo de Cochim, que liga a Rua Gualdim Pais à Avenida Infante D. Henrique e ao rio.

Cerca de 1936/37, com a decisão de retirar a Fábrica de Gás de Belém, adivinha-se nova transformação na Zona Oriental³⁶: em 1944, inaugura-se na Quinta da Matinha, em terreno parcialmente conquistado ao rio, a Fábrica de Gás da Matinha, com os seus enormes gasómetros, que ainda hoje guardam vestígio na paisagem.

No porto, em 1942, foi criada a Zona Industrial do Poço do Bispo, com a edificação de uma nova doca e, em 1946, constrói-se um novo cais entre Xabregas e o Poço do Bispo³⁷.

O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, de Étienne De Gröer, de 1938-48, definia este crescimento fabril para oriente, ligado à atividade portuária, e traçava uma nova avenida marginal, de ligação entre toda esta zona ribeirinha. A região oriental viu-se definitivamente votada à indústria, com unidades modernas que se estenderam ordenadamente para norte e para o interior, pelos Olivais e até Moscavide, continuando depois pelo vale do Tejo. Mas a velha zona ribeirinha não ficara inteiramente fora deste reordenamento. Em 1950, é terminado o troço da Avenida Infante D. Henrique que remata Beato e Marvila pelo rio e lhes imprime indelevelmente uma nova escala³⁸.

Nos testemunhos orais, antigos moradores e operários descreveram os banhos no rio quando crianças, os passeios em família, ou mesmo o hábito de fugir ao calor estival, em serões nas *praias* do Tejo³⁹. Com a construção da nova Avenida, fala-se agora de um «derradeiro adeus ao rio»⁴⁰. Olhando a planta de 1954-58, descobre-se uma faixa ribeirinha, cuja extensão, desde a linha do comboio, terá quase duplicado de largura desde o século anterior, quando o Duque de Lafões tinha o seu próprio ancoradouro.

Olhemos agora de perto o edificado em meados do século XX: o antigo Convento da Madre de Deus retornou a Asilo D. Maria Pia (agora da Casa Pia de Lisboa)⁴¹ – a Escola Afonso Domingues encontrara nova casa, num edifício construído de raiz no interior deste território, na antiga Quinta das Veigas⁴². Em 1958, a Fábrica Aliança não marcava já o horizonte do Largo Marquês de Nisa: um violento incêndio destruíra-a em 1947, permanecendo as ruínas no local durante décadas. Também a Samaritana sofrera um fogo em meados do século XX, ditando o final desta unidade emblemática que chegou a empregar 500 operários. O enorme edifício foi ocupado parcialmente por pequenas indústrias, encontrando-se no geral muito degradado, mas resistindo até hoje no local, com as suas sólidas paredes incombustíveis.

³⁶ «Que seja regularizada desde já a margem [...] para montante do Poço do Bispo até à Quinta da Matinha [...] O Governo determinou pelo Decreto-Lei [...] de 1935, a transferência das instalações [...] das Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade, [...] pela necessidade de estética de desafrontar o monumento arquitectónico [...] que é a Torre de Belém». AHMOP, Conselho Superior de Obras Públicas, parecer n.º 762, citado em FOLGADO, Deolinda – *A nova ordem industrial no Estado Novo (1933-1968): da fábrica ao território de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2012. p. 138.

³⁷ CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *O formoso sítio de Marvila...*, p. 30.

³⁸ Seguem-se novos aterros, com linhas viária e ferroviária dentro do porto, e os parques de contentores a partir da década de 1970.

³⁹ Ver SILVA, Margarida Reis e – Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2ª Série, Nº 6 (julho - dezembro 2016), p. 143-170. Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/cad6/artigo05.pdf>

⁴⁰ FURTADO, Mário – *Do antigo sítio de Xabregas...*, p. 145.

⁴¹ Cerca de 1965, a Igreja e parte do edifício acolherão coleções de artes decorativas do Museu Nacional de Arte Antiga e mais tarde o Museu do Azulejo.

⁴² Atualmente na rota da Terceira Travessia do Tejo, esta Escola Industrial, que alguns chamaram «A Universidade de Xabregas», foi desativada em 2010, encontrando-se o edifício abandonado desde então.



Figura 14 Edifício da Fábrica da Samaritana (Fiação e Tecidos Lisbonense), 2012.
Fotografia da autora

Os núcleos de habitação popular da Vila Dias e do Pátio do Black permaneciam habitados nos anos de 1950, registando-se uma proliferação de construções precárias à sua volta, num autêntico labirinto que se foi formando no Alto dos Toucinheiros. A Vila Flamiano, com a já referida abertura da Rua Gualdim Pais, tinha saído parcialmente do interior dos quarteirões fabris onde nascera. Na mesma rua, surgira entretanto a última vila da Zona Oriental – a Vila Emília – terminada em 1933 e um dos últimos conjuntos deste tipo a serem construídos na cidade de Lisboa.

À data deste levantamento, ainda laborava em S. Francisco a Fábrica de Tabaco, em instalações que se foram alargando⁴³. A Rua de Xabregas e a Rua da Manutenção apresentavam-se mais urbanizadas, tendo aí crescido entretanto alguns prédios de habitação, a par dos antigos armazéns e dos resquícios da Xabregas de veraneio⁴⁴. A Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental ainda trabalhava em 1958, tendo quase duplicado a área construída desde o último levantamento⁴⁵. Também o quarteirão da Vila Maria Luísa se encontrava nesta época quase totalmente preenchido por construções, entre os equipamentos de apoio à Escola n.º 20 e vários núcleos de habitação de baixo custo, o mesmo parecendo suceder nas propriedades contíguas. Nas imediações, restavam ainda o Palácio Olhão e o Palácio Lafões, testemunhando os tempos em que Xabregas era «um logradouro apetecível da fidalguia lisboeta»⁴⁶. De referir ainda a Quinta das Pintoras, não longe da propriedade do Duque de Lafões, cujo proprietário, Henry Chatelanat, aí criara uma escola gratuita para as crianças da região, naquele que será agora o Ateneu da Madre de Deus⁴⁷. Recordando o Convento do Grilo, o Recolhimento e a Igreja de S. Bartolomeu continuavam inalterados na década de 1950, com as funções que mantiveram até recentemente⁴⁸. Na Alameda do Beato, um pequeníssimo lactário de apoio à primeira infância ajudava desde 1929 as famílias mais pobres⁴⁹.

⁴³ A Companhia mudou-se para Cabo Ruivo e o convento, reabilitado, encontra-se ocupado por uma entidade estatal. No espaço da antiga igreja encontra-se sedeada uma companhia de teatro.

⁴⁴ Houve entretanto demolições, sem reconstruções posteriores. De realçar o que resta do Palácio das Ilhas Desertas, adaptado entretanto a escola e habitação popular, com as suas grossas paredes que outrora flanqueavam o Tejo.

⁴⁵ Terá laborado até à década de 1980. Anos depois foi demolida e aí construída uma zona comercial e de serviços, com um enorme bloco de habitação em altura.

⁴⁶ DELGADO, Ralph – *A antiga freguesia dos Olivais*, Lisboa: Câmara Municipal, 1969. p. 21. O Palácio Olhão terá sido vendido à indústria hoteleira na década de 2000, permanecendo o Palácio Lafões como residência dos proprietários até 2019, data em que terá sido vendido para o mesmo ramo.

⁴⁷ Testemunho de América Nabais, Lisboa, 17/06/2011. Também no Pátio do Colégio, onde se instalara a Sociedade Musical 3 de Agosto, há testemunhos da existência de uma escola. Referência a esta escola também em CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *O formoso sítio de Marvila...*, p. 34.

⁴⁸ Desativado recentemente, o Recolhimento surge integrado num plano estatal de reabilitação de edificado para arrendamento acessível.

⁴⁹ CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *O formoso sítio de Marvila...*, p. 20.

Como grandes unidades industriais, nas plantas de 1954-58 continuam a identificar-se a Manutenção Militar, a Nacional (então Companhia Industrial de Portugal e Colónias), ou a Fábrica de Braço de Prata, referências absolutas da região, com espaços que se alargaram, aproveitando os aterros, e empregando um número crescente de trabalhadores⁵⁰. Acrescentava-se a Sociedade Nacional de Sabões (SNS), nascida no Alto de Marvila, onde outrora tinham existido pequenas unidades industriais do mesmo ramo. A SNS multiplicara-se desde 1919 numa miríade de ramos de produção, um autêntico complexo industrial, com o seu próprio apeadeiro ferroviário e enormes edifícios, que foram crescendo à medida que esta se ia expandindo por várias quintas da região⁵¹.

Regista-se ainda a abertura da Fábrica de Borracha Luso-Belga, na Rua do Açúcar, junto à agora Sociedade Nacional de Fósforos, também ela ainda em laboração à data deste levantamento⁵². No Poço do Bispo, tudo continuava como anteriormente, com as suas tanoarias e empresas vinícolas, registando-se um aumento da extensão de armazéns, alguns deles em aterro⁵³. Desde 1946, aqui se encontrava a sede do Clube Oriental de Lisboa, glória do bairro, resultado da união de três clubes operários já existentes. Na Rua Direita de Marvila, a Sopa de Assistência 5 de Dezembro (conhecida popularmente como «Sopa do Sidónio», devido ao Chefe de Estado na sua génese), dava apoio alimentar aos mais carenciados desde 1918⁵⁴.

A nova escala da indústria, numa época de crescimento que continuaria durante a década seguinte, trouxe consigo novas necessidades habitacionais. O aumento da procura de mão de obra continuava a trazer milhares de pessoas a Marvila e Beato; são visíveis neste levantamento as soluções encontradas para alojar esta nova vaga de trabalhadores e suas famílias. Apesar de se encontrar fora da zona ribeirinha, é impossível não referir a construção do grande Bairro da Madre de Deus, inaugurado em 1944, com as suas ruas cuidadosamente desenhadas, parte dos planos de habitação para as classes médias que o Estado Novo levava a cabo nestas décadas. Após a construção da *Madredeus*, também as casas degradadas da Ilha do Grilo deram lugar a um novo bairro de linhas retas, característico da arquitetura estadual da época. Mas estas não estariam à disposição da maioria da classe trabalhadora, que se distribuía numa infinidade de novos pátios, aproveitando mais uma vez o edificado pré-existente. Neste levantamento, surgem identificados alguns desses espaços⁵⁵, como será o Pátio Marialva (ou Casal dos Corvos), o Pátio da Quintinha, o Pátio do Israel, da Matinha⁵⁶ ou do Beirão⁵⁷ (no jardim do palacete deste último terá laborado a setecentista Refinaria de Açúcar que dá nome à rua, e, no século XX, funcionou uma escola primária da Voz do Operário). Não esquecendo todos os outros de que se conhece a existência, como o Pátio da Liberdade (ou do Terras), do Coelho ou do Capelista⁵⁸, mas que não ganharam honras de menção nesta cartografia.

⁵⁰ Os edifícios da Manutenção Militar, desativada em finais dos anos 90, encontram-se, do seu lado poente, com ocupação residual. O lado nascente foi mais recentemente cedido à CML para criação do Hub Criativo do Beato, para instalação de *startups*, atualmente em curso – de referir a existência nestes edifícios de um núcleo museológico da Manutenção Militar. A Fábrica de Braço de Prata, quase totalmente demolida, dará lugar a um condomínio privado; o edifício dos seus antigos escritórios – que alberga um conhecido espaço cultural – aguarda decisões sobre a Terceira Travessia do Tejo. A Nacional, ainda em laboração, terá desafetado os aposentos conventuais do Beato e parte dos edifícios industriais de há um século. Parte desses espaços é arrendada para eventos, sem que essa nova rentabilização e fruição reverta para o espaço urbano exterior, até agora em estado de algum abandono. Os edifícios restantes estão atualmente em obras para transformação em condomínio.

⁵¹ Ver FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial...*, p. 128-135. Desativada na década de 1980, a SNS foi integralmente destruída. Restou o mirante centenário da Quinta do Brito, uma das propriedades em que esta unidade se instalou.

⁵² Ambas as unidades fecharam na década de 1980, encontrando-se os edifícios arrendados para diversos fins. De registar, em torno da antiga Fosforeira (e bairro conhecido como «Trás-dos-Fósforos»), a fixação de várias empresas de produção de cerveja artesanal.

⁵³ Também nesta zona, a propriedade entre a Quinta da Mitra e a da Pedreira, recordada pelo seu chalé, foi coberta de armazéns, com apeadeiro privativo, não se sabendo, no entanto, a que ramo de atividade estariam ligados. Hoje incluem espaços de *cowork* e são palco de inúmeras iniciativas culturais e de lazer. A Abel Pereira da Fonseca e a José Domingos Barreiro fecharam as portas na década de 1970. A primeira tem agora várias ocupações, da restauração ao comércio *vintage*, passando por um espaço de *cowork*. A segunda, e todo o quarteirão que a rodeia, serão transformados brevemente num condomínio privado.

⁵⁴ CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *O formoso sítio de Marvila...*, p. 35.

⁵⁵ Podendo estes conjuntos, no entanto, ter uma existência anterior.

⁵⁶ No caminho para a Matinha, perto da Rua do Vale Formoso, a coletividade da Fraternidade Operária tinha entretanto (1916) dado nome à rua onde se instalara.

⁵⁷ Este conjunto, propriedade da CML, aguarda atualmente reabilitação, integrada num programa municipal de arrendamento jovem.

⁵⁸ Informações de vários moradores, Lisboa, 2010-2013 e 2018-2019.



Figura 15 Pátio Beirão, Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/VGF/000784.



Figura 16 Abel Pereira da Fonseca, Lda. Armazém, Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJF/002254.

Por último, a referência a uma outra forma de habitação que entretanto se viera «acrescentar» à paisagem – os bairros clandestinos. Das habitações miseráveis da Rua do Sol a Chelas ao enorme Bairro Chinês, onde centenas de famílias se instalaram na sua chegada à região. Esta realidade patenteou, juntamente com outros núcleos na cidade e periferias, uma nova crise habitacional. No fundo, seria apenas a continuação do mesmo problema antigo, de encontrar soluções para alojar as populações de menores recursos, a que os pátios não conseguiram fazer frente, a que se juntaram as Vilas na viragem para o século XX⁵⁹, mas para o qual não houvera ainda resolução, a caminho do século XXI... Em investigação de 2012, Deolinda Folgado demonstra como o Plano dos Olivais Sul, de 1960-61, denota finalmente a preocupação em construir habitação de baixo custo em larga escala, referindo expressamente o número de «empregados» na Zona Oriental (24 400), 60% destes vivendo na região e muitos em «condições habitacionais extremamente deficientes»⁶⁰. No mesmo sentido, a partir de 1965, implementou-se o primeiro Plano de Urbanização de Chelas, um processo de realojamento que abrangeu populações de vários pontos da cidade e que se prolonga até à atualidade.



Figura 17 Bairro Chinês, Judah Benoliel, década de 1950.
AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JBN/004886.

⁵⁹ O primeiro texto sobre habitação popular oitocentista chamara justamente às vilas um «ensaio de solução»: RODRIGUES, Maria João Madeira – Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista. *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Municipal de Lisboa, 1979. p. 40. Separata.

⁶⁰ FOLGADO, Deolinda – *A nova ordem industrial no Estado Novo (1933-1968)*..., p. 261-262.



Figura 18 Vista aérea do Bairro da Madre de Deus, Mário de Oliveira, década de 1950. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000475.

Após quase dois séculos de percurso observados, procurámos recensear as profundas transformações urbanas vividas nas zonas ribeirinhas de Marvila e Beato. Identificam-se poucas diferenças entre estes dois antigos «bairros» fabris de Lisboa; com um desenvolvimento urbano claramente definido pela indústria, parecem estes ter crescido, neste contexto, a par um do outro, primeiro o Beato, fronteiro a Lisboa, e seguindo-se Marvila, no caminho para oriente.

No início, será de realçar o corte marcado, nas cercas conventuais e quintas de lazer da nobreza, pela chegada do comboio, novo meio de carga e transporte que *acelerará* claramente o ritmo do crescimento urbano à sua volta. Em sucessão, foi também possível acompanhar o despontar da indústria nesta zona oriental da cidade, com a paisagem oitocentista a ver-se então povoada pelas chaminés de tijolo que ainda hoje se vislumbram pontualmente. Já no século XX, essa indústria florescente continua a reclamar espaço, criando as primeiras cortinas opacas que tapam o rio e iniciam o seu afastamento destes velhos burgos lisboetas. Em meados do século, prolongar-se-ão os aterros, as docas (de um crescente movimento portuário) e nascem as fábricas modernas, em que, às velhas máquinas a vapor, se substituem agora as grandes centrais elétricas, rodeadas de extensões de edifícios em betão.

Transformada (a par de Alcântara, a ocidente) numa zona industrial de primeira importância na cidade de Lisboa, e consequentemente do país, esta orla ribeirinha oriental *evoluiu* assim num só século – entre meados do século

XIX e meados do século XX – ao ritmo acelerado que a indústria lhe veio impor, tão simplesmente o fruto, como explica Jorge Custódio, da «introdução de um novo gigantismo arquitectónico, próprio de locais onde se passara a produzir por meio de máquinas e com um número crescente de operários»⁶¹. Numa zona até aí (esparsamente) ocupada pelas classes mais ricas, ganham então terreno as classes populares (cuja presença maioritária marca Marvila e Beato até hoje), já que a indústria traz trabalho em grande escala e atrai milhares de migrantes, que se instalam como podem no novo território. A indústria e a consequente pressão demográfica serão assim os grandes motores da metamorfose aqui observada, que se desenhará por vezes ao sabor do acaso, outras fruto de um maior planeamento urbano, e que vai procurando respostas às necessidades funcionais emergentes.

Em finais do século XX, nova mudança se iniciará: a indústria abranda, os armazéns encerram; Marvila e Beato, agora órfãos das suas fábricas e entrepostos, terão de encontrar novo caminho. No geral, resultou um território descontínuo, feito de cortes e *invasões* súbitas, em que restam, sobrepostas, as várias camadas do crescimento desordenado das últimas décadas, e que até recentemente parecia ter sido esquecido.

Esperemos que a cidade, lembrada agora destes velhos bairros, não deixe de valorizar aquilo que os distingue no território lisboeta: sob uma luz (ainda) límpida que recorda o seu passado de retiro à beira-rio (e que alguns edifícios ilustres ajudam igualmente a vislumbrar), estende-se um rico património ligado ao crescimento industrial, com as suas vilas e os seus pátios, tomando as mais variadas formas, que recordam a (difícil) busca por uma habitação, ou os grandes edifícios fabris e de armazém, com a sua arquitetura de traços particulares que importará preservar. Se, até recentemente, Marvila e Beato pareciam sofrer o abandono a que por vezes são votados os bairros habitados maioritariamente por populações de baixos rendimentos, esperemos que o renovado interesse por estas paragens contribua agora para construir uma cidade mais diversa, mas que não esqueça e descarte a população que está na génese do seu desenvolvimento urbano e que compôs até hoje a pauta do seu Património Imaterial.



Figuras 19 e 20 Rua do Beato, 2010 e Rua de Marvila, 2011.

No espaço urbano das duas freguesias, eram evidentes as marcas do abandono nas últimas décadas.

Fotografias da autora.



⁶¹ CUSTÓDIO, Jorge – Reflexos da industrialização..., p. 475.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Alberto Carlos Lima, Vila Dias, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883.

Atlas da carta topográfica de Lisboa, Filipe Folque, 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01.

Augusto de Jesus Fernandes, Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, armazém de vinhos, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/002254.

Eduardo Portugal, [Mercado de levante de Xabregas, situado junto do viaduto do caminho de ferro e o edifício da Escola Industrial Afonso Domingues], 1939, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001360.

Judah Benoliel, Bairro chinês junto ao campo de futebol do Oriental, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004886.

Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911, Silva Pinto. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03.

Mário de Oliveira, Fotografia aérea da zona do bairro da Madre de Deus, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000475.

Processo de obra nº 51739 / 2013/1ªREP/PG/1920.

Vasco Gouveia de Figueiredo, Casa antiga, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000784.

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Carta Topographica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa, 1835. Arm. 1, pasta 22, nº 2246.

Planta da cidade, tinta sobre chapa, Levantamento e desenho do Instituto Geográfico e Cadastral, 1954-58 e 1978. MP 4299 CMLEO, MP 4300 CMLEO, MP 4313 CMLEO, MP 4314 CMLEO, MP 4315 CMLEO, MP 4316 CMLEO, MP 4317 CMLEO, MP 4326 CMLEO, MP 4327 CMLEO, MP 4328 CMLEO, MP 4329 CMLEO, MP 4330 CMLEO, MP 4337 CMLEO e MP 4603 RES CMLEO.

Museu de Lisboa, Palácio Pimenta

A Antiga Fábrica de Tabacos de Xabregas, Óleo s/ tela, João Pedrozo, 1270mm x 835mm, 1859. MC.PIN.316.

IMPRESSAS

A assistência de 5 de Dezembro. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. Nº 646 (8 de julho de 1918), p. 26.

Inquérito Industrial 1881: Inquérito Directo, Segunda Parte, Visita às fábricas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP - *Igreja da Madre de Deus/Mosteiro da Madre de Deus/Museu Nacional do Azulejo*: ficha PT031106410009 [Em linha]. [Consult. 13 jun. 2010]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2547

ESTUDOS

ARAÚJO, Norberto – *Peregrinações em Lisboa*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1993. vol. XV.

- BARRETO, António – Mudança social em Portugal, 1960-2000. In António Costa Pinto, ed. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005. p. 137-162.
- CALADO, Maria, coord. – *Atlas de Lisboa: a cidade no espaço e no tempo*. Lisboa: Contexto Editora, 1993.
- Cidade/Campo: Cadernos da Habitação ao Território*. Lisboa: Ulmeiro. Nº 1 (1978), p. 28.
- CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *O formoso sítio de Marvila*. Lisboa: Junta de Freguesia de Marvila, 2004.
- CONSIGLIERI, Carlos [et al.] – *Pelas freguesias de Lisboa: São João, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993.
- CORDEIRO, Ricardo Alexandre Forte – *Filantropia: as cozinhas económicas de Lisboa (1893-1911)* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao ISCTE-IUL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/5510>.
- CUSTÓDIO, Jorge – Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 435-492.
- DELGADO, Ralph – *A antiga freguesia dos Olivais*. Lisboa: Câmara Municipal, 1969.
- FÉLIX, Catarina [et al.] – *Fábricas do Beato*. Lisboa: Câmara Municipal-Comissão Municipal de Toponímia, 2005.
- FERREIRA, Paula Cristina; SANCHEZ, Paula; FIGUEIREDO, Sandra – *A freguesia do Beato na História*. Lisboa: Junta de Freguesia do Beato, 1995.
- FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- FOLGADO, Deolinda – *A nova ordem industrial no Estado Novo (1933-1968): da fábrica ao território de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2012.
- FURTADO, Mário – *Do antigo sítio de Xabregas*. Lisboa: Vega, 1997.
- FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre – *Roteiros da memória urbana - Lisboa: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Colibri, 2013.
- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. – O século XX. In *História Económica de Portugal: 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. vol 3.
- LEITE, Cristina; VILHENA, João Francisco – *Pátios de Lisboa: cidades entre muros*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1991.
- MATOS, José Sarmiento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 2 vol.
- PEREIRA, Miriam – *Livre câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XXIX Nº 127 (1994) (3ª), p. 509-524.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- PINHÃO, Carlos – *Fantasia lispoeta*. Amadora: NAOrion, [1981].
- PINHEIRO, Magda de Avelar – Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista. *Ler História*. Lisboa: ISCTE. Nº 20 (1990), p. 79-107.
- PINHEIRO, Magda de Avelar – *Biografia de Lisboa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- PINTO, Sónia Cristina Ildefonso – *Vilas operárias em Lisboa: emergência de novos modelos de habitar: o caso da Vila Berta*. Lisboa: [s.n.] 2008. Dissertação de mestrado em Arquitetura pela Universidade Técnica de Lisboa-Instituto Superior Técnico.

RODRIGUES, Maria João Madeira – Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista. *Boletim da Assembleia Municipal de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Municipal de Lisboa, 1979. Separata.

Rotas e percursos. *Boletim Informativo O Beato*. Lisboa: Junta de Freguesia do Beato, 2005. Separata.

SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SILVA, Carlos Nunes – Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX. *Análise Social*. Vol. XXIX N.º 127 (1994) (3.º), p. 655-676.

SILVA, Maria Margarida de Almeida Reis e – *Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: materialidade, memória e recuperação urbana* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao ISCTE-IUL. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10071/6967>.

SILVA, Margarida Reis e – Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2.ª Série, N.º 6 (julho - dezembro 2016), p. 143-170. [Consult. 29/04/2019] Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/cad6/artigo05.pdf>.

TEIXEIRA, Manuel – *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna*. 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1994.

VIEIRA, Alice; FERREIRA, António Pedro – *Esta Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

RECURSOS ONLINE

Lisboa S.O.S. Primeiro mês de vida. [Consult. 20/08/2013]. Disponível na Internet: lisboasos.blogspot.com/2008/07/lisboa-sos-primeiro-ms-de-vida.html.

TESTEMUNHOS ORAIS

Informações de vários moradores, Lisboa – 2010-2013 e 2018-2019.

Submissão/submission: 31/07/2019

Aceitação/approval: 25/09/2019

Maria Margarida de Almeida Reis e Silva. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1600-189 Lisboa, Portugal.
mreisesilva@gmail.com

SILVA, Margarida Reis e – Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, N.º 12 (julho-dezembro 2019), p. 117 - 140.

Restelo como um laboratório urbanístico e arquitetónico*

Restelo as an urban and architectural laboratory

Patrícia Bento d'Almeida
Teresa Marat-Mendes**

RESUMO

O estudo que se apresenta procura demonstrar como o bairro do Restelo em Lisboa assistiu, em tribuna orientada ao Rio Tejo, aos contributos da mais recente História da Arquitetura, do Urbanismo e da Investigação Científica em Arquitetura e Urbanismo em Portugal. Como num laboratório, ao longo do século XX, o Restelo constitui um “tubo de ensaio” a múltiplas experiências arquitetónicas e inacabadas intervenções urbanísticas. Se de Paris vieram os ensinamentos do *Institut d’Urbanisme*; de Le Corbusier e da Carta de Atenas, veio a vontade de ensaiar a modernidade e seguir um novo “catecismo urbanístico”; e da investigação científica em Arquitetura e Urbanismo elaborada na Divisão de Construção e Habitação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, veio a oportunidade para colocar em prática os conhecimentos (teóricos e empíricos) adquiridos neste laboratório e aplicados no Restelo.

PALAVRA-CHAVE

Restelo / Urbanismo / Arquitetura / LNEC

ABSTRACT

The present study seeks to demonstrate how the Restelo neighbourhood in Lisbon, overlooked, in a tribune oriented to Tagus River, to the contributions of the most recent History of Architecture, Urbanism and Scientific Research in Architecture and Urbanism in Portugal. As in a laboratory, during the XX century, Restelo constituted a “test tube” to multiple architectural experiences and unfinished urban interventions. While from Paris arrived the contributions from *Institut d’Urbanisme*; from Le Corbusier and the Charter of Athens, the desire to reach the modernity and follow a new “urban catechism”; and from the scientific research in Architecture and Urbanism, elaborated in the Construction and Housing Division from the Portuguese National Laboratory of Civil Engineering, came the opportunity to put into practice the knowledge (theoretical and empirical) acquired in this laboratory and apply it at Restelo.

KEYWORDS

Restelo / Urbanism / Architecture / LNEC

* O presente artigo foi escrito no âmbito do projeto de pós-doutoramento intitulado “O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/117167/2016), por meio de orçamento nacional e de orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE). O presente artigo foi ainda informado pelos resultados obtidos no trabalho de Doutoramento realizado por Patrícia Bento d’Almeida, sob a orientação dos professores doutores Margarida Acciaiuoli e Michel Toussaint – D’ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo: panorama urbanístico e arquitectónico*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (SFRH/BD/36097/2007) –, publicado pela editora Caleidoscópio em 2015 – D’ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo: panorama urbanístico e arquitectónico*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015 – e investigação em curso no projeto SPLACH – Spatial Planning for Change (POCI-01-0145-FEDER-016431), financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) na sua componente FEDER, e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** As autoras agradecem ao LNEC pelo acesso concedido à documentação arquivada, no âmbito do projeto de pós-doutoramento (SFRH/BPD/117167/2016).

NOTA INTRODUTÓRIA

No contexto do número temático dos *Cadernos do Arquivo Municipal* referente aos *Bairros de Lisboa*, o presente artigo procura descrever o aparecimento e o crescimento do Restelo, uma das zonas genericamente designada de “bairro”, cujo “carácter homogéneo” é apenas reconhecido em partes deste, sendo possível identificar “fronteiras” e discontinuidades dentro do perímetro urbano que o define nos dias de hoje. O estudo que se apresenta centrou-se especialmente sobre informação proveniente do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente do Núcleo do Arco do Cego e do Núcleo Intermédio, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e do trabalho de doutoramento realizado por Patrícia Bento d'Almeida.

A historiografia portuguesa tem reforçado a capacidade de empreendedorismo do engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943). Apesar da oportunidade de liderança que lhe foi concedida ter sido drasticamente interrompida, a sua visão abrangente e as consequentes reformas estruturais deixaram, sem dúvida, marcas profundas no nosso país. Em Lisboa, a zona que, vulgarmente, denominamos de ‘Restelo’, testemunha a rápida passagem deste engenheiro pelo Ministério das Obras Públicas (1932-1936 e 1938-1943) e pela Câmara Municipal de Lisboa (1938-1943) mas, também, as consecutivas mudanças ocorridas nestas duas instituições públicas e consequentemente neste território após a sua prematura morte.

Ao longo da segunda metade do século XX, ao sabor de novas chefias e de experimentais medidas de ação, diversos bairro(s) do Restelo foram surgindo na Encosta mais ocidental da “Capital do Império”, revelando os (tardios) reflexos internacionais da nossa História da Arquitetura e do Urbanismo Contemporâneo, mas também da investigação científica, cuja pesquisa relacionada com a arquitetura residencial e a problemática urbana, foi iniciada na década de 1960 na Divisão de Construção e Habitação do LNEC.

Este artigo demonstra as várias influências nacionais e internacionais que tiveram impacto nas propostas de desenho urbano e na construção do Restelo entre os finais dos anos 30 e meados dos anos 70 do século XX. Assim, este artigo inclui três secções fundamentais para a leitura que se propõe à evolução urbana do Restelo. A primeira secção expõe os contributos que nos chegaram de Paris; a segunda analisa as influências da Cidade Moderna através de Le Corbusier e da Carta de Atenas; finalmente, a terceira incide sobre a investigação em arquitetura e urbanismo conduzida no LNEC e, em certa medida, aplicada no Restelo.



Figura 1 Vista aérea do Restelo com marcação dos limites das diversas intervenções urbanas. *Google Earth* com sobreposição do autor.

- Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, 1938.
- Aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda, 1947.
- Plano do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2.ª fase, 1953.
- Plano de Urbanização do Restelo, c. 1954.
- Estudo do Conjunto Arquitetónico e Arranjo Urbanístico do Pormenor do Terreno Junto à Rua CG, 1962.
- Plano de Urbanização do Restelo - Célula C, 1966.
- Plano de Urbanização do Alto do Restelo, 1964.
- Plano de Pormenor da Zona do Restelo, 1970-1972.

DE PARIS

No discurso de tomada de posse de uma nova vereação da Câmara Municipal de Lisboa, em janeiro de 1938, Duarte Pacheco terá declarado que o problema da urbanização e da expansão da cidade de Lisboa era à época o mais importante de todos os problemas citadinos¹, justificando, de certo modo, duas das medidas previamente tomadas enquanto Ministro das Obras Públicas. Por um lado, a implementação dos Planos Gerais de Urbanização² que visavam controlar a expansão desordenada que ocorria em diversas cidades do país e que conferiam aos municípios, e a todas as localidades, com população superior a 2500 habitantes, poder para a planificação dos centros urbanos ou de zonas de interesse turístico designados pelo governo; por outro lado, dada a inexistência de urbanistas portugueses e a frequente necessidade de chamar técnicos estrangeiros, através da Junta de Educação Nacional, a promoção da atribuição de bolsas de estudo para jovens arquitetos se especializarem em Urbanismo no prestigiado *Institut d'Urbanisme* de Paris (1933) e, nos termos das obrigações do respetivo financiamento, aplicar os conhecimentos adquiridos em território nacional.

O projeto de uma “Habitação Minimalista”³ valeu a João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) a atribuição da primeira bolsa para estudar Urbanismo na capital francesa⁴. Diplomado a 19 de junho de 1937, foi prontamente integrado na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, onde trabalhou até 1948⁵. Neste serviço, como arquiteto-urbanista de 1ª classe, deu resposta a diversos dos problemas de urbanização, designadamente, ao desenvolvimento do Plano de Urbanização da encosta da Ajuda (1938), integrado no Plano de Urbanização e Expansão de Lisboa, entretanto iniciado pelo arquiteto-urbanista de origem polaco-russa Étienne De Gröer⁶ (1882-1952), também ele oriundo do *Institut d'Urbanisme* de Paris.

Com cerca de 300 hectares de área, a Encosta da Ajuda representou o primeiro grande fôlego do município na urbanização de um tão vasto território, particularmente quando comparado com outras intervenções urbanas ocorridas naquele tempo na cidade, como por exemplo a zona abrangida pelo Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (1945-1948), Alvalade, com aproximadamente 230 hectares⁷. Esta Encosta, muito próxima da Ajuda e do seu Palácio Nacional, era à época ocupada por campos agrícolas⁸, “casario monótono”⁹, alguns palácios e monumentos nacionais¹⁰.

O Decreto-Lei Nº 28.797 de 1 de julho de 1938 tornou possível a rápida aquisição dos terrenos, expropriando-os por utilidade pública para a necessária execução das obras e melhoramentos¹¹, designadamente todas as obras de urbanização da cidade de Lisboa que o Governo aprovasse para serem iniciadas até 1940¹². A situação desta

¹ Cf. *Diário de Notícias*. Lisboa (4 de janeiro de 1938).

² Decreto-Lei Nº 24.802 de 21 de dezembro de 1934.

³ Que veio a dar origem ao projeto da sua casa no Rodízio. Consulte-se COSTA, João Guilherme Faria da – Casa de férias no Rodízio. *Arquitectura*. Nº 22 (abril de 1948), p. 14-15.

⁴ Apesar de não ter entregue na Escola de Belas Artes de Lisboa o projeto para ser avaliado em “Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto”.

⁵ Sobre o percurso profissional de Faria da Costa na Câmara Municipal de Lisboa *vide* COSTA, João Guilherme Faria da – Processo Individual Nº 1657. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMLSBAH/GRHU/001/28824.

⁶ Discípulo do arquiteto Gaston Bardet (1907-1989) e do urbanista Donat Alfred Agache (1875-1934).

⁷ Cf. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545.

⁸ Cf. Planta Topográfica de Lisboa (Silva Pinto, 1904-1911). AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/169.

⁹ GOMES, José Sousa – *Lisboa: da sua vida e da sua beleza*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1937. p. 83.

¹⁰ *Vide* PAÇO D'ARCOS, Isabel – O sítio de Belém. In GASPARD, Diogo, coord. – *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005. p. 77-113.

¹¹ Cf. FERREIRA, Victor Matias – A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequenos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, 1930-1940. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XIX Nº 77-78-79 (1983), p. 693-735.

¹² Cf. Decreto-Lei Nº 28.797 de 1 de julho de 1938.

encosta relativamente ao Rio Tejo, à proximidade da marginal para a Costa do Estoril¹³ e ao recentemente florestado Parque de Monsanto, fez deste local de Lisboa o “indicado para construção de um grande bairro residencial”¹⁴, pensado para receber 36000 habitantes¹⁵.

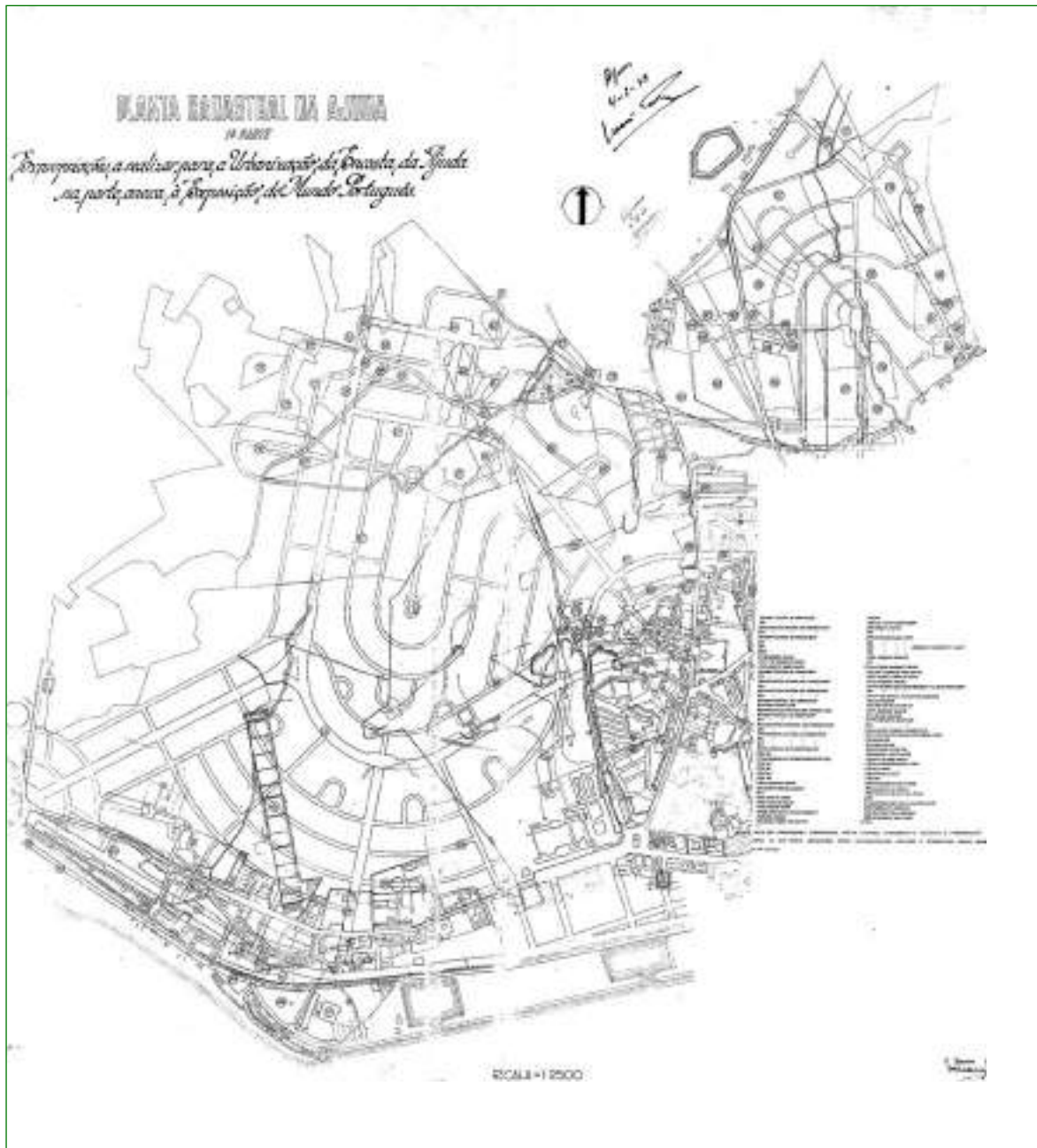


Figura 2 Planta Cadastral da Ajuda, 1938. Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), MP 1673.

¹³ Cujo Plano de Urbanização da Costa do Sol, regulado pelo Decreto-Lei nº 22.444 de 10 de abril de 1933, estava a cargo de Agache.

¹⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas – 15 anos de obras públicas: 1932/1947. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1948. vol. 1, p. 145-146.

¹⁵ Cf. Plano Diretor, Distribuição da população na Cidade segundo a previsão do arquiteto De Gröer feita em 1948, Desenho Técnico nº 10.065, 1954. AML, PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/11/411.

De Paris vieram os ensinamentos para o desenvolvimento do planeamento urbano desta grande cidade em direção ao mar¹⁶. Assim, França, e o seu *Institut d'Urbanisme*, promoveu a aplicação de sistemas de composição e de ordenamento *beaux-artiano* na vertente tardoz ao Mosteiro dos Jerónimos. Na procura de uma certa monumentalidade, tendo como motivo central a Torre de Belém¹⁷, os eixos viários, hierarquizados¹⁸ e arborizados, foram delineados na Encosta de modo a tirar partido da privilegiada vista sobre o Tejo. Uma grande avenida promove a ligação visual entre a Torre Belém e a Capela de São Jerónimo, de um lado e de outro desta, duas importantes vias arborizadas sobem a Encosta obliquamente ao rio e anunciam o perímetro da intervenção. Absorvendo algumas preexistências, aproveitando pequenos monumentos para encenar os enfiamentos, a Avenida da Torre de Belém foi intersectada por fileiras de eixos secundários concêntricos que, em anfiteatro, acompanham a topografia do terreno.

A divisão do terreno em lotes, logo criticada por Francisco Keil do Amaral¹⁹ (1910-1975), condicionou a grandeza das moradias. Adquiridos em hasta pública por famílias sem dificuldades financeiras, os programas pretendidos²⁰, muitas vezes demasiados extensos, conduziram por diversas ocasiões à junção de frações para dar resposta aos solicitados e diversificados compartimentos desejados para cada casa. Nos anos que imediatamente se seguiram à Exposição do Mundo Português (1940), regidos por semelhantes “condições especiais de alienação”, a primeira geração de arquitetos portugueses Modernistas²¹ polvilhou a Encosta da Ajuda de “vultuosas moradias”²², “apalaçadas”²³, com resquícios de elementos rurais e tradicionalistas, numa assumida procura da síntese da arquitetura dos séculos XV e XVI²⁴. Para muitos destes projetistas, a principal preocupação estava na implantação da casa em relação à via que lhe dá acesso, “valorizando-se a si própria, situando-se no terreno de maneira que não ficasse enterrada”²⁵. Casas com plantas recortadas, torreões, vãos tímidos e anunciadores do compartimento ao qual pertencem, portadas com corações recortados (como “filigranas portuguesas”²⁶), telhados com diversas águas revestidos com telhas de canudo (por vezes vidrada na cor verde), chaminés salientes (rematadas com cata-vento), varandas com arcadas e balaustradas, pedra aparelhada e ferro forjado usado em demasia²⁷, revelaram ser da preferência do júri para a atribuição dos prémios Municipal²⁸ e Valmor²⁹.

¹⁶ Cf. *Diário de Notícias*. Lisboa (18 de abril de 1941).

¹⁷ Faria da Costa foi também encarregue do projeto da Zona de Proteção da Torre de Belém (s.d., não construído) vide Urbanização da Torre de Belém, AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03969.

¹⁸ Em “vias de circulação” (avenidas, ruas, praças e impasses) e “vias de habitação” (caminhos, jardins e passeios).

¹⁹ Consulte-se AMARAL, Francisco Keil do – Moradia na Encosta da Ajuda. *Arquitectura*. Nº 46 (fevereiro 1953), p. 2-4.

²⁰ Que incluía, para além dos quartos (para visitas, pais, filhos e pessoal de serviço – criadas, motorista, jardineiro), vestíbulo, saleta, escritório-biblioteca, sala de estar, sala de jantar, cozinha, garrafeira e copa. Consulte-se por exemplo SEGURADO, Jorge – Casa de habitação: vivendas modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda). *Arquitectura*. Nº 3 (abril 1946), p. 51.

²¹ Cf. MENDES, Manuel – Nós. Uma modernidade de fronteira – nós para uma paisagem inconclusa. In COSTA, Xavier; LANDROVE, Susana – *Arquitectura do movimento moderno: inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965*. Barcelona: Associação dos Arquitectos Portugueses; Fundação Mies Van der Rohe e DOCOMOMO Ibérico, 1997. p. 14.

²² PORTAS, Nuno – *Arquitectura e urbanística na década de 40*. In AZEVEDO, Fernando – *Os anos 40 na Arte Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 40.

²³ PEREIRA, Nuno Teotónio – A *Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959*. In PINTO, António Costa – *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*. Lisboa: Edições Fragmentos, 1988. p. 331.

²⁴ Consulte-se a memória descritiva do projeto de Vasco Regaleira para a casa da Praça de Diu Nº 3, vide AML, Obra Nº 40538, Processo Nº 6718/942, f. 1.

²⁵ Consulte-se a memória descritiva do projeto de Cottinelli Telmo para a casa Rua de Alcolena Nº 23/Avenida do Restelo Nº 26, vide AML, Obra Nº 42900, Processo Nº 19822/943, f. 54.

²⁶ ACCIAIUOLI, Margarida – *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 595.

²⁷ Ainda que, depois da Guerra (1939-1945), a aquisição deste material se revelasse bastante difícil. Consulte-se a memória descritiva do projeto de José Manuel Galhardo Zilhão para a casa da Avenida do Restelo Nº 41, vide AML, Obra Nº 11398, Processo Nº 23024/948, f. 6, 7 e 9.

²⁸ Acerca da atribuição do Prémio Municipal consulte-se *Regulamento do concurso para a concessão do prémio municipal de arquitectura*. *Diário Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 2.285 (12 de janeiro de 1943); e *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, AML, Caixa 2, AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/1945.

²⁹ Acerca da atribuição do Prémio Valmor, consulte-se *Diário Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Nº 2.074 (5 de maio de 1942); e *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, AML, Caixa 2, AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/1945.



Figura 3 Praça de Diu N.º 3, Vasco Regaleira, 1942. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 40538, Processo N.º 6718/DSC/PG/1941, página 9.

Com a morte de Duarte Pacheco, o espetável crescimento deste bairro ficou comprometido. José Frederico Ulrich (1905-1982), então Ministro das Obras Públicas (1947-1954), chamou Faria da Costa para desenvolver um novo plano urbano, designado de “Estudo do Projeto do Aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda”³⁰ (1947), integrado no já delineado Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda. Este estudo consistiu na edificação de 452 casas económicas das classes C e D³¹, contíguas, muito iguais e alinhadas³², de modo a oferecer condições de vida igualitárias a funcionários do Estado e suas famílias³³. Inaugurado a 28 de maio de 1952, a imagem do novo bairro surge à semelhança do Agrupamento de Casas Económicas de S. João – Vale Escuro, cujos projetos-tipo das casas foram por esta ocasião adaptados para o Restelo³⁴.

Em alternativa à edificação de prédios com vários andares e em consonância com o modelo de *Cité-Jardin* defendido pelo urbanista Ebenezer Howard (1850-1928), Faria da Costa respondeu à imagem doméstica ambicionada pelo Estado Novo através da casa unifamiliar que, desde Raul Lino³⁵, sustentava as bases da política da habitação

³⁰ Consulte-se COSTA, João Guilherme Faria da – *Bairro de casas económicas da Encosta da Ajuda*, IHRU/SIPA, PT031106320819.

³¹ Apoiado nos Decretos-Lei N.º 23.052 de 23 de setembro de 1933, que permitia ao Governo, em colaboração com as diversas câmaras municipais, edificar um maior número de bairros económicos; e N.º 33.278 de 24 de novembro de 1943 que, para além das casas da classe A (salário mensal de 600\$00 a 1.200\$00) e B (1.100\$00 a 1.700\$00) do tipo I, II ou III, introduziu duas novas classes de casas, C (1.500\$00 a 2.400\$00) e D (2.100\$00 a 3.000\$00).

³² Cf. *Primeiro de Janeiro*. Lisboa (17 de julho de 1959).

³³ Maioritariamente funcionários de ministérios, camarários, Forças Armadas, atividades de escritório e banca. Cf. BAPTISTA, Luís António Vicente – *A cidade em reinvenção: crescimento urbano e a emergência das políticas sociais de habitação: Lisboa século vinte*. Lisboa: [s.n.], 1996. p. 375. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³⁴ Cf. COSTA, João Guilherme Faria da – *Bairro de casas económicas da Encosta da Ajuda*, IHRU/SIPA, PT031106320819.

³⁵ Consulte-se LINO, Raul – *Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*. Lisboa: Livros Cotovia, 1992.

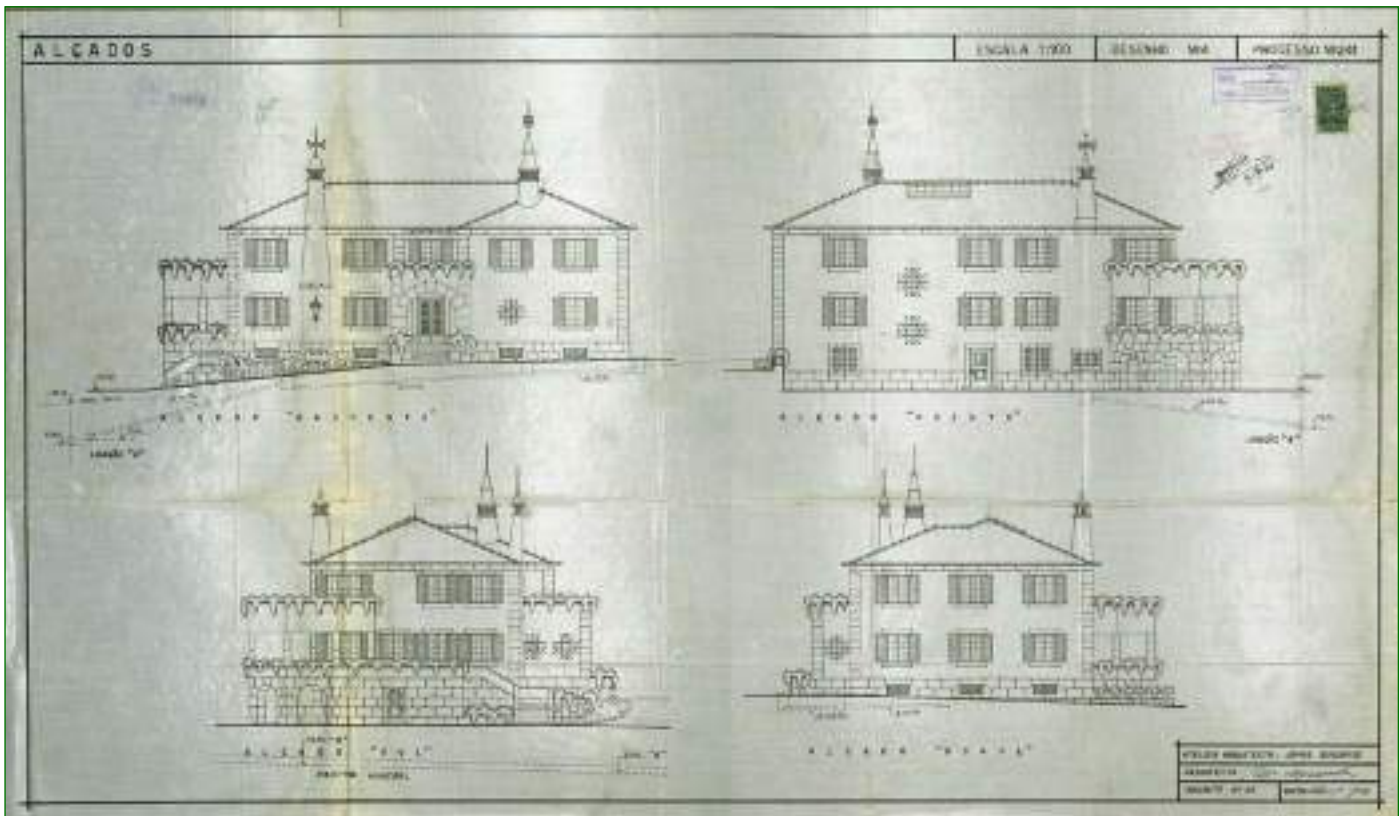


Figura 4 Rua Dom Lourenço de Almeida N.º 13/Rua Dom Francisco de Almeida N.º 5, Jorge Segurado 1946. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 9087, Volume 1, Processo N.º 11442/DAG/PG/1946 - Tomo 1, p. 5.

económica, “fundada na tradição e no modo de ser próprio da família portuguesa”³⁶. Com dois pisos, estas casas foram projetadas de modo a poderem ser ampliadas no caso do agregado familiar aumentar³⁷. Mas o carácter tradicional foi muito além da composição da fachada e dos materiais vernaculares usados nos acabamentos, a sua implantação, recuada relativamente aos limites da rua e traseiras do lote, permitia também a construção de pequenos jardins/quintais de contemplação e de subsistência familiar, onde podia ser também construída uma capoeira, segundo projeto previamente fornecido pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais³⁸. Estas casas eram adquiridas mediante o pagamento mensal, por um período de 20 anos. Nas palavras de António de Oliveira Salazar (1889-1970), “a posse duma casinha traz à família tranquilidade, amor, o justo sentimento da propriedade”³⁹. Contrariamente ao previsto por Faria da Costa aquando da sua primeira intervenção urbana, as famílias que vieram a ocupar o novo bairro (económico) do Restelo, durante largos anos, foram servidas por uma só zona comercial⁴⁰, uma escola primária⁴¹, um equipamento desportivo⁴² e um equipamento de lazer⁴³. Contudo, a leitura atenta do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda informa-nos que Faria da Costa terá previsto a

³⁶ ALMEIDA, Pedro de Castro – Duas palavras sobre a publicação deste álbum. In PORTUGAL. Instituto Nacional do Trabalho e Previdência – 1934-1940: bairros de casas económicas. Lisboa: INTP, 1940.

³⁷ “Dentro dos condicionamentos determinados pela DGEMN no que respeita a ampliação das casas até se adaptarem ao programa do tipo maior fixando áreas e custos de construção”. Cf. COSTA, João Guilherme Faria da – Plano de urbanização do Bairro Económico do Vale Escuro, IHRU/SIPA, IPA 00026248. p. 2.

³⁸ Consulte-se COSTA, João Guilherme Faria da – Tipo de alpendre com arrecadação e capoeira, IHRU/SIPA, NP31 PT 131.

³⁹ GARNIER, Christine – Férias com Salazar. *Arquitectura*. Nº 142 (julho 1981), p. 51.

⁴⁰ O Centro Comercial do Bairro da Ajuda, localizado na Rua Duarte Pacheco Pereira, foi projetado pelo arquiteto Raul Chorão Ramalho (1914-2002) entre 1951-1954. Consulte-se RAMALHO, Raul Chorão – Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa. *Arquitectura*. Nº 41 (março 1952), p. 13-15.

⁴¹ O Grupo Escolar da Praça de Goa foi projetado pelo arquiteto Carlos Rebelo de Andrade (1887-1971) entre 1956-1958. Consulte-se AML, Obra Nº 32583, Processo Nº 32583/DSUO/PI/1956.

⁴² O estádio para o Clube de Futebol ‘Os Belenenses’ foi projetado pelos arquitetos Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana (n. 1924) entre 1952-1956. Consulte-se RAMOS, Carlos Manuel; VIANA, Jorge – Estádio para o C.F. ‘Os Belenenses’. *Arquitectura*. Nº 43 (agosto 1952), p. 12-15.

⁴³ O Cinema Restelo, localizado na Avenida da Torre de Belém, foi projetado pelos arquitetos Carlos João Chambers Ramos (1897-1969) e Carlos Manuel Ramos (1922-2012) entre 1952-1954. Consulte-se AML, Obra Nº 8629, Processo Nº 45172/252.

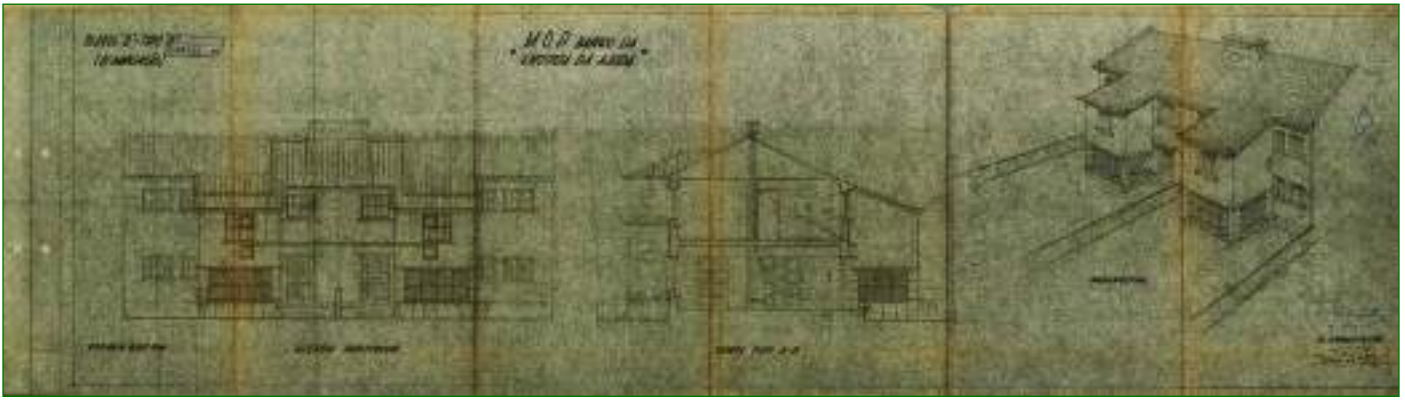


Figura 5 Rua Soldados da Índia N.º 15/Rua Afonso Gonçalves Baldaya N.º 20. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 54081, Processo N.º 21206/DAG/PG/1955, p. 5.

contemplanção de cinco zonas comerciais, seis grupos escolares, um centro cultural e uma área destinada a reserva de edifícios de interesse público⁴⁴. O facto da totalidade destes equipamentos não ter sido construída conduziu a uma inevitável segregação social, confirmada pelos autores do projeto do Cinema Restelo⁴⁵ a propósito do pouco convívio verificado entre as diferentes classes de moradores.

DE CORBUSIER E DA CARTA DE ATENAS

Em 1953, Faria da Costa desenvolve o Plano do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª fase⁴⁶, que corresponde à revisão do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda e à sua extensão para norte, para dar resposta “aos constantes pedidos de particulares e de sociedades cooperativas que desejam proceder a construções de moradias nessa zona da Cidade”⁴⁷. No entanto, o processo de urbanização foi novamente interrompido com a formação do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU, 1954) da Câmara Municipal de Lisboa. Criado para rever o Plano Diretor, este gabinete foi responsável pela execução do Plano de Urbanização da Encosta do Restelo⁴⁸ (c. 1954), provavelmente desenvolvido por dois dos seus funcionários, os arquitetos Pedro Falcão e Cunha (n. 1922) e José Sommer Ribeiro (1924-2006), responsáveis, no Restelo, pelo Plano de Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo⁴⁹ (1959), e nos Olivais, pelo Plano de Urbanização de Olivais Norte (1955-1958).

Nesta nova proposta de revisão urbana, dado o forte aumento populacional a que a cidade de Lisboa vinha assistindo, esta “novíssima geração”⁵⁰ de arquitetos modernos propõe a substituição quase integral das previstas moradias unifamiliares por bandas de edifícios de habitação plurifamiliar⁵¹, remetendo para a unidade habitacional de Marselha (1945-1952), visitada à época por muitos arquitetos portugueses⁵². O “entusiasmo juvenil pelos CIAM e Corbu”⁵³, cujos temas discutidos nos congressos iam chegando aos *ateliers* dos portugueses

⁴⁴ D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo: panorama urbanístico e arquitectónico*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 67 e 90-92.

⁴⁵ Consulte-se AML, Obra N.º 8629, Processo N.º 45172/952. f. 5 e 6.

⁴⁶ Cf. Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª fase, 1953, Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), MP 824.

⁴⁷ BARRETO, Álvaro Salvação – Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto. In *Anais do Município de Lisboa 1951*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952. p. 132.

⁴⁸ Cf. Feira Popular, pavilhão da Câmara Municipal de Lisboa. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/HNV/000496.

⁴⁹ Cf. *Urbanização da Encosta do Restelo – Reajustamento da 2ª Fase*, AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/002/04085.

⁵⁰ PORTAS, Nuno – A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal. *Arquitectura*. N.º 66 (novembro-dezembro 1959), p. 13-14.

⁵¹ Divididos em quatro categorias, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 42454. *Diário do Governo I Série*. 188 (1959-08-18) 965-969, Categoria I (renda 200\$00 a 300\$00), II (400\$00 a 600\$00), III (700\$00 a 900\$00) e IV (renda até 1.500\$00).

⁵² TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997. Nota de rodapé N.º 218, p. 215.

⁵³ PEREIRA, Nuno Teotónio – Um testemunho pessoal. In TOSTÕES, Ana, coord. – *Arquitectura e cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2004. p. 46.

através de livros adquiridos na livraria *Buchholz*⁵⁴ e através de publicações periódicas internacionais adquiridas por assinatura⁵⁵, era evidente. Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro abraçaram os princípios urbanos determinados no IV CIAM (Atenas, 1933), designadamente na Carta de Atenas⁵⁶, apelidada pelo arquiteto Nuno Portas (n. 1934) como o “catecismo urbanístico”⁵⁷ para os arquitetos de então. Aproveitando a topografia do terreno, a implantação dos blocos habitacionais foi definida obliquamente à rua de modo a beneficiar da exposição solar mais favorável, libertar o espaço envolvente para criação de áreas verdes ajardinadas e controlar a velocidade dos automóveis, separando os circuitos rodoviários dos circuitos pedonais.

O afastamento de Álvaro Salvação Barreto (1890-1975) da presidência da Câmara Municipal de Lisboa em 1959 e a “falta de pessoal habilitado”⁵⁸ conduziram, mais uma vez, a que outros técnicos fossem chamados a projetar sobre este mesmo território. Assim, o manifesto urbanístico traduzido na Carta de Atenas, que em Inglaterra foi imediatamente revelado na edificação das *New Towns* de Harlow⁵⁹ (1947) e Roehampton⁶⁰ (1952-1959), no Restelo, é apenas visível no plano do GEU que, apesar de não ter sido implementado, foi elaborado antes do Plano de Urbanização de Olivais Norte, colocado em prática e apontado pela historiografia como uma importante experiência urbana. Apenas um brevíssimo apontamento deste plano é identificável em dois pequenos conjuntos urbanos desenvolvidos em substituição dos anteriores, agora com António Vitorino da França Borges (1901-1989) na presidência da Câmara, designadamente o Estudo do Conjunto Arquitetónico e Arranjo Urbanístico do Pormenor do Terreno Junto à Rua CG (1962), projetado pelo arquiteto Ruy António da Silveira Borges⁶¹ (1916-1978), e o Plano de Urbanização do Restelo - Célula C (1966), projetado pelo arquiteto João Manuel Alves de Sousa⁶² (n. 1925).

Apesar do plano de reajustamento não ter sido implementado, o Restelo assistiu ao ensaio da modernidade nalgumas das moradias ali construídas durante a década de 1950. A norte da Avenida do Restelo, nos lotes entretanto alienados, casas modernas foram pontuando o território demarcando-se das tradicionalistas. Arquitetos mais jovens, participantes nas Exposições Gerais de Artes Plásticas (1945-1956) que, em contraponto aos Salões de Arte Moderna organizadas no âmbito do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), possibilitavam a junção de arquitetos e artistas plásticos num só “salão” para marcar a sua (o)posição em relação ao regime vigente, e um outro tipo de promotores, que incluiu artistas plásticos, escritores e arrojados empreendedores, impulsionaram o projeto de novas habitações, cujo programa⁶³ era muitas vezes articulado em resposta aos *Les cinq points d'une architecture nouvelle*⁶⁴ (1927), defendidos por Le Corbusier (1887-1965) e Pierre Jeanneret (1896-1967).

⁵⁴ Cf. PEREIRA, Nuno Teotónio – Um testemunho pessoal. In TOSTÕES, Ana, coord. – *Arquitectura e cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2004. p. 46.

⁵⁵ Cf. D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Victor Palla e Bento d'Almeida: obras e projectos de um atelier de arquitectura, 1946-1973*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁶ Publicada pela primeira vez em 1941 com a designação *La Charte d'Athènes*. Em Portugal, embora Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e Manuel Costa Martins (1922-1995) tenham difundido as conclusões da Carta de Atenas na revista *Técnica* (vide Nº 138, maio 1942; Nº 142 e 143, dezembro 1943 e janeiro 1944), os arquitetos Celestino de Castro (1922-2007) e Francisco Castro Rodrigues (1923-2015) foram responsáveis pela sua tradução e divulgação na revista *Arquitectura* (vide Nº 20 a 27, janeiro a dezembro 1948).

⁵⁷ PORTAS, Nuno – Actualidade de Le Corbusier. *Arquitectura*. Nº 89-90 (Dezembro 1965), p. 143.

⁵⁸ BORGES, António Vitorino da França – Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. In *Anais do Município de Lisboa 1961*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. p. 165.

⁵⁹ Desenvolvido pelo arquiteto-urbanista Frederick Gibberd (1908-1984).

⁶⁰ Desenvolvido pelo London County Council, orientado pelo arquiteto John Leslie Martin (1908-1999).

⁶¹ Que corresponde à área circunscrita pelas Ruas Capitão-Mor Pedro Teixeira, Diogo Afonso e Tristão Vaz. Consulte-se AML, Obra Nº 51204, Processo Nº 50418/1965, f. 18.

⁶² Que corresponde à área circunscrita pela Rua Gonçalves Zarco, Calçada do Galvão, Rua Conselheiro Martins de Carvalho e Rua Tristão Vaz. Consulte-se AML, Obra Nº 57008, Processo 50522/1966, f. 21.

⁶³ Com frequência composto por *hall* de entrada, sala comum, escritório, biblioteca, “saleta” e/ou sala de costura, cozinha, copa, quarto da criada (no piso térreo); garagem, lavandaria, despensa, garrafeira, ginásio, sala de jogos e zona de recreio coberto (na cave, por vezes elevada ou parcialmente elevada); quartos e instalações sanitárias (no primeiro piso); e sala multiusos e cobertura em terraço ou ajardinada (na cobertura plana). Cf. D'ALMEIDA, Patrícia Bento; MARTINS, João Palla, coord. – *Victor Palla e Bento d'Almeida: arquitectura de outro tempo*. Lisboa: Caleidoscópio Edição, 2017. p. 77.

⁶⁴ 1. Planta livre; 2. Fachada livre; 3. Elevação da casa em pilotis; 4. Cobertura em terraço-jardim; 5. “Fenêtre longueur” janela em fita. Consulte-se por exemplo CONRADS, Ulrich – *Programmes et manifestes de l'architecture de XXème Siècle*. Paris: Les éditions de La Villette, 1991.

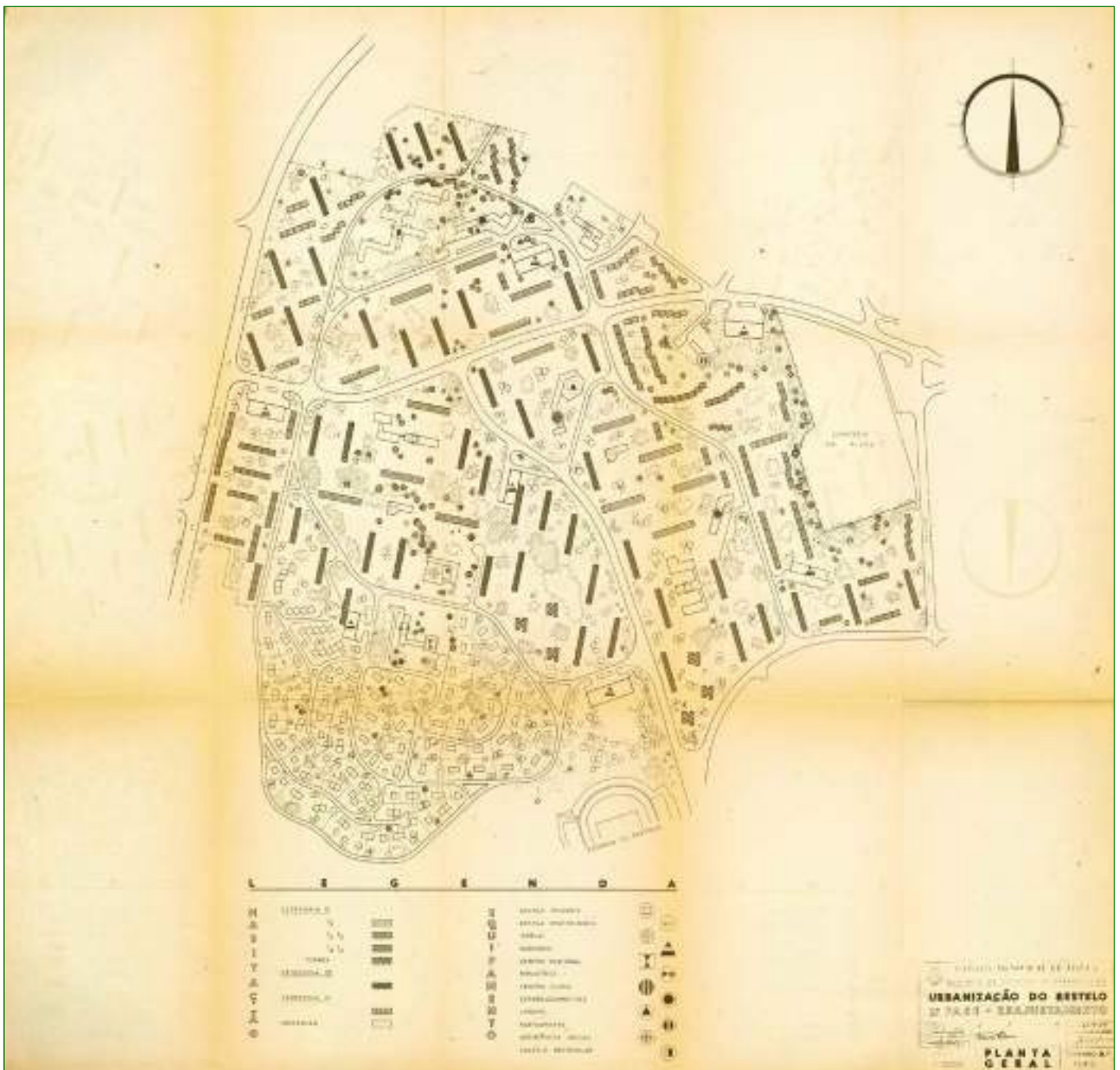


Figura 6 Plano de Urbanização do Restelo, 2.ª Fase - Reajustamento, Gabinete de Estudos de Urbanização: Pedro Falcão e Cunha e José Aleixo Sommer Ribeiro, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/002/04085, p. 13.



Figura 7 Avenida Dom Vasco da Gama N.º 1 / Avenida do Restelo, José Alexandre Gomes Bastos, 1950. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 21101, Volume 1, Processo N.º 47104/DAG/PG/1950, Tomo 1, p. 7.

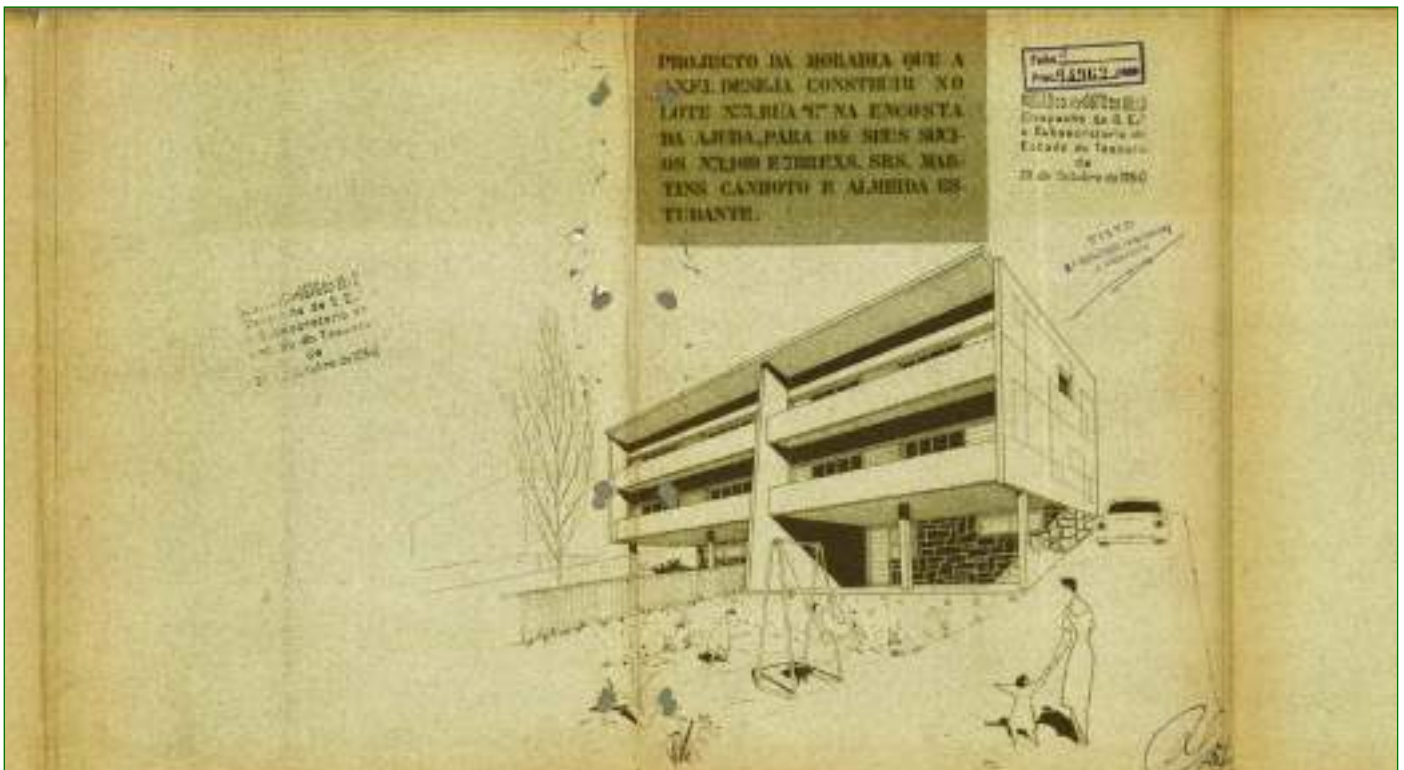


Figura 8 Rua Dom Constantino de Bragança N.º 47-49, Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque, 1955-1958. Arquivo Municipal de Lisboa, Obra N.º 29235, Volume 1, Processo N.º 34962/DAG/PG/1955, Tomo 1, p. 9.

DO LNEC

Entretanto, com o engenheiro Manuel Coelho Mendes da Rocha (1913-1981) como Diretor do LNEC⁶⁵ (1954-1974), na recém-criada Divisão de Construção e Habitação do Serviço de Edifícios e Pontes, apoiada a partir de 1962 por Nuno Portas, uma nova equipa de técnicos vai desenvolver temáticas de investigação no âmbito da arquitetura e do urbanismo. Segundo Nuno Portas, importava “utilizar métodos da investigação científica e tentar estabelecer umas pontes com domínios do conhecimento não arquitetónicos”⁶⁶, designadamente nos domínios da História, Antropologia, Ecologia e Sociologia⁶⁷. No entanto, naquela altura, era ainda inimaginável que os trabalhos desenvolvidos no LNEC viessem a ser diretamente utilizados na prática de projeto⁶⁸, nomeadamente no Restelo. No LNEC trabalhou-se de forma contínua “em bases rigorosas no estudo do programa de necessidades no campo da habitação”⁶⁹. Estas bases rigorosas conduziram, entre muitos outros trabalhos de investigação, à elaboração de um “inquérito-piloto”⁷⁰ (1963) que procurava dar resposta a “trabalhos de campo sobre as perceções e uso dos espaços”⁷¹. Na procura das “funções e exigências de áreas da habitação”⁷² (1969), com o objetivo de criar uma ferramenta de trabalho útil destinada a melhorar as características e organização das habitações, definiu-se no LNEC uma tabela que contemplava escalões de áreas mínimas, nomeadamente tendo em consideração a política dos mínimos (em área e número de compartimentos) praticada em Itália pelo *Istituto Nazionale delle Assicurazioni* (INA-Casa), cujos bairros promovidos por este organismo foram visitados, em 1958, por Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e Ruy Gomes⁷³ (m. 1985).

A perspetiva adquirida na perceção do traçado urbano e na defesa da “grelha como geradora da cidade”⁷⁴ esteve na base do desenvolvimento de um novo Plano de Pormenor⁷⁵ no Restelo (1970). No topo da encosta, havia agora que evitar o efeito negativo das torres projetadas pelo Plano de Urbanização do Alto do Restelo (1964), levado a cabo pelo arquiteto Francisco Zinho Antunes (1921-2002) e pelo engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves⁷⁶ (1916-2005) e cuja expansão para sul estava prevista até ao recém-chegado Presidente da Câmara (1970-1972), Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983), ter interrompido o processo⁷⁷ e convidado uma nova equipa a intervir.

Aconselhados a manter a densidade populacional prevista no Plano de Urbanização do Alto do Restelo, o *Atelier* da Rua da Alegria recupera a imagem da cidade antiga, projetando ruas apontadas ao Tejo e definindo a altura das habitações com base na percentagem de ocupação⁷⁸. A grelha apresentada demonstra a nítida influência

⁶⁵ Diretor Interino (1954-1967) e Diretor (1968-1974). Cf. AAVV – *Laboratório Nacional de Engenharia Civil: 60 anos de actividade*. Lisboa: LNEC, 2006.

⁶⁶ PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel; LAMAS, José – Nuno Portas: Entrevista. *Arquitectura*. Nº 135 (outubro 1979), p. 56-67.

⁶⁷ Cf. PORTAS, Nuno – *A Arquitectura para hoje; Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Livros horizonte, 2008. p. 73.

⁶⁸ Saliente-se o fato de Nuno Portas ter testemunhado que, “enquanto não chegou o 25 de Abril, avançamos no LNEC, e sob o guarda-chuva político do seu prestígio, para as políticas de habitação, a legislação urbanística e a monitorização modelística dos processos de transformação, sem sabermos a quem nem quando esse conhecimento iria servir”. PORTAS, Nuno – *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*. Porto: FAUP Publicações, 2005. p. 73.

⁶⁹ PORTAS, Nuno – *A Arquitectura para hoje; Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 44.

⁷⁰ Consulte-se PORTAS, Nuno; GOMES, Ruy – *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação*. Lisboa: LNEC, 1963. LNEC, Nº R002820; PORTAS, Nuno; PEREIRA, Maria da Luz Valente – *Inquérito piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação: 2º relatório*. Lisboa: LNEC, 1963. LNEC, Nº R003909.

⁷¹ PORTAS, Nuno – *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*. Porto: FAUP Publicações, 2005. p. 71.

⁷² Consulte-se PORTAS, Nuno – *Funções e exigências de áreas da habitação*. Lisboa: LNEC, 1969. LNEC, Informações Técnicas de Edifícios Nº 4.

⁷³ A partir de 1961 Chefe da Divisão de Construção e Habitação do LNEC.

⁷⁴ MARTIN, Leslie – *The Grid as Generator*. In MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel, ed. – *Urban space and structures*. Cambridge: University of Cambridge, 1972. p. 6-27.

⁷⁵ Desenvolvido pelo “Atelier da Rua da Alegria”, particularmente pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), Nuno Portas e João Paciência (n. 1947). Cf. PORTAS, Nuno; PEREIRA, Nuno Teotónio; PACIÊNCIA, João – *Plano de Pormenor do Restelo (Fase de Ante-Plano)*. IHRU/SIPA, NP 177.

⁷⁶ Consulte-se 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda. Cf. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04885.

⁷⁷ Cf. PEREIRA, Nuno [et al.] – Dossier Restelo. *Arquitectura*. Nº 130 (maio 1974), p. 11.

⁷⁸ Tendo em consideração os conhecimentos adquiridos com o estudo desenvolvido por Bartolomeu Costa Cabral. Consulte-se CABRAL, Bartolomeu da Costa – *Racionalização de soluções de organização de fogos: formas de agrupamentos da habitação*. Lisboa: LNEC, 1968. LNEC, Nº R003987.

do *Centre for Land Use and Built Form Studies* (LUBFS, Cambridge), particularmente de Leslie Martin e Lionel March⁷⁹ (1934-2018), cujo conhecimento e convívio haviam sido proporcionados também pela investigação em arquitetura e urbanismo conduzida por Nuno Portas e sua equipa no LNEC⁸⁰. Recorrendo então à “alta densidade/baixa altura”⁸¹, conseguida pelo facto de, num mesmo quarteirão, terem sido contempladas moradias unifamiliares e bifamiliares em banda e blocos de habitação coletiva, travessas, escadinhas, logradouros e jardins, retoma-se ali a noção de espaço público⁸².

Mas apesar do estudo prévio ter sido aprovado pela edilidade, com a criação da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa⁸³ (1971), a Câmara Municipal de Lisboa transfere os seus terrenos localizados no Restelo para esta nova empresa, com o intuito de melhor se regular o mercado da habitação. Consequentemente, em 1972⁸⁴, a EPUL assina um novo contrato com a equipa do “Atelier da Rua da Alegria”⁸⁵ para a elaboração dos projetos dos edifícios de habitação previstos no Plano de Pormenor da Zona do Restelo. Era o momento para, no quarteirão-piloto, se projetarem (a leste/norte) dois blocos longitudinais de cinco pisos com acessos em galeria e (a poente/sul) uma correnteza de moradias em banda com pátios⁸⁶. Embora o plano integrado contemplasse uma área central de serviços⁸⁷, a passagem para a EPUL comprometeu a revisão da proposta inicial⁸⁸ e, consequentemente, a consolidação da sua área urbana envolvente.

NOTA FINAL

Por último, importa salientar que, no Restelo, cada intervenção urbana acabou por constituir um pequeno “bairro”, heterogéneo do “bairro vizinho”. As grandes avenidas rasgadas nas décadas de 40 (a sul) e 60 (a norte) do século XX criaram fronteiras físicas entre os vários bairros e impediram, durante anos, a sua autonomia e o convívio entre os seus moradores. Esta heterogeneidade anuncia o período da intervenção e as referências urbanísticas e de investigação científica internacionais que estiveram por detrás do desenvolvimento de cada um dos planos de urbanização do Restelo. Em cada um destes bairros, a intervenção arquitetónica reflete igualmente as opções do arquiteto, nomeadamente no tocante ao contexto arquitetónico nacional e ao impacto das cartilhas e de determinados arquitetos Europeus no desenvolvimento do projeto urbano e arquitetónico em Portugal. O ocorrido no Restelo é o reflexo do urbanismo (re)aplicado em muitos outros lugares da cidade de Lisboa. O carácter experimental visível nas intervenções urbanístico-arquitetónicas, mas também na constante substituição destas, testemunham num só perímetro urbano o desenrolar da História da Arquitetura e do Urbanismo do século XX

⁷⁹ Consulte-se MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel – *Urban space and structures*. Cambridge: University Press, 1967.

⁸⁰ Conforme testemunho de Nuno Portas. Cf. CARVALHO, Mariana Rodrigues de – *Investigação em Arquitectura: o contributo de Nuno Portas no LNEC 1963-1974*. Coimbra: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. p. 301. Saliente-se ainda o facto de Nuno Portas ter encaminhado Mário Krüger para se doutorar no LUFBS (1978). O trabalho ali desenvolvido foi publicado em 2005, Cf. KRÜGER, Mário – *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*. Coimbra: e|d|arq, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2005.

⁸¹ Cf. PORTAS, Nuno – *Atelier Nuno Teotónio Pereira: um testemunho, também pessoal*. In TOSTÕES, Ana, coord. – *Arquitetura e cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2004. p. 56.

⁸² Em estudo no LNEC pela Arquitecta Maria da Luz Valente Pereira. Consulte-se PEREIRA, Maria da Luz Valente – *Organização e qualidade do espaço urbano: inquérito à utilização da cidade*. Lisboa: LNEC, 1971. LNEC, R004821.

⁸³ Consulte-se Decreto-Lei Nº 613/71 de 31 de dezembro de 1971.

⁸⁴ Cf. D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo: panorama urbanístico e arquitectónico*. Lisboa: Caleidoscópico Edição, 2015. p. 215.

⁸⁵ À qual se juntou o arquiteto Pedro Viana Botelho (n. 1948).

⁸⁶ Previamente analisadas por Nuno Portas. Consulte-se PORTAS, Nuno – *Conceito de casa em pátio como célula social*. *Arquitetura*. Nº 64 (janeiro-fevereiro 1969), p. 32-34.

⁸⁷ Consulte-se PEREIRA, Nuno [et al.] – *Dossier Restelo*. *Arquitetura*. Nº 130 (maio 1974), p. 11-13; e ver PORTAS, Nuno; PEREIRA, Nuno Teotónio; BYRNE, Gonçalo – *Memória Descritiva da Área Central*. IHRU/SIPA, NP 177.

⁸⁸ Alvo de estudo no LNEC. Consulte-se VENTURA, Teresa – *Programação de áreas comerciais: relatório final da primeira fase do estudo*. Lisboa: LNEC, 1975. LNEC, Nº R005676.

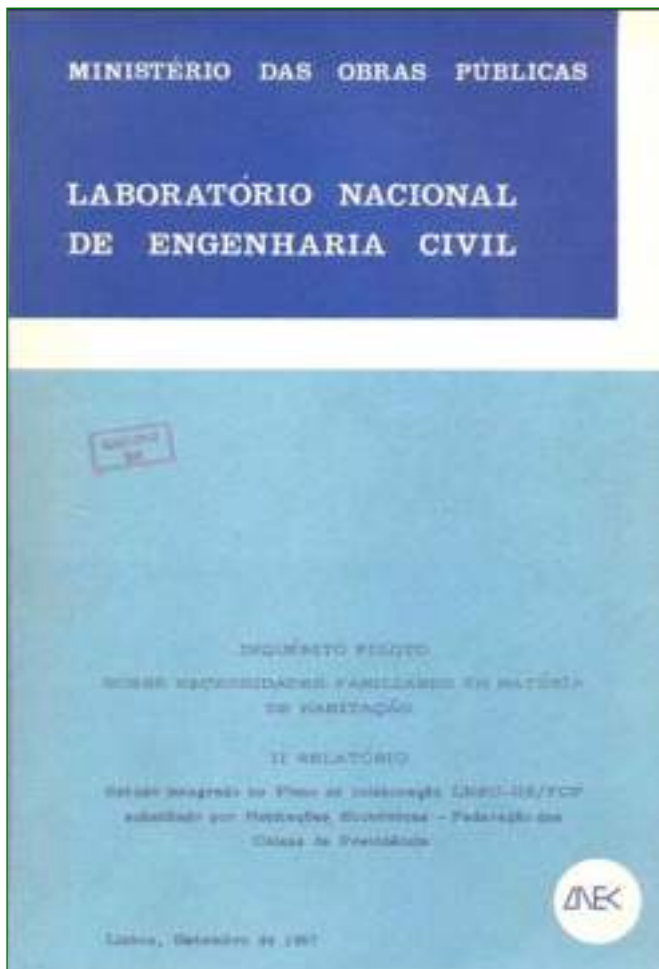


Figura 9 Investigação de referência. Biblioteca LNEC: PORTAS, Nuno e PEREIRA, Maria da Luz Valente – *Inquérito piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação: 2.º Relatório*. Lisboa: LNEC, 1963. LNEC, N.º R003909; PORTAS, Nuno – *Funções e exigências de áreas da habitação*. Lisboa: LNEC, 1969. LNEC, Informações Técnicas de Edifícios N.º 4.

em Portugal. O atual interesse (imobiliário e turístico) por este lugar, tem impulsionado mudanças nas grandes moradas, substituindo a antiga função residencial unifamiliar por várias frações autónomas residenciais, mas também serviços e turismo. Justifica-se também chamar a atenção para as alterações verificadas na ocupação do solo⁸⁹. Nomeadamente no tocante a muitas das casas (outrora) económicas que, nos dias de hoje, têm sido adquiridas por famílias que profissionalmente já nada têm a ver com o Estado. Esta alteração do “padrão” de moradores tem vindo a causar transformações físicas no Restelo, sendo por vezes difícil a identificação das ideias projetuais originais. Em pleno século XXI, subsiste a necessidade de se intervir urbana e cirurgicamente no Restelo. Este bairro lisboeta demonstra ser ainda um autêntico laboratório urbano que merece ser observado e continuamente analisado para informar a arquitetura e o urbanismo da cidade de amanhã.

⁸⁹ Consulte-se D'ALMEIDA, Patrícia Bento; MARAT-MENDES, Teresa – Bairro do Restelo: bairro(s) lisboeta que anuncia um somatório de experiências de urbanismo (sustentável). In Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, 8, Maringá, 2019 - *Actas PNUM 2019* [Em linha]. [Consult. 07/10/2019]. Disponível na Internet: https://www.researchgate.net/publication/336253962_Bairro_do_Restelo_Bairros_Lisboeta_que_anuncia_um_somatorio_de_experiencias_de_urbanismo_sustentavel.

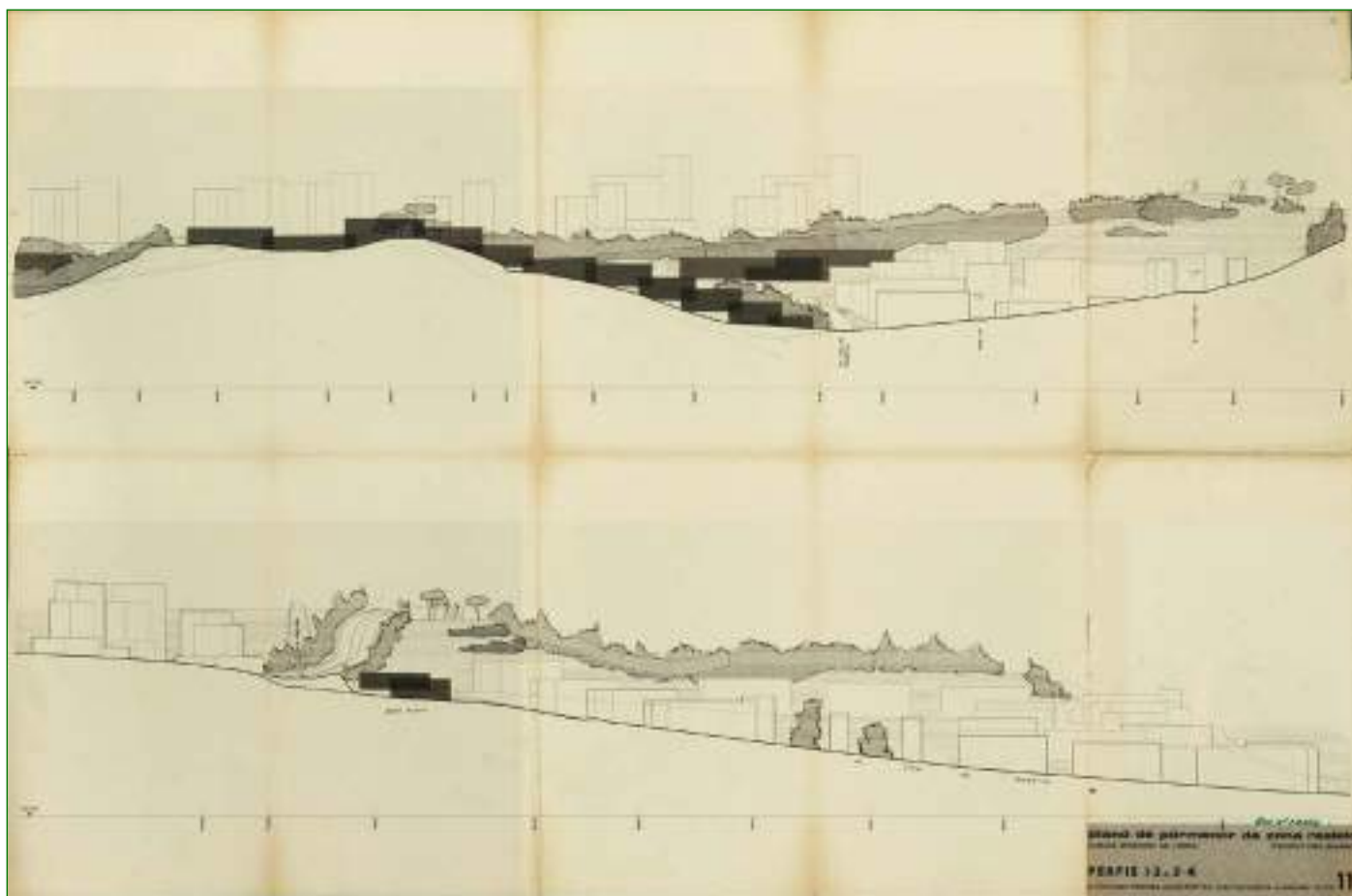


Figura 10 Perfis 1-2 e 3-4 do Plano de Pormenor da Zona do Restelo, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, João Paciência e Gonçalo Ribeiro Telles, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/ AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/383, p. 36.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda. PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04885.

COSTA, João Guilherme Faria da – Processo Individual N.º 1657. PT/AMLSB/CMLSBAH/GRHU/001/28824.

Feira Popular, pavilhão da Câmara Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000496.

Obra N.º 21101, Processo N.º 47104/950, f. 7.

Obra N.º 29235, Processo N.º 34962/955, f. 9.

Obra N.º 40538, Processo N.º 6718/942, f. 9.

Obra N.º 42900, Processo N.º 19822/943, f. 54.

Obra N.º 51204, Processo N.º 50418/1965, f. 18.

Obra N.º 54081, Processo N.º 1206/955, f. 5.

Obra N.º 57008, Processo N.º 50522/1966, f. 21.

Obra N.º 8629, Processo N.º 45172/252.

Obra N.º 9087, Processo N.º 11442/946, f. 5.

Obra N.º 11398, Processo N.º 23024/948, f. 6, 7 e 9.

Obra N.º 32583, Processo N.º 32583/DSUO/PI/1956.

Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0545.

Plano Director – Distribuição da população na Cidade segundo a previsão do Arquitecto E. De Gröer feita em 1948, Desenho Técnico N.º 10.065, 1954. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/411.

Planta Topográfica de Lisboa (Silva Pinto, 1904-1911). PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/169.

Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura, AML-NAC Caixa 2, AC.01.Sala H, Pasta S/N.º/1945.

Urbanização da Encosta do Restelo – Reajustamento da 2ª Fase, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04085.

Urbanização da Torre de Belém, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03969.

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª fase, 1953, GEO, MP 824.

Planta Cadastral da Ajuda, 1938, GEO, MP 1673.

IHRU/SIPA – Forte de Sacavém

COSTA, João Guilherme Faria da – *Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*. PT031106320819.

COSTA, João Guilherme Faria da – *Plano de Urbanização do Bairro Económico do Vale Escuro*. IPA 00026248.

COSTA, João Guilherme Faria da – *Tipo de alpendre com arrecadação e capoeira*. NP31 PT 131.

PORTAS, Nuno; PEREIRA, Nuno Teotónio; BYRNE, Gonçalo – *Memória Descritiva da Área Central*. NP 177.

PORTAS, Nuno; PEREIRA, Nuno Teotónio; PACIÊNCIA, João – *Plano de Pormenor do Restelo (Fase de Ante-Plano)*. NP 177.

Imprensa

Diário de Notícias. Lisboa (4 de janeiro de 1938).

Diário de Notícias. Lisboa (18 de abril de 1941).

Primeiro de Janeiro. Lisboa (17 de julho de 1959).

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

CABRAL, Bartolomeu da Costa – *Racionalização de soluções de organização de fogos: formas de agrupamentos da habitação*. Lisboa: LNEC, 1968. LNEC, N° R003987.

PEREIRA, Maria da Luz Valente – *Organização e qualidade do espaço urbano. Inquérito à utilização da cidade*. Lisboa: LNEC, 1971. LNEC, R004821.

PORTAS, Nuno; GOMES, Ruy – *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação*. Lisboa: LNEC, 1963. LNEC, N° R002820.

PORTAS, Nuno; PEREIRA, Maria da Luz Valente – *Inquérito piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação: 2º Relatório*. Lisboa: LNEC, 1963. LNEC, N° R003909.

PORTAS, Nuno – *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*. Lisboa: LNEC, 1969. LNEC, Informações Técnicas de Edifícios N° 4.

VENTURA, Teresa – *Programação de áreas comerciais: Relatório final da primeira fase do estudo*. Lisboa: LNEC, 1975. LNEC, N° R005676.

Legislação

Decreto n° 22444. *Diário do Governo I Série*. 82 (1933-04-10) 625 – 626.

Decreto-Lei n° 23052. *Diário do Governo I Série*. 217 (1933-09-23) 1664-1671.

Decreto-Lei n° 24802. *Diário do Governo I Série*. 299 (1934-12-21) 2137-2141.

Decreto-Lei n° 28797. *Diário do Governo I Série*. 150 (1938-07-01) 1044-1045.

Decreto-Lei n° 33278. *Diário do Governo I Série 1º Suplemento*. 256 (1943-11-24) 823-827.

Decreto-Lei nº 42454. *Diário do Governo I Série*. 188 (1959-08-18) 965-969.

Decreto-Lei nº 613/71. *Diário do Governo I Série*. 304 (1971-12-31) 2045-2051.

Diário Municipal Ano VII nº 2074. (5 de maio de 1942).

Diário Municipal Ano VIII nº 2285. (12 de janeiro de 1943).

ESTUDOS

AAVV – *Laboratório Nacional de Engenharia Civil: 60 anos de actividade*. Lisboa: LNEC, 2006.

ACCIAIUOLI, Margarida – *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ALMEIDA, Pedro de Castro – Duas palavras sobre a publicação deste álbum. In PORTUGAL. Instituto Nacional do Trabalho e Previdência – *1934-1940: bairros de casas económicas*. Lisboa: INTP, 1940.

AMARAL, Francisco Keil do – Moradia na Encosta da Ajuda. *Arquitectura*. Nº 46 (fevereiro 1953), p. 2-4.

BAPTISTA, Luís António Vicente – *A cidade em reinvenção: crescimento urbano e a emergência das políticas sociais de habitação: Lisboa século vinte*. Lisboa: [s.n.], 1996. Dissertação de doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BARRETO, Álvaro Salvação – Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto. In *Anais do Município de Lisboa 1951*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

BORGES, António Vitorino da França – Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. In *Anais do Município de Lisboa 1961*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962.

CARVALHO, Mariana Rodrigues de – *Investigação em Arquitectura: o contributo de Nuno Portas no LNEC 1963-1974*. Coimbra: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

CONRADS, Ulrich – *Programmes et manifestes de l'architecture de XXème Siècle*. Paris: Les éditions de La Villette, 1991.

COSTA, João Guilherme Faria da – Casa de férias no Rodízio. *Arquitectura*. Nº 22 (abril de 1948), p. 14-15.

D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo: panorama urbanístico e arquitectónico*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Bairro(s) do Restelo: panorama urbanístico e arquitectónico*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.

D'ALMEIDA, Patrícia Bento – *Victor Palla e Bento d'Almeida: obras e projectos de um atelier de arquitectura, 1946-1973*. Lisboa: [s.n.], 2006. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

D'ALMEIDA, Patrícia Bento; MARAT-MENDES, Teresa – *Bairro do Restelo: bairro(s) lisboeta que anuncia um somatório de experiências de urbanismo (sustentável)*. In Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, 8, Maringá, 2019 - *Actas PNUM 2019* [Em linha]. [Consultado a 07/10/2019]. Disponível na Internet: https://www.researchgate.net/publication/336253962_Bairro_do_Restelo_Bairros_Lisboeta_que_anuncia_um_somatorio_de_experiencias_de_urbanismo_sustentavel.

- D'ALMEIDA, Patrícia Bento; MARTINS, João Palla, coord. – *Victor Palla e Bento d'Almeida: arquitectura de outro tempo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.
- PAÇO D'ARCOS, Isabel – O sítio de Belém. In GASPAR, Diogo, coord. – *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005. p. 77-113.
- FERREIRA, Victor Matias – A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, 1930-1940. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XIX Nº 77-78-79 (1983), p. 693-735.
- GARNIER, Christine – Férias com Salazar. *Arquitectura*. Nº 142 (julho 1981), p. 51.
- GOMES, José Sousa – *Lisboa: da sua vida e da sua beleza*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1937.
- KRÜGER, Mário – *Leslie Martin e a Escola de Cambridge*. Coimbra: e|d|arq, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2005.
- LINO, Raul – *Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Livros Cotovia, 1992.
- MARTIN, Leslie – The grid as generator. In MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel, ed. – *Urban space and structures*. Cambridge: University of Cambridge, 1972. p. 6-27.
- MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel – *Urban space and structures*. Cambridge: University Press, 1967.
- MENDES, Manuel – Nós. Uma modernidade de fronteira – nós para uma paisagem inconclusa. In COSTA, Xavier; LANDROVE, Susana – *Arquitectura do movimento moderno: inventário docomomo ibérico, 1925-1965*. Barcelona: Associação dos Arquitectos Portugueses: Fundação Mies Van der Rohe: DOCOMOMO Ibérico, 1997. p. 14-24.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – Um testemunho pessoal. In TOSTÕES, Ana, coord. – *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2004.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959. In PINTO, António Costa – *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*. Lisboa: Edições Fragmentos, 1988. p. 323-357.
- PEREIRA, Nuno [et al.] – Dossier Restelo. *Arquitectura*. Nº 130 (maio 1974), p. 11-13.
- PORTAS, Nuno – *A Arquitectura para hoje; Evolução da Arquitectura moderna em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- PORTAS, Nuno – A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal. *Arquitectura*. Nº 66 (novembro-dezembro 1959), p. 13-14.
- PORTAS, Nuno – Actualidade de Le Corbusier. *Arquitectura*. Nº 89-90 (dezembro 1965), p. 141-144.
- PORTAS, Nuno – Arquitectura e urbanística na década de 40. In AZEVEDO, Fernando – *Os anos 40 na arte portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 33-41.
- PORTAS, Nuno – *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*. Porto: FAUP Publicações, 2005.
- PORTAS, Nuno – Atelier Nuno Teotónio Pereira: um testemunho, também pessoal. In TOSTÕES, Ana, coord. – *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2004.
- PORTAS, Nuno – Conceito de casa em pátio como célula social. *Arquitectura*. Nº 64 (janeiro/fevereiro 1969), p. 32-34.
- PORTAS, Nuno; FERNANDES, José Manuel; LAMAS, José – Nuno Portas: entrevista. *Arquitectura*. Nº 135 (outubro 1979), p. 56-67.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas – *15 anos de obras públicas: 1932/1947*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1948.

RAMALHO, Raul Chorão – Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa. *Arquitectura*. Nº 41 (março 1952), p. 13-15.

RAMOS, Carlos Manuel; VIANA, Jorge – Estádio para o C. F. "Os Belenenses". *Arquitectura*. Nº 43 (agosto 1952), p. 12-15.

SEGURADO, Jorge – Casa de habitação: vivendas modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda). *Arquitectura*. Nº 3 (abril 1946).

TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997.

Submissão/submission: 27/06/2019

Aceitação/approval: 27/09/2019

Patrícia Bento D'Almeida, DINÂMIA'CET-IUL – ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa 1649-026 Lisboa, Portugal.
patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt

Teresa Marat-Mendes, DINÂMIA'CET-IUL – ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa 1649-026 Lisboa, Portugal.
teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

D'ALMEIDA, Patrícia Bento; MARAT-MENDES, Teresa – Restelo como um laboratório urbanístico e arquitetónico.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 141 – 160.

A modernidade complexa dos bairros dos Olivais¹

The complex modernity of Olivais neighbourhoods

Tiago Cardoso de Oliveira

RESUMO

Construídos por iniciativa pública nos anos 60, os bairros dos Olivais em Lisboa são amiúde considerados como a primeira afirmação plena dos princípios da Carta de Atenas em Portugal. No entanto, à data da sua construção, estes princípios já eram postos em causa por vários arquitetos, tendo alguns destes participado nos projetos dos edifícios e influenciado o desenvolvimento do plano. Este artigo tenta desmontar ideias redutoras que se vulgarizaram sobre o bairro, expondo as circunstâncias que presidiram à sua conceção, identificando diferenças entre os planos de Olivais Norte e de Olivais Sul e procurando caracterizar e comparar diversos tipos de abordagens adotados pelas equipas de projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Olivais / Carta de Atenas / Estrutura celular / Racionalismo / *Plan masse*

ABSTRACT

Built by public initiative in the 60s, the neighbourhoods of Olivais in Lisbon are often regarded as the first full statement of Athens Charter's principles erected in Portugal. However, at the time of their construction these principles were already questioned by several architects, some of which intervened in the building projects and influenced the development of the master plans. This article attempts to dismantle reductive ideas about this neighbourhoods that have become commonplace, exposing the circumstances that governed its conception, identifying differences between the master plans of Olivais Norte and Olivais Sul, and seeking to characterize and compare various types of approaches adopted by different project teams.

KEYWORDS

Olivais / Athens Charter / Cellular structure / Rationalism / *Plan masse*

¹ O presente artigo, revisto e aumentado, tem por base a tese de doutoramento intitulada *As vicissitudes do espaço urbano moderno ou o menino e a água do banho: os bairros dos Olivais*. Lisboa: [s.n.], 2015. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

INTRODUÇÃO

Os bairros dos Olivais continuam as estratégias de expansão da cidade de Lisboa e de eliminação de *deficit* habitacional, desencadeadas por iniciativa pública nos anos 40 e iniciadas com o bairro de Alvalade. São denominados por bairros integrados por preverem comércio e serviços juntamente com a habitação. À semelhança de Alvalade, a zona dos Olivais não ostentava marcas fortes de pré-existências urbanas, mas à sua diferença, apresentava-se desligada da continuidade imediata dos eixos de expansão da área urbana que veio a estruturar as avenidas de Alvalade. Estas circunstâncias vão ajudar a conferir aos bairros dos Olivais a configuração de uma urbanização separada da cidade, imagem que é reforçada pela natureza das experiências urbanísticas que aí foram levadas a cabo.

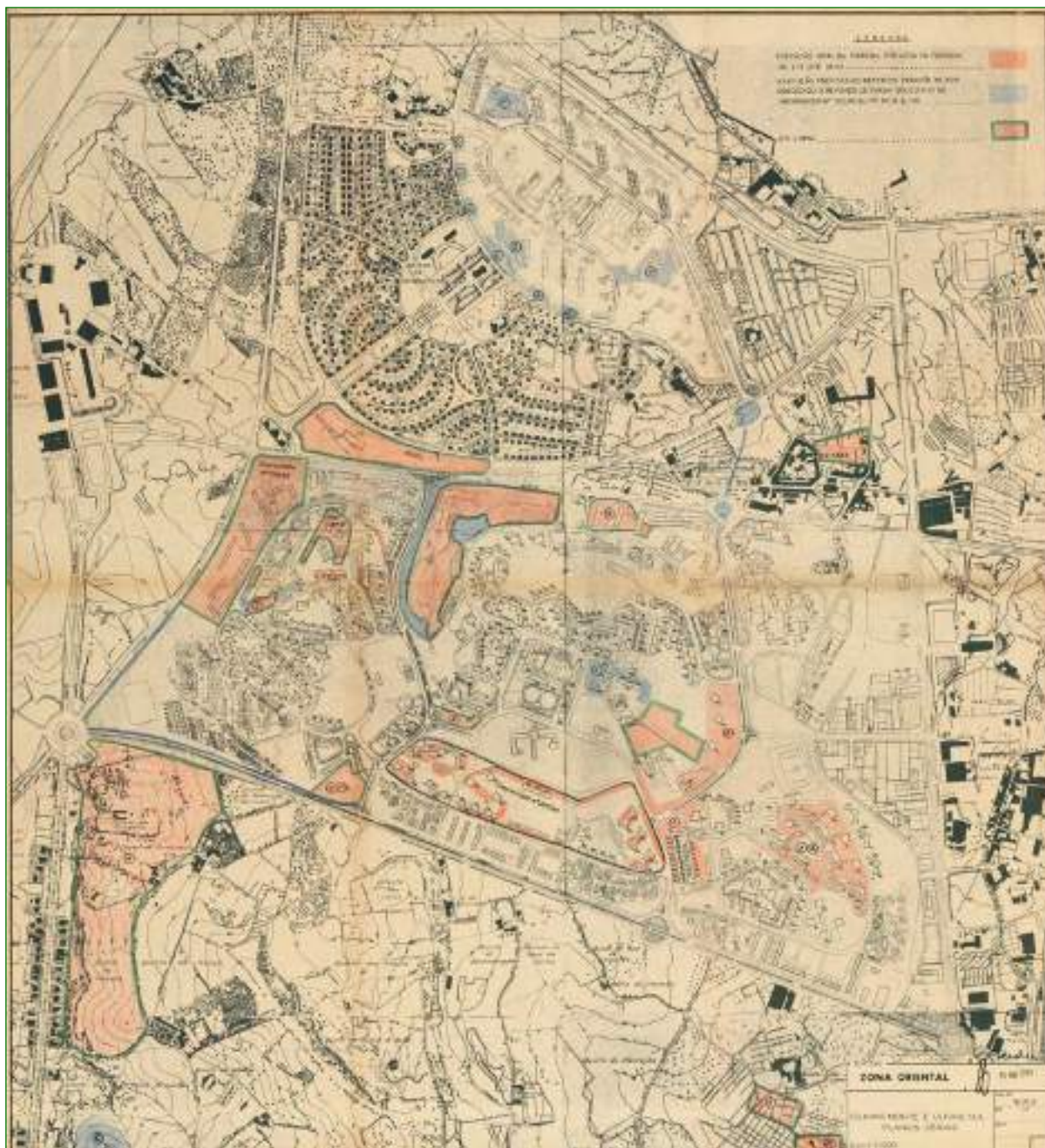


Figura 1 Planos Gerais de Olivais Norte e Sul, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMSLB/UROB/EV/0257, p. 9.

Embora já tivessem sido realizadas em Lisboa, nos anos 1950, intervenções urbanas informadas pelo ideário do Movimento Moderno, nomeadamente em Alvalade e na Avenida Infante Santo, elas consistiam em bairros habitacionais de pequena dimensão que resultavam da revisão de partes de um plano que, na sua génese, prevê um sistema urbano formal de ruas e quarteirões, como é o caso de Alvalade, ou encontravam-se encaixadas na cidade tradicional, como acontece na Avenida Infante Santo. Em qualquer dos casos, estas realizações evidenciam um cuidado singular com a forma urbana e com a relação com a cidade circundante, que as leva a considerar o alinhamento das ruas na implantação dos edifícios e, em muitos casos, a prescindir da melhor orientação solar.

Nuno Portas lembra que é nos Olivais que a cidade de Lisboa vive pela primeira vez “um ambiente alternativo ao sistema «rua-quarteirão»”². De facto, nos planos para os Olivais, tanto Norte como Sul, os edifícios implantam-se no terreno, sem a obrigação de se perfilarem pelos arruamentos e com poucos constrangimentos por pré-existências construídas. Segundo J. M. Fernandes, a influência que Olivais exerceu pelos bairros do País foi enorme e permitiu, em definitivo, a implantação e vulgarização do “ideário moderno do espaço urbano «estilhaçado» e da «casa em altura» isolada”³. Neste sentido pode argumentar-se que os bairros dos Olivais foram importantes na divulgação em Portugal do ideário do urbanismo racionalista que segue as determinações dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)⁴. No entanto, como observa Ana Tostões⁵, se Olivais Norte assume expressão moderna e internacional, finalmente concretizada num conjunto pensado de raiz no espírito da Carta de Atenas⁶, o plano de Olivais Sul constituirá um verdadeiro laboratório de experiências tipológicas e urbanísticas. Há, assim, diferenças assinaláveis entre os dois planos e entre as intervenções arquitetónicas que aí se realizaram, que nos propomos a discutir.

1. O DECRETO-LEI N.º 42454 E O GABINETE TÉCNICO DA HABITAÇÃO

Os estudos-base de urbanização dos Olivais são iniciados em 1955 no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Os Olivais foram subdivididos em duas zonas: Olivais Norte, com cerca de 40ha, e Olivais Sul, com uma área total de 187ha. Com a publicação do Decreto-Lei nº 42454 em 1959, o município fica obrigado à concretização de um plano definido de construções económicas dividido em planos anuais de distribuição de terrenos destinados à construção de habitação. O Decreto-Lei fixava um prazo de três meses e meio para a apresentação dos primeiros projetos a financiamento, pelo que a CML recorreu aos terrenos de Olivais Norte, na sua maioria já municipais, o que se repercutiria na economia da realização. Os arruamentos principais estavam construídos, os estudos de urbanização estavam praticamente concluídos e o projeto das habitações estava definido segundo o Plano de Pormenor elaborado pelo GEU entre 1955 e 58, muito embora houvesse retificações a fazer exigidas pelo diploma.

Para as novas unidades urbanas, o referido diploma preconizava uma distribuição das habitações a construir na razão de 30% para habitações de renda livre e de 70% para fogos sociais. Dentro deste último grupo estabeleciam-se quatro categorias em função do montante das prestações mensais e fixava-se a proporção dos fogos a atribuir em 40% para a categoria I, a mais económica, 30% para a categoria II, 20% para a categoria III e 10% para a categoria IV, encorajando-se explicitamente a convivência de todas estas categorias nas urbanizações a realizar.

² PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. p. 128.

³ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da arte em Portugal: a arquitectura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Vol. 14, p. 153-154.

⁴ Os 10 CIAM realizaram-se entre 1928 e 1956. Como lembra Benedetto Gravagnuolo, a eles corresponderá o papel guia na promoção de uma confrontação sistemática entre as diversas experiências e teorias da modernidade. GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del urbanismo en Europa: 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p. 385.

⁵ TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos cinquenta*. Porto: Edições FAUP, 1997. p. 76.

⁶ O 4º CIAM, realizado em 1933 e dedicado à cidade funcional, é o responsável pela produção da Carta de Atenas (escrita por Le Corbusier em 1942 e exprimindo uma posição pessoal sobre as conclusões do congresso), onde se fixaram princípios sistemáticos relativos ao moderno planeamento. Em Portugal, vai ser publicada na revista *Arquitetura* (do nº 20 ao nº 27) em 1948. Um resumo da Carta tinha já sido publicado em 1944, na revista *Técnica* do Instituto Superior Técnico (nº 147, maio de 1944).

O Gabinete Técnico da Habitação (GTH), que vem substituir o GEU, é criado em janeiro de 1960 para dar execução ao plano estabelecido no Decreto-Lei nº 42454, designadamente as tarefas atribuídas ao município pelo seu art.º 22º, que incluem a preparação dos programas de trabalho, elaboração dos projetos e direção e fiscalização das obras. A par destas atividades, inclui na sua orgânica um Serviço de Investigação que virá a desenvolver um vasto trabalho na preparação de documentação técnica para apoiar a elaboração dos projetos de arquitetura, com indicações relativas à dimensão dos edifícios e dos fogos, ao tipo de equipamento e às características de construção, sempre com a preocupação do controlo de custos. A avaliação dos resultados obtidos pela construção entretanto realizada, nas suas várias especialidades e em situações de pós-ocupação, era também considerada nas recomendações produzidas por este serviço, que viria a estabelecer uma relação muito próxima com as equipas projetistas.

Os projetos dos edifícios foram distribuídos pelo GTH de três maneiras diferentes⁷: convite direto a equipas exteriores que teriam assistência técnica por parte dos técnicos do GTH; atribuição aos serviços camarários; concursos de conceção-construção a partir de bases fornecidas pelo gabinete. No período que correspondeu ao arranque das operações em Olivais Norte e Sul, a opção mais utilizada foi a da encomenda a equipas exteriores, em que apenas 20% se referia a projetos-tipo, considerando-se o restante como projetos de repetição.

2. OLIVAIS NORTE

O Plano de Olivais Norte (ON), para 10000 habitantes a distribuir por 2500 fogos num terreno com pouco mais de um quinto do tamanho do de Olivais Sul (OS), é designado como a Célula A do Plano dos Olivais. Inspira-se numa conceção «clássica» do modernismo racionalista, em que edifícios isolados, explorando as tipologias da torre, do bloco e da «banda», se distribuem pelo terreno procurando a melhor orientação solar. A repetitividade de tipologias e a regularidade imposta à sua implantação assegura ainda ao bairro uma unidade de conjunto que, como veremos, já não se vai verificar em OS. De um modo geral, a rede viária segrega os caminhos pedestres da circulação mecânica e o traçado das ruas autonomiza-se da orientação dos edifícios mas mantém-se, ainda assim, como o elemento integrador do conjunto e condiciona a implantação do edificado (Figura 2).

A importância conferida à hélio-orientação e a separação entre os traçados das vias principais e a implantação dos edifícios, tem como exemplo precedente em Portugal o bairro da Federação das Caixas de Previdência em Ramalde, no Porto, da autoria de Fernando Távora (1952-60). No entanto, apesar de se afastar da imposição de continuidade de um desenho urbano existente, em Ramalde, os edifícios são todos projetados pela mesma equipa, têm uma tipologia única, a mesma cêrcea e uma orientação constante que determina também o traçado viário de serventia, o que o aproxima do plano de realizações em Alvalade, de que é exemplo o Bairro das Estacas.

A *tabula rasa* como dado à partida proporciona aos planeadores uma relação mais livre com o terreno e a possibilidade de aplicação quase imediata de modelos teóricos. Mas esta liberdade parece aplicar-se mais a OS, porque no caso de ON a implantação junto ao grande Bairro da Encarnação, construído em 1938, tem uma influência determinante na definição do traçado urbano. E se ON não estabelece maior continuidade com o Bairro da Encarnação em virtude da autonomia que procura na sua composição, também este último se presta pouco a isso pelo mesmo motivo.

⁷ SANT'ANA, Joel; FIGUEIREDO, Eduardo; ANTUNES, Joaquim – Aspectos da intervenção do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa na construção de habitação social. *Boletim GTH*. Vol. 6 Nº41-42 (1º semestre 1982), p. 371-376.

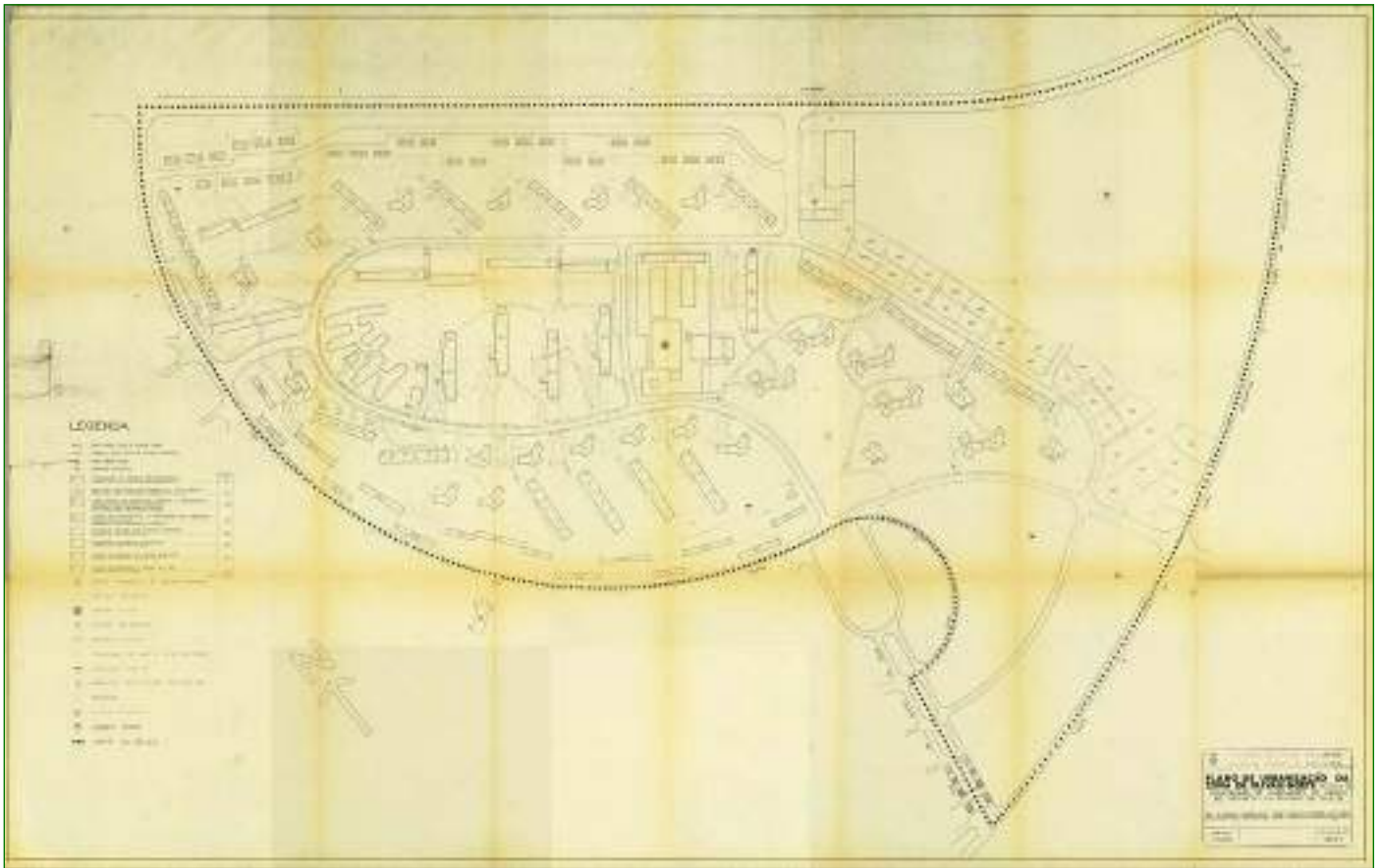


Figura 2 Plano de Urbanização da Zona de Olivais Norte, 1959-60. AML, PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/10/313/11, p. 17.

Da autoria de Paulino Montez, o Bairro da Encarnação é o maior dos bairros do Programa de Casas Económicas do Estado Novo e é constituído por moradias unifamiliares geminadas em 2 pisos, com fachada para a rua e jardim nas traseiras. Seguindo o modelo dos bairros-jardim, apresenta grandes espaços verdes públicos e dispõe-se em ruas curvilíneas de uma forma quase simétrica em relação a uma alameda central, onde se ergue a igreja. O bairro possui ainda dois eixos secundários, igualmente simétricos em relação à alameda central, que culminam em dois mercados rodeados por algum comércio e que vão comunicar diretamente com o bairro de ON. Para além de contemplar a proximidade destes equipamentos, o plano de ON inclui-se de alguma forma na continuidade do traçado viário definido pelo Bairro da Encarnação.

À diferença do Bairro da Encarnação, ON organiza-se a partir de uma hierarquia dos espaços exteriores de circulação que constrói um sistema onde os edifícios isolados de habitação podem assumir maior autonomia formal. A Memória Descritiva do plano refere a franca adoção do “princípio de independência dos blocos habitacionais, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação conveniente, isolamento das habitações, etc”⁸. Já os de equipamento organizam-se em quarteirão semiaberto na área destinada ao Centro Cívico Comercial, previsto como “um conjunto de forma a limitar um espaço livre público só acessível por arruamentos de peões”⁹. A estrutura viária é organizada em quatro níveis: arruamentos principais que ligam às grandes artérias; arruamentos de serviço para aceder a todos os pontos da célula, que desviam o trânsito das vias principais e têm o propósito expresso de não estabelecer circuitos alternativos; serventias dos blocos habitacionais; vias pedonais com um traçado que procura minimizar as distâncias a percorrer.

⁸ Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais elaborada em 1955. *Arquitectura*. Nº 81 (1964), p. 5-28.

⁹ *Idem*. O projeto do Centro Cívico, de Joaquim Ferreira, também apresentado nesta revista e que previa atividades comerciais, artesanais e profissionais, articulada por pátios, e ainda uma biblioteca e um anfiteatro, não foi construído.

Inicialmente pensados para integrar a arborização existente, afinal perdida com os movimentos de terra, os espaços livres ocupam, como relata Leopoldo de Almeida¹⁰, 62% da área de ON e o seu tratamento iniciou-se quase em simultâneo com a construção dos edifícios, o que já então constituía uma exceção. No entanto, apesar do protagonismo que lhes é concedido, os edifícios de habitação concentram-se nas tipologias de torre, de bloco e de banda, e, mesmo que se desdobrem em projetos de repetição, não geram um espaço exterior autónomo e não fragmentam a continuidade de uma estrutura urbana pré-definida, assumindo a imagem de figuras-tipo isoladas sobre um fundo contínuo.

Entre as soluções arquitetónicas para habitação apresentadas em ON distinguem-se duas estratégias de abordagem determinadas pelas categorias que as constituem. Assim, os fogos das categorias superiores constituem-se em blocos de maior dimensão (8 e 12 pisos), concentrados no sector central, e os fogos para as categorias I e II organizam-se em blocos em banda e em torres de pequena altura, mais dispersos pelo terreno. Os edifícios das categorias mais altas são dispostos de forma a solidarizar a implantação do Centro Cívico Comercial e da escola primária e a constituir o «núcleo duro» da unidade urbana.

Assim, os edifícios mais altos são colocados no centro do terreno, onde se pratica uma implantação segundo eixos cartesianos, constituindo uma espécie de acrópole, e os blocos mais baixos, com maior repetição do tipo e orientação, e geometria mais variável, dispersam-se pela periferia, numa lógica de *plan masse*¹¹ que lembra a da *Ville Radieuse*¹² de Le Corbusier. Apesar de explicar que o terreno sofreu uma regularização geral, a Memória Descritiva do plano salienta a preocupação com que este escalonamento de cêrceas acompanhe a orografia do terreno.

Os quatro blocos desenhados por Palma de Melo e Pires Martins (1960-64), implantados entre a escola e a área do Centro Cívico Comercial, asseguram a espinha dorsal deste sector central. Com oito pisos destinados à categoria III, estes edifícios apresentam um piso vazado ao nível da sobreloja e um piso térreo reservado a acessos e garagem, implantando-se perpendicularmente à rua principal, recuados em relação a ela e parcialmente desfasados entre si. O piso aberto não está ao nível do terreno, ficando assim indisponível à utilização por parte dos transeuntes e dificultando o atravessamento, embora o desfasamento entre os edifícios, o recuo em relação à rua principal e as passagens pontuais permitidas pelo piso das garagens, mitiguem o efeito de barreira (Figura 3).

A figura do bloco com um piso vazado repete-se no edifício de 10 pisos para a categoria IV, projetado por João Abel Manta e também implantado junto à área do Centro Cívico. De facto, repete-se um conjunto de figuras arquitetónicas que caracterizam de uma forma geral o bloco de habitação moderno, como as do volume desligado do chão, as da modulação da estrutura portante e da sua afirmação nos alçados, as da exaltação plástica das comunicações verticais, ou as da cobertura plana em terraço utilizável. Mantém-se também a diferenciação entre acesso de serviço e acesso principal e a orientação da zona de serviço para a frente noroeste, o que dá origem a um longo corredor de distribuição.

Neste caso, o piso térreo, também dedicado a garagens, é absorvido pela diferença entre as duas cotas de acesso ao edifício, ficando o piso vazado ao nível da praça que se desenvolve para o lado noroeste. Este piso fica praticamente reduzido à função de separação do volume superior de habitação, uma vez que não promove relações de vizinhança dentro do edifício, nem a continuidade do espaço verde exterior. Mas apesar desta diminuição de universo, o edifício participa no espaço envolvente, o que é mais do que pode dizer-se de alguns dos seus vizinhos mais recentes implantados na área reservada ao Centro Cívico.

¹⁰ ALMEIDA, Leopoldo – Olivais Norte: nota crítica. *Arquitectura*. Nº 81 (1964), p. 12-14.

¹¹ *Plan Masse* consiste na representação gráfica aérea da intervenção no terreno. Alguns autores denunciam o carácter abstrato e arbitrário desta forma de representação como método de composição urbana em si, e também de «ideologia» de projeto, ligando-o ao planeamento racionalista moderno.

Ver LAMAS, José – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para Ciência e Tecnologia, 2004. p. 370-374.

¹² Diagrama divulgado por Le Corbusier em 1930, por ocasião do 3º CIAM em Bruxelas. Dedicado ao tema “Métodos Construtivos Racionais”, com o subtema “Construções baixas, médias ou altas”, este congresso concentrou-se no estudo da divisão racional do solo. Ver MUMFORD, Eric – *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 49 e GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del urbanismo en Europa, 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p. 392.

É talvez nas categorias mais baixas que se verifica uma maior diversificação dos espaços internos, sobretudo daqueles destinados às funções de serviço. De facto, devido à exiguidade das áreas e à perda de sentido da lógica de divisão do fogo em área de serviço e de habitar, a que se assiste nas categorias mais altas, os fogos das categorias I e II são protagonistas da pesquisa de novas formas de articulação dos espaços habitacionais (Figura 4).



Figura 3 Edifício de Abel Manta em Olivais Norte, fotografia de Armando Maia Serôdio, 1963. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005332.



Figura 4 Edifício de Vasconcelos Esteves, fotografia de Artur João Goulart, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/S02419.

Os edifícios para a categoria I, de Vasconcelos Esteves, apresentam propostas de cozinhas com uma área reduzida, que comunicam abertamente com a sala comum através de áreas de ligação destinadas à tomada de refeições. Esta sobreposição de espaços e de funções vem a ser criticada em estudos posteriores do Serviço de Investigação do GTH, mas não se pode deixar de registar o interesse das experiências em torno da noção de planta livre e o de outras, relacionadas com as potencialidades de forma aberta, em que se prevê a agregação de tipos diferentes. Mas há outras propostas para as categorias mais baixas, que se concentram nas necessidades funcionais do agregado familiar e evidenciam uma atitude «revisionista» em relação às figuras do Movimento Moderno.

As bandas para a categoria I de Braula Reis e João Matoso têm a particularidade de se organizar em espaço canal, constituindo assim a única rua do tipo tradicional em ON. Para além da implantação a acompanhar a rua, o tratamento das fachadas, que se revestem a tijolo e não ostentam a marcação da estrutura portante, a utilização de vãos e varandas pontuais e não em *longueur*, e a utilização afirmada da cobertura inclinada remetem para uma reinterpretação da linguagem tradicional, ao arripio das experiências dentro do *mainstream* dos CIAM a que assistimos nas categorias mais altas. Também em banda, mas para a categoria II, os fogos de Teotónio Pereira e Pinto Freitas seguem as mesmas orientações, mas evidenciam uma preocupação particular com as relações de vizinhança. As arrecadações são transferidas para o exterior, onde se contempla uma área de convívio que é tratada com especial cuidado e para onde se desenha equipamento urbano e se prevê a contribuição de artistas plásticos. Esta ocupação do espaço urbano adjacente é singular em ON, mas será mais explorada em OS, sobretudo para o caso das categorias mais económicas (Figura 5).

Na proposta para as torres de 8 pisos previstas para a categoria II, Teotónio Pereira e Pinto Freitas procuraram contrariar o isolamento entre vizinhos criando uma pequena área de convívio em cada patamar de acesso. Também na cobertura em terraço se prevê, para além de estendais e arrecadações, um espaço parcialmente coberto que, segundo a explicação dos autores, se propõe incentivar as “relações de vizinhança e aproveitamento das vistas sobre o bairro ou o rio”¹³.



Figura 5 Edifício de Braula Reis e Matoso, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001271.

¹³ PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; PORTAS, Nuno – Habitações em torre em Olivais-Norte. *Arquitectura*. N.º 110 (1969), p. 171-174.



Figura 6 Torres de Teotônio Pereira e Blocos de Palma de Melo com o Bairro da Encarnação em primeiro plano, fotografia de Armando Maia Serôdio, 1968. AML, PT/AMLSB/GMLSB/PCSP/004/SER/SO1384.

ON constitui-se assim como um território onde as teorias urbanas desenvolvidas no seio dos CIAM podem finalmente ser postas em prática com um mínimo de constrangimentos, propiciando a inserção pontual dos edifícios num espaço livre, fluido e ajardinado, e contrapondo-se à urbanística formal praticada em Alvalade. Cumpre-se finalmente a cidade sobre o parque preconizada na Carta de Atenas, mas esta é uma realização tardia onde se nota já a reflexão crítica de alguns projetistas. Apesar disso, em ON, a estrutura geral do plano impõe-se à pulverização das propostas arquitetónicas, o que já não virá a ser o caso do vizinho OS. Poder-se-ia argumentar que o tamanho de ON, equivalente a uma célula de OS, facilita a definição de uma imagem global, mas há que admitir que não se vislumbra a mesma unidade em qualquer das outras células que compõem OS.

Leopoldo de Almeida¹⁴ aponta-lhe um excesso de fidelidade a princípios esquemáticos que terão conduzido a uma neutralidade dos espaços urbanos e a um esquema circulatório demasiado desvinculado dos edifícios. Outra dúvida que surge ao autor prende-se com a medida em que deve propor-se às populações de baixos recursos uma linguagem urbanística em clara rutura com o seu «habitat» de origem, o que denota preocupações de ordem cultural e sociológica que vão ter grande expressão no bairro de Olivais Sul.

Os arquitetos que participaram em ON pertencem à geração nascida nos anos 1920 que, na sua maioria, partilhava convicções próximas do racionalismo preconizado pelos CIAM, muito embora este já estivesse a ser posto em causa. Apesar de verificarmos que alguns destes arquitetos não partilham já desta conceção abstrata do destinatário da arquitetura, as suas intervenções resumem-se ainda a edifícios isolados.

¹⁴ ALMEIDA, Leopoldo – *Op. cit.*

Em OS vamos encontrar também a geração nascida nos anos 1930, a dos discípulos e colaboradores da primeira geração, muitos dos quais próximos das preocupações que no pós-guerra vieram pôr em causa o dogmatismo da Carta de Atenas e, em última instância, provocar a extinção dos CIAM, e que eram agora veiculadas pela revista *Arquitectura*. Como veremos, aqui terão oportunidade de intervir em grupos de edifícios agregados e de determinar a sua implantação e espaço exterior.

3. OLIVAIS SUL

O plano de OS apresenta uma estrutura celular hierarquizada, baseada no zonamento de funções, seguindo o esquema proposto pela primeira geração das *new towns* britânicas que desenvolve a tradição das cidades-jardim e se afasta do *mainstream* racionalista do âmbito dos CIAM. Fundamenta-se numa ideia de semi-autonomia do bairro em relação à cidade, ao mesmo tempo que procura autonomia entre as suas partes de uma forma hierárquica e vai permitir grande liberdade individual aos projetistas dentro de cada célula. Implantando-se a sul do Bairro da Encarnação e a norte dos terrenos ainda vagos de Chelas, dentro de um polígono definido por quatro avenidas já construídas, não vai estabelecer relações de continuidade ou interdependência com a envolvente urbana. À semelhança de ON, o território ostentava poucas pré-existências urbanas.

A malha de Olivais Sul também já tinha sido objeto de um plano por parte do extinto GEU. De acordo com a Memória Descritiva do plano elaborado pelo GTH¹⁵, a aplicação do Decreto-Lei n.º 42454 tornou obsoleto o anterior estudo que, entretanto, já resultara na construção de parte dos arruamentos, o que constituía um importante condicionamento na elaboração do novo trabalho. O documento refere que se optou por uma solução de compromisso, consistindo as alterações mais profundas na retificação das penetrações da malha e respetivos nós.

O território é descrito como uma zona rural, com uma exploração agrícola típica dos arrabaldes lisboetas que, nalguns casos, obrigaria a obras de modelação do terreno de certa importância. O tipo característico da propriedade rústica era o da quinta, com o núcleo edificado quase sempre em locais elevados, servido por áreas sombreadas com acesso por azinhas muradas. Refere-se que houve o cuidado de, sempre que possível, respeitar estas características e procurar a sua integração paisagística (Figura 7).

Na prática, o que hoje se reconhece das pré-existências construídas em OS é a persistência da geometria das azinhas no traçado da circulação viária e a conservação do cemitério e de duas das quintas, uma delas, a da Fonte do Anjo, que sempre se manteve em propriedade privada apesar de alienada da maior parte dos seus terrenos, e outra, a do Contador-Mor, que acolhe atualmente uma biblioteca municipal. No entanto, à diferença do que acontece em ON, sente-se em OS a presença singular de um território cujas características geográficas determinam a configuração do edificado.

No plano do GTH para Olivais Sul¹⁶, contemplando uma população aproximada de 38000 habitantes a instalar em cerca de 8000 fogos, os princípios racionalistas são aplicados já de uma forma crítica. Estrutura-se em cinco células, dispostas em torno de uma sexta, onde se instalaria o Centro Cívico-Comercial Principal, a que se atribuíam um papel fundamental no funcionamento semiautónomo do bairro em relação à cidade, que só muito mais tarde é realizado e em moldes diferentes do que estava determinado. Os equipamentos básicos (escolas e comércio) distribuía-se localmente segundo raios de influência e acompanhando a concentração da população. À escala do bairro, previam-se centros cívico-comerciais (um principal, dois secundários), parques principais, instalações

¹⁵ Ver Olivais Sul em Discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

¹⁶ A autoria do plano-base de OS é atribuída a Rafael Botelho e Carlos Duarte. A autoria dos planos parcelares é atribuída a um grupo de trabalho dirigido por Rafael Botelho, de que fizeram parte António Freitas, Carlos Duarte, Celestino de Castro e Mário J. Bruxelas. A autoria do projeto de urbanização, equipamento e espaços livres é atribuída a um grupo de trabalho dirigido por Carlos Duarte, de que fizeram parte Luiz Vassalo Rosa, Eduardo G. Medeiros, Francisco Figueira, Carlos Worm, Joel Santana, Joaquim Castro; Engs. J. M. Pereira Gomes e João Guterres; Escultores Jorge Vieira e António Alfredo. Ver Olivais Sul em Discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.



Figura 7 Planta de Olivais Sul, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0506, p. 2.

desportivas e igrejas. A localização dos centros cívico-comerciais secundários levava em conta a rede viária principal, implantando-se junto às vias de atravessamento, que definem a separação das células, e constituindo em conjunto com o Centro Cívico-Comercial Principal uma linha longitudinal central que se define como coluna vertebral do plano. O esquema de arruamentos internos pretendia-se claramente hierarquizado, de acordo com as funções atribuídas no plano. Também se substituiu o estacionamento ao longo do passeio por bolsas e impasses, com acesso pelos arruamentos locais e com dimensões definidas consoante as categorias de habitação. O sistema viário seria complementado por uma rede de percursos pedonais independente e demarcada da circulação automóvel, explorando “o interesse paisagístico dos percursos”¹⁷ (Figura 8).

Das seis células que compõem a malha dos Olivais Sul, apenas quatro (B, C, D, E) se destinam diretamente a habitação. A célula F é constituída em grande parte pelo Cemitério dos Olivais, por uma faixa de proteção à zona industrial e por um núcleo habitacional de realojamento. A célula G é ocupada pelo Centro Cívico-Comercial Principal. As células habitacionais incluíram, para além das zonas verdes de proteção, recreio e desporto, o equipamento escolar e comercial adequado. À escala da célula planearam-se quatro grandes parques para crianças em idade escolar que nunca seriam realizados nos moldes em que foram pensados¹⁸. Em todas as células previam-se também jardins de tratamento formal cuidado, reivindicando a tradição do jardim público lisboeta, que seriam “pontos de atracção determinantes na caracterização das zonas”¹⁹, de acordo com o que vem expresso na Memória Descritiva. Reservam-se ainda duas grandes áreas verdes na célula C para toda a população, o atual

¹⁷ Ver Olivais Sul em discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

¹⁸ Segundo a Memória Descritiva do plano, os parques a construir nos Olivais Sul contemplariam áreas lúdicas e instalações para atividades pedagógicas como teatro de ar livre, fantoches, biblioteca infantil, etc., seguindo o modelo das escolas e parques suíços “Robinson Crusoe”.

¹⁹ Ver Olivais Sul em discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

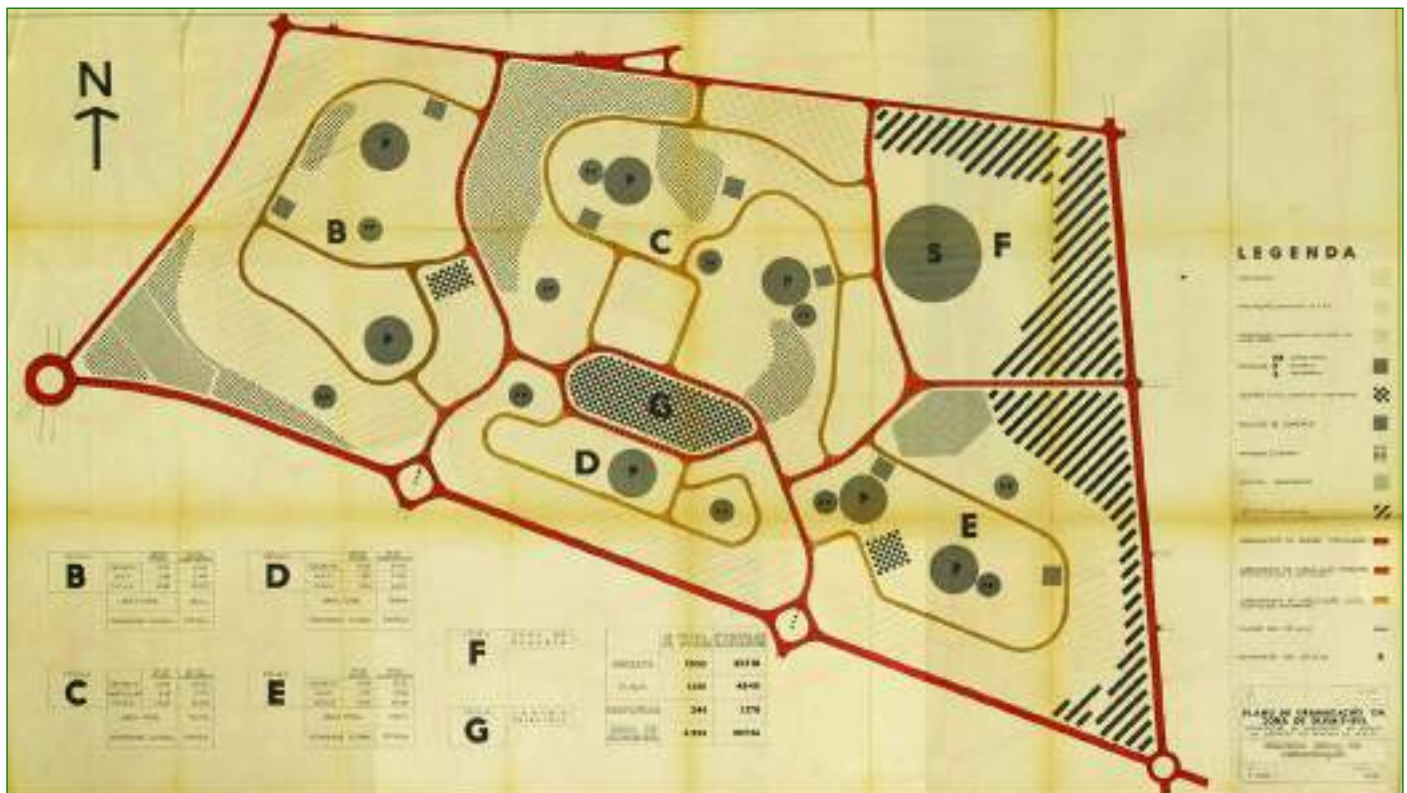


Figura 8 Estrutura Celular de Olivais Sul, 1959. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/313/05, p. 13.

Parque do Vale do Silêncio, a poente, e o parque urbano da Quinta do Contador Mor, a nascente, mas só o primeiro foi realizado.

O plano propunha-se estruturar as zonas residenciais com base no número de habitantes e estabelecer um quadro geral de equipamento e serviços ajustado aos escalões definidos. Os quatro escalões eram os seguintes: grupo residencial com 1200 a 2400 habitantes; unidade de vizinhança com 4000 a 5800 habitantes; célula com 9600 a 12000 habitantes; malha com 38400 a 48000 habitantes. Na definição destas áreas procurou antever-se as necessidades de ar livre por indivíduo e hábitos de frequentadores por faixas etárias, delineando-se uma série de determinações programáticas que vinculavam espaços livres com características definidas a cada escalão habitacional. Reservaram-se na proximidade imediata dos edifícios de habitação, no escalão grupos residenciais, terrenos de jogos infantis e espaços para o convívio e recreio de adultos, sendo estes «prolongamentos da habitação» considerados na Memória Descritiva como particularmente pertinentes nas zonas onde predominavam as categorias mais baixas.

Mas, apesar da malha ter sido organizada em função de «células», esta designação refere-se por vezes a uma subdivisão geográfica que decorre do traçado das vias principais e que adota este nome por simplificação. Assim, considera-se que as células B e C são compostas por duas unidades de vizinhança «teóricas», enquanto que as células D e E acabam por corresponder apenas a unidades de vizinhança únicas. Do mesmo modo, nem sempre os grupos residenciais correspondem exatamente à sua base teórica. Este desacerto entre o dimensionamento teórico e a aplicação prática é justificado pela preocupação em se evitar a criação de núcleos socialmente segregados e conduziu à definição de “esquemas de organização espacial interpenetrantes e fluidos”.

Ainda em relação aos grupos residenciais, se, por um lado, procurava evitar-se a auto-segregação de núcleos que resultaria da grande concentração de fogos de uma única categoria, o que era desaconselhado pelo decreto fundador, por outro, rejeitava-se a mistura indiscriminada, privilegiando-se a criação de pequenos núcleos formados por categorias afins, agregando principalmente as duas primeiras (I e II) ou as duas últimas (III e IV). Atribuía-se aos órgãos coletivos dos escalões seguintes um papel integrador destes grupos, que raramente se fechariam sobre si e se constituíam como um todo articulado em função desses equipamentos.

Carlos Duarte defende, em 2007²⁰, que o processo de organização celular utilizado em OS tem vantagens "do ponto de vista de dentro para fora", no modo de habitar, explicando que na base das coisas estava a preocupação com a forma de vida que se iria desenvolver naquele sítio. Admitindo que "isso [possa] dar origem [...] a uma certa dispersão formal, e [...] até a uma certa anarquia", considera que esse risco é mitigado em OS porque os contratos que o GTH firmava com os projetistas "eram de [...] grande dimensão de forma a [permitir] a identificação de zonas com uma certa extensão". O arquiteto sustenta que essa imagem própria só se perde quando Olivais é visto à distância, ou de avião ou automóvel, mas confessa que não era essa a ordem formal que estava na base das suas maiores preocupações, que no plano a ordem formal era subordinada principalmente a fatores de ordem sociológica. Esta posição denota afastamento da estratégia de composição formal abstrata do *plan masse*, que é associada ao planeamento racionalista moderno.

Ainda assim, em 1969²¹, Nuno Portas considerava o plano de OS limitado ao zonamento e arranjo de volumes, não designando um espaço urbano característico que, de fora para dentro, programasse os edifícios, o que, aliado à ausência de pré-existências, propiciava uma aglomeração de objetos disputando protagonismo, num "estranho «collage» espacial com o seu quê de experiência de concretismo sonoro, ou montagem pop de elementos achados, que apenas fica empobrecido pelo facto de ter sido feito sem humor". Mesmo as soluções de arquitetura mais repetitivas e tipologicamente articuladas são, segundo ele, reduzidas a objetos pela não-estrutura do conjunto e cita um morador do bairro, que o descreve como um conjunto de edifícios "semeados em dia de vendaval". Significativamente, Portas reconhece ao plano de ON uma ordem legível, por vulgar que fosse.

Carlos Duarte explica em 2002 que o convite a arquitetos para executar os projetos no seu *atelier* resultava também da ausência de alternativa face ao tempo e recursos disponíveis, admitindo que este sistema viria a revelar dificuldades, nomeadamente na relação entre urbanistas e arquitetos, e terá sido responsável por algumas soluções de compromisso. Acrescenta que as indicações numéricas das células eram acompanhadas por visualizações a três dimensões que exprimiam intenções de organização espacial e volumétrica: "Com o andar do tempo verificar-se-ia que em alguns casos conduziram a desentendimentos entre as duas partes, embora noutros tivessem constituído um ponto de partida para um trabalho comum"²².

É assinalável o esforço do GTH em coordenar e articular formalmente as propostas das equipas projetistas. Apesar das críticas à consistência da estrutura urbana de OS, poder-se-ia argumentar que é a maleabilidade dessa estrutura que permite a diferenciação das soluções de arquitetura e a riqueza da sua articulação com o espaço exterior imediato. De uma forma geral, os teóricos coincidem na crítica à legibilidade, ou mesmo à identidade da estrutura urbana de OS, mas reconhecem o cuidado que houve no tratamento do espaço livre exterior, e parece ser sobretudo ao nível da resolução dos grupos residenciais que encontram maior interesse disciplinar na intervenção.

Podemos argumentar que o Plano de OS contribui para o processo de distanciamento das teorias da Carta de Atenas. A sua estrutura celular, que facilitava as incursões dos autores dos projetos de arquitetura no desenho urbano, afastava-se da conceção de ON, onde era legível a repetição do tipo, descrita por Portas como a "unidade imposta à diversidade"²³. Embora em ON se verifiquem experiências, ainda que circunscritas aos edifícios, que já indicam uma atitude crítica em relação ao esquematismo dos CIAM, o plano apresenta-se ainda tributário dos modelos racionalistas já testados. Em OS, a mistura de tipos e formas de agrupamento é encorajada, prescindindo-se da disposição hélio-orientada ou de outra geometria reguladora, "a diversidade impondo-se à unidade"²⁴.

²⁰ NUNES, João Pedro Silva – *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. p. 120 e 122-123.

²¹ PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. p. 129-130.

²² DUARTE, Carlos – Memórias de Olivais-Sul. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 53-58.

²³ PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 48-52.

²⁴ *Idem*.

Carlos Duarte confirma a influência das realizações inglesas do pós-guerra, nomeadamente na adoção do conceito de «unidade de vizinhança», embora sem seguir à letra os esquemas dessas cidades. O autor frisa que tudo é feito na perspectiva de aplicação a uma cidade como Lisboa, com uma tradição de viver urbano e um património histórico e arquitetónico peculiar, e que por isso se insistiu na «vida de bairro» com tradução espacial em ruas, caminhos e praças. Esta intenção terá tido, segundo ele, correspondência no trabalho de algumas equipas de projetistas, na linha de realizações da INA-Casa, na mesma época em Itália. Duarte revela que houve a preocupação em agrupar os arquitetos por «tendências», “assim se conseguindo núcleos de paisagem urbana de relativa homogeneidade”, mas reconhece ainda assim a existência de casos de “evidente ruptura imagética”²⁵.

Na Memória Descritiva assinala-se como intenção de base “dar forma a uma organização espacial de características vincadamente urbanas em que sejam consideradas algumas soluções tradicionais de cidade (rua, praça, pátio)”. O respeito pelas características orográficas do terreno é repetidamente mencionado, nomeadamente na descrição dos circuitos de peões, que se pretendiam independentes das vias de tráfego automóvel, mas com uma leitura fácil, “ligando os centros de interesse principais e explorando o interesse paisagístico dos percursos”, e em cujo traçado se teve em conta as azinhagas existentes. Enumeram-se assim preocupações morfológicas que podem parecer contraditórias, como a disposição dos edifícios ao longo do terreno “sem lhe alterarem os aspectos essenciais, antes acentuando as suas características”, a implantação das torres nos pontos altos “ou de forma a propiciar uma leitura rítmica das cumeadas” e, nas encostas, a aderência das construções ao relevo que, no entanto, “igualmente e deliberadamente se pretendem encontrar na continuidade da melhor tradição da arquitectura e arte urbana da cidade”.

De facto, parecem evidenciar-se diferenças de conceção entre os principais responsáveis pela sua elaboração, Rafael Botelho e Carlos Duarte. Apesar de próximos em idade, o primeiro, nascido em 1923, foi mais do que uma vez bolseiro em Inglaterra para estudar *in loco* as *new towns*, e o segundo, nascido em 1926, mostrava interesse pelas experiências nórdicas e italianas, sobre as quais escreveu na revista *Arquitectura*, e manifestava as preocupações culturais que temos vindo a conhecer.

Nuno Portas relata que em OS lhes coube uma unidade de vizinhança com mais de 500 habitações de baixo custo onde o plano de volumes “indicava também bandas e torres como ingredientes compositivos”. Segundo ele, procuraram levar mais longe a crítica ao *mainstream* racionalista: “tentar inserir a praça, a rua, o pátio, como espaços positivos (menos residuais) que os edifícios, por seu turno, mais encostados uns aos outros, moldariam”. Articularam, assim, os «blocos» em quarteirões relativamente abertos e de geometria irregular, de modo a ladearem os arruamentos e introduziram também funções não habitacionais nos edifícios, que no programa eram previstas separadas, “para que essas ruas ou praças não ficassem apenas na retórica do «feito»”²⁶.

A descrição adequa-se aos edifícios em banda para a categoria I que projetou com Costa Cabral na Célula C, que era gerida por Carlos Duarte. A organização interna das habitações, explica Portas, procurava coerência com o espaço público pretendido, tentando que as “peças mais vividas (cozinhas, quartos dos filhos, escadas) se abrissem para o interior dos quarteirões, que, “ao contrário do *standard* racionalista”, a entrada no fogo não desse diretamente para a sala nem esta desse acesso aos quartos e se pudesse fechar ao uso da casa (ou em alternativa ser vista como um espaço multiusos), ou ainda que não houvesse passa-pratos entre a sala e a cozinha mas que fosse esta a ter um recanto para comer. Estas experiências culturais chegam a causar, nas bandas como nas torres, desalinhamentos entre as paredes e a estrutura portante que seriam inadmissíveis à luz dos cânones racionalistas.

Nestas torres, para a categoria II, encontramos de novo uma zona de convívio com vista para a rua no patamar de piso, como nas torres de Nuno Teotónio Pereira e António Freitas em ON para a mesma categoria, mas desta vez apartada da zona que concentra as entradas para os quatro fogos. No interior das habitações definem-se circulações possíveis através das várias divisões, procurando versatilidade de uso num espaço de área reduzida.

²⁵ DUARTE, Carlos – Memórias de Olivais-Sul. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 53-58.

²⁶ PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 51.

Nas intervenções em OS nota-se preocupação com o espaço concreto e com as circunstâncias do lugar. Mesmo que se considere que isso acontecia de modo descontínuo e segundo o arbítrio dos diversos projetistas, o plano de urbanização não deixava de dar indicações nesse sentido. Na zona Sul da Célula B, os edifícios de quatro pisos em banda de Vasco Croft, Justino Morais e Joaquim Cadima seguiram um estudo de volumetria e organização, prevendo uma massa edificada em bandas contínuas e definindo uma sucessão de logradouros de serventia próxima das habitações.

Quando da publicação do projeto²⁷, os autores manifestaram interesse numa movimentação volumétrica que evitasse “a monotonia das fachadas contínuas e das empenas cegas, frequentemente observável nos edifícios sujeitos a limites orçamentais baixos”. A edificação, para a categoria I, organizou-se com base na repetição e conjugação de núcleos de três fogos reunidos por núcleo de acessos comum. Segundo os arquitetos, a célula-base foi estudada “de forma a permitir a sua junção com as células imediatas, através das empenas ou de uma das frentes, permitindo formar bandas contínuas com possibilidade de ligeiras inflexões para acompanhar os arruamentos, ou conjuntos mistos em T, L ou U”. Embora não façam referência à organização interna dos fogos, reconhecem-se preocupações partilhadas com Portas e Costa Cabral na definição de zonas autonomizadas junto da cozinha para refeições ou serviços domésticos e de varandas com área suficiente para se estar, ainda que não se identifique a mesma preocupação com a possibilidade de compartimentação dos espaços e de distinção de percursos.



Figura 9 Edifício de Croft, Morais e Cadima, fotografia de Arnaldo Madureira, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/004179.

²⁷ CROFT, Vasco; MORAIS, Justino; CADIMA, Joaquim – Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul. *Arquitectura*. Nº 110 (1969), p. 166-169.

²⁸ PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 48-52.

Ambas as equipas partilham uma abordagem ao projeto de habitação coletiva em que a orientação solar não é a principal questão, mas, sim, a presença urbana e a relação com o espaço exterior. Mas enquanto Portas²⁸ justifica a utilização do tijolo à vista como uma forma de acentuar a continuidade das paredes dos alçados dos edifícios no espaço exterior coletivo, Croft, Cadima e Morais²⁹ argumentam a sua utilização pelo lado do conforto térmico e do envelhecimento do material. Também em relação à solução para a cobertura, enquanto Portas confessa uma posição de partida influenciada pela retórica neo-realista para explicar a opção pelo telhado, a outra equipa continua com a argumentação técnica para fundamentar a solução em laje de betão armado, com enchimento de betão celular e revestimento cerâmico. No entanto, parece claro que Croft, Cadima e Morais partilham um léxico figurativo de tendência cultural com Costa Cabral, Portas e outros projetistas que vão trabalhar em OS.

Como em ON, é sobretudo nas categorias mais baixas que encontramos as propostas mais interessantes em OS. A Memória Descritiva do Plano esclarece que as bandas contínuas de quatro pisos se destinavam sobretudo às categorias mais baixas, até por ser este o limite de pisos que exclui a obrigatoriedade de meios mecânicos (mais caros) para os acessos verticais, o que conferia aos espaços exteriores uma importância acrescida por servirem uma população que “por virtude de hábitos tradicionais, de um sedentarismo forçado pela própria condição económica e também pela exiguidade das habitações mais os poderão apreciar”. No entanto o GTH admite terem sido considerados casos diferentes “a título excepcional e tentados com uma intenção deliberadamente experimental”. Será este o caso dos edifícios em banda de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo, também na Célula B, que apesar de se destinarem à categoria I apresentam um desenvolvimento de sete pisos.



Figura 10 Edifício de Figueiredo e Lobo, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967.
AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/VGF/001227.

²⁹ CROFT, Vasco; MORAIS, Justino; CADIMA, Joaquim – *Op. cit.*

Aqui é utilizado o sistema de distribuição em galeria exterior, que minimiza a utilização de elevadores e articula os diferentes corpos tanto em planimetria como em altimetria. No entanto, esta galeria não é apenas entendida como dispositivo de circulação, mas, também, como espaço que promove as relações de vizinhança. Igualmente significativa é a definição de uma área de limiar entre a entrada do fogo e a galeria. Esta zona de soleira confere às galerias o carácter de cenário urbano que é acentuado pelo envolvimento que proporciona a articulação dos tramos do próprio edifício. A relação com estas ruas artificiais parece procurar substituir a relação com o exterior imediato, que é assim transportada para as alturas.

Pensado como edificação autónoma e passível de repetição, o edifício parece querer constituir-se ele próprio num lugar que pode ser implantado em sítios diferentes. Por ambiciosa que possa parecer a pretensão, ela distingue-o dos edifícios isolados de conceção mais racionalista que vimos em ON, ou, para não irmos tão longe, do edifício vizinho desenhado por Hernâni Gandra, Neves Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins que, por alguma razão, é conhecido entre os residentes do bairro pelo nome de «comboio parado» (Figura 11).

Projetado para a categoria II, este último edifício desenvolve-se em oito pisos e também é servido por um sistema de distribuição em galeria, mas, à diferença do anterior, é pensado de uma forma mais genérica e mais conforme aos cânones universais da arquitetura racionalista do Movimento Moderno. Ao contrário das intervenções em Alvalade, não encontra o respaldo da cidade tradicional, existente ou projetada, e parece poder prolongar-se por uma extensão indeterminada, somando «carruagens». Por outro lado, apesar de ter a mesma orientação Noroeste-Sueste dos blocos em ON, não se encontra inserido num ritmo de composição que estabeleça limites claros à sua configuração.



Figura 11 Edifício de Gandra, Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins, fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001817.

Como vimos, em OS, à definição do espaço exterior através do contínuo construído, em que poderíamos incluir as intervenções de Portas e Costa Cabral ou as de Croft, Cadima e Morais, que continuam as linhas de investigação mais «urbanas» do Neo-Brutalismo britânico ou do Neo-Realismo italiano, contrapõe-se a implantação pontual de torres em sítios determinados, que vai ao encontro do propósito de Rafael Botelho de balizar uma leitura geral do território marcando os seus pontos altos e que denota a influência do espírito pitoresco no Neo-Humanismo britânico ou do Neo-Empirismo nórdico.

Na zona Sul da Célula C, Manuel Tainha e Raul Hestnes Ferreira constroem três torres de dez pisos para a categoria 2, em que a intenção de Botelho parece ser tomada em conta e porventura acentuada de uma forma inusitada pela cor escolhida pelos arquitetos. Aqui existe uma analogia com as torres de Portas e Costa Cabral na definição de zonas de convívio e de vista para o exterior nos patamares de piso. Mas enquanto estes privilegiavam a visão mergulhante, para a rua e para o bairro, Tainha e Hestnes Ferreira exploram a vista distante, à escala do território. Nestas torres, as aberturas para os patamares alternam entre duas fachadas opostas, variando em altura conforme os andares e em orientação conforme os edifícios, demonstrando preocupação com a composição geral do conjunto e com tomadas de vista que pressupõem a posição distante do observador.

Embora os prismas quadrangulares que constituem os edifícios se implantem com uma aresta para Norte, minimizando a exposição a esse quadrante, as tipologias organizam-se simetricamente em relação aos seus eixos, que podem rodar noventa graus de torre para torre, o que representa uma apreciável quantidade de orientações solares diferentes, nem todas boas, para habitações de planta semelhante. De resto, todas as arestas, orientadas aos quatro pontos cardeais, apresentam vãos que correspondem invariavelmente a janelas de quartos. Daqui se conclui da existência de uma abordagem poética ao edificado no seu conjunto que se sobrepõe a questões pontuais de ordem mais genérica e racionalista, que é ilustrada pela importância dada à composição urbana e se evidencia na atenção dada à implantação dos edifícios e à definição do espaço exterior comum.

Já noutras experiências em torre, como a de Fernando Gomes da Silva e Octávio Rego Costa, também na Célula C, os acessos a cada lote são individualizados e os edifícios tratados como entidades autónomas. Assegurando, com a sua implantação, a leitura rítmica das cumeadas pretendida no plano, estas três torres de catorze pisos são também idênticas, mas, à diferença das de Tainha e Hestnes Ferreira, mantêm a mesma orientação, com a coluna de escadas do lado Norte, minimizando assim a exposição dos fogos para esse quadrante. Não se tem assim propriamente uma leitura de conjunto, mas antes uma visão serial de objetos que pontuam o território e que, sem grande diferença, poderiam ser mais do que três.

Mas se as torres de Gomes da Silva e Rego Costa e as de Tainha e Hestnes Ferreira cumprem o desígnio de pontuar o território, isso não acontece às de Portas e Costa Cabral. Embora estas últimas sejam implantadas de modo a continuar o ritmo imprimido pelas primeiras, apesar de variarem de orientação, têm metade da cêrcea e estão envoltas por construção, não conseguindo sobressair como pontos notáveis à distância, sobretudo depois do crescimento da vegetação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos dos Olivais partilham uma conceção de composição de volumes soltos sobre o terreno, com uma implantação autónoma do traçado das vias de circulação e em que os equipamentos e serviços são segregados da habitação. No entanto, para além destas semelhanças, a que se pode juntar a disciplina de construção e os condicionamentos impostos pelo Decreto-Lei nº 42454, existe uma série de diferenças que ilustram a complexidade cultural do pensamento arquitetónico e urbanístico à época e, em particular, em Portugal.

Se em ON se reconhece um traçado agregador na composição e se remete o terreno em que está implantada para uma posição de pano de fundo, em OS, os volumes organizam-se de uma forma celular, que procura tirar partido da orografia. Em ON, a estrutura compositiva é clara em todo o território e os edifícios estão submetidos às suas



Figura 12 Torres de Gomes da Silva e Rego Costa (1.º plano) e torres de Portas e Costa Cabral (2.º plano), fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJF/001875.

regras, funcionando como elementos de um todo. Em OS, a composição geral não consegue uma legibilidade clara e a caracterização urbana firma-se sobretudo nas soluções encontradas pelas diferentes equipas projetistas para os *grupos residenciais*, que funcionam como fragmentos. Poderíamos ainda concluir que, em ON, somos remetidos para o todo e, em OS, somos remetidos para a parte.

Naturalmente que, nestas comparações, é preciso ressaltar a diferença de dimensão entre os dois territórios. O facto de OS ser quatro vezes maior que ON é importante para a sua legibilidade como estrutura, mas, ainda assim, não há dúvida que não encontramos dentro das células de OS a identidade com o todo que encontramos em ON. No entanto, em certa medida, o relativo «falhanço» que é apontado ao plano de OS no que diz respeito a impor uma imagem urbana é ressaltado pela liberdade que permitiu aos projetistas conceber cada intervenção. Apesar da diversidade destes fragmentos, sente-se em OS um espírito de lugar e há, na sua edificação, uma coerência espacial e formal, ainda que se possa apontar que parte dessa coerência se deva às imposições construtivas do GTH e às restrições programáticas do Decreto-Lei nº 42454.

De outra forma não se compreenderia o modo como a construção compacta e contínua que se construiu na área destinada ao Centro Cívico em OS nos parece desadequada. O alinhamento pela rua e em cortina ininterrupta de edificação, que atinge a cêrcea dos 14 pisos, contrasta de forma contundente com a implantação fragmentada, a geometria variada, a presença do terreno e a mistura de tipologias que caracterizam o bairro. O encerramento do interior do lote da Célula G, o regresso à forma fechada, ou quarteirão, ainda por cima com estas dimensões, revela-se contraditório com o «espírito» dos Olivais. Talvez este contraste seja mais elucidativo da presença de uma estrutura em OS, ou pelo menos de um desígnio compositivo, do que a tentativa de enunciação das suas regras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

Planos Gerais de Olivais Norte e Sul, 1970. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0257, p. 9.

Plano de Urbanização da Zona de Olivais Norte, 1959-60. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/313/11; Pág. 17.

Planta de Olivais Sul, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0506, p. 2.

Estrutura Celular de Olivais Sul, 1959. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/313/05, p. 13.

Edifício de Abel Manta em Olivais Norte, fotografia de Armando Maia Serodio, 1963. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005332.

Edifício de Vasconcelos Esteves, fotografia de Artur João Goulart, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/S02419.

Edifício de Braula Reis e Matoso, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001271.

Torres de Teotónio Pereira e Blocos de Palma de Melo com o Bairro da Encarnação em primeiro plano, fotografia de Armando Maia Seródio, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S01384.

Edifício de Croft, Morais e Cadima, fotografia de Arnaldo Madureira, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/004179.

Edifício de Figueiredo e Lobo, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001227.

Edifício de Gandra, Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins, fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001817.

Torres de Gomes da Silva e Rego Costa (1º plano) e torres de Portas e Costa Cabral (2º plano), fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001875.

ESTUDOS

ALMEIDA, Leopoldo – Olivais Norte: nota crítica. *Arquitectura*. Nº 81 (1964), p.12-14.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da arte em Portugal: a arquitectura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. vol 14.

CROFT, Vasco; MORAIS, Justino; CADIMA, Joaquim – Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul. *Arquitectura*. Nº 110 (1969), p. 166-169.

DUARTE, Carlos – Memórias de Olivais-Sul. *Jornal Architectos*. Nº 204 (2002), p. 53-58.

GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del urbanismo en Europa: 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

LAMAS, José – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para Ciência e Tecnologia, 2004.

MUMFORD, Eric – *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

NUNES, João Pedro Silva – *À Escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007.

PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; PORTAS, Nuno – Habitações em torre em Olivais-Norte. *Arquitectura*. Nº 110 (1969), p. 170-173.

PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 48-52.

SANT'ANA, Joel; FIGUEIREDO, Eduardo; ANTUNES, Joaquim – Aspectos da intervenção do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa na construção de habitação social. *Boletim GTH*. Vol. 6 Nº 41-42 (1º semestre 1982), p. 371-376.

Extractos da memória descritiva do estudo base de Olivais elaborada em 1955. *Arquitectura*. Nº 81 (março 1964), p. 5-11.

Olivais Sul em discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos cinquenta*. Porto: Edições FAUP, 1997.

Submissão/submission: 31/07/2019

Aceitação/approval: 15/11/2019

Tiago de Almada Cardoso Proença de Oliveira, CEEA – Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto (ESAP), 4050-545 Porto; Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura (DECA), Faculdade de Engenharia, Universidade da Beira Interior, 6201-001 Covilhã, Portugal. tiago.cardosodeoliveira@gmail.com

Oliveira, Tiago Cardoso de – A modernidade complexa dos bairros dos Olivais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 161 – 181.

Explorar a cidade: passo a passo pelos bairros de Lisboa

Ana Brites
Ana Loureiro
Filipa Ferreira
Vitória Pinheiro*

Lisboa, designada como “cidade de bairros” na Carta Estratégica de 2010-2024, apresenta-se, ao longo do tempo, com uma morfologia habitacional de marcas identitárias únicas presentes em bairros como os do Alto do Pina, da Boavista, da Madragoa, de Alvalade, da Graça, da Ajuda, entre outros.

Mas que marcas identitárias definem um bairro? – É a questão que se coloca. Sobre esta relembramos a afirmação do escritor Mário de Carvalho:

[...] é um privilégio viver nesta cidade tão bonita e cheia de ressonâncias. Em cada esquina encontra-se qualquer coisa que vem de trás, que evoca outras coisas. Nós vamos numa rua que parece insignificante e, de repente, aparecem imensas coisas que nos surpreendem. Há também o carácter quase ímpar de certos bairros e isso confere-lhe uma identidade única¹.

O escritor afirma uma Lisboa cheia de ressonâncias, de ecos que vêm do passado e que trazem à memória marcas presentes na arquitetura dos bairros, nos topónimos e nas gentes que os habitam.

Se, por um lado, o bairro pode ser entendido como uma subdivisão de uma cidade ou localidade, por outro, os laços criados para quem os habita vão mais longe que essa visão simplista, havendo uma noção de pertença e rivalidade entre bairros, como se de uma família se tratasse. E é dessa união que nasce a identidade única de cada bairro e de cada cidade².

É a procura dessa identidade única que a equipa do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa tem como preocupação constante na construção da memória da cidade, aquando da conceção e execução dos seus projetos destinados a todos os públicos. A abrangência e a transversalidade das atividades incidem nos diferentes públicos de todas as faixas etárias, com temas para todos os níveis de escolaridade, desde o pré-escolar até ao universitário, bem como para famílias, adultos e seniores. Tendo assumido um compromisso com a educação e preservação da memória individual e coletiva da cidade, esta equipa tem vindo a desenvolver, desde 2003, uma

*Equipa do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa.

¹ CARVALHO, Mário de – Entrevista. Os bairros dão identidade única a Lisboa. *Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Marca e Comunicação. N. 27 (2019), p. 43.

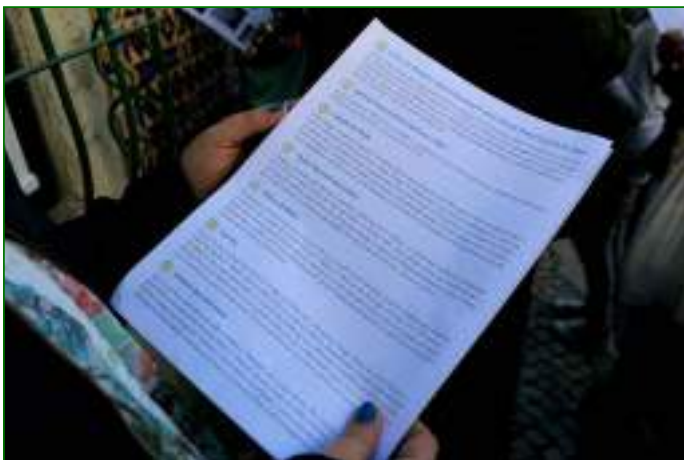


Figura 1 Roteiro da atividade Explorar a Cidade. Fotografia do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa, 2016. Arquivo Municipal de Lisboa (AML).



Figura 2 Percurso de Explorar a Cidade em Belém com alunos do CED Nuno Álvares Pereira. Fotografia do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa. AML.

estreita relação com as escolas ao longo de todo o ano letivo, trabalhando as competências dos alunos com uma ampla oferta de atividades educativas.

Para o público escolar, em particular, a finalidade é contribuir para o desenvolvimento de todas as áreas de competências consideradas n' *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*³, que os alunos devem adquirir como ferramentas indispensáveis para o exercício de uma cidadania plena, ativa e criativa na sociedade da informação e do conhecimento em que estão inseridos.

Cabe a todos nós o dever de preservar o património cultural, material e imaterial, para memória das gerações futuras. Contudo, o Arquivo Municipal de Lisboa detém uma responsabilidade acrescida nesta matéria, pois é a entidade responsável pela guarda de toda a documentação da capital. Quando falamos em arquivo temos em mente a organização de documentação guardada em local próprio, em condições adequadas e específicas. Ao pensarmos numa definição de Arquivo pensamos no conceito, na sua finalidade e no valor da sua documentação. Senão, vejamos a Declaração Universal sobre os Arquivos:

Arquivos registam decisões, ações e memórias. Arquivos são um património único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida⁴.

Os arquivos são, de acordo com a sua definição, lugares de aprendizagem ativa, de dimensão cívica e democrática imprescindível à formação da identidade, ao reforço do conhecimento e à consciência histórica dos cidadãos, são equipamentos socioculturais disponíveis e próximos das comunidades.

No caso do Arquivo Municipal de Lisboa, em especial, e como foi referido, este preserva a memória e identidade da cidade de Lisboa, tendo à sua guarda alguns dos mais antigos e importantes documentos da sua história, que permitem conhecer melhor a cidade e os seus habitantes ao longo do tempo. É neste processo de reforço de consciência histórica e de identidade que esta equipa desempenha um papel preponderante junto das escolas do município, procurando divulgar factos sobre a história e memória da cidade desde o século XIII até à atualidade.

² Dicionário de conceitos disponível em <https://conceito.de/bairro>.

³ OLIVEIRA MARTINS, Guilherme [et al.] – *O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE), 2017.

⁴ Declaração universal sobre arquivos aprovada na 36ª sessão da Assembleia Geral da UNESCO realizada em Paris, em novembro de 2011.



Figura 3 Atividade Passo a passo pelo bairro da minha escola: transformações e permanências. Fotografia do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa. AML.

A cada ano letivo novos desafios se configuram, não só aos professores como a todos os agentes educativos, no desenvolvimento de competências dos alunos do século XXI.

É, pois, sob esta premissa que o Serviço Educativo procura inovar tendo sempre em foco a sua missão – promover o conhecimento cultural e patrimonial, divulgar o património histórico-cultural da cidade de Lisboa.

Com base no Programa de Estudo do Meio do Ensino Básico – 1º ciclo⁵, constatamos que o Passado é um tema central, tanto a nível local como nacional. Em específico, o Passado do Meio Local, inserido na temática *À descoberta dos outros e das instituições*, é uma das aprendizagens essenciais (AE)⁶ do 3º ano, cujos objetivos são:

- Identificar figuras da história local presentes na toponímia, estatuária, tradição oral, etc;
- Conhecer factos e datas importantes para a história local (origem da povoação, concessão de forais, batalhas, lendas históricas, etc.);
- Conhecer vestígios do passado local;
- Reconhecer a importância do património histórico local.

Ora, o Arquivo Municipal de Lisboa, tendo ao dispor documentos onde o passado local está registado, designadamente mapas, fotografias, projetos de arquitetura, entre outros, é o lugar ideal para qualquer cidadão testemunhar as transformações e as permanências nos bairros de Lisboa. Com base nos currículos definidos pelo Ministério da Educação, o Serviço Educativo considerou ser de grande importância arquitetar atividades que fossem ao encontro das metas de aprendizagem.

Assim surgiu o *Explorar a cidade*. Concebido com o objetivo de dar a conhecer ao público escolar o bairro onde a escola está inserida e fazer a reconstituição do passado local, é realizado um percurso onde os alunos descobrem o património histórico/cultural presente no bairro da sua escola através de topónimos, estátuas, monumentos, equipamentos, edifícios em que outrora existiram atividades agora extintas, mas onde marcas desse passado permanecem até hoje. Com recurso ao acervo do Arquivo Municipal de Lisboa é produzido um roteiro que acompanha os alunos durante todo o percurso.

⁵ Organização curricular e programas, 1º Ciclo Ensino Básico. Lisboa: 4ª edição, Ministério da Educação.

⁶ Despacho n.º 6944-A/2018 de 19 de julho. *Diário da República* N.º 138 - 2ª série, Educação – Gabinete do Secretário de Estado da Educação.



Figura 4 Chafariz do Intendente [entre 1898 e 1908] Machado & Souza. FI.1896-1908. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001684



Figura 5 Chafariz do Intendente [21 novembro 2016] ©Franco Sofi (Oficina Fotografar Lisboa – Exposição *Lisboa uma grande surpresa*)

Desde 2007, o *Explorar a cidade* foi realizado em 22 bairros diferentes, geograficamente opostos. Dos Olivais a Belém, os alunos são motivados a explorar as características próprias e únicas de cada um deles, promovendo o seu sentido de pertença. Neste último ano letivo de 2018/2019, foram realizadas 27 atividades que contaram com a participação de 737 alunos do 3º ano do Ensino Básico.

Conceber atividades educativas decorre não só da iniciativa e criatividade da equipa do Serviço Educativo, do encontro entre espólio do Arquivo Municipal de Lisboa e programas curriculares, mas até mesmo de solicitações espontâneas dos professores, como foi o caso da atividade *Passo a passo pelo bairro da minha escola: transformações e permanências*.

Um professor de Geografia, de uma escola básica de Lisboa, ao consultar o Guia de atividades⁷ do Serviço Educativo, ficou imediatamente interessado na atividade *Explorar a cidade* que, apesar de motivadora, não era para a sua turma a ideal. Depois de estabelecido pelo professor o primeiro contacto e transmitidos, em linhas gerais, os objetivos pretendidos, dá-se o ponto de partida para a criação de uma nova atividade que, apesar de dirigida aos alunos do 8º ano do Ensino Básico – 3º ciclo, é adaptável a outro ano de ensino.

Entre outras, questões como "será que o bairro da nossa escola mudou muito ao longo dos anos? Se nós não estivemos sempre cá, como poderemos saber? Onde se guardam essas memórias?", poderão ser respondidas nesta atividade com o auxílio de mapas, cartas topográficas e fotografias. Os alunos podem analisar, descobrir e decodificar quais as mudanças operadas na cidade e nas ruas do bairro da sua escola.

O objetivo é refletir em conjunto sobre a mudança no quotidiano do bairro; relacionar as mudanças do passado com o presente; refletir sobre a passagem do tempo e as suas consequências; posicionar-se como cidadão ativo na

⁷ Guia de atividades do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa, disponível na Internet em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>



Figura 6 Oficina Fotografar Lisboa, inserida na exposição *Lisboa uma grande surpresa*.
Equipa do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa, 2016. AML.

vida e sustentabilidade da cidade; construir uma noção de cidade em transformação ou reinvenção, concluindo, por fim, que a transformação é uma constante.

Outro exemplo de atividade com enfoque na questão do bairro com marcas identitárias de transformação e permanência, desta vez para o público adulto, foi a Oficina Fotografar Lisboa inserida na exposição *Lisboa uma grande surpresa* (2016) em que, através de um percurso fotográfico apoiado por um roteiro com informação histórica, os participantes fotografaram alguns edifícios em igual perspetiva à das fotografias presentes na exposição. A partir de imagens do Fundo Antigo do Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico, a exposição revelou a clara intenção de se inventariar, mapear, cartografar e fotografar Lisboa de modo a registar a transformação da cidade. Nesta oficina, através do foco de cada objetiva, os participantes são desafiados a fotografar os prédios e lugares com idêntica perspetiva. A comparação entre o passado e o presente é sempre uma agradável surpresa, pois se em alguns casos os lugares se alteraram outros há que decorrido um século até hoje se mantém iguais. O interesse demonstrado por este tipo de iniciativa foi de tal ordem que, apesar de a exposição ter terminado em 2017, voltou a realizar-se em 2018 no âmbito das Jornadas Europeias do Património.

Em conclusão, estas atividades desenvolvidas pelo Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa visam a sensibilização para os conceitos de interação/causalidade, relações passado/presente e mudança/permanência, promovendo o interesse pela pesquisa sobre a história do bairro e da cidade de Lisboa. Nelas os participantes podem reconhecer as condições sociais subjacentes à criação dos locais onde vivem e/ou estudam, as suas características arquitetónicas e os acontecimentos que produziram mudanças significativas na cidade de Lisboa, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento de conceitos de temporalidade, espacialidade e identidade como partes integrantes da construção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, Maria Helena, coord. – *Lisboa: conhecer, pensar, fazer cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Centro de Informação Urbana de Lisboa, 2001.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Lisboa uma grande surpresa*. Lisboa: AML, 2016.

CARVALHO, Mário de – Entrevista. Os bairros dão identidade única a Lisboa. *Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Marca e Comunicação. N. 27 (2019).

CARVALHO, Ricardo – *A cidade social: impasse, desenvolvimento, fragmento*. Lisboa: Tinta-da-china, 2016.

Despacho nº 6944-A/2018 de 19 de julho. *D. R. II Série*. 138 (2018-07-19).

MARTINS, Guilherme d'Oliveira [et al.] – *O perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. [Lisboa]: Ministério da Educação/Direção-Geral da educação (DGE), 2017.

RECURSOS ONLINE

PORTUGAL. Direção Geral dos Arquivos – *Declaração universal sobre arquivos* [Em linha]. Lisboa: DGARQ, 2011. [Consult. 01/05/2019]. Disponível na Internet: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/DGARqBolt-19.pdf>

Dicionário de Conceitos [Em linha]. Lisboa: Conceito.de, 2010-2019. [Consult. 01/05/2019]. Disponível na Internet: <https://conceito.de/bairro>

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Guia de atividades do Serviço Educativo do Arquivo Municipal de Lisboa* [Em linha]. [Consult. 15/04/2019]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/educacao/Actividades%20SE/brochuraservicoeducativo2018.pdf>

PORTUGAL. Ministério da Educação – *Organização curricular e programas: 1.º Ciclo Ensino Básico* [Em linha]. Lisboa: Ministério da Educação, [20--]. [Consult. 23/04/2019]. Disponível na Internet: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Estudo_Meio/eb_em_programa_1c.pdf

Ana Margarida Teixeira Brites, DAM-CML – Divisão de Arquivo Municipal
– Câmara Municipal de Lisboa, Portugal. ana.brites@cm-lisboa.pt

Ana Maria Menezes Loureiro, DAM-CML – Divisão de Arquivo Municipal
– Câmara Municipal de Lisboa, Portugal. ana.menezes.loureiro@cm-lisboa.pt

Filipa Schreck Cancela de Abreu Ribeiro Ferreira, DAM-CML – Divisão de Arquivo Municipal
– Câmara Municipal de Lisboa, Portugal. filipa.ferreira@cm-lisboa.pt

Maria Vitória Lourenço Pinheiro, DAM-CML – Divisão de Arquivo Municipal
– Câmara Municipal de Lisboa, Portugal. vitoria.pinheiro@cm-lisboa.pt

BRITES, Ana Margarida Teixeira [et al.] – Explorar a cidade: passo a passo pelos bairros de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho – dezembro 2019), p. 183 - 188.

DOCUMENTA

Bairro Social do Arco Cego: imagens de uma utopia

Nuno Martins

Muito antes do chalet
Antes do prédio
Antes mesmo da antiga
Casa bela e grave
Antes de solares palácios e castelos
No princípio
A casa foi sagrada -
Isto é habitada
Não só por homens e por vivos
Mas também pelos mortos e por deuses

Isso depois foi saqueado
Tudo foi reordenado e dividido
Caminhamos no trilho
De elaboradas percas

Porém a poesia permanece
Como se a divisão não tivesse acontecido
Permanece mesmo muito depois de varrido
O sussurro de tílias junto à casa de infância¹

Inaugurado em 1935, o Bairro Social do Arco do Cego constitui-se nos dias de hoje como uma ilha residencial que contrasta com o bulício de uma cidade capital contemporânea. Mas, se a imagem que se projeta no imaginário e no sentir de todos aqueles que residem, trabalham ou apenas por entre as suas ruas transitam

¹ Habitação. In ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner – *Ilhas*. Lisboa: Texto Editora, 1989. p. 33.

no decurso da azáfama quotidiana, reflete um certo bucolismo e serenidade nas sombras que os edifícios e moradias projetam nas ruas e o arvoredo nos seus parques, a concretização material do bairro foi tortuosa e demorada, estendendo-se por um período de tempo e numa cronologia de sobressaltos, indefinições, tumultos e profundas transformações políticas.

Decorridos cem anos do início da construção, em 1919, o Bairro Social do Arco do Cego teve na sua génese utópica um projeto de bairro com habitação destinada à população operária, desfavorecida e carente de meios económicos, num tempo em que a privação de habitação condigna, por contraponto à proliferação de aglomerados clandestinos, insalubres e degradados, ganhava algum espaço no planeamento urbanístico mercê das inquietações produzidas pelo pensamento filosófico coevo sobre a cidade.

Contudo, fruto da força motriz dos acontecimentos que se sedimentam na história, o Bairro Social do Arco do Cego acabou por albergar um segmento da população – sobretudo funcionários do Estado, militares, agentes das forças de segurança, e elementos do sindicalismo corporativo – que se viu perante a possibilidade inédita de acesso à habitação numa zona que, à época, na década de 1930, não possuía ainda o atrativo que hoje exhibe. Encaixado entre vias de saturação viária e bairros de elevada densidade demográfica exponenciada pelo crescimento da habitação em altura e pela oferta de serviços e comércio, determinados pela lógica economicista moderna, emerge com uma ilha num mar de alvenaria e alcatrão.

É este carácter insular – urbano, arquitetónico e delicado – que, apesar das transformações, adaptações e renovações que lhe foram operadas por sucessivas gerações de moradores no ajuste às comodidades e possibilidades coevas, resistiu à perversidade das mudanças irreversíveis, e onde “a poesia permanece / Como se a divisão não tivesse acontecido”, que se mostra neste percurso visual temático construído com base numa seleção do acervo fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa.

CONSTRUÇÃO



Visita durante a construção das casas, negativo de gelatina e prata em vidro, autor não identificado, 9 x 12 cm, entre 1919-192-. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/NEG/003295.



Construção das casas do Bairro do Arco Cego e as ruínas da Fábrica de Cerâmica, negativo de gelatina e prata em vidro, autor não identificado, 9 x 12 cm, 1919-192-. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/NEG/003296.



Terrenos entre a alameda D. Afonso Henriques, Avenida Almirante Reis e o Bairro do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Eduardo Portugal, 6 x 9 cm, 1938. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/EDP/001320.



Terrenos entre a alameda D. Afonso Henriques, Avenida Almirante Reis e o Bairro do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Eduardo Portugal, 6 x 9 cm, 1938. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001323.

EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES



Bairro do Arco Cego, avenida Magalhães Lima e Liceu D. Filipa de Lencastre, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Artur Goulart, 6 x 6 cm, 1962. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBHAH/PCSP/004/AJG/004066.



Bairro do Arco Cego, edifício do Arquivo Municipal de Lisboa na esquina das ruas Nunes Claro e Ladislau Piçarra, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 35 mm, 1969. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/006634.



Bairro do Arco do Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6 x 6 cm, 19--. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/003795.



Edifício multifamiliar no Bairro do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Cordeiro Goulart, 6 x 6 cm, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB AH/PCSP/004/JHG/004513.



Bairro do Arco do Cego, negativo cromogéneo em acetato de celulose, João Goulart, 6 x 6 cm, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/004423.

EDIFÍCIOS UNIFAMILIARES



Rua Vilhena Barbosa no Bairro do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6 x 6 cm, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJF/001394.



Edifícios unifamiliares no Bairro do Arco do Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6 x 6 cm, 1962. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJG/004059.



Edifícios unifamiliares no Bairro do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Cordeiro Goulart, 6 x 6 cm, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JHG/004322.



Edifícios unifamiliares no Bairro do Arco do Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Cordeiro Goulart, 6 x 6 cm, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JHG/004323.



Edifícios unifamiliares no Bairro Social do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Cordeiro Goulart, 6 x 6 cm, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JHG/004298.

ESPAÇOS PÚBLICOS



Bairro do Arco do Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6 x 6 cm, 19--. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB AH/PCSP/004/AJG/003803.



Rua Stuart Carvalhais no Bairro do Arco Cego, Artur João Goulart, 19--. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/004056.



Mercado de Levante no Bairro Social do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6 x 6 cm, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000819.



Largo na entrada do Bairro Social do Arco Cego, com a avenida Magalhães Lima e o liceu D. Filipa de Lencastre ao fundo, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6 x 6 cm, 1962. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/004067.

EQUIPAMENTOS



Visita dos vereadores da CML às obras dos blocos escolares no Bairro Social do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Armando Maia Serôdio, 9 x 12 cm, 1954.
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/000795.



Escola primária no Bairro Social do Arco do Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Armando Maia Serôdio, 9 x 12 cm, 1956. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/SER/001238.



Casa de arrumação da CML no Bairro Social do Arco Cego, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6 x 6 cm, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB AH/PCSP/004/AJG/000487.



Quarteirão entre as ruas Reis Gomes e Nunes Claro, diapositivo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 35 mm, 1969. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/006633.

VISTAS



Local destinado à construção da igreja de São João de Deus com o Bairro Social do Arco do Cego em fundo, negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose, Judah Benoiel, 6 x 6 cm, ant. 1953. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JBN/004571.



Vista aérea do Bairro Social do Arco Cego, vendo-se as habitações, o liceu D. Filipa de Lencastre, a antiga Fábrica de Cerâmica Lusitânia e terrenos adjacentes, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Mário de Oliveira, 9 x 12 cm, 195-. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB AH/PCSP/004/MAO/000466.



Fotografia aérea do Bairro do Arco Cego com a praça de Londres e a avenida de Roma, prova em papel de revelação baritado, Abreu Nunes, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABR/01/001623.

RECENSÃO

HESPANHA, António Manuel – *Uma monarquia tradicional: imagens e mecanismos da política no Portugal seiscentista.* [S.l.]: Edição do Autor; Kindle-Amazon, 2019

e

HESPANHA, António Manuel – *Uma monarquia constitucional: a Constituição monárquica oitocentista.* [S.l.]: Edição do Autor; Kindle-Amazon, 2019.

José Subtil

■ Alguns meses antes da sua morte (1 de julho de 2019), António Manuel Hespanha (AMH) publicava dois livros sobre os mecanismos de poder da monarquia corporativa e constitucional durante os séculos XVI, XVII e XIX, deixando o século XVIII para uma posterior abordagem que não chegou, infelizmente, a poder concretizar, muito embora a sua obra esteja repleta de análises sobre o reformismo iluminista pombalino e pós-pombalino.

■ No primeiro livro, AMH recapitula muito do que publicou sobre a organização política e social da época moderna, mas acrescenta e revigora outras interpretações, particularmente sobre o governo ultramarino, as crises da união ibérica e da restauração e a questão constitucional da época moderna, incontestavelmente inovadoras e, de certo modo, novas na sua bibliografia, pelo menos com o caráter de síntese que emprestou a estes textos.

Os aspetos mais nucleares do modelo político desta sociedade, o governo e as formas de governar que AMH distinguiu como polissinodais, plurais e corporativas, ao arremesso, portanto, de qualquer centralidade ou “absolutismo” régio como foi, e ainda é, sugerido por grande parte da historiografia sobre o período referente ao Antigo Regime (séculos XVI a XVIII) são, de novo, passadas em revista. As áreas estruturantes de governo como a justiça, graça, economia e política, ao lado do inventário das tecnologias e dispositivos de poder e da relação e comunicação política do centro (a Corte) com a periferia (concelhos e comunidades) merecem um destaque especial nesta obra. É reconhecido, mais uma vez, o efeito contrário à hipotética arbitrariedade do poder da “graça” do monarca, ou seja, da dispensa da lei, quando AMH realça que o monarca, mesmo dando o que não é obrigado a dar, tem que o fazer regulado e estrangulado por determinados princípios e regras “constitucionais” que limitam a sua vontade. Podendo, todavia, não dar o que poderia dar se a isso não fosse obrigado. Esta foi, aliás, uma das mais originais interpretações do António Manuel Hespanha sobre a economia da graça, sobretudo

na sua dimensão de capital simbólico do poder régio que, neste livro, retoma em forma de síntese, mas, também, de complemento político substantivo.

Outro detalhe abordado no livro tem a ver com o sentido da reforma manuelina dos forais que, ao contrário de uma leitura centralista e centralizadora da Coroa, terá contribuído, segundo AMH, para o reforço das autonomias locais e do autogoverno das comunidades e concelhos como, aliás, se viria a provar, muito mais tarde, na altura da reforma liberal de Mouzinho da Silveira (1832-1834), tal foi a forma e a intensidade com que os concelhos se opuseram à nova tentativa de usurpação das suas autonomias.

Fixando-se, de forma surpreendente e inovadora, sobre o período da Casa dos Áustria, AMH estuda a reação das Cortes de 1641 ao processo de Restauração que esteve longe da euforia mítica de uma apoteose patriótica e nacionalista como foi sugerido pelo imaginário dos historiadores românticos e estadualistas do período liberal, uma representação política que continua, ainda, a alimentar o ‘orgulho’ do processo da independência contra a usurpação do trono de Portugal por reis estrangeiros e logo castelhanos.

De igual modo, o fez, também, para o período colonial ao focar no mesmo modelo de interpretação a imagem de um “império” controlado pelo Reino e pela Corte de Lisboa numa pretensa unidade política, administrativa e jurisdicional, quando a realidade dos factos aponta para a reprodução do pluralismo político que vigorava no Reino com níveis de acentuada autonomia e grande intensidade de governança própria.

Neste capítulo, AMH traça um novo modelo de interpretação política sobre o império de que foi, aliás, um percussor de referência, acabando por influenciar, de forma seminal, uma certa historiografia brasileira que, desde então, tem adotado outro entendimento da relação entre a metrópole e o Brasil e, num sentido mais amplo, com o restante império. Abordando o direito colonial como uma pluralidade de direitos, desconstruiu o mito da “correia de transmissão” do poder régio através dos lugares ocupados pela nobreza no governo geral e dos oficiais régios das capitânias e sedes das principais câmaras que assegurariam a vontade régia e consumariam, deste modo, a centralização do mando. Essa desconstrução foi pensada nas fragilidades das condições existentes para o exercício do poder, da autoridade política e da incapacidade de apropriação e captura dos poderes periféricos pelos eventuais guardiões e donos da vontade do monarca. E foi, igualmente, fundamentada na abordagem da doutrina jurídica sobre os poderes dos vice-reis, a autonomia dos donatários e governadores das capitânias, o deslaçamento hierárquico entre os magistrados letrados, a proliferação de câmaras com juizes ordinários eleitos pelas partes (quase todas), a diminuição política dos tribunais superiores e a falta de qualidade dos oficiais régios no processamento administrativo e na manutenção burocrática. Tudo apontando, portanto, para que deste modelo de entendimento decorram efeitos e consequências quanto ao conceito de “exploração” e “coerção” durante o processo de colonização.

Contra as obstinações da historiografia de cariz estadualista, AMH socorreu-se da sua competência de jurista para abordar os meandros da dogmática jurídica, tanto para nos conduzir no mundo das ideias conformadoras do pensamento da época, com consequências políticas e sociais, como para nos apresentar as variáveis e variantes da visão do mundo modernista e as suas representações mais significativas, realçando, mais uma vez, que as mesmas não equivaliam somente à cultura da época, tinham continuidades medievais. Faziam, além do mais, parte do quadro “constitucional” da forma de governar, ou seja, a dogmática condicionaria, por esta via, a tomada de decisões políticas e regulava o processo judicial que, por sua vez, se alocava ao processo administrativo. Aqui e ali, AMH sempre se aproximará ao século XVIII, sobretudo à segunda metade, para nos chamar a atenção que este novo modelo estará em disseminação, a favor do cálculo político das oportunidades e dispensando molduras constitucionais como demonstram as reformas iluministas e regalistas da “Boa Razão” e da política do “bem comum”, acima das vontades particulares e corporativas.

Um dos tratamentos mais emblemáticos e detalhados da proposta metodológica de AMH tem a ver com o conceito alargado de “constitucionalismo moderno”, onde engloba as leis fundamentais, os capítulos das Cortes, os regimentos sobre privilégios, o direito dos tribunais, os costumes, a tradição e o direito canónico.

A “Constituição” da época moderna estava, portanto, longe da ideia de depender da vontade dos membros do corpo político escolhidos com representantes dos representados de acordo com a matriz do mandato, porque os corpos representativos da sociedade, incluindo o rei, eram o próprio Reino “em virtude de uma relação necessária, que não passava nem por qualquer teoria do contrato social, nem pela teoria do mandato representativo que moldou a teoria política desde o século XIX” (p. 77).

Uma outra novidade temática deste volume diz respeito à rutura ‘constitucional’ decorrente da política de Olivares e da monarquia da Casa dos Áustria, sobretudo os aspetos decorrentes da relação do rei com as Cortes, o Reino e a justiça. A este propósito, AMH passa em revista a historiografia portuguesa sobre os reinados filipinos e as reações tanto à união (1580) como à Restauração (1640).

A obra contém, ainda, outros capítulos de grande interesse como os das estruturas financeiras, a gestão dos tributos, as rendas, os próprios da Coroa, as alfândegas, a evolução das rendas da Coroa, a organização militar e a importância da guerra na cultura da disciplina e da ética individual.

No segundo livro, AMH acentua as premissas de uma história não formalista da constituição, mesmo após as revoluções liberais, no caso português, a revolução de 1820, recusando-se a ver nas “alterações políticas revolucionárias algo que se reduza apenas aos mecanismos do direito oficial e do Estado, abrangendo, pelo contrário, a consideração de outros níveis do poder – como a igreja, a família, a burocracia, a ciência – e de mecanismos de condicionamento social diferentes dos mecanismos jurídico-institucionais, como a opinião pública” (p. 7). A função constitucional no apoio ao sufrágio universal, as mudanças na legislação eleitoral e a ficção da representação política levaram AMH a colocar em confronto o papel do parlamento, a valorização do soberano, a cedência da “ortodoxia ideológica” à “viabilidade das soluções”.

Os temas abordados neste livro dizem respeito à configuração do território, estrutura constitucional, sistema eleitoral, direitos fundamentais, administração, organização judicial, organização militar, cultura constitucional, organização eclesiástica, sistema educativo, finanças e legislação económica e social. Todos são tratados de forma diferente e em comparação para cada secção cronológica. A primeira sobre o legado do Antigo Regime, a segunda sobre a fase de implantação do liberalismo (1822-1850) e a terceira fase referente à estabilização e queda (1851-1910). Uma das partes mais justificadas por AMH, do ponto de vista analítico, foi a problemática da Carta Constitucional e os Atos Adicionais, a Nova Reforma Judicial (1836-37) e a Novíssima Reforma Judiciária (1841), as suas relações com as justiças eletivas, a organização da justiça e a sua territorialização e o papel desempenhado pelos tribunais superiores.

Como foi sempre costume nas suas obras, também estes dois livros apresentam uma assinalável quantidade de notas de rodapé que suportam detalhes sobre o texto principal e são de uma grande utilidade. O mesmo se passa com as extensas e oportunas referências bibliográficas que orientam o leitor para escolhas temáticas e aprofundamentos de outras.

Em conclusão, as obras que acabamos de examinar e recensear de forma sumária, com uma ou outra chamada singular, constituem dois contributos de António Manuel Hespanha para sinalizar e consolidar a rutura epistemológica e metodológica que operou na historiografia política e institucional há cerca de 30 anos e que, até à sua morte, continuou a revelar novos objetos de estudo, diferenças nas visões da ordem jurídica, política e social, contribuindo, deste modo, para a qualificação da atual historiografia do poder e sobre o poder, tanto a nível nacional como internacional. Em especial, a sua vitalidade para convocar para a teoria e as interpretações, a capacidade empírica, quer arquivística como bibliográfica, insistindo em corrigir “evidências” historiográficas clássicas e subordinar as pré-compreensões ao conhecimento de cada época tão diferente da que hoje temos, desviando-nos de “*clichés* e de ideias feitas (...) [e insistindo] muito nos factos, sobretudo em factos massivos cuja lógica de conjunto normalmente escapa a abordagens impressionistas ou dirigidas por ideias prévias” (p. 3).

O leitor mais atento à sua obra e especializado na época moderna encontrará, nestas duas obras, material inusitado e de relevante interesse para a história do pensamento político, da construção do Estado, da nacionalidade e da formação das comunidades políticas.

Por outro lado, o leitor menos familiarizado com estas questões poderá prosseguir o aprofundamento e a análise das suas implicações na vida dos contemporâneos do passado como do tempo presente, mais capazes de lidarem com dispositivos ficcionais, imaginários culturo-mentais e poderes invisíveis que, ao lado das formas de organização proto-estadualistas e estadualistas, organizaram a vida em sociedade.

José Manuel Louzada Lopes Subtil, UAL – Universidade Autónoma de Lisboa,
1169-023 Lisboa, Portugal. josemsubtil@gmail.com

SUBTIL, José – Recensão aos livros de HESPAÑA, António Manuel – Uma monarquia tradicional: imagens e mecanismos da política no Portugal seiscentista. [S.l.]: Edição do Autor; Kindle-Amazon, 2019 e Uma monarquia constitucional: a Constituição monárquica oitocentista. [S.l.]: Edição do Autor; Kindle-Amazon, 2019. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 217 – 220.
